



**LUCIANO BENINI DE OLIVEIRA**

**(E)INTEGRADOS AO VENENO:  
Subordinação e resistência dos camponeses do Pontal do Paranapanema  
na produção de pepinos em conserva**



**LUCIANO BENINI DE OLIVEIRA**

**(E)INTEGRADOS AO VENENO:  
Subordinação e resistência dos camponeses do Pontal do Paranapanema  
na produção de pepinos em conserva**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.**

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano**

**Área de Concentração: Produção de Espaço Geográfico**

**Presidente Prudente  
2018.**

B467( Benini, Luciano  
(E) INTEGRADOS AO VENENO: Subordinação e  
resistência dos camponeses do Pontal do Paranapanema na  
produção de pepinos em conserva. / Luciano Benini. --  
Presidente Prudente, 2018  
227 f. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente  
Prudente  
Orientadora: Carlos Alberto Feliciano

1. Assentamentos Rurais. 2. Território. 3. Disputa.. 4.

Agrotóxico. 5. Trabalho. I. Título.  
Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos  
pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: (E)INTEGRADOS AO VENENO: Subordinação e resistência dos camponeses do Pontal do Paranapanema na produção de pepinos em conserva.

**AUTOR: LUCIANO BENINI DE OLIVEIRA**

**ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO**

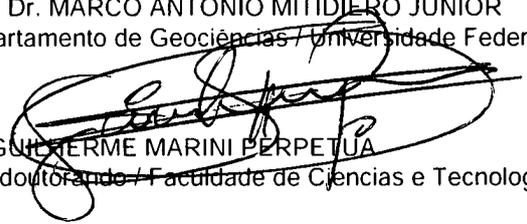
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO  
FCT/UNESP / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Prof. Dr. MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR  
Departamento de Geociências / Universidade Federal da Paraíba



Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA

Pós-doutorando / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 21 de fevereiro de 2019

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a todos os militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST, que lutam todos os dias por transformações sociais.

Dedico a todos os camponeses que trabalham a terra, em especial a Sra. Lurdes Benini e Sr. Witor Hugo que criaram seus filhos na lida da roça, transmitindo os valores camponeses.

Dedico a todos as pessoas que de alguma forma contribuíram com a conquista deste sonho, o rompimento das cercas do conhecimento. Especialmente a minha companheira de vida Rejiane e os frutos desta caminhada minha querida filha Maria Carolina e meu querido Miguel.

## **Agradecimentos**

Peço a compreensão de todos, para antes de agradecer as pessoas que estavam diretamente envolvidas no processo, agradecer a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que possibilitou que se realiza o curso de graduação em Geografia pelo PRONERA. Agradeço especialmente a todos os companheiros e companheiras militantes que lutam todos os dias, entregando suas vidas a causa coletiva.

Meus agradecimentos ao meu orientador o amigo, companheiro e camarada Carlos Alberto Feliciano, o Cacá! Como todos o chamam é destes camaradas que consegue simultaneamente “endurecer sem perder a ternura”, como já nós ensinávamos o grande comandante Ernesto Guevara, possui a capacidade brilhante de cobrar, orientar, contribuir com uma generosidade, paciência, humanidade e compromisso de um grande revolucionário.

Agradeço ao Professor Antonio Thomaz Junior, o Tomazão! Que depositou toda a confiança na minha pessoa, descobrindo até mesmo antes de eu desconfiar que tivesse condições de realizar este sonho. Um amigo revolucionário que onde passa conquista o carinho de todos, pois sua capacidade humana encanta a todos.

Agradeço aos camaradas e colegas Diogenes e Robin que operaram decisivamente na conquista deste sonho, quando dedicaram parte do seu tempo para contribuir com minha preparação para o processo seletivo do mestrado.

Agradeço especialmente para os companheiros do CEGeT que tive a grata satisfação de caminhar junto neste período de pesquisa. Tenho a honra de fazer parte deste grupo de trabalho que tanto contribuiu para o aprimoramento da ciência geográfica e compreensão da questão agrária e da questão do trabalho. Um abraço em cada um dos muitos companheiros e companheiras que estão ou passaram por este grupo de pesquisa fantástico, vocês fazem parte dessa história. Sou grato e tenho o sentimento de dívida eterna a este coletivo, que mudou os horizontes da minha vida e da minha família.

Agradeço aos professores e colegas que através das aulas, seminários ou das conversas contribuíram com minha formação acadêmica, muito obrigada pelas oportunidades.

Agradeço aos amigos e colegas professores, diretores e coordenadores da rede pública do Estado de São Paulo que contribuíram e souberam compreender minhas ausências e necessidade de utilização das estruturas da escola pública.

E finalmente, gostaria de agradecer a minha família que me deu base moral para a conquista deste sonho. Agradeço a minha mãe Lurdes Benini que me ensinou o valor gratificante do prazer do trabalho, a meu pai Witor Hugo que me ensinou juntamente com minha mãe os valores da vida no campo, o valor do plantio, o valor da colheita. A minhas irmãs Tais Benini que foi a primeira a se desafiar pelos caminhos tortuosos da academia e minha irmã Debora Benini que nós inspiramos e nós enche de orgulho.

Para finalizar gostaria de agradecer a família que me acolheu Dona Maristela (sogra) e seu Joel (sogro) e a Tania (cunhada).

Minha companheira Rejiane que esteve sempre ao meu lado contribuindo nas dificuldades e apontando o melhor caminho. A meus filhos Maria Carolina e Miguel, nossas vidas, nossos sonhos, nossos desejos de um mundo construído sobre os pilares da igualdade, da fraternidade e da humanidade.

**(E) INTEGRADOS AO VENENO:  
Subordinação e resistência dos camponeses do Pontal do Paranapanema  
na produção de pepinos em conserva**

**Resumo**

A presente dissertação de Mestrado versa sobre os desdobramentos da intensificação das jornadas de trabalho e o uso indiscriminado de agrotóxicos no assentado São Paulo, tendo recorte territorial o município de Presidente Epitácio, Extremo Oeste do Estado de São Paulo, região conhecida como Pontal do Paranapanema, nesse assentamento como na região possui famílias integradas à indústria de conservas. Notadamente observamos os efeitos do desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir do pacote tecnológico imposto verticalmente por uma empresa de capital nacional que condiciona e subordina os camponeses. Os elementos contraditórios presentes no território, são observados a partir da eminência do conflito, que demonstra as formas regenerativas encontradas pelos camponeses para resistir nos territórios. A realidade social contraditória e diversa dos assentamentos apresenta concomitantemente sujeitos inseridos na subordinação ao desenvolvimento do capitalismo no campo, presos a integração a indústria. E sujeitos que buscam no investimento tecnificado do plantio de pepinos as saídas insubordinadas, como a utilização de técnicas, tecnologias, equipamentos e estruturas para produzir alimentos, fatos que comprovam o movimento contraditório que vive as famílias de sujeição e subordinação, como alternativa da (re) criação camponesa.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Território, Disputa, Agrotóxico, Trabalho.

**(E) INTEGRATED TO THE POISON: Subordination and resistance of the peasants of Pontal do Paranapanema in the production of pickled cucumbers.**

**Abstract**

This dissertation deals with the intensification of working hours and the indiscriminate use of agrochemicals in the settlement of São Paulo, in the Municipality of Presidente Epitácio, in the extreme west of the State of São Paulo, a region known as Pontal do Paranapanema, in this settlement as in region has families integrated into the canning industry. Notably we observe the effects of the development of capitalism in the countryside, from the technological package imposed vertically by a company of national capital that conditions and subordinates the peasants. The contradictory elements present in the territory, are observed from the eminence of the conflict, that demonstrates the regenerative forms found by the peasants to resist in the territories. The contradictory and diverse social reality of the settlements concomitantly presents subjects inserted in the subordination to the development of the capitalism in the field, bound to the integration to industry. And subjects who seek in the technical investment of cucumber planting the insubordinate exits, such as the use of techniques, technologies, equipment and structures to produce food, facts that prove the contradictory movement that lives the families of subjection and subordination, as an alternative of) peasant farming.

Key words: Rural Settlements, Territory, Dispute, Agrochemical, Work.

**(E) INTEGRADOS AL VENENO: Subordinación y resistencia de los campesinos del Pontal do Paranapanema en la producción de pepinos en conserva.**

**Resumen**

La presente disertación de Maestría versa sobre desdoblamientos de la intensificación de las jornadas de trabajo y el uso indiscriminado de agrotóxicos en el asentado São Paulo, en el Municipio de Presidente Epitácio, Extremo Oeste del Estado de São Paulo, región conocida como Pontal do Paranapanema, en ese asentamiento como en el asentamiento la región posee familias integradas a la industria de conservas. En particular observamos los efectos del desarrollo del capitalismo en el campo, a partir del paquete tecnológico impuesto verticalmente por una empresa de capital nacional que condiciona y subordina a los campesinos. Los elementos contradictorios presentes en el territorio, se observan a partir de la eminencia del conflicto, que demuestra las formas regenerativas encontradas por los campesinos para resistir en los territorios. La realidad social contradictoria y diversa de los asentamientos presenta concomitantemente sujetos insertados en la subordinación al desarrollo del capitalismo en el campo, presos a la integración de la industria. Los sujetos que buscan en la inversión tecnificada del plantío de pepinos las salidas insubordinadas, como la utilización de técnicas, tecnologías, equipos y estructuras para producir alimentos, hechos que comprueban el movimiento contradictorio que vive las familias de sujeción y subordinación, como alternativa de la (re) creación campesina.

Palabras clave: Asentamientos Rurales, Territorio, Disputa, Agrotóxico, Trabajo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 – CAMPONESES EM LUTA E RESISTÊNCIA PERMANENTE NO PONTAL DO PARANAPANEMA</b> .....	27
1.1 - Contextos histórico de luta pelas terras no Pontal do Paranapanema.....	27
1.2 – Conflito, luta e conquista do Assentamento São Paulo, Município de Presidente Epitácio.....	39
<b>CAPÍTULO 02 – SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: o caso dos “integrados” na produção de pepino para conserva</b> .....	44
2.1 – A empresa Refricon e seu avanço no Pontal do Paranapanema: o Assentamento São Paulo como projeto experimental.....	44
2.2 – O uso excessivo da eficiência técnica, do tempo, espaço e trabalho da família camponesa para o capital: as fases destrutivas do trabalho no cultivo de pepino no Assentamento São Paulo (SP) .....	62
2.3 – O acúmulo de trabalho e veneno nas fases de produção do pepino.....	84
2.3.1 - 1ª Fase do estágio tecnificado da produção do pepino: uso excessivo de venenos antes, durante e depois da produção.....	89
2.3.2 - 2ª Fase do estágio tecnificado da reprodução da cultura de pepino: o sonho de uma grande produção é plantado.....	96
2.3.3 - 3ª Fase do estágio tecnificado da produção do pepino: aumento na jornada laboral do trabalho.....	121

2.3.4 – 4ª Fase do estágio tecnicado da produção do pepino: família torna-se um trabalhador coletivo.....	123
2.3.5– 5ª Fase do estágio tecnicado da produção do pepino: A contabilidade dos ganhos, das dívidas e o planejamento.....	137

**CAPÍTULO 03 – CAMPESINATO EM RISCO: o uso excessivo de componentes químicos na produção de pepinos.....**141

3.1 - Trabalhando com o “inimigo”: a freqüente exposição ao agrotóxico no trabalho dos camponeses na produção de pepino.....	160
--	-----

**CAPÍTULO 04 - O CAMPESINATO NO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA AO CAPITAL: uma análise a partir dos camponeses integrados ao veneno.....**203

4.1 - A subordinação camponesa: dependência e a marginalização.....	213
---	-----

4.2 - A insubordinação camponesa como materialidade da resistência, inserida no processo de busca da autonomia.....	216
---	-----

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**219

**REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICOS.....**226

**ANEXOS.....**236

## LISTA DE SIGLAS

<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEGEO	Curso Especial de Graduação em Geografia
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEMOSI	Centro de memória, documentação e hemeroteca sindical "Florestan Fernandes"
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.
CETAS	Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COATER	Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GAMA	Ácido Gama
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
JURA	Jornada Universitária da Reforma Agrária
MAST	Movimento Agricultores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEDET'S	Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
N-P-K	Nitrogênio, Potássio e Fosforo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SINTOX	O Sistema Nacional de Intoxicações Tóxico- Farmacológicas
UDR	União Democrática Ruralista

UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro</b>	<b>Especificações</b>	<b>Página</b>
1	Pontal do Paranapanema: Assentamentos rurais integrados na produção de pepinos	73 a 74
2	Divisão dos estágios de tecnificação da produção da cultura do pepino	87 a 88
3	Agendamentos dos nutrientes a serem distribuídos na fertirrigação, deixados pelo técnico da empresa	101
4	Total de nutrientes a serem utilizados ao longo de 90 dias para produzir pepinos	103
5	Custos de produção do pepino	107
6	Detalhe dos agrotóxicos aplicados no assentamento São Paulo para produzir pepinos	113
7	Agrotóxicos: tipos, finalidade de uso, classificação e substâncias químicas	146 a 147
8	Classes toxicológicas em função dos efeitos a saúde humana	150
9	Sintomas por exposição a compostos químicos	151 a 152
10	Efeitos crônicos diante da exposição a múltiplos agrotóxicos	153
11	Os casos encontrados de intoxicação nos assentamentos do Pontal do Paranapanema.	159
12	Assentamentos de Mirante do Paranapanema: (Complexo União da Vitória). Destaque aos assentamentos integrados a indústria	166 a 167
13	Agrotóxicos aplicados no lote da família observada:	

	Assentamento Santa Apolônia.	174
14	Quantidade de agrotóxicos pulverizados na cultura do pepino durante um ciclo tecnificado da produção: Cálculo para 5.000 mil pés	177 a 180
15	Agrotóxicos: Causas, efeitos e intoxicação causada pelos agrotóxicos utilizados pela família observada	187 a 190

### LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem</b>	<b>Especificações</b>	<b>Página</b>
1	A ocupação territorial das diversas quantidades de pés de pepinos.	84
2	Construção das leiras e adubação	92
3	Estruturas de captação e distribuição de água	93
4	Distribuição e fixação do plástico sobre as leiras	94
5	Furos na lona que abrigaram os pés de pepino	95
6	O mutirão familiar para vencer a semeadura	98
7	As cores identificam o gênero das sementes	99
8	Materiais adintados pela empresa Refricon	105
9	Primeiros dias da vida do pepino	110
10	Preparação das estruturas de sustentação dos pés de pepinos.	112
11	Receitas deixadas pelos técnicos da empresa	115
12	O descaso com a saúde dos agricultores	116
13	A naturalização do veneno no Assentamento	117
14	Formas de aplicação dos agrotóxicos	118
15	Cardápio de agrotóxicos	121
16	Mutirão familiar para conduzir a planta	123
17	A família camponesa colhe os pepinos	128
18	O pequeno pepino ainda com flor	131
19	O pepino toma corpo de fruto	131
20	Crescimento vertiginoso do pepino	132
21	O pepino já está pronto para a colheita	133

22	Transporte da produção da roça para casa	134
23	A submersão do agricultor a nuvem de veneno	135
24	A família seleciona os pepinos	136
25	Aproveitamento da área para plantio de feijão, quiabo e milho	169
26	Reutilização da área do pepino	170
27	Cardápio de venenos	174
28	Preparação da calda e aplicação de agrotóxicos nos pepinos	191
29	Situação de improviso e exposição do agricultor	192
30	Entre as nuvens de veneno o pepino é colhido	194

### **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa</b>	<b>Especificações</b>	<b>Página</b>
1	Assentamentos do Pontal do Paranapanema: Assentamento São Paulo	24
2	Municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema	28
3	Assentamentos do Pontal do Paranapanema integrados a indústria	75
4	Famílias envolvidas na produção de pepinos para conserva. Número de safras	81
5	Quantidade de venenos utilizados por lote, apartir da quantidade de ciclos.	184

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto de uma observação dos elementos contraditórios presentes no território, sendo que, por meio do qual buscamos destacar o conflito para melhor compreender os elementos que estão presentes na reprodução camponesa nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Em razão do processo que estes sujeitos estão inseridos de subordinação ao desenvolvimento do capitalismo no campo, constrói realidades de extensão laboral das horas de trabalho somado ao uso indiscriminado de agrotóxicos, isso devido a integração vividas pelas famílias que desenvolvem a cultura do pepino de forma tecnicada para a indústria de conservas.

Mas concomitantemente encontramos contraditoriamente realidades de insubordinação entre os camponeses que buscam alternativas para a reprodução social, elementos que negam os princípios capitalistas, esses elementos são centrais para compreendermos o processo de recriação camponesa nos assentamentos de Reforma Agrária, no Pontal do Paranapanema. Pretendemos realizar uma leitura da realidade, despidos de possíveis romantismos, pretendemos mostrar os fatos e apresentar os movimentos contraditórios que vivem as famílias de sujeição e subordinação, já que são elementos contraditórios da recriação camponesa.

Procuramos apresentar os desdobramentos da intensificação da jornada de trabalho e o uso indiscriminado de agrotóxicos dos assentados integrados á indústria de conservas, no assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio. Leitura da realidade que faz parte do processo da construção do desenvolvimento da minha trajetória, ao longo do curso de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

Diante dos diálogos proporcionados pelo professor orientador, direcionamos nosso foco de análise às contradições presentes na diversidade das relações dos assentados integrados á indústria de conservas, elementos presentes nas relações socioterritoriais do Assentamento São Paulo, localizado no município de Presidente Epitácio, estado de São Paulo.

Em observação de campo detectamos nesta comunidade os efeitos do desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir do pacote tecnológico imposto verticalmente por uma empresa de capital nacional que condiciona e subordina os

camponeses a longas extensões das jornadas de trabalhos e ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

Diante dessa realidade onde os camponeses estão expostos a uma exploração do trabalho e a possíveis riscos de saúde ao lidar com cargas excessivas de agroquímicos, readequamos o projeto e seu corpo teórico/metodológico para refletirmos sobre esse problema e de que forma a geografia pode contribuir. Por isso definimos o projeto como: **(E)INTEGRADOS AO VENENO: Subordinação e resistência dos camponeses do Pontal do Paranapanema na produção de pepinos em conserva.**

Após traçarmos o caminho da construção conceitual, buscaremos levantar elementos de subordinação e insubordinação como processo contraditório das forças no campo, pois entendemos o território como palco das ações de disputa e movimento de exercício do poder, ou seja, percebemos o campo e suas relações sociais, culturais, econômicas em constante movimento contraditório de criação e recriação, num movimento constante multidimensional de disputas territoriais.

No primeiro capítulo apresentaremos o movimento contraditório que possibilita o campesinato a exercer a capacidade de criação e recriação a partir das brechas deixadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, que constrói a integração que subordina, mas concomitantemente por não dominar todas as esferas reprodutivas do campo permite que os camponeses se insubordinem, elemento central da recriação camponesa.

No segundo capítulo organizamos os elementos que abordam as relações sociais no campo, onde os camponeses encontram na resistência as ferramentas para permanecer no campo. Motivados pelas características históricas de luta pela terra, constroem territórios “livres” dos princípios do monocultivo do latifúndio, transformando a paisagem e as relações sociais de produção,

O terceiro capítulo desta pesquisa organiza o histórico da chegada da empresa Refricon nos assentamentos e suas conexões com o capital internacional. Apresentamos as ferramentas utilizadas pela empresa para subordinar os camponeses e integralizar as famílias ao pacote tecnológico que superexplora sua mão de obra, realizando a extensão das jornadas laborais do trabalho e condicionando os agricultores a manusearem elevadas quantidades de agrotóxicos sem nenhuma proteção, orientação ou utilização de equipamentos de proteção individual, para a aplicação dos agrotóxicos receitados pela

indústria de conservas no cultivo de pepinos. Neste capítulo centramos nossos esforços para apresentar de forma didática o trabalho realizado pelos agricultores para produzir pepinos para a indústria, que adota uma rotina tecnicista de produção, levando os camponeses a submissão e a práticas agrícolas que obrigam a extensão das horas laborais de trabalho.

No quarto capítulo apresentamos a quantidade de venenos utilizada no plantio de pepinos nos assentamentos de Reforma Agrária. Como a tecnicidade cria suporte técnico para o uso indiscriminado de agrotóxico, que são aplicados sem nenhuma condição de segurança a saúde humana, não respeitando as carências e o uso obrigatório de equipamentos. Apresentamos os riscos ocultos dos compostos químicos e as causas e efeitos, provocados para a saúde humana e ao meio ambiente quando manuseados ou quando pessoas ou animais são expostos a intoxicação.

A presente pesquisa busca cumprir as exigências do curso de pós-graduação da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP- Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Sendo elaborado a partir de múltiplas frentes simultâneas de estudo, reflexão e atuação prática na realidade dos assentamentos.

Pois nossa vida se divide entre minha casa no Assentamento Fusquinha no Município de Teodoro Sampaio, a Escola Estadual Romilda Lazara Pillon, no Assentamento Água Súmida no mesmo município, onde ministro aulas de Geografia, e a militância social no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na região do Pontal do Paranapanema. Durante a pós-graduação conheci afundo e me tornei membro pesquisador vinculado ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e o Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).

Está multiplicidade de informações possibilitou abordar os elementos teóricos e empíricos, aliando a busca pela construção do conhecimento à luta pela transformação da realidade social. Na comunidade estudada encontramos o enfrentamento protagonizado pelos camponeses, que buscam na integração tática ao pacote tecnológico a saída para a reprodução social, diante da realidade de esvaziamento de políticas de produção, crédito, transporte e comercialização.

Na realidade estudada o conflito, ganha outros contornos, visto que não fica aparente as situações vividas na comunidade, que ganha “ares” de naturalidade e

legitimidade devido a necessidade de reprodução social, das famílias nos Assentamentos de Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema.

O cultivo de pepinos para a indústria de conservas proporciona transformações, dado que esta empreitada assumida pelas famílias assentadas traz as suas vidas mudança nas condições de trabalho, com relação à extensão das horas laborais e os riscos que este trabalho proporciona a vida das famílias, devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos e sua exposição a esses produtos, elementos da reprodução social camponesa, inseridos no processo de conflitualidade, que adquirem novas nuances e matizes de resistência e subordinação.

Pretendemos com essa pesquisa reconstruir os processos sociais e de trabalho que configuram o cotidiano e a existência da família camponesa. Utilizando do emprego do conceito do território como marco testemunhal e palco das relações de conflito no exercício das disputas de poder.

A investigação tem como consequência à revelação do processo de trabalho do campesinato para o desenvolvido do assentamento, como forma de resistir no campo. Que encontra na subordinação ao desenvolvimento capitalista, que neste caso se apresenta a partir da integração a indústria de conservas de pepinos.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os caminhos metodológicos utilizados neste trabalho percorreram um conjunto de atividades que serão descritas para melhor compreendermos os procedimentos ao longo da pesquisa de conclusão do curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – sendo as seguintes atividades: procedemos com a elaboração do projeto de pesquisa que objetiva estudar e mapear o processo de intensificação do uso indiscriminado de agrotóxicos subordinando a renda da terra e do trabalho desenvolvido pelas famílias no cultivo de pepinos para a indústria de conservas, que deflagra a materialização da contradição na produção do território.

O cultivo de pepinos para a indústria de conservas proporciona transformações, uma vez que a empreitada assumida pelas famílias assentadas traz as suas vidas

mudanças nas condições de trabalho, com relação à extensão das horas laborais e os riscos que esta atividade proporciona a vida das famílias, devido ao uso indiscriminado e exposição aos agrotóxicos.

A proposta deste trabalho consiste em reconstruir os processos socioterritoriais utilizando do emprego do conceito do território como marco testemunhal e palco das relações de conflito no exercício das disputas de poder. Tendo como consequência a revelação do processo de trabalho do campesinato na configuração específica e da combinação social e técnica dos elementos no assentamento, como forma de resistir se insubordinando e/ou concomitantemente se subordinando ao desenvolvimento capitalista no campo.

O método de investigação utilizado foi o estudo de caso, dadas as possibilidades de reconstrução da realidade dos assentamentos, compreendemos que o estudo de caso, favorece a abstração das iniciativas e formas de produção e reprodução no território. A iniciativa de estudar uma realidade social específica possibilita a apreensão da multiplicidade das suas dimensões históricas e genéricas da totalidade dos assentamentos de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema que produzem pepinos, pois possuem similaridades na luta e particularidades na construção das identidades camponesas de resistência ao modo de produção capitalista.

Como referência empírica da investigação, foi escolhido o Assentamento São Paulo, no Município de Presidente Epitácio. Comunidade que foi construída no contexto de luta e resistência dos trabalhadores diante das ofensivas do latifúndio, neste cenário de antagonismo é produzido a partir do enfrentamento e o conflito que vai culminar em 06 de agosto de 2003 com a conquista, dos trabalhadores de uma área total de 1.855,28 hectares de terras, com 1.422,50 de área agrícola.

Que passa a ser organizado em 76 lotes, onde cada família tem o direito de explorar e usar 18 hectares. A região onde o assentamento São Paulo encontra-se é o território historicamente reconhecido nacionalmente e internacionalmente pelas disputas e enfrentamentos entre trabalhadores e latifundiários pela posse e uso da terra, que datam desde ocupação e expropriação indígena, na grilagem de terras ao desmatamento, se arrastando aos dias atuais, onde o processo de conflitualidade ainda tem uma grande parcela de terras em disputas judiciais.

A seleção do Assentamento São Paulo está condicionada ao fato de ser um território com histórico de enfrentamento ao latifúndio, que proporcionou momentos de intenso conflito de luta e resistência para a conquista da terra. E na atualidade vive inserido no processo de disputa pela produção e reprodução no território, onde o ato do conflito se apresenta de forma contínua e concomitante que são percebidos e visualizados na resistência camponesa de insubordinação ao modo de produção capitalista ou nas tentativas de subordinação construídas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo.

Outro elemento central na escolha do assentamento para pesquisa está conectado ao fato da indústria de conservas, ter escolhido a comunidade como viveiro e modelo de experimentações, sendo a primeira área na região do Pontal do Paranapanema a receber a iniciativa do cultivo de pepinos. É o assentamento que possui o maior número de integrados, que alternam outras culturas trazidas pela indústria como o plantio de diversas variedades de pimenta.

Inicialmente, junto à equipe de pesquisadores do coletivo de pesquisa do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde- CETAS, realizamos uma pesquisa exploratória, percorrendo de fevereiro de 2015 a outubro de 2016, todos os assentamentos do Pontal do Paranapanema que produzem pepinos de forma integrada a indústria. O objetivo era fazer um levantamento preliminar das informações sobre a expansão do cultivo e as relações de trabalho desenvolvidas nos assentamentos, este trabalho de sondagem e levantamento estava previsto na pesquisa do projeto temático “Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro do Pontal do Paranapanema- São Paulo: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental<sup>1</sup>, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Thomaz Junior da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita”- Campus de Presidente Prudente.

Nesta oportunidade de conhecimento da realidade dos vários assentamentos realizamos levantamento preliminar de informações concernentes a realidade do plantio e tomamos conhecimento dos diversos estágios da cultura e o desenvolvimento da

---

<sup>1</sup>Projeto Temático FAPESP (Processo: 2012/23959-9).

iniciativa nos diferentes assentamentos da região. Em nossa caminhada realizamos entrevistas informais com os agricultores, técnicos da indústria responsável em prestar assistência técnica aos assentados, líderes das comunidades assentadas e pessoas militantes dos movimentos sociais. Somado a estas iniciativas realizamos levantamentos e consultas a fontes primárias, também realizamos o levantamento bibliográfico sobre a temática do trabalho, agrotóxicos, assentamentos e a história de luta da região do Pontal do Paranapanema.

No caminho da eleição do caso de estudo, adotou-se outros critérios que elegemos como secundários para o desenvolvimento da pesquisa no assentamento São Paulo, escolhemos entre os assentamentos os que possuíam idade superior a 08 anos de implantação pela Fundação de Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" (Fundação ITESP), por dois motivos que consideramos importante para o desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro motivo, o tempo de implantação, já que assentamentos novos não apresentam o afloramento claro do conflito, estão ainda vivendo a transitoriedade, ou seja, estão presas as lembranças “saudosas” do ato do acampamento, risco que não corremos quando analisamos assentamentos que possuem certa caminhada nos elementos presentes no território que favorecem ou dificultam a produção e a reprodução socioterritorial das famílias.

O segundo motivo de pesquisar e analisar o Projeto de Assentamento São Paulo, está conectado ao fato de adotar a escolha de assentamento implantada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" ITESP, em razão de ser de responsabilidade desse instituto a assistência técnica, diante disso a escolha facilita o acesso mais fácil e rápido aos dados secundários, que contribuem para a compreensão das particularidades e os elementos presentes na comunidade.

Os procedimentos metodológicos de escolha do assentamento São Paulo, partem do princípio da coleta e análise das informações e relações empíricas que serão confrontadas com a teoria. Este circuito investigativo recorre compulsoriamente à abstração, e retornando comumente ao seu ponto de partida, e a cada retorno, compreendendo-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente a gênese histórica e o desenvolvimento do assentamento de Reforma Agrária. O movimento do pensamento cria possibilidades em reconstruir novos planos, constituindo e reconstruindo o processo

contraditório das relações no assentamento, que são fruto de um processo histórico que se beneficia do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista para ter êxito na reprodução socioterritorial enquanto classe.

Passamos a preparar o trabalho de campo com realização de entrevistas semiestruturadas, onde a definição do tamanho da amostra a ser aplicada foi determinada pela quantidade de famílias que produzem pepinos integrados para a indústria de conservas. No assentamento São Paulo é beneficiário do Projeto de assentamento 76 famílias. Destas, 22 famílias participam e está integrada a produção de pepinos, participando de diversos ciclos de produção de pepinos para a indústria.

Levantamos informações no formato de registros de áudios e imagens georreferenciadas que estão materializadas em mapas temáticos que ilustram a localização do assentamento em relação a outros assentamentos que também produzem pepinos para a indústria, essa iniciativa de georeferenciar as imagens, também tem por objetivo localizar os lotes dentro do assentamento que estão conectados a indústria a partir da integração produtiva.

Os trabalhos de campo para coleta dos dados utilizaram basicamente a técnica de entrevistas, onde paralelamente, realizamos a observação participante do assentamento tendo o intuito de levantar informações complementares. Este trabalho foi realizado ao longo do ano de 2017. Sendo organizados semanalmente, visto que a dinâmica produtiva não permite que os trabalhos sejam distantes, já que o ciclo de uma roça de pepino tem período produtivo curto de 90 dias com uma intensidade produtiva muito grande<sup>2</sup>. Ao longo do ano podemos acompanhar os vários estágios tecnificados da produção vividos pelas famílias, que perpassavam pela preparação da terra, o plantio, o estaqueamento, o fertilhamento, os traços culturais (carpa da roça), a aplicação de adubos, a aplicação dos hormônios, a pulverização de agrotóxicos com máquinas costais, a colheita, a embalagem em sacos e o transporte.

A indústria estimula os agricultores a produzirem em três períodos do ano, sendo iniciado o primeiro período no mês de janeiro a março, logo em seguida o

---

<sup>2</sup>Devido a intensidade de aplicação de hormônios e fertilizantes, os frutos crescem assustadoramente, pois pela manhã é um pequenininho fruto com uma flor amarela, no final da tarde é fruto, no outro dia bem cedo deve ser colhido, porque já está com as medidas de comprimento e 9 cm de diâmetro exigidos pela indústria. Caso a família não realize a colheita deste fruto neste momento, por algum motivo, quando for meio dia não serve mais para a indústria, pois já ultrapassou a medida, sendo considerado descarte.

segundo ciclo de junho a agosto e o último ciclo que inicia em outubro até dezembro, ciclos que podemos acompanhar ao longo de todo os anos de 2017 e 2018 em trabalhos de campo e conviveo com as famílias.

As entrevistas produzidas no assentamento São Paulo foram realizadas com camponeses residentes na comunidade que terão seus nomes verdadeiros preservados, sendo adotados nomes fictícios, sempre procurando dar equidade em termos de gênero, pois buscamos a compreensão e o posicionamento de todos os membros da família envolvidos no processo de trabalho com o plantio de pepinos, para isto, buscamos os depoimentos de homens, mulheres e jovens, em entrevistas colhidas de forma coletiva, em uma roda de conversa com os membros da família.

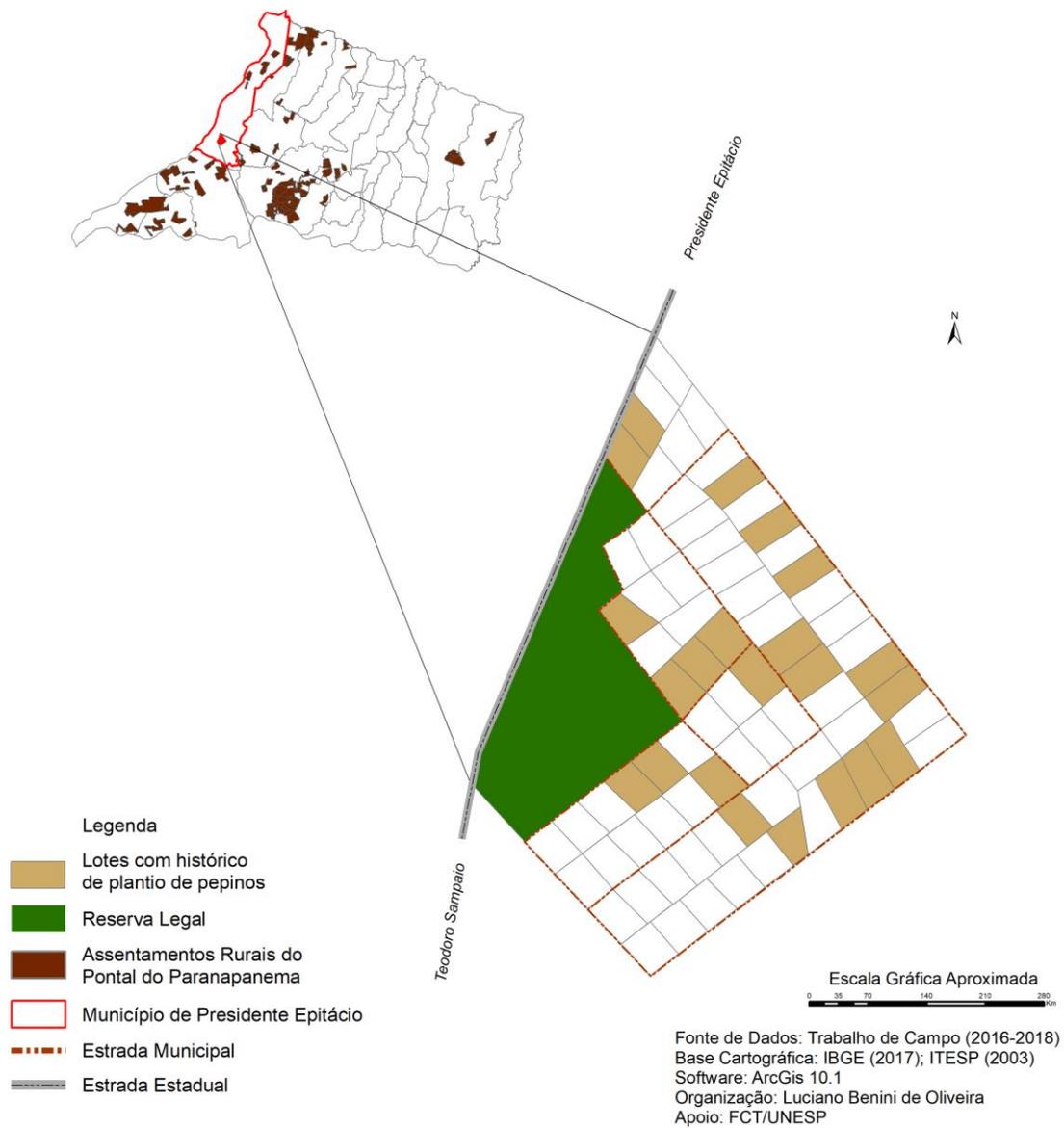
No início de cada coleta de depoimento realizávamos a construção do perfil da família, quanto aos membros, às características de produção e as impressões de envolvimento da família a produção, também relatávamos as culturas no lote, além do pepino.

A entrevista possuía uma bifurcação no procedimento de aplicação: onde primeiramente adotava-se o procedimento de um roteiro que compreendia nortear elementos relevantes para a problemática da investigação, mas concomitantemente a aplicação das questões procurava-se deixar o assentado (a) à vontade.

Possibilitando que o entrevistado (a) fornece-se informações espontâneas, ou seja, nossa intenção era obter a livre narrativa, pois nosso objetivo, sempre foi que o relato abrangesse todo o processo de construção da instalação do plantio dos pepinos no assentamento, garantindo a construção cronológica de chegada da iniciativa do cultivo de pepinos para a indústria.

Realizamos no assentamento São Paulo 22 entrevistas gravadas, nos seguintes lotes: 03, 04, 10, 14, 17, 22, 24, 25, 27, 31, 32, 33, 40, 43, 44, 45, 46, 53, 64, 65, 74 e 75, a duração média das narrativas foi de 20 minutos. Abaixo apresentamos o mapa de distribuição geográfica dos lotes dentro do Assentamento São Paulo, demonstrando a localização das famílias assentadas que realizam o plantio de pepinos integrados a indústria de conservas. Observamos o mapa:

**Mapa1: Assentamentos do Pontal do Paranapanema: Assentamento São Paulo.**



Ao longo dos trabalhos de campo e o convívio na comunidade, o clima nos contatos com as famílias sempre foram cordiais, com boa reciprocidade por parte dos assentados, sempre nas minhas incursões a campo adotei os períodos do início da tarde, nos períodos que os agricultores estavam descansando do trabalho da manhã e aguardando o período, onde o sol era mais ameno, esta iniciativa facilitou a acolhida, pois nas primeiras horas do dia ou nas horas frescas os agricultores estavam trabalhando no cultivo.

Paralelo aos trabalhos de campo na comunidade e a coleta das entrevistas, foram realizadas observações das condições da expansão da cultura em outras comunidades do Pontal do Paranapanema, junto a equipe de pesquisadores do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde- CETAS, que deram continuidade aos levantamentos previstos na pesquisa do projeto temático “Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro do Pontal do Paranapanema- São Paulo: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental, onde pude conversar livremente com muitos agricultores que colocaram seus pontos de vista distintos, a respeito do desenvolvimento da cultura. Tive também a oportunidade de conhecer e conversar com camponeses que estavam descontentes com a indústria, devido o cultivo em seus assentamentos não apresentar êxito, diante de fatores climáticos ou de condução da cultura, prejudicando nos resultados de ganho monetário, ou seja, não correspondendo às expectativas dos agricultores, isso leva-os a contrair dívidas no comércio da cidade ou com a indústria de conservas, que deveriam ser pagas com outras receitas.

Por fim, ao longo do levantamento das unidades produtoras de pepino, tive a oportunidade de levantar materiais primários e secundários que complementaram a interpretação da realidade, no qual além das entrevistas produzidas na comunidade busquei entrevistar pessoas ligadas a produção como técnicos da empresa promotora da atividade, pessoas com responsabilidade políticas nos municípios da região como técnicos, prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias, somado a esta iniciativa realizei contatos com prefeituras, com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"– ITESP, responsáveis em dar assistência técnica aos

assentamentos, associação de produtores com propósito de coletar informações em documentações nos arquivos destas instituições.

Em síntese, a fonte básica de informações que norteou a interpretação da comunidade foi às entrevistas realizadas com camponeses que são beneficiários do assentamento São Paulo, cuja interpretação do material coletado foi a espinha dorsal das referências, somado a incorporação das informações contidas nas fontes primárias, secundárias e teóricas consultadas. Ao longo da construção das interpretações priorizou a análise do conteúdo das entrevistas, numa perspectiva teórica de priorizar a abordagem teórica do discurso camponês.

## **CAPÍTULO 01 – CAMPONESES EM LUTA E RESISTÊNCIA PERMANENTE NO PONTAL DO PARANAPANEMA:**

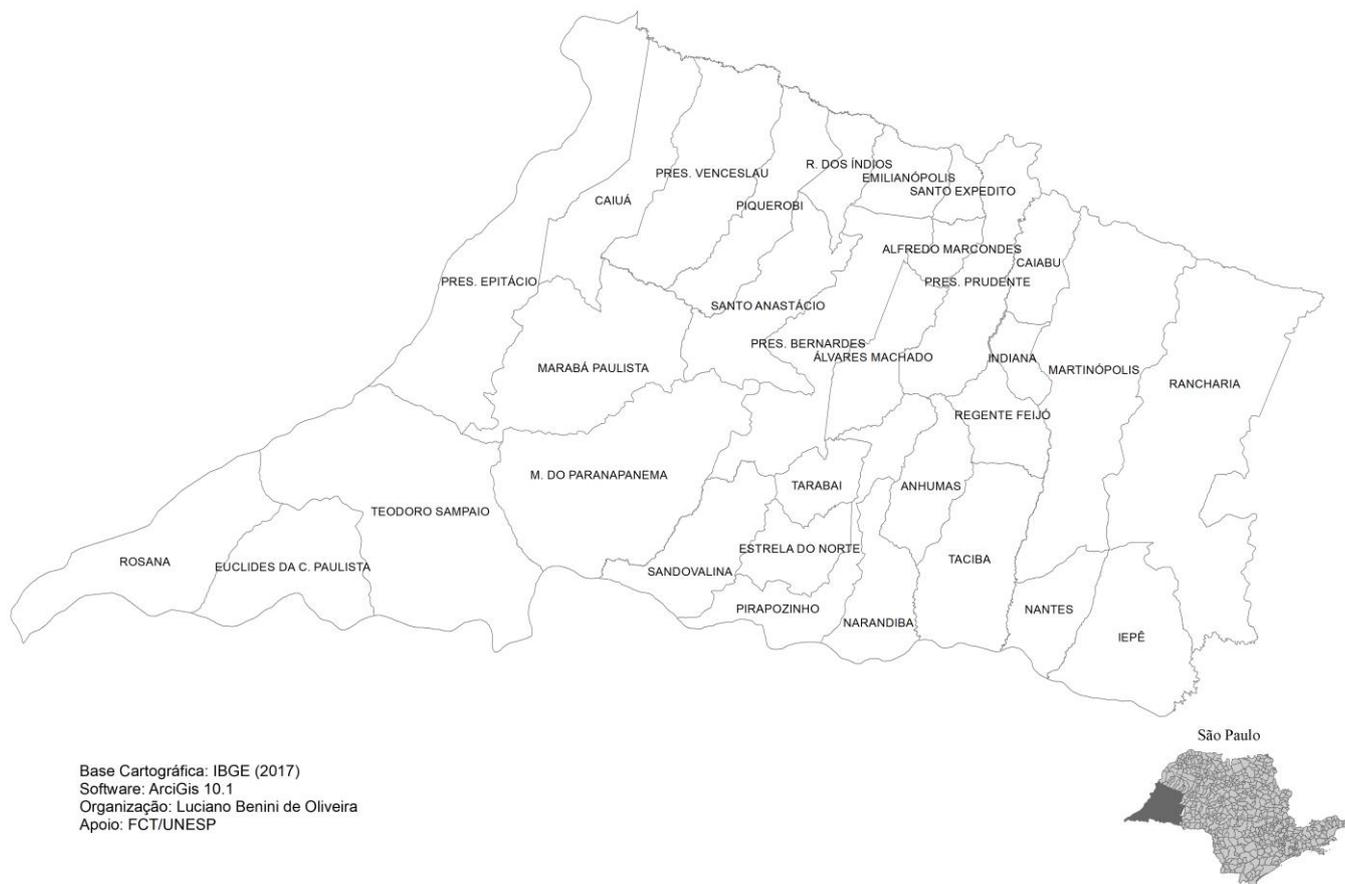
As lutas de resistência contra a exploração e a expropriação, dos trabalhadores foram construindo uma capacidade de organização e mobilização a favor dos seus direitos constitucionais. A região do Pontal do Paranapanema, conhecida nacionalmente e internacionalmente pela luta dos movimentos sociais pela democratização da terra contra o monopólio das terras devolutas apropriadas pelos “ditos” proprietários, proporcionou conquistas de territórios que fogem as dinâmicas das paisagens monopolista do latifúndio monocultor.

Realidade de enfrentamento que aflora o conflito, estabelecendo lados antagônicos, de um lado os latifundiários que historicamente tomaram indevidamente e ilegalmente as terras da região, e do outro as terras que foram retomadas por um processo de luta e que estão sob o domínio dos camponeses, que se territorializam através dos assentamentos rurais.

## **1.1 - Contextos histórico de luta pelas terras no Pontal do Paranapanema**

O Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo oeste do estado de São Paulo, na região sudeste do Brasil. Este trabalho adota a delimitação espacial da 10ª Região Administrativa, constituída por 53 municípios, que ocupam 23.952 Km<sup>2</sup> ou 9,6% do território paulista (FELICIANO, 2009. p. 89). Segundo a definição do comitê de bacias hidrográficas, a região possui uma área de 1,2 milhões de hectares, está localizado entre as coordenadas geográficas de latitude de 21° 45" S e 22° 45" S e longitude de 51° W e 53°W, tendo como limites naturais o Rio do Peixe ao norte, ao leste o Rio das Onças, ribeirão de Anhumas e o ribeirão Santa Maria, ao sul o Rio Paranapanema e ao oeste o Rio Paraná. É uma região com baixa densidade demográfica, sendo uma das menos povoadas do estado, e a segunda com pior IDH, atrás apenas da região do Vale do Ribeira (IPEA, 2003). Abaixo apresentamos o mapa que localiza todos os municípios da região do Pontal do Paranapanema.

## Mapa 2 – Municípios de que compõem a região do Pontal do Paranapanema



Base Cartográfica: IBGE (2017)  
Software: ArcGIS 10.1  
Organização: Luciano Benini de Oliveira  
Apoio: FCT/UNESP

Segundo Feliciano (2009. p.7), o “Pontal do Paranapanema é um território em disputa”, historicamente construída por disputas e enfrentamentos, que datam desde ocupação e expropriação indígena, na grilagem de terras e no desmatamento. E na contemporaneidade está centrada nas disputas territoriais entre as classes sociais que produzem o movimento contraditório e dialético de territorialização, desterritorialização no reterritorialização.

Este movimento do conflito tem de um lado os latifundiários que historicamente tomaram indevidamente e ilegalmente as terras da região, e do outro as terras que foram retomadas por um processo de luta e que estão sob o domínio dos camponeses, que se territorializam através dos assentamentos rurais. Neste processo ainda temos uma grande parcela de terras em disputa judicial, movida principalmente pela pressão dos movimentos camponeses para que o estado cumpra as determinações

que a lei lhe compete, ou seja, discriminar e retomar as terras que são de patrimônio público (FELICIANO, 2009. p.263).

A região conhecida nacionalmente e internacionalmente, por ser o palco de conflitos que envolvem a luta pela terra, possui segundo Feliciano (2009. p.21), grande estoque de áreas devolutas, não sabendo precisar a sua dimensão territorial, mas calcula-se, segundo o autor que aproximadamente 1,4 milhões de hectares de terras griladas que ao longo do processo histórico de conflitualidade foram ocupadas irregularmente no final do século XIX e começo do século XX. A forma irregular de ocupação vai dar origem ao questionamento pelos movimentos sociais organizados, estabelecendo-se a materialização do conflito, de um lado os latifundiários do outro os trabalhadores, entre estes dois, o “Estado como agente mediador dos embates formais e informais decorrentes das relações sociais de classes distintas, que buscam materializar e grafar suas ações no território”, que segundo Feliciano (2009) fez diversas tentativas de provar “judicialmente que as terras são de domínio público, sem êxito, pois a morosidade e a corrosão da cadeia dominial levam a dificuldade de retomada devido aos vícios ao longo do processo” (FELICIANO, 2009, p. 21-22).

O marco testemunhal da conflitualidade das terras no Pontal e as relações sociais de poder que constroem de forma dialética e concomitantemente o território ficam evidenciadas em Feliciano (2009. p.22), “quando elucidada o processo de ocupação e utilização das terras no Pontal do Paranapanema”, pois materializa a partir da definição que:

As terras (re) tomadas na região do Pontal do Paranapanema passaram por várias transformações: de terras indígenas e devolutas; de devolutas a terras griladas; com caráter privado; de terras sem definição jurídica dependendo do aval político imprevisto do poder jurídico, para terras julgadas particulares e inquestionáveis ou devolutas (portanto públicas) e possíveis de se implantar projetos de assentamentos rurais, e por fim, terra de administração pública com uso e permissão por famílias camponesas, criando outras definições e finalidades (FELICIANO. 2009, p. 22-23).

Segundo Feliciano (2009.p.218), “as terras na sua gênese estavam sobre a posse dos povos originários da região”. Segundo Cobra (1923) os vestígios, das populações indígenas que habitaram a região do Pontal, encontrou apenas sinais, pois “pouco se sabe sobre os índios, tendo encontrado registros de que três tribos, em 1886, habitavam o Vale do Paranapanema, são elas: os Coroados, os Caigangues e os Chavantes,

existindo ainda alguns Guaranis”. (COBRA<sup>3</sup>, Amador Nogueira apud FELICIANO, 2009.p.262).

Neste tempo histórico, segundo Sobreiro Filho (2012.p.85), a “frente pioneira foi determinante para o processo de ocupação do estado de São Paulo”, pois está tinha a função de “destruir o território indígena”, constituindo o primeiro estágio da conflitualidade, pois os índios reagiram, com o “objetivo de afugentar o homem branco, realizando ataques”, como podemos observar em Leite (1981):

Comprimidos entre as frentes pioneiras procedentes do Oeste e o rio Paraná, a oeste, não restara outra opção aos “caingangues” senão atacar, vez por outra, ao pôr-do-sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta (LEITE, 1981, p.43).

O conflito entre os indígenas e os jagunços era desproporcional. Os jagunços que realizavam seu trabalho a mando dos latifundiários eram profissionais de matar gente, e os índios queriam apenas afugentar, colocar para correr, para terem tranquilidade em seu território. Mas como todo profissional os jagunços cumpriram seu papel, exterminando os índios, realizando a limpeza do território para o latifundiário, como descreve Leite (1981):

O revide do colonizador branco era terrível. Era contratar bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. Houve expedições, na época chamadas “dadas”, unicamente para liquidar os índios (LEITE, 1981, p.43).

Acredita-se que os Caingangues eram os mais numerosos, povos que foram dizimados pelo braço forte do colonizador que transforma as terras indígenas em posse particular do colonizador/latifundiário.

---

<sup>3</sup> **Em um Recanto do Sertão Paulista.** Livro publicado pelo autor Amador Nogueira Cobra, na editora Henneies Irmão, em 1923. Obra que aponta a ação devastadora do colonizador sobre os povos indígenas da região do Pontal do Panapanema, a época conhecida como vale do Panapanema.

Outro fator determinante no processo de intensificação da conflitualidade da ocupação do Pontal do Paranapanema é a lei de terras<sup>4</sup> de 1850, que segundo Ramalho (2002, p.51) previa que as “terras poderiam ter legitimação de 1850 até 1856”, pois, permitia segundo Sobreiro Filho (2012,p.85), que “pessoas com posses ou sesmarias regularizassem suas terras em uma unidade paroquial, assim as terras registradas eram legalmente consideradas e reconhecidas pelo Estado como domínio particular, transformando as terras em propriedade privada”. Segundo Ramalho (2002, p. 52), as terras restantes, ou não regulamentadas até a presente data, prevista na lei, tornariam terras devolutas, ou seja, “retornariam para posse do Estado”.

Segundo Sobreiro Filho (2012.p.85), no “Pontal do Paranapanema a grilagem foi um dos principais processos que determinaram e configuraram a sua complexa questão agrária”, sendo segundo Feliciano (2009. p.234) o “alicerce do processo de conflito e das disputas territoriais na região”, de maneira que, para “resolver esta situação de ilegalidade os latifundiários buscam de forma criminoso legalizar as terras”, utilizando do procedimento descrito por Monteiro Lobato como a técnica de envelhecer papéis usando grilos: no qual os papéis são colocados em gavetas com centenas de grilos, cujos são trancados e assim que os insetos morrem, apodrecem soltando toxinas que mancham os papéis, dando- lhes, assim, o aspecto de velho, este processo engenhoso de “esquentar a documentação” das terras no Pontal do Paranapanema ficou conhecido como grilagem de terras.

Tendo o marco histórico de maio de 1856, com a chegada na região de Antônio José de Gouveia, que teria extraído na paróquia de São João Batista do Rio Verde no município de Itaporanga com o vigário frei Pacífico de Monte Falco, o registro da imensa gleba de terras chamada Pirapó-Santo Anastácio, que tem os limites da fazenda desde a barranca do Rio Paranapanema, seguindo 10 léguas o Rio Paraná acima e voltando-se para leste, pelas vertentes do Rio Pirapó, até encontrar novamente o Rio Paranapanema, uma imensidão de terras griladas que se tornam “terras privadas”. (RAMALHO, 2002, p. 54).

---

<sup>4</sup>Segundo Sobreiro Filho (2012), foi uma das primeiras leis agrárias brasileiras, tendo origem após a independência do Brasil e sendo apresentada por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1843 ao Conselho de Estado do Império (SOBREIRO FILHO, 2012).

Outras terras da região que foram griladas, segundo Sobreiro Filho (2012,p.86) foram as terras da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. Sua origem está ligada a “José Teodoro de Souza que extraiu seu registro paroquial com o Vigário Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu, coincidentemente lavrado no mesmo mês em que ocorreu a posse de José Gouveia”. Nos documentos de posse Teodoro alegava morada habitual desde 1847.

Nosso objetivo não é levantar todos os casos de terras griladas, e dar detalhes das movimentações políticas e judiciais dos latifundiários para regularização de suas terras, mas a fazenda Pirapó-Santo Anastácio e a fazenda Boa Esperança do Água Pehy, segundo Sobreiro Filho (2012), se cruzam quando o coronel Manuel Pereira Goulart e Francisco de Paula Morais, genro de José Teodoro de Souza e suposto proprietário das terras, solicitam a legitimação das terras alegando serem possuidores das terras que tiveram posse em 1850 e afirmavam ter diferentes culturas. No mesmo ano (1886) João Evangelista de Lima também tenta o pedido de reconhecimento legal da fazenda Pirapó-Santo Anastácio como sua propriedade. Visto que os processos estavam repletos de falsidades e erros o governo reconhece como nulos, imprestáveis e falsos os documentos. (SOBREIRO FILHO,2012

“Terras privadas” que irão dar outros contornos aos conflitos no Pontal do Paranapanema, pois o crime produzido pelos coronéis é desvendado<sup>5</sup>, mas embora houvesse problemas acerca da legitimidade das terras sua comercialização seguiu a “todo vapor”, assim como o processo de povoamento. Agora a grilagem passa dos escritórios dos latifundiários que confinavam grilos em suas gavetas até a morte. Para o testemunho destes insetos, que presenciam o sangue dos trabalhadores que corre sobre a imensidão de terras griladas, pois mandar expulsar e matar índios e posseiros é o trabalho dos coronéis, sempre tão bem-intencionados pela legalização das terras conquistadas de forma ilegal. Antes ajuntavam pelos campos grilos, agora recrutam

---

<sup>5</sup>Decisão proferida segundo Leite (1981) sobre a terras da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, em dezembro de 1930, a Fazenda do Estado de São Paulo opõe-se à partilha da Pirapó-Santo Anastácio; em uma longa petição encaminhada ao juiz da comarca de Presidente Prudente alegando ser nulo o processo divisório... porque “os títulos originais da posse e domínio particulares sobre as terras da aludida Fazenda foram falsificados criminosamente, como fim de lesar o patrimônio do estado. Assim, (diz o opoente) todos os títulos referentes ao imóvel dividendo, desde o registro paroquial de 14 de maio de 1856, até a permuta feita, em 11 de janeiro de 1890, entre João Evangelista de Lima e Manuel Pereira Goulart, são falsos ou nulos e sem qualquer valor jurídico. Nestas condições, tais terras fazem parte do domínio do estado, como devolutas que são [...]”. (LEITE, 1981. p. 46).

jagunços, com função específica de matadores de aluguel (SOBREIRO FILHO, 2012. p.p. 85,86,87).

A disputa de classe toma os tribunais, este estágio do conflito gera uma “bifurcação”, porque as terras agora se tornam sem definição jurídica dependendo do aval político imprevisto do poder jurídico, para terras julgadas particulares “OU” terras inquestionáveis ou devolutas (portanto públicas) e possíveis de se implantar projetos de assentamentos rurais, e por fim, terras de administração pública com uso e permissão por famílias camponesas, criando outras definições e finalidades (FELICIANO, 2009).

Os latifundiários travam conflitos judiciais e legislativos para o reconhecimento da posse das terras griladas. Um dos episódios mais relatados segundo Ramalho (2002.p.52) foi o pedido em “28 de fevereiro de 1891, feito por Manoel Goulart, ao ministério da agricultura solicitando a permissão para receber colonos estrangeiros em sua fazenda Pirapó-Santo Anastácio”, que segundo Sobreiro Filho (2012. p.86) foi a “obtenção mais favorável e próxima da posse das terras concedida ao coronel Goulart”. Mas segundo Leite (1981.p.43) foi o suficiente para Goulart ter força de legitimação da posse das terras, fazendo com que o coronel realizasse todas as manobras administrativas e jurídicas para mascarar a gênese do grilo, para isso, “vende, troca e doa as terras.”

Este reconhecimento possibilita a “festa dos grileiros”, permitindo que as grandes áreas sejam divididas em glebas de terras menores, buscando descaracterizar a grilagem de terras na região. O latifundiário então se vê na dianteira das relações de poder sobre o território, que o leva a intensificar as medidas exterminadoras, contratando mais jagunços que irão expulsar assassinar os posseiros, índios e populações tradicionais, realizando a limpeza social, para dar início a próxima fase de dominação e controle das relações sociais de poder no território.

As disputas territoriais no Pontal do Paranapanema apresentam-se aparentemente consolidadas pelos latifundiários, que agora com fortes incentivos governamentais, por motivos militares e políticos<sup>6</sup> recebem em “suas” imensas terras

---

<sup>6</sup> Segundo SobreiroFilho (2012. p. 89) os motivos para o incentivo da construção da linha de ferro estavam diretamente ligados a ocupação pela infantaria paraguaia à cidade de Corumbá em 3 de janeiro de 1864 foi um dos fatos que despertou os olhos do governo brasileiro, contribuindo para acelerar o processo de ocupação do território na região Centro-Oeste e garantir a soberania nacional. Ver Leite, 1981

griladas, trabalhadores vindos de diversas regiões do mundo, Contribuindo com a territorialização da grilagem, esta alteração na configuração da paisagem só é possível devido a chegada da construção em 1917 da estrada de ferro Sorocabana, que ligaria Botucatu no estado de São Paulo, seguindo em sentido às margens do Rio Paraná, tendo como intuito viabilizar o acesso do Estado de São Paulo ao Estado do Mato Grosso do Sul. Construída para desenvolver e transportar produtos proporciona a chegada de comerciantes, aventureiros, especuladores e foragidos. Mas também trouxe imigrantes, como os alemães, italianos, espanhóis e japoneses que contribuíram para a realização de atividades agrícolas, principalmente familiar. (SOBREIRO FILHO. 2012. p. 85).

A região do Pontal do Paranapanema passa por um movimento histórico de efervescência populacional, onde a população regional, que segundo Sobreiro Filho (2012. 87), “*crece em 10 anos de 275.000 para 416.000 habitantes, possibilitado pela facilidade de acesso e a possibilidade de trabalho nas lavouras de café*”, surgindo pequenos vilarejos que irão se tornar municípios ao longo dos “*trilhos da estrada de ferro, como: Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922).*”

O aumento populacional somado as amplas ações do colonizador grileiro de desmatamento e ocupação agrícola para a implantação de fazendas de criação de gado, cultivo de algodão e amendoim. Os trabalhos nas fazendas, registravam o abuso do trabalho de posseiros e imigrantes, que segundo Leite, (1981.p. 53) “*trabalhavam com a promessa de posteriormente poder produzir na área, mas acabavam sendo expulsos ou eliminados das terras*”. Nesta época segundo Leite (1981), surge:

A célebre figura do “quebra-milho”, capanga contratado por grandes grileiros com o fito de expulsar outros grileiros e portadores de falsos títulos de domínio, bem como os posseiros. As demarcações de terras também passam a gerar sérias refregas, pois era frequente descobrir-se que uma ou outra fazenda havia sido invadida por ocupantes de propriedade contígua cujos peões já haviam derrubado 200 ou 400 hectares de matas. Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém-abertos (LEITE, 1981, p. 53).

A grilagem de terras continua sendo um elemento estruturante dos conflitos no Pontal do Paranapanema, com exploração e expropriação do trabalhador, leva a construção de um sujeito excluído e marginalizado, fazendo com que se organize para lutar e resistir contra as ofensivas do latifúndio. Estas organizações/movimentos

segundo Fernandes (1996. p.78), “*irão construir o novo personagem na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, (o sem-terra)*”. Será o movimento social organizado que através da luta, fortalece um dos lados do conflito, que perde sua aparente sensação de domínio supremo do latifundiário, e passa a ter sintomas de enfrentamento, com ações de reivindicação.

O “sossego” acaba para os latifundiários grileiros, que tiveram anos de trégua dos gestores públicos, mas agora, não terão mais nenhum minuto de “paz” dos trabalhadores sem-terra, que adotam a estratégia de ocupação das terras pela forma do corte da cerca, possibilitando a espacialização e a territorialização do movimento organizado por toda a região do Pontal do Paranapanema, essas ações levam a conquista de territórios em grande parte dos municípios. A organização e a luta dos trabalhadores, dá outros contornos à conflitualidade, de maneira que a trégua histórica concedida pelos gestores públicos e os tribunais, agora é colocada a público, visto que a resistência dos trabalhadores questiona a posse da terra, forçando a materialização da conquista da luta dos trabalhadores, que resulta na condição de terras devolutas griladas para terras devolutas públicas, passíveis de implantação de assentamentos de Reforma Agrária.

Segundo Ramalho (2002. p. 45), “*a expansão do capitalismo como relação hegemônica, produz uma estrutura social e econômica na agricultura*”, tornando-se predominante, realiza a implantação das suas formas produtivas e organizativas no território. Estas “*ações capitalistas no tempo e no espaço consolidam uma relação contraditória entre dominados e dominadores*”, favorecendo o surgimento dos trabalhadores sem-terra, que vai questionar essas formas produtivas e organizativas no território. A organização do movimento que luta pela terra e questionamento das formas desenvolvidas pelos dominadores no estado de São Paulo, surge segundo Ramalho, (2002. p.50) a partir de “*experiências cumulativas nos anos 1980 e 1985/86, com a união das lutas e conquistas dos movimentos isolados nas regiões de Andradina, Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas*”

Estas ações pelo Estado constituem uma classe de expropriados com identidade, objetivos e localização definida com intuito de resistir contra o avanço do capital em contrapartida, disputando e conquistando os territórios. As ações dos trabalhadores no estado de São Paulo consolidam um processo de afloramento da

conflitualidade, dado que a luta pela terra promove o aumento do número de ocupações no estado de São Paulo.

Nosso objetivo não é trazer a discussão de todos os desdobramentos e movimentos que se organizaram para lutar contra a ofensiva do latifundiário no Brasil, mas dar atenção aos acontecimentos principais de territorialização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, sabendo que estes estão conectados intimamente aos desdobramentos e articulações nacionais, não se tratando de algo isolado, onde a organização dos trabalhadores vai dar outro contexto para a conflitualidade regional.

Somada a história de concentração e grilagem de terras, na década de 1980, surge um fato novo, ou seja, a região chama atenção dos interesses do capital associados à iniciativa do Estado no tocante à dotação de infraestrutura para benefícios do próprio capital. A construção das hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu, prometera promover o desenvolvimento. Que mais tarde contribuirá como motor da luta, de modo que, as demissões em massa dos canteiros de obra, fornecem trabalhadores que devido aos vários anos morando na região já haviam constituído raízes, diante disso desejavam permanecer, não restando alternativa, se não seguir as fileiras da luta pela terra. Passam a integrar os acampamentos e realizar as ocupações dos latifúndios, agregando-se ao conjunto das iniciativas de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra- MST, na região do Pontal do Paranapanema.

Neste contexto de massificação da luta na região, com os trabalhadores vindos dos canteiros e dos municípios da região e dos estados vizinhos se estabelece o tencionamento do conflito, aflorando o cenário de enfrentamento e disputa. Realidade que foi possível devido a dois fatores principais: o primeiro devido a consolidação do latifúndio e as demais obras do Estado que desenvolveram características particulares de exploração, concentração e uso das pessoas e da terra para concentrar a riqueza, realizando a exploração de mão-de-obra das pessoas adotando princípios de ludibriação como propostas de parcerias, arrendamento, troca de serviços, mas na verdade segundo Leite, (1981, p. 45) o *“objetivo final era usar apenas como peões de obra e a expropriação dos pequenos posseiros que ali habitavam e que foram usados para a derrubada da mata e criação das fazendas”*. O segundo elemento estruturante foi a organização dos trabalhadores para lutarem de forma imediata pela transformação da

estrutura da terra, que será o alicerce para conversão das relações sociais, econômicas e políticas da sociedade.

A experiência vivida por estes trabalhadores de exploração, exclusão e expropriação somada às novas iniciativas construídas pelo movimento organizado, de vida comunitária em acampamentos, divisão de tarefas, coletivização dos trabalhos e igualdade entre trabalhadores e trabalhadoras, leva a construção dialética de suas identidades enquanto trabalhadores organizados, que passam a confrontar diretamente com o latifúndio e com a o Estado por meio de ocupações de terras. Segundo Sobreiro Filho (2012.p.92) *“trabalhadores excluídos pelo sistema materializam a contradição da lógica do capital por meio de uma luta que acima de tudo reivindicava melhores condições de vida”*, como outro momento importante da organização dos trabalhadores para a conflitualidade, apontado por Fernandes (1999);

No dia 15 de novembro de 1983 aconteceu uma grande ocupação (aproximadamente 350 famílias) nas fazendas Tucano e Rosangela, de “propriedade” da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social, 46,5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37,5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Alcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos por barragens (FERNANDES, 1999, p. 84-85).

A luta reivindicatória dos trabalhadores leva a conquista do território, conquista que cria outro momento de tencionamento da conflitualidade entre latifundiários e camponeses. Pois a incompetência do Estado em arrecadar terras, torna o conflito nítido. Quando os latifundiários acirram ainda mais as ameaças frente ao governo estadual e a disputa por terra se materializar através da criação da UDR – União Democrática Ruralista, ou seja, criam o movimento de latifundiários, que representa a classe ruralista que se defende e criminaliza o movimento dos sem-terra (SOBREIRO FILHO, 2012. p.93).

A região do Pontal do Paranapanema nesse contexto está em ebulição, a luta pela terra, está gestando o embrião da resistência, as margens de cada rodovia que corta a região, para finalmente 1990, seja feita a primeira ocupação de terra no Pontal enquanto Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (MST). No dia 14 de julho de 1990 no distrito Primavera no município de Rosana, as famílias de diversos municípios da região ocuparam a fazenda Nova Pontal.

Após uma série de desdobramentos na intensidade do conflito, devido às negociações com o Estado, as famílias ocupam a fazenda São Bento, de propriedade de Antônio Sandoval Neto, um dos principais grileiros da região. Este momento da luta ganha novas estratégias, onde as famílias decidem cultivar a área ocupada, permanecendo durante o dia no cultivo das terras e durante a noite se recolhem ao acampamento fora da fazenda. Essa forma de luta impossibilita o despejo, uma vez que os trabalhadores materialmente não ocupam as terras do latifúndio. Diante do impasse o grileiro toma providências, revivendo o passado, contrata jagunços que impedem “a bala” a entrada dos trabalhadores em seus roçados. Essa situação cria o agravamento no conflito, relatada por Fernandes (1999)

O conflito era o trabalho. Os jagunços tinham ordens para impedir que os trabalhadores plantassem. De certa forma, a situação estava fora do controle da Polícia Militar que registro queixas das duas partes envolvidas. Os trabalhadores acusavam os jagunços e o grileiro acusava os trabalhadores (FERNANDES, 1999. p. 139).

O Estado se vendo acuado, pela sua inoperância na solução do conflito, requisita parte da fazenda São Bento para abrigar os trabalhadores pelo período de 180 dias. Situação que segundo Sobreiro Filho (2012, p.97) leva “*o grileiro a entrar com uma liminar de suspensão do decreto firmando, abrindo o embate na esfera jurídica entre o proprietário e o Estado*” Enquanto esse processo se desenvolvia decidiu-se que uma área equivalente a 10 hectares seria reservada para que os trabalhadores montassem o acampamento.

Essa luta se arrasta por meses e até mesmo anos, mas serve como estopim, para a conquista de outras áreas, pois o principal símbolo do latifúndio com terras devolutas torna-se propriedade do Estado, com fins de uso de interesse público. Sendo utilizado para a criação do assentamento São Bento, situação de conquista dos trabalhadores que influencia a conquista de outras áreas no entorno.

O conflito nessa região se mantém até os dias atuais, sendo o Pontal do Paranapanema uma das regiões com maior número de conflitos por terra no país, marcado pela disputa territorial dos movimentos camponeses com o latifúndio/agronegócio responsáveis pelo afloramento das disputas de classes movidas pela contestação da legitimidade da posse da terra

Segundo Thomaz Junior (2005), a região presencia mudanças na configuração da luta, pois

Transformações expressam o caráter mais perverso do avanço do capital em forma: de precarização das relações de trabalho dos cortadores de cana, assalariamento dos assentados da região no corte da cana, tentativas de legalização das terras griladas através do Projeto de Lei 578/2007, avanço da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais (THOMAZ JUNIOR, 2005, p.64).

O processo de luta dos movimentos sociais provoca a espacialização da luta pela terra e a territorialização dos camponeses com a conquista dos assentamentos, que se caracteriza como território, responsável em ser viveiro das novas relações sociais, que são o desafio, para os trabalhadores, pois agora a luta continuará com o objetivo de resistir na terra (FERNANDES, 1999. p. 68).

Diante deste contexto de conflitos, luta e resistência que constrói de forma dialética a identidade dos trabalhadores rurais no Pontal do Paranapanema, processo que ocorre concomitantemente a luta pela terra que produz a espacialização e a territorialização dos trabalhadores, produzindo territórios que imprimem na paisagem regional, novas configurações sociais, econômicas, políticas, culturais. Para aproximarmos do local da pesquisa passamos a levantar as características históricas do assentamento São Paulo, que não foge à realidade de enfrentamento e conflitualidade dos demais assentamentos da região do Pontal do Paranapanema.

### **1.3 - Conflito, luta e conquista do Assentamento São Paulo, Município de Presidente Epitácio.**

Neste contexto, de luta e resistência dos trabalhadores diante das ofensivas do latifúndio, se coloca necessário iniciarmos pela compreensão da formação histórica de instalação da área que compreende o Assentamento São Paulo, que fica a 50 km da sede do município de Presidente Epitácio, no extremo Oeste do Estado de São Paulo. Segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo- ITESP, o assentamento possui área total de 1.855,28 hectares de terras, com 1.422,50 de área agrícola, onde na data de 6 de agosto de 2003 foi estalado uma das mais novas Comunidades Assentadas de

Reforma Agrária do município de Presidente Epitácio, organizados em 76 lotes, com dimensões de 18 hectares.

A área do Assentamento São Paulo está contida no 16º Perímetro<sup>7</sup> que segundo Feliciano. (2009. p. 431, 432), possui 08 projetos de assentamentos rurais, sendo que encontramos 405 famílias assentadas em 12.800 hectares de terra, sendo os Assentamentos: PA Santa Teresinha da Água Sumida, PA Fusquinha, PA Água Sumida, PA Padre Josimo, no município de Teodoro Sampaio, no município de Marabá Paulista encontramos o PA Santa Maria e Santo Antônio do Prata e finalmente encontramos o PA São Paulo no município de Presidente Epitácio, estas comunidades ocupam 14% das terras do território deste Perímetro.

As famílias que conquistaram o assentamento São Paulo tem suas origens nas lutas no assentamento Lagoinha, também no mesmo município, ou seja, são o excedente de famílias que iniciam a ocupação da área em 02 dezembro de 1998, realizando a construção do acampamento as margens da rodovia vicinal que tangência o assentamento no sentido do Distrito de Planalto do Sul no município de Teodoro Sampaio ao município de Presidente Epitácio. A luta enfrentada pelas famílias possuía características próprias. Devido à grande distância da sede do município e o difícil acesso leva as famílias a terem dificuldades quanto às condições de alimentação, escola e trabalho, realidade que se agravava com as famílias que possuíam crianças.

Essas condições são superadas ou pelo menos amenizadas, devido à dinâmica proporcionada pelo processo de luta pela terra, onde as pessoas se constituem como sujeitos coletivos, com um mesmo objetivo de superar as adversidades para conquistar o “*pedaço de chão*”, realidade que presenciamos no relato do Sr. Antoniel, que afirma ter ficado acampado por 6 anos, lutando pela terra,

---

<sup>7</sup>Segundo Feliciano (2009. p.432) a história discriminatória deste perímetro registra fatos de resistência dos latifundiários para suprir as ações do Estado. Antagônico a estas ações dos fazendeiros encontramos os posseiros e movimento de camponeses organizados que lutam pela retomada das terras públicas e transforma-las em unidades de produção familiar. Feliciano (2009. p.432), explica que as ações ajuizadas na comarca de Presidente Venceslau tiveram início no ano 1958. Em 23 de novembro de 1983 o juiz Hélio Martinez, declarou o processo extinto por razões de falhas administrativas e vícios no processo de citação dos envolvidos. O Estado recorre a decisão, apontando que os problemas apontados pelo referido juiz de problemas de citação estavam contidos de forma indireta no processo. Porém o pior estava por vir, no ano 1986 todos os 5 volumes com mais de 5000 folhas foram consumidos em um incêndio, segundo o advogado do ITESP, foi incêndio intencional provocado por latifundiários interessados na ação. Após este episódio as partes optaram pela extinção do processo.

Trabalhei tentando ajudar os outros, até que hoje, conseguimos ser assentados. Hoje todos nós assentados temos que tentar...estamos tentando... Organizar-nos na terra. (Antônio, 53 anos – Assentamento São Paulo – Presidente Epitácio (ANTÔNIEL, Assentamento São Paulo, Presidente Epitácio/SP. Entrevista concedida em 17/10/2017).

O relato aponta algumas características construídas ao longo do processo de territorialização dos camponeses, pois a construção das relações de poder que produzem os territórios faz com que os sujeitos envolvidos na dinâmica de desenvolvimento construam perspectivas de vida antagônicas aos presentes na sociedade contemporânea, como o individualismo e o personalismo. Observamos nas palavras de seu Antoniel, a ênfase dada ao sujeito coletivo, afirmando que todos (nós) lutamos e conseguimos o lote, se desvencilhando dos vícios individuais personalistas tão presentes na sociedade, ou seja, as dificuldades, as necessidades, a luta e a resistência no enfrentamento contra o latifúndio, foi responsável em produzir sujeitos que compreendem a necessidade da vida comunitária.

Fica ainda claro, no relato, a consciência, da necessidade de produzir novas formas de organização, pois o conflito e o enfrentamento transcendem a luta e a conquista da terra. O relato do senhor Antônio aponta a necessidade de a comunidade construir um novo processo de organização coletiva para poder se “manter na terra”, ou seja, a luta, o enfrentamento não ocorrem apenas pela terra, ele “ocorre na luta na terra”.

Segundo Feliciano (2009. p. 432), no ano 1998, 25 famílias do MST que mais tarde recebem o reforço de mais 17 famílias organizadas pelo MAST ocupam a fazenda de propriedade do grupo Cia. Mate Laranjeira. Esta ação dos sem-terra provoca a reação do latifúndio e do poder judiciário, que providência a reintegração de posse ao fazendeiro, fazendo com que os sem-terra recuem para as margens da rodovia vicinal SP-45, na frente da área ocupada. Com isto, as famílias desencadeiam uma série de ocupações que sempre foram combatidas pela ação da justiça que rapidamente providenciava ganho de causa ao fazendeiro.

O acirramento do enfrentamento entre latifúndio e trabalhadores, devido ao fato de as famílias ocupar a fazenda e implantar atividade de plantio de mandioca, feijão, milho, quiabo, abóbora, entre outros alimentos, torna ainda maior o conflito, provocando a ação do Estado para resolver/amenizar o conflito, que providência o envio de funcionários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o objetivo de realizar o levantamento das condições administrativas e jurídicas da área em

questão. Com isto, iniciam a produção do laudo de vistória, com fins de desapropriação para construção do assentamento das famílias que lutam pela divisão da terra (FELICIANO. 2009, p.432).

No processo de ocupação/ reintegração e vistória os proprietários arrendam a fazenda ao senhor Antônio Pereira Ferreira e sua esposa Ana Maria Soriano Ferreira, que possuía vínculo familiar com Almir Soriano, ex-presidente da União Democrática Ruralista- UDR, entidade que tem função de combater os sem terras à bala na região do Pontal do Paranapanema. Este novo arrendamento das terras a uma família reconhecida pela sua intransigência com os sem-terra e a mudança na configuração da estratégia das famílias, pois agora possuíam “plantios nas terras do arrendatário, que ameaça com a retirada a força das famílias e a gradagem das terras cultivadas pelas famílias de trabalhadores acampados” (FELICIANO, 2009. p.432).

O conflito toma proporções incontroláveis, tomando a disputa duas perspectivas: A primeira a permanência do enfrentamento entre arrendatário e sem terras e o segundo nas esferas jurídicas entre o INCRA e os proprietários. No ano de 2000, a fazenda foi considerada improdutivo pelos laudos de vistória dos técnicos do INCRA, sendo encaminhado o decreto desapropriatório de número 053999 SP1, que foi assinado em 28 de dezembro de 2000.

A companhia Mate Laranjeira, tentando fazer frente a situação de desapropriação, realiza a venda da área aos arrendatários, que buscam na justiça a anulação do processo, pois não concordavam com as considerações do laudo de vistória produzido pelos funcionários do INCRA.

Em contrapartida, o arrendatário agora proprietário, realiza uma série de medidas de combate às ações dos sem-terra, contratando dezenas de seguranças/jagunços, que passam a realizar rondas na propriedade e tomar providências de enfrentamento com as famílias de trabalhadores acampados. Realizam a invasão do acampamento incendiando barracos, destruindo o plantio das famílias com a gradagem do solo e durante á noite realizavam disparos de armas de fogo em direção ao acampamento, com o objetivo de amedrontar e colocar para correr as famílias de trabalhadores acampados (FELICIANO, 2009. p.342).

Estas atitudes do latifundiário agravam ainda mais o conflito, fazendo com que o governador do estado de São Paulo tome providências e intervenha para tentar

amenizar a conflitualidade na região, apresenta a proposta de negociação nos moldes do convênio INCRA e ITESP”<sup>8</sup>. A atitude do Estado é o que o latifundiário esperava, com o questionamento do laudo de vistoria e as ações de violência produzidas no acampamento, pois conseguiu que a área fosse desapropriada por improdutividade, e beneficiou com a situação produzida pelas suas atitudes de pistolagem, negociando a fazenda, segundo Feliciano (2009. p.433) em “*novembro de 2002 por 4.278.000,00, fazendo com que o INCRA cancelasse a ação de improdutividade da fazenda, tornando-a terra devoluta do estado*”.

A construção histórica do assentamento São Paulo mostra as nuances da luta pela terra e os artifícios utilizados de força física e força política, produzidos pelos latifundiários para atingirem seus objetivos de manutenção e concentração da posse da terra no Pontal do Paranapanema. Fica clara, a resistência das famílias de trabalhadores sem-terra e o oportunismo dos latifundiários/grileiros, que tem o Estado como garantidor/ legitimador do direito de propriedade ao latifundiário, mesmo nas condições onde técnicos especializados atestam mediante laudo de vistoria, que a área não era produtiva, ou seja, passível de Reforma Agrária.

No capítulo seguinte abordaremos a entrada da Empresa Refricon Mercantil Ltda no assentamento São Paulo, como uma alternativa de renda aos assentados. Proposta que figura nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema e de outras regiões do estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, como alternativa aos baixos investimentos públicos a assistência técnica para produção, comercialização e transporte das comunidades assentadas. Proposta que recebem em alguns casos apoio dos agentes e órgãos públicos de assistência técnica e repartições administrativas municipais como as prefeituras, como alternativa encontrada para o desenvolvimento no campo, como poderemos observar afrente no texto.

---

<sup>8</sup> Segundo Feliciano (2009. p.433) o convenio prevê o pagamento de 70% do valor avaliado da área na forma de TDA, títulos da dívida pública que serão resgatáveis em cinco anos após a negociação e 30% do valor avaliado em espécie, ou seja, dinheiro vivo.

## **CAPÍTULO 02- SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: o caso dos “integrados” na produção de pepino para conserva.**

A região do Pontal do Paranapanema apresenta-se como um dos locais que historicamente os trabalhadores se organizaram para lutar pela divisão do latifúndio. Atitude que leva a conquista de diversos assentamentos em muitos municípios da região. Cenário social que atrai empresas que desejam realizar “parcerias” com as comunidades que possuem solo fértil, mão de obra e disposição para o trabalho.

A chegada da Refricon aos assentamentos da região cumpre este papel, onde a empresa busca produzir matéria prima para sua agroindústria a preços reduzidos e os assentados lutam contra o abandono histórico das condições objetivas para fomentar a produção e a comercialização. Diante deste campo fértil ambas as partes nas suas particularidades selam acordos, a empresa produz sua mercadoria e os assentados encontram nas condições impostas pela empresa as alternativas para permanecer nas comunidades.

### **2.1 – A empresa Refricon e seu avanço no Pontal do Paranapanema: o assentamento São Paulo como projeto experimental**

Em outubro de 2013, chega ao assentamento São Paulo os representantes da empresa que desejavam obter matéria prima para a sua indústria no município de Bataguassu, no estado do Mato Grosso do Sul. Para isto, apresentam a proposta de comprar toda a produção de pepinos, que os assentados produzissem, obedecendo aos princípios tecnicista de produção da empresa, proposta que se concretizará a partir dos primeiros meses do ano de 2014. A indústria Refricon Mercantil Ltda tem várias unidades distribuídas por todo o território brasileiro, empresa fundada 1990, no município de Itapeccerica da Serra, Estado de São Paulo. Em 1991 é inaugurada a segunda unidade em Arujá também no interior do Estado de São Paulo. No ano de 2002 uma terceira unidade é aberta em Bataguassu, localizada no interior do estado do Mato

Grosso do Sul. Suas atividades nesta planta estão voltadas para a produção de alimentos em conserva. De 2008 a 2010 foram inauguradas mais duas unidades, uma em Recife no estado de Pernambuco e outra em Registro no estado de São Paulo. Com intuito de ampliar sua produção e logística na região sul do país em 2012 a Refricon adquire a empresa cozinha fácil.

A empresa atua no setor de produtos vegetais processados, tendo entre seus clientes grandes empresas do setor alimentício do país. Entre elas encontra-se: fábricas alimentícias, hospitais, autosserviços, restaurantes, cafeterias, escolas, pizzarias, cozinhas industriais e *fast foods*. Sendo fornecedora oficial de produtos vegetais ao McDonald's Brasil<sup>9</sup>, seu principal cliente.

Parceria que encontramos em Silva (2006, p.384), que afirma que a multinacional McDonald's adota a política de "*fornecedores de suprimentos exclusivos para cada item*", sendo classificados por "*categorias exclusivos, dedicados e de mercado*". Como podemos observar,

Com seus tradicionais **fornecedores exclusivos**, o frigorífico Braslo, a operadora logística Martin Brower e a empresa de panificação FSB Foods, o McDonald's desfruta de uma relação de quase integração. Esses três fornecedores responsabilizaram-se financeiramente pela construção e operação de um complexo de produção e distribuição de alimentos, conhecidos como Food Town.

Dentre os **fornecedores dedicados**, o McDonald's Brasil conta com a Vally (tortas e cones de sorvete), a **Refricon (hortifrútiis)** e a Mc Cain, empresa Canadense que responde pela quase totalidade do suprimento mundial de batatas pré-fritas.

O McDonald's Brasil conta ainda com **fornecedores de mercado** que, mesmo não tendo suas origens atreladas as da rede americana, dedicam a maior parte de sua produção ao abastecimento dos restaurantes da rede, a exemplo da empresa Junior, que destina 50% de sua produção de mostarda e catchup. (SILVA, AZEVEDO, 2006, p. 384-385. **Grifo nosso**).

O que chama atenção na colocação da autora da pesquisa é a rígida condição colocada pela multinacional, que trabalha com fornecedores exclusivos de cada suprimento, estabelecendo uma hierarquia nos fornecedores, onde a Refricon figura

---

<sup>9</sup> Sr. Celso Cruz, diretor de Supply Chain, diretor da Arcos Dourados Brasil, que é detentora da marca McDonald's na América Latina, que participava do evento direcionado á jornalistas e formadores de opinião, "vamos conhecer as instalações da nossa parceira localizada em Recife-PE, que é responsável em fornecer produtos vegetais, que atendem aos restaurantes do McDonald's em todo o Nordeste". (<https://hrmlogistica.wordpress.com/2012/03/14/1210/>). (Acessado em 18 de novembro de 2017)

como dedicados, ou seja, não saberíamos precisar, mas as informações dão conta da integralidade da indústria de conservas a multinacional. Porque chegamos ao raciocínio da sua integralidade, tomemos como exemplo a empresa Júnior, citada acima por Silva (2006, p.384), esta empresa é uma simples fornecedora de mercado, ou seja, não possui vínculos a multinacional, sua ligação está condicionada as oscilações do mercado, mas mesmo assim destina segundo a autora 50% de tudo que produz. Diante desta observação, sabemos que a Refricon é considerada pela multinacional como um fornecedor dedicado, confirmando nossas suspeitas, a indústria de conservas de pepinos, conhecida como Refricon hortifrúti possui compromissos de fidelidade integrais a multinacional.

Essa fidelidade podemos presenciar no prêmio concedido no ano de 2012, pela multinacional McDonald's a projetos sustentáveis, desenvolvidos pelos seus fornecedores de suprimento, como afirma Jose Armário, vice-presidente executivo global de Supply Chain (2012),

Um dos nossos principais valores é levar a sério as responsabilidades de ser um líder e usar nosso tamanho, escopo e recursos para ajudar a tornar o mundo um lugar melhor. Em nenhum outro lugar este compromisso é mais evidente do que em nossa cadeia de suprimentos. (HRM Logística, 2012, s/p).

Na época a Refricon foi agraciada com o reconhecimento da multinacional, pelo fato de reciclar uniformes de funcionários para a fabricação de tapetes, como podemos observar na página da internet da multinacional,

“Nossa fornecedora de vegetais, em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial de Bataguassu, em Mato Grosso do Sul, utiliza os uniformes utilizados pelos funcionários para gerar renda que será investido na melhoria do projeto social” (HRM Logística, 2012, s/p).

Não faz parte do nosso objetivo, trabalhar elementos do McDonald's, mas para possibilitar ao leitor a visualização da dimensão da construção histórica e territorial desta empresa multinacional que está espalhada por todos os cantos do Brasil e do mundo, como podemos observar em Silva (2006),

Fundada em 1955, a rede McDonald's encerrou o ano de 2003 marcando presença em 119 países, com média diária de 47 milhões de clientes em uma

estrutura superior a 31 mil restaurantes e 1,5 milhões de funcionários, com faturamento de US\$ 45,9 bilhões. (SILVA, 2006, p. 384.)

Quando analisamos a territorialização da multinacional pelo Brasil, evidenciamos a capacidade de ocupar quase que a maioria dos Estados brasileiros, como constatamos em Silva (2006),

Presente no Brasil desde 1979, o primeiro restaurante da rede foi inaugurado em Copacabana, no Rio de Janeiro. Dois anos... a rede chega a São Paulo, abrindo um restaurante na Avenida Paulista. Cinco anos depois, em 1992, o McDonald's já contava com 100 restaurantes, distribuídos por todo o mercado brasileiro. A estrutura foi ampliada para 300 restaurantes em 1998, passando para 500 restaurantes no ano de 2000 e 582 restaurantes em 2002. Após 23 anos atuando no país, os restaurantes somados no ano de 2003 chegavam a 630 quiosques, um McMóvel e 30 Mc Cáfes, estrutura alocada em 149 cidades brasileiras em 21 Estados e o Distrito Federal. (SILVA 2006, p. 385.)

Diante dos fatos e dimensões territoriais conquistados pelo McDonald's no Brasil, percebemos a capacidade logística e produtiva da Refricon, pois como anteriormente levantado pelos diretores da multinacional a empresa Refricon é fornecedora responsável pelas variedades de saladas de seus lanches. Elementos que explicam os motivos centrais da construção de uma unidade fabril na cidade de Bataguassu no estado do Mato Grosso do Sul, com proximidades geográficas dos estados de São Paulo e Paraná, região com características favoráveis, pois ambos os estados possuem grandes maciços de comunidades assentadas. Realidade social que complementa a necessidade logística e produtiva da empresa, dando indícios dos motivos da chegada desta empresa aos assentamentos, devido a necessidade de produzir uma enorme quantidade de matéria prima.

A implantação da empresa Refricon Mercantil SA no município Bataguassu no Estado do Mato Grosso do Sul ocorre, em 2004 estando instalada em uma área de aproximadamente 2.200m<sup>2</sup>, gerando empregos a 65 funcionários diretos, divididos entre o Município de Bataguassu e o Distrito da Nova Porto XV. Acoplada à Refricon está sub-filial a Cricare, empresa que tem o objetivo de pesquisar e desenvolver o setor agrícola da Refricon, como observamos na fala ao jornal Perfilnews<sup>10</sup> do gerente técnico na região o Sr. Onório Eidi Yoshino (2007),

---

<sup>10</sup><http://www.perfilnews.com.br/bolsao/pepinos-consumidos-pela-rede-mcdonald-s-sao-produzidos-na-cidade>\_Acessado em 9 maio de 2017.

“Esta empresa é considerada uma filial voltada para a cultura do pepino e outros legumes. Nossa empresa é regida por dois temas, qualidade e produtividade. Por isso, o trabalho de pesquisa desenvolvido pela Cricare é fundamental para garantirmos cada vez mais a qualidade do pepino que estamos comercializando” (Perfil News, 2007, s/p)

As atividades desenvolvidas pela Refricon trazem “o conhecimento aos produtores rurais da cultura do pepino”, como podemos perceber na fala do gerente de produção, o Sr. Onório Eidi Yoshino, que relata ao jornal local os potenciais produtivos, da “nossa região é propícia para o plantio do pepino e desde então desenvolvemos juntamente com os agricultores todo um trabalho de conhecimento sobre a produção, cultivo e colheita” a fala do engenheiro agrônomo responsável pela produção de matéria prima, demonstra já na sua gênese que a empresa estava fixando-se na região para alterar todas as relações sociais de trabalho com a terra e produção, colocando na obsolescência todo o conhecimento adquirido pelos agricultores ao longo dos anos anteriores, pois, afirma que vem trazer “conhecimento” (Perfil News, 2007, s/p).

Desde o início da instalação visavam territorializar por toda a região circunvizinha ao estado de instalação e o estado vizinho de São Paulo, como observamos no relato do gerente ao jornal, “além de melhorar a geração de renda dos produtores bataguassuenses, já que atualmente a Refricon adquire 50% dos pepinos dos agricultores locais e 50% da região fronteira”. (Perfil News, 2007, s/p).

A empresa Refricon apresenta-se num cenário de muita euforia para o desenvolvimento do Município de Bataguassu e da região que traz a sua proposta a geração de renda aos agricultores envolvidos no processo de produção de pepinos para a industrialização, gerando empregos diretos aos trabalhadores do município, onde está instalada. A implantação da fábrica conectada á condição de proporcionar visibilidade internacional para a região, assim segundo o jornal que noticia “a expansão foi tão significativa que os pepinos produzidos em Bataguassu estão sendo comprados com exclusividade por uma das maiores empresas de comidas fast foods do país McDonald's, bastecendo 490 restaurantes da rede”. E o jornalista segue com a propagação eufórica da capacidade produtiva, industrial e de territorialização da empresa “*Além de se*

---

*projetarem com grande expressividade no mercado brasileiro, os pepinos já alcançaram o mercado exterior, sendo exportados diretamente para o Uruguai e Paraguai*”, apontando o nível de comprometimento desta empresa ao capital internacional representado aqui pelo McDonald’s uma das maiores empresas transnacionais de comidas rápidas do mundo (Perfil News, 2007, s/p).

Toda essa territorialização da empresa é legitimada, pelo poder público que facilita, incentiva e promove a territorialização da integração dos agricultores à indústria, como podemos observar na fala do Prefeito de Bataguassu ao jornal Perfilnews “O Prefeito João Carlos Lemes (PT<sup>11</sup>) elogiou o trabalho desenvolvido pela empresa, afirmando que a “*Prefeitura é parceira da Refricon*”. Segundo o gestor público a empresa proporcionara novos voos para o município, com reconhecimento nacional da sua capacidade produtiva, como observamos na sua fala ao jornal local “*além disso, através de um trabalho sério que vêm desenvolvendo, inseriu o nome de Bataguassu no âmbito nacional com o processamento e comercialização dos pepinos produzidos no município*”, ressaltou João Carlos (Perfil News, 2007, s/p).

Essa realidade de incentivo dos agricultores à integração também encontramos no município de Castilho no estado de São Paulo, no qual os departamentos responsáveis em promover o desenvolvimento e a assistência técnica, buscam na parceria com a empresa alternativas para suprir as demandas das comunidades rurais. Como presenciamos no relato do informe publicitário da prefeitura, “*mais uma empresa com atuação regional procurou o Departamento Agrícola do município de Castilho,*” negociações que se seguiram até a consumação da parceria com os administradores municipais, como observamos ainda na notícia, “*nesta sexta-feira, 5 representantes da empresa Refricon Mercantil, de Bataguassu, com filiais em Itapeçerica da Serra e Recife –PE, estiveram reunidos no Paço Municipal com o diretor do Departamento de desenvolvimento econômico e social e o prefeito*” (Andra portal de notícias, 2010, s/p).

O Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA), responsável em implantar e dar assistência técnica aos assentamentos é um dos principais incentivadores da integração dos agricultores à indústria de conservas no município de Andradina e região, como constatamos no portal de notícias, sediado em

---

<sup>11</sup>Partido dos Trabalhadores.

sua página, o projeto foi viabilizado graças ao trabalho de assistência técnica desenvolvido pela Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (Coater), entidade contratada pelo INCRA para prestação de serviços de assistência técnica na região de Andradina (INCRA, 2012, s/p).

A Notícia valoriza a produção de pepinos nos assentamentos como uma condição vantajosa, uma vez que consumir um lanche dos Fast Foods coloca o consumidor na condição de estar usufruindo de um produto de origem do assentamento, como podemos observar, “comer um sanduíche com picles em algum restaurante fast foods, você pode estar consumindo um produto da reforma agrária”. A notícia dá conta de apontar e legitimar a territorialização e as vantagens econômicas da integração dos assentamentos a indústria de conservas do município de Bataguassu, como podemos observar, “*um grupo de seis famílias dos assentamentos Santo Antônio e Regência, de Paulicéia, fez o primeiro plantio com 45 mil pés no dia 15 de novembro de 2011 e já faturou R\$ 125 mil*” (INCRA, 2012, s/p). A informação sediada na página da instituição ainda potencializa a capacidade transformadora da proposta integralizadora dos assentados à indústria, como podemos observar,

“Os irmãos Maria Cristina Maia Pivato e Edivaldo de Oliveira Maia cultivam em conjunto sete mil pés de pepino no assentamento Santo Antonio. Eles faturaram R\$ 18 mil em apenas três meses com o primeiro plantio. “Antes eu pensava em abandonar o lote. A gente plantava urucum e era muito demorado. A renda vinha uma vez por ano. Mas na primeira quinzena de colheita do pepino eu já fiquei animada”, conta Maria Cristina<sup>12</sup> (INCRA, 2012).

Não colocando em nenhum momento os problemas constatados na produção como a intensificação e extensão nas horas de trabalho, o uso indiscriminado de agrotóxico, a profissionalização como contraponto ao afastamento dos agricultores dos seus valores produtivos, enfim a notícia realiza um bom trabalho para as empresas que vendem venenos, sementes, exploram a renda da terra, exploram os trabalhadores, poluem o meio ambiente destruindo os ecossistemas em função do lucro.

Por outro lado, também há outras associações relacionando a empresa, no ano de 2012 a fábrica de conservas Refricon Mercantil Vegetabs foi obrigada a corrigir irregularidades encontradas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), quanto às

---

<sup>12</sup>Noticia publicada na página do INCRA na internet, na data de 8 de Março de 2012.

condições de insalubridade e periculosidade de seus funcionários, sendo obrigada, segundo o jornal capitalnews, a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Como podemos observar na notícia, “o valor das multas é de aproximadamente R\$ 40 mil e deverá ser revertido, preferencialmente, a instituições ou programas sem fins lucrativos”<sup>13</sup>, (Brasil. Ministério Público do Trabalho, 2012).

Na fiscalização desencadeada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), verificou-se, segundo o noticiário<sup>14</sup>, “a existência de sentenças da Vara do Trabalho de Bataguassu que informaram o não pagamento do adicional de insalubridade”. O MPT, ainda constatou irregularidades ambientais onde “alguns setores ultrapassaram os limites de tolerância para produtos químicos utilizados no processo”. Além destas constatações o MPT constatou “a pressão sonora estava acima do limite para uma jornada diária de oito horas, caracterizando os setores como insalubres”<sup>15</sup> (BRASIL. Ministério Público do Trabalho, 2012).

Podemos perceber que as informações positivas sobre saem as negativas, a respeito da empresa Refricon, que possui acúmulo histórico de parcerias comerciais que impulsionam a sua chegada aos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema. Percebendo no tecido social suas fragilidades, como a carência de assistência técnica, incentivo e crédito que favoreçam a produção e a comercialização, elementos que irão pavimentar as condições de integração das famílias assentadas a indústria. Realidade de integração que recebe a contribuição dos agentes públicos do poder executivo, legislativo, além de órgãos responsáveis em acompanhar e promover o desenvolvimento destas comunidades. Como presenciamos nos trabalhos de campo na comunidade do Assentamento São Paulo que serviu de modelo para os outros assentamentos da região do Pontal do Paranapanema.

Segundo relatos das famílias produtoras de pepinos no Assentamento São Paulo a essa integração com a indústria se deu no início de 2014, como coloca o

---

<sup>13</sup> Notícia publicada na Página da internet do Ministério Público do Trabalho, em 14 de maio de 2012. Acessado em 23 de julho de 2017.

<sup>14</sup> Informação publicada no Portal de notícias do município de Presidente Epitácio em maio de 2012. Disponível em: [http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_do\\_mpt/comunicacao/noticias/conteudo\\_noticia!/ut/p/c5/04](http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia!/ut/p/c5/04). Acesso 23 de julho de 2017.

<sup>15</sup> Informação publicada na página na internet do Ministério público do Trabalho, 06 de julho de 2012. Acessado em 12 de setembro de 2017)

assentado que integra o plantio desde as primeiras conversas, como afirma o Sr. Antôniel (2017):

“O rapaz, aí chefe da associação (presidente), falou para nós que o japonês (gerente de produção da empresa Refricon) queria vir aqui para plantar o pepino. Aí marcamos uma reunião que ficamos esperando e ele não apareceu. Um tempo depois organizamos os colegas e fomos até lá em Bataguassu, onde fica a fábrica. No outro dia ele chegou aqui, com um técnico, inclusive estava até colhendo abobora para entregar para CONAB. Conversamos, ele mandou arrumar um povo, aí arrumei 13 pessoas, mas depois da conversa com o Japonês só ficou 7, aí começamos a plantar (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo, Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.03.2017. Trabalho de campo, novembro de 2017).

Após reuniões dos técnicos da empresa com as 13 famílias assentadas, a empresa identificou aquelas que tinham interesse, mediante o fato de os interessados possuírem poço artesiano, pois há dependência por água do plantio que necessita desta infraestrutura, como fica claro na fala de assentado Betinho (2017); *“não tinha nenhuma exigência... ah sim! Poço precisava! Só se tivesse poço. Porque só planta quem tem água! Se não tivesse água não tem como, né!”* (BETINHO. Assentamento São Paulo, Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de Campo)

Naquele momento foram selecionadas cinco famílias para iniciar o cultivo, onde todos prepararam simultaneamente um hectare de terra dos seus lotes para realizar o plantio de cinco mil pés por família, totalizando 25.000 mil pés. Segundo o assentado, o Sr. Betinho (2017), *“a indústria não estava contente com apenas esta quantidade de pés plantados, queria mesmo 30.000 pés para iniciar”, mas já que ninguém mais entrou, tocamos assim mesmo*”. Afirma ainda que este primeiro ciclo foi o que deu mais ganhos financeiros para os assentados: *“a primeira planta aqui, foi a melhor planta que teve, nós plantemos 5 mil pés e chegamos a colher mais de 20 toneladas, aí veio caindo, caindo, de todo mundo em geral, aumentou a doença”*, materializando neste momento a integração das famílias assentadas do Pontal do Paranapanema a indústria de conservas, iniciado pelo assentamento São Paulo (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo).

Através dos técnicos de campo, a indústria de conservas oferecia aos assentados um acordo verbalmente, cuja garantias dos assentados eram feitas a partir de promessas dos responsáveis pela indústria, como fica claro na fala do assentado Betinho (2017): *“Ah, não! Assino nenhum contrato com a Refricon, eles acompanham semanal,*

*aqui! A gente só faz o que eles pedem... só pedem para a gente ser certo com eles, que não extraviasse para outro lado!”* (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo).

Outro assentado nos coloca que a empresa é muito clara, quanto a duas condições: quanto a condição de possuir poço artesiano na propriedade e segundo o assentado deve ser fiél a empresa, não podendo desviar a produção para outro comprador que não seja a indústria de conservas. Uma outra condição também é exigida pela empresa a não realização da produção de outra cultura que venha comprometer a produção de pepinos, pois segundo os técnicos da empresa algumas culturas quando plantadas próximas as roças de pepino, favorecem o aparecimento de pragas e doenças na cultura.

As culturas indesejadas pela indústria são aquelas que historicamente os camponeses utilizam para garantir a diversidade alimentar da família ou dos animais criados, comprometendo com isto, o equilíbrio nutricional da família em função da profissionalização industrial, como podemos observar na fala do assentado o Sr. Antôniel:

“Ah! Eles querem que as coisas sejam certas para não dá errado, né! Por exemplo, **eles têm a exigência que não pode ter outra cultura, melancia, abóbora, maxixe, quiabo, feijão de corda (...)** a gente só pode plantar depois que acaba a colheita do pepino” (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.03.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

As exigências solicitadas aos assentados pela indústria levam ao abandono de outras formas de geração de renda nos lotes, pois os assentados para investir na produção se utilizam das suas reservas, adquiridas ao longo dos anos de trabalho, sendo o gado a fonte financeira reservada para suprir imprevistos e investimentos, neste caso ele é utilizado para comprar insumos. Posteriormente com o envolvimento do agricultor a produção de pepinos, as funções de geração de renda com o leite são abandonadas, por motivos de falta de mão de obra, diante do desafio de suprir as demandas produtivas da indústria.

Elementos que distanciam as famílias das suas origens produtivas, tornando-as produtoras de mercadorias para a indústria, num movimento simultâneo de produzirem e ao mesmo tempo serem produzidas como mercadorias da indústria que as subordina, pois, para atingir as metas exigidas, os agricultores precisam se reinventar, dentro disso

tudo que sabiam não possui valor, agora o que vale são os ensinamentos repassados pelos técnicos. Este conjunto de exigências afasta o agricultor da sua essência, tornando-o produto destas transformações, onde tudo passa somente a ter valor econômico, interessando apenas a dedicação exclusiva e o investimento na produção da mercadoria (pepino), como observamos na fala do assentado o Sr. Betinho (2017),

“Ah! **Eu mesmo aqui to só com a roça, parei com o leite... parei o leite todinho, ah! Cheguei numa altura que desisti do gado**, apesar de saber que o gado não é ruim... **agora só to mexendo com lavoura**, ultimamente só to **mexendo com pepino e pimenta**” (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Neste acordo verbal entre assentados e indústria, fica estabelecido a garantia de compra de toda a produção, com o valor pré-estabelecido, como nos coloca o assentado Betinho (2017):

“No começo eles iam pagar R\$ 0,80 centavos por quilo, aí por causa do frete, que encarecia, **nós conseguimos que eles pagassem R\$ 0,90 centavos por quilo**, e este preço vem até hoje, a gente reclama, mas eles não aumentaram mais! Ah! Eles aumentam sim! (BETINHO. Assentamento São Paulo, Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

O assentado aponta para um dos “elos”, que prendem as famílias a indústria, o adiantamento de insumos para o plantio, que leva ao endividamento das famílias de forma antecipada. Durante a entrevista o assentado indica a sua frente o monte de insumos depositados na área, para o próximo plantio enviado pela indústria, “*olha o que eles mandam, aumentou tudo*”! (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo).

Outro “elo” de fixação das famílias ao pacote produtivo de integralização a indústria de conservas, encontramos nas palavras da assentada, que aponta a assistência técnica e o acompanhamento semanal por um técnico da empresa, como um dos motivos para realizar o plantio, afirma que é algo que não tinha e o projeto do pepino proporcionou a eles a oportunidade de serem orientados por um técnico, como afirma a assentada Dona Zefinha (2017),

“É tipo assim, **antigamente não tinha uma assistência**, que é o principal a assistência técnica, que não tem aqui, porque fala que é o Itesp, mas é só fachada aquilo ali, tipo assim! **A firma (Refricon) da assistência técnica tem o técnico toda a semana te orientado**. Ó você tem que passar isto, ou pode parar de passar tal veneno, ou

colocar tal adubo aqui, você vai colocar tantas gramas disso ou daquilo, além de você ter onde entregar seu produto” (ZEFINHA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 17.04.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

A empresa Refricon Mercantil repassa as famílias integradas alguns insumos para produção, cujo valor deve ser descontado no pagamento da colheita dos frutos. Medida que condiciona e captura as famílias assentadas, as sujeitando de forma subordinada à indústria, pois prende as famílias pelo endividamento antecipado, como nos coloca o assentado Antônio: *“o que vem da empresa adiantado é lona, gotejo, os produtos vêm, nitrato de cálcio, sulfato de magnésio, cloreto de potássio, sulfato de amônia, ácido P170, sementes, e mais cal super, estes produtos eles adiantam para gente ir pagando na colheita”*. (ANTÔNIO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.03.2017. Trabalho de campo).

Segundo o assentado Betinho (2017), estes produtos *“adiantados pela indústria são repassados por um valor acima do encontrado no mercado”*, como podemos perceber na fala do assentado Ronaldo (2017):

“Ah! O valor que eles passam para nós é maior, mas não tiro a razão deles, porque vão receber só no final da colheita, tenho um prazo bem grande, quem tem mais condição pega no comércio, agora quem não tem, se obriga a pagar deles. **O valor que eles passam é um valor mais alto...** vareí... vareí... é que deles sai bem mais caro, porque eles compram no estado de São Paulo, leva para o Estado do Mato Grosso, para depois voltar para nós de novo... é muito imposto. **Moço o que nós mais usa aqui e que é mais caro é o nitrato de cálcio, que aí fora você compra por R\$ 48,00 a R\$ 49,00 reais o saco, já deles estes mesmos produtos a gente pega a R\$ 80,00 a R\$ 81,00 reais a saca. Quase o dobro!** (RONALDO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 22.11.2017). (Grifo nosso).

Colaborando com Ronaldo (2017), o assentado Antônio (2017) afirma que *“paga, 147 reais num saco de Sulfato de Potássio, encontrando o mesmo produto no comércio local por 97 reais, rapaz! Tudo é quase o dobro para pegar deles”*. (ANTÔNIO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.03.2017. Trabalho de campo).

O mecanismo de dominação utilizado pela indústria, de adiantar os produtos para o plantio possui características de submeter os agricultores à dependência da empresa, construindo no imaginário do agricultor, *“a sensação”* que cobrar quase o

dobro pelo mesmo produto encontrado no comércio, como algo certo, pois a culpa disso não é o sobre preço acrescido ao produto, mas os altos impostos pagos pela indústria. Figurando a empresa como parceira, compreensiva, pronta para ajudar nas dificuldades dos agricultores assentados, que podem demorar o tempo necessário para pagar a dívida. Ficando claro, a subordinação por dívida dos assentados á indústria, pois aqueles que não conseguirem pagar, devem comprar mais para produzir outra safra, para tentar pagar a dívida passada e a nova, como observamos na fala do assentado o Sr. Betinho (2017):

**Se acaso no final da colheita você não conseguiu pagar, eles não te atropelam, só pede para você plantar outra vez, para tirar o deles na outra**, eles seguram a onda, sempre a gente consegue pagar a conta, às vezes por causa da chuva, ou vento, a gente se atrapalha, aí empata, perde o trabalho seu tudo. (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.04.2017). (Grifo nosso).

Diante destes aspectos de imposição produtiva e necessidade reprodutiva os camponeses se sujeitam á perda parcial de autonomia, por contrair junto á indústria o endividamento antecipado, para aquisição de insumos, sementes, equipamentos e venenos, que condiciona a minimização dos rendimentos a ser obtido por ocasião da comercialização dos pepinos, se sujeitando a imposição de novos padrões de produção em oposição ás técnicas agrícolas tradicionalmente praticadas (NEVES, 1981). A família assentada quando firma o acordo verbal com a indústria, passa a ter uma dívida antecipada, antes mesmo de preparar o solo, ou seja, a empresa envia os produtos da fertirrigação e outros produtos descritos acima no texto, como afirma o Sr. Betinho (2017), *“Eles fornecem pra gente, planta o próximo pepino agora, chegou 3900 reais... de acordo quando a gente vai colhendo a cada 15 dias desconta 30% até dá a quantidade deles”*, a referência de valores expostas pelo assentado é para o plantio de 5.000 mil pés, estando o pagamento dos produtos adiantado pela indústria atrelado aos pagamentos feitos aos assentados (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo).

Mas estes produtos são parte do investimento feito pelos assentados que neste montante ainda tem encanação, caixa de água, veneno/agrotóxicos, adubos, arame liso, fitilhos etc. Há uma lista de compras necessária para produção, mas que os agricultores encontram formas de otimizar os custos, como afirma a assentada Dona Zefinha (2017)

*“ah! Se você for comprar tudo...tudo, aí gasta muito, mas a gente corta o eucalipto...aí não precisa comprar madeira, nós compra só o preciso, ah! O arame nós tem no sítio, cata por aí e coloca uns arames, catraca veia da cerca”*. Porém alguns ítems os agricultores precisam comprar como relata a assentada *“para comprar a encanação, a caixa de água, para deixar no ponto de gotejar, gastemos mais ou menos uns 3000 mil reais”*. E a lista de compras segue, como afirma a assentada *“fora o que a gente pega da firma, nós precisamos uns 3000 mil para comprar veneno, fitilho e as outras coisas”*. (ZEFINHA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 17.04.2017. Trabalho de campo). O assentado Vagmar colabora com Dona Zefinha e quantifica o gasto restante para plantar 5000 mil pés de pepino, como observamos na fala *“o esterco de galinha é pouco, uma tonelada, vai custar 250 reais, aí tem que comprar o adubo 4,30,10 que você vai gastar uns 700 a 800 reais, aí depende! Mais uns 800 reais de veneno”*. (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Depois do exercício físico e mental das famílias para comprar, negociar e se endividar na aquisição dos insumos, venenos, utensílios para plantar pepinos para a indústria de conservas, chegamos ao montante financeiro final investido pelos assentados para cultivar 5000 mil pés de pepinos, como afirma o assentado Vagmar, *“ah! A dívida é uns R\$ 6.000,00... é por ai! É o que nós está devendo antes de planta”*. Este investimento não garante que a família vai ter retorno, devido estar preso a condições de sorte, quanto ao clima, doenças, pragas e outros fenômenos que podem ocorrer durante o ciclo, como observamos na fala do assentado *“Se ela der boa! Rende R\$ 19.000,00 bruto, mas não pode dar doença, isto é, sem os descontos, fora à frente!”* O assentado não contente em falar o valor total, inicia as especificações relatando os detalhes de como será investido o valor, como observamos: *“Aí você gasta os 6000 reais, mais R\$1.000,00 de mão de obra na colheita senão você não dá conta, mais R\$1.500,00 de frete, sem descontar a luz/água, aí sobra uns 10.000 reais”* (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Para atingir as demandas impostas pelo capital, o camponês precisa obedecer às ordens e se adaptar as suas exigências. Para isto, não leva em consideração o cálculo

do custo de sua força de trabalho e a utiliza como o objetivo de aumentar a renda da família. Segundo Wanderley (1999), isto ocorre devido a

Interferência do capital que é, em última instância, quem se apropria do sobretrabalho camponês, portanto, quem explora, ao determinar, através, igualmente do mercado, a margem de grau de intensificação de seu esforço para obtenção do necessário à sua reprodução. (WANDERLEY, 1999.p.47).

Para fechar a conta positivamente o agricultor omite a intensificação de seu esforço os custos com mão de obra, visto que nesta conta o assentado Vagmar (2017) não coloca os custos do seu trabalho, da sua esposa, da sua filha, do seu filho, como podemos observar na fala de sua esposa, que afirma *“aqui nós está contando com eu, ele, minha menina e o rapaz”*. Este mecanismo de ocultar o custo da mão de obra familiar é a estratégia para o agricultor adquirir o necessário para sua reprodução social, com isto, constitui mecanismos de permanecer motivado na produção, visualizando possibilidade de reproduzir-se para permanecer no campo, realidade que admite, quando questionado, qual o lucro deixado pela cultura? *“Não! Nós não colocou a mão de obra nossa, o lucro é mixaria, é para sobreviver mesmo, sobra! É difícil (...), mas às vezes é melhor você trabalhar para você aqui no sítio, do que sair para fora para trabalhar para os outros de diária”* (VAGMAR e MARA. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

O consolo relatado pelos assentados é a estratégia de envolvimento utilizada pela indústria que envia quantidades superiores as necessitadas para um ciclo, para prender as famílias integradas á empresa, pois a sobra de material de uma roça para outra conforta os agricultores, pois os valores perdidos ou não arrecadados no primeiro ciclo são sonhados para o segundo ciclo que as despesas estarão pagas. O *“cavalo de Tróia”* enviado pela indústria se apresenta como laço futuro com o lucro, todavia se apresenta futuramente como prejuízo, dependência, submissão e subordinação as vontades produtivas da indústria, como afirma a assentada Dona Zefinha (2017), *“o bom é a segunda roça, porque já está tudo pago, nós devemos pouco para eles (Refricon), então o que vem...vem livre”* (ZEFINHA. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 17.04.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Os trabalhos de campo realizados no assentamento demonstram que as famílias vivem uma dura realidade no cultivo de pepinos, pois são obrigadas a realizar várias horas de dedicação diária, realidade que materializa a extensão da rotina laboral do trabalho dos assentados, isto devido às vontades produtivas da indústria. Que exige dos agricultores pepinos perfeitos dentro de um padrão de tamanho e qualidade, que condiciona as famílias a dedicação quase que exclusivamente aos tratamentos culturais como: colheita, transporte e a aplicação de agrotóxicos. Realidade que se caracteriza como não sendo o “melhor dos mundos”. Pois estamos falando de assentamentos que possuem a realidade de escassez de políticas públicas para a produção, transporte e comercialização, como observamos na fala do assentado o Sr. Betinho (2017):

Ah! Aqui em geral, a maioria é leite, aí têm uns que tem uns complementos e **o leite é um problema, quando você tem leite não tem preço, quando tem preço a gente não tem leite...** aí eu venho batendo na tecla, a gente está aqui a 8 anos você estava só diminuindo, porque a cria das vacas, você usa para pagar conta, daqui a pouquinho não dava, aí você tornava a vender vaca para interar, aí você comprava uma vaca por R\$ 2 ou R\$ 3 mil reais, aí apurava tinha que vender por R\$ 1000 reais. **“O gado é para come e o bezerrinho você vai e entrega para o banco”** (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Fica claro nos relatos da maioria dos assentados do Assentamento São Paulo, que o Programa Aquisição de Alimentos- PAA, representava para os agricultores uma das poucas políticas públicas que contribuía com a produção e a comercialização da produção, gerando renda de grande importância para as famílias assentadas, como podemos observar na fala do assentado o Sr. Betinho (2017):

**“Nós tínhamos a CONAB, nós entregava... aí ajudava muito bem,** agora para este ano próximo está meio indeciso, **é uma coisa que está fazendo muita falta para nós,** porque vai perder muita coisa, as frutas que a gente tem e as coisas que a gente plantou, vai perde! Nós plantávamos para a CONAB, agora vende pepino para indústria é uma coisa diferente. **A CONAB é bom porque, você vê, tem jaca, carambola, o que você tiver você entrega para ela. A conab é um complemento que a gente tinha,** é pouco, 8 mil reais não dá para plantar lavoura, mas você levava as coisinhas e você todo final de mês tinha mais ou menos 1000 reais, ajudava muito, agora sem ela é terrível...é a mesma coisa você ser aposentado com aquele salarinho e do dia para a noite corta tudo, perde tudo! Não tem para quem entregar, nós mora longe e é caro ir lá na cidade” (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.04.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

É importante ainda ressaltar que a necessidade de renda das famílias, torna a integração à indústria um atrativo, visto que a cultura possui ciclo curto, onde as famílias conseguem movimentar um volume de recursos que em outras atividades no lote não os proporciona tais quantias, como observamos na fala do assentado Vagmar (2017),

**“Ou trabalha plantando pepino ou trabalha para fora, por dia para os outros, porque a CONAB fracassou, estava acabando, o leite é pouco! E o pepino, se a roça der boa, boa mesmo, nós movimento R\$ 19.000 a R\$ 20.000 em 90 dias de trabalho, sem tirar os descontos”** (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Outra assentada Dona Zefinha (2017), também reforça esse argumento, *“a gente sabe que pode perder ou pode ganhar um pouco, a cada 15 dias você está vendo um dinheirinho pingando, melhor que ficar parado, ou trabalhando para os outros”* (ZEFINHA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 17.04.2017. Trabalho de campo).

A condição de trabalho familiar é outro fator fundamental de atração da empresa pelo assentamento, criando um caminho de mão dupla, entre indústria e famílias, os assentados “carentes” de políticas produtivas encontram na subordinação às condições operativas da reprodução social, produzindo uma cultura de ciclo curto, que movimenta uma quantia monetária, que possibilita a sobrevivência dos agricultores, enquanto a indústria utiliza-se a mão de obra familiar para produzir matéria-prima, realidade que não encontraria em outras situações que não na pequena propriedade familiar, realidade que encontramos na fala do assentado Antôniel (2017),

Porque uma pessoa que tem condições não vai plantar isto! **Porque depende de muita mão de obra, para plantar pepino, tem que ser a pessoa fraca, que ele mesmo vai trabalhar, porque você for colocar gente, para ter mão de obra, não compensa... não compensa, aí ele procura o assentamento,** porque o fazendeiro não vai plantar pepino, porque uma diária fica caro, você pagar uma diária de 70 reais e o cara não desenvolver serviço, não vai sobrar nada. Até a gente, pagar um dia ou outro para tirar do sufoco, até vai! Mas pagar direto, não compensa, é difícil... é simplesmente por isto, quem tem condição de fazer outra coisa, não vai plantar isto, porque é muito sofrido, corrido, atropelado (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.03.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso)

Reforçando o argumento do assentado Antônio Cabeção, encontramos um relato da empresa a um jornal local, no município de Castilho no Estado de São Paulo,

que explicita o desejo pela agricultura desenvolvida na pequena propriedade com base no trabalho familiar. Segundo os técnicos Fábio e Allan, representantes da Refricon, “*a empresa quer estimular e fortalecer os assentamentos castilhenses na produção de alimentos como pepinos, quiabo, soja, azeitonas, cogumelos champignon*”. Com isso, apresentam para os assentados, alternativas até então escassas ou não encontradas nas comunidades, pois o pacote de integração prevê a implementação de assistência técnica, insumos e garantia da compra da produção, ou seja, aquilo que o Estado deveria fornecer), como observamos na fala dos responsáveis ao jornal Capital News<sup>16</sup>, “*a propostas da Refricon seria oferecer aos produtores, suporte técnico, frente para escoamento das produções, adubação, sementes a preços bem acessíveis, dando prioridades para pequenas áreas de produção dentro dos assentamentos.*”(CAPITAL. NEWS, 2013, s/p).

O processo de construção da integralização dos assentados a indústria de conservas, possui diversos elementos que prende as famílias a empresa. Iniciativas que são amarradas ao longo da caminhada da empresa nos assentamentos, são construídos de forma que as famílias não percebem o nível de dependência que estão submetidos e se percebem se sentem incapazes de romper as amarras que lhes prendem a subordinação. Neste cenário temos dois atores bem postados de um lado as famílias assentadas que se encontram em condições de escassez de políticas públicas. De outro lado a empresa que encontra terreno fértil diante da fragilidade do tecido social das comunidades assentadas da região do Pontal do Paranapanema.

A soma da interrelação entre a indústria, que impõe suas vontades as famílias assentadas, provoca alterações em diversos elementos nos assentamentos, como alteração na rotina de trabalho, a utilização de muitos venenos pelas famílias, a profissionalização das famílias na produção de pepinos, levando ao abandono de outras culturas e criação de animais, o endividamento. Elementos que ficam claros, quando apresentamos as constatações colhidas nos trabalhos de campo, que elucidam a

---

<sup>16</sup> Informação vinculada na página na internet do jornal digital Capital News, em outubro de 2013. Acesso 10 junho de 2017. [www.capitalnews.com.br](http://www.capitalnews.com.br)).

dinâmica impostas pela indústria para atender as necessidades da mercadoria (pepino). Fatores e exigências que alteram a rotina de trabalho das famílias no trabalho.

## **2.2 –O uso excessivo da eficiência técnica, do tempo, espaço e trabalho da família camponesa para o capital: as fases destrutivas do trabalho no cultivo de pepino no assentamento São Paulo (SP)**

Nossa descrição reflexiva do passo a passo de implantação da cultura do pepino em um lote no Assentamento São Paulo irá ter como referência a quantidade de 5.000 mil pés de pepino por produtor, já que acreditamos que facilita para os leitores compreenderem o processo de implantação, trabalho, custo e ganhos. Trilharemos o caminho de apontar os passos desenvolvidos pela família assentada para produzir, percorrendo desde o primeiro dia até a finalização de um ciclo de tecnificação da produção, nosso objetivo é mostrar a dinâmica das fases de implantação técnica da produção e dar sinais da jornada e rotina de trabalho das famílias assentadas. Utilizaremos a síntese da observação de implantação do ciclo. Nesta descrição utilizaremos das falas dos outros assentados que fazem parte da pesquisa para ilustrarmos as impressões das famílias no processo de conflitualidade presente nas relações contraditórias dentro do Assentamento São Paulo, importante ainda afirmar que, todo o processo de implantação de um ciclo tecnificado de produção possui duração de noventa dias, com momentos de maior ou menor conflito.

Acreditamos que o conflito que se materializa na ocupação da terra e de prédios públicos, nas marchas, nas reivindicações por escola, saúde, são momentos e “atos do conflito”. Sendo determinados pela capacidade de intensidade da luta promovida pela classe trabalhadora, disputas de poder que levam a construir momentos de ruptura, como, por exemplo a transição na desconstrução dos elementos sociais, territoriais, culturais e econômicos característicos do latifúndio e a construção dos elementos característicos do campesinato.

Processo que não se insere com a conquista da terra, pois o conflito está intrínseco a vida do camponês, que carrega do acampamento para o assentamento a contradição na sua essência, pois, o território conquistado do latifundiário, agora é

disputado pelos ideais produtivos das multinacionais, que comercializam sementes, venenos e claro ideias.

Quando observamos as famílias integradas ao plantio de pepinos, percebemos que muitas estão envolvidas e comprometidas com a tecnificação proporcionada pela indústria, que produz a extensão nas horas de trabalho e o uso indiscriminado de agrotóxicos, ficando clara, a dicotomia produtiva, materializada nas outras culturas que são desenvolvidas para o consumo familiar, que não obdecem os rigores tecnicistas da indústria. Esta paisagem geográfica que encontramos nos lotes das famílias e no assentamento demonstram a capacidade dos camponeses, em buscar no conflito da subordinação as condições necessárias para se reproduzirem socialmente. Construindo e convivendo com elementos estranhados que garantem as necessidades da família camponesa. A expressão do conflito fica visível quando acompanhamos nos trabalhos de campo a evolução do ciclo tecnificado de produção, pois com o acúmulo de trabalho e a necessidade de aumento na aplicação de agrotóxicos, aflora a inquietude e as queixas das condições de produção.

É importante salientar que adotamos como já mencionado, o Assentamento São Paulo que apresenta as mesmas características de integração de outras comunidades assentadas, pois a indústria possui um padrão em suas parcerias. Por isso construímos um passo a passo que é fruto da soma das informações colhidas em todos os 22 lotes que tiveram ocorrência da cultura do pepino nos últimos quatro anos. Isto não quer dizer que todos os lotes estudados possuem plantios de pepinos atualmente na verdade a realidade estudada não é uniforme, falaremos mais a frente, mas o Assentamento São Paulo possui atualmente alternância dos lotes produtores, ou seja, apenas três lotes não produzem mais para a indústria de conservas, mas as outras dezenove famílias estudadas estão com suas terras produzindo de forma alternada pepino ou pimenta, enquanto outras encontram-se em descanso, aguardando o plantio. É fundamental ainda destacar que as características técnicas, valores pagos, rotina laboral do trabalho, quantidade de venenos, condições de dependência e integração não fogem as implantadas em todos os lotes de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, ou seja, a indústria impõe um padrão produtivo aos agricultores, para isto, apresentaremos também nesta reflexão um panorama dos locais de onde estas rotinas são implantadas, nos respectivos assentamentos da região.

Os trabalhos de campo no Assentamento São Paulo demonstraram a heterogenidade no número de pés plantados pelas famílias assentadas, podendo variar de 4.000 a 15.000 mil pés. Devido a isto como já mencionamos, adotamos como marco referencial a quantidade de 5.000 mil pés, para facilitar a compreensão da análise dos custos e facilitar a compreensão da dinâmica do trabalho desenvolvida pela família para suprir as demandas exigidas por esta quantidade de pepinos plantada.

Optamos por esta estratégia de definir uma quantidade, pois nos inspiramos na metodologia adotada pela indústria para estabelecer as quantidades padrões por família. Quando a indústria realiza as discussões nos assentamentos para iniciar o primeiro ciclo, estabelece a quantidade por família de 5.000 mil pés, pois justifica que é a quantidade de pés suficientes para 3 a 4 pessoas cuidarem de forma a obter uma boa produção. Claro! Que o processo de condicionamento e integração subordinada do agricultor leva-o a caminhar para a profissionalização, que é constituído e construído sub alguns fatores que transitam pela metamorfoseação do agricultor, que por essa estratégia da empresa pode se tornar um profissional especializado na produção de mercadoria (pepino) para a indústria.

Processo esse que se constrói alicerçado sobre dois pilares centrais: o endividamento da família á indústria e o fato de que o agricultor busca na produção de pepinos as condições da reprodução social da família. A vulnerabilidade social construída historicamente pela escassez de políticas públicas de produção, transporte e comercialização levam o agricultor a aceitar a “*condição de trabalho forçado consensuado*”<sup>17</sup>, onde ele tem clareza das condições de trabalho e até mesmo os riscos

---

<sup>17</sup>Passaremos a utilizar está expressão para ilustrar o processo vivido pelas famílias no Assentamento São Paulo, no tocante a rotina laboral do trabalho. Pois ao realizar vários trabalhos de campo na comunidade, percebemos que a cultura tecnificada da produção de pepinos construída pela indústria, se apresenta com características de acúmulo nas tarefas laborais do trabalho ao longo do ciclo da planta. As famílias buscam energias extras para dar conta de todo o trabalho, pois quando a cultura chega na fase de início da colheita até o final, estamos falando de aproximadamente 50 dias. O ato do trabalho apresenta-se como sacrifício, pois nesta fase precisa colher os frutos, carregar da roça para casa, realizar a seleção e classificação do frutos, embalar em sacos de 20 quilos, carregar o caminhão para a indústria, conduzir as ramas da planta na espaldeira, pulverizar agrotóxicos com pulverizadores costais, irrigar as plantas, preparar os nutrientes sintéticos para soltar pela irrigação, atividades que ocupam todas as horas de sol do dia sendo necessário utilizar algumas horas da noite. Está fase o trabalho perde a condição contemplativa, que gera a sensação de prazer ao produzir, tornando-se algo cansativo, estressante, obrigatório, sendo necessário suportar o cansaço, as dores e o desejo pelo descanso, pois o condicionamento e o comprometimento econômico e moral assumido de produzir frutos que atendam às exigências da indústria leva o agricultor a trabalhar forçadamente contra a sua vontade física. Sendo assim estabelecido o trabalho forçado sob a concessão do agricultor.

na aplicação de agrotóxico, mas as condições no assentamento não permite que ele tenha outra oportunidade, e este é o momento que toma a decisão pelo caminho da subordinação como alternativa para a reprodução, como podemos observar na fala da assentada Maria Ângela (2017), que relata as conquistas da família depois que passaram a produzir pepino “*Ó! Nós investimos nas frutas, compro as frutas! Comprou bote, motor, as coisas para dentro de casa, que não tínhamos condição de fazer antes, porque só com o leitinho e trabalhando na diária não dava conta não*”. Neste momento da entrevista o marido o senhor VAGMAR (2017), entra na conversa e reforça os elementos que a esposa havia esquecido de relatar, “*comprou vacas a ordenha*”, então a esposa faz aquela pausa para deixar o marido concluir e afirma “*a vida melhorou*”. (VAGMAR e MARIA ÂNGELA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista com o casal, concedido em 20.11.2017. Trabalho de Campo).

Neste momento lançamos uma questão ao casal: Caso a Refricon não necessitasse mais de matéria prima, ou seja, interrompesse o processamento, o que a família iria fazer? A mulher sem pensar responde de pronto, “*eu não me preocuparia, eu já investi!*” Neste momento para descontrair a entrevista afirmo em tom de brincadeira que o casal estava com dinheiro no banco guardado! (Risos, Risos), a assentada Maria Ângela continua sua fala:

**“Não! Não! Têm duas coisas, a gente já está cansada de roça, mas a gente já fez o que queria fazer, que era plantar as minhas frutas, melhoramos o leite, agora estamos fazendo feira duas vezes na semana. Nós estamos plantando as coisas para fazer a feira do produtor lá na cidade, então tudo caminha para mudar”** (MARIA ÂNGELA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

A fala elucida e demonstra a consciência da camponesa, ficando claro que ela sabe que precisa construir os pilares produtivos do lote, que possibilitará a família produzir alimentos, que serão utilizados para o consumo e para a comercialização.

Afirmando que a subordinação ao pacote tecnológico se constitui como uma possibilidade para construir estes pilares, como podemos observar na fala do assentado Vagmar (2017): “*ou trabalhava para a firma (Refricon) ou trabalhava para fora, porque a CONAB estava acabando, o leite era pouco!*” Questionados se as condições fossem iguais, o senhor tivesse a oportunidade de escolher com que gostaria de trabalhar? “*Ah!*”. [Suspira! Levanta os olhos, olhando para o horizonte] “*ah, foi a*

*necessidade mesmo! Melhor leite, umas vacas boas de leite é bom, menos trabalhoso (...) a CONAB também é bom!*”. Esse relato nos faz compreender que a família está inserida em um contexto histórico de vulnerabilidade, que se faz presente no assentamento. Vislumbra a produção de pepinos para indústria como alternativa para resolver suas necessidades e os sonhos da família dentro do lote. (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitacio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de Campo).

Neste contexto é necessário percebermos o assentamento como território em disputa por projetos distintos, onde uns valorizam a produção de mercadorias e outros valorizam a produção de alimentos saudáveis. Exercício da disputa de poder que é influenciado pela vulnerabilidade presente no assentamento. Segundo Porto Gonçalves (2007, p 148), o *conceito de vulnerabilidade* apresenta-se sempre com *características territoriais*, pois esta, sempre se refere a grupos específicos de um dado território, que segundo o autor, se *“encontram mais expostos e fragilizados em sua capacidade de compreender e enfrentar os riscos”* seja eles ocupacionais ou ambientais.

O autor ainda discorre sobre o conceito, sugerindo dois tipos ou classes de vulnerabilidade social: a vulnerabilidade populacional e a vulnerabilidade institucional. De acordo com o autor, a vulnerabilidade populacional está diretamente relacionada a grupos específicos da sociedade, que estão mais sujeitos historicamente e passíveis de maior exposição por apresentarem as características tais como: raça, etnia, classe e gênero, e segundo Porto Gonçalves (2007.p.165) sua *“existência está fortemente relacionada aos processos que concentram poder político e econômico em uma sociedade”*.

A definição de vulnerabilidade institucional traçada pelo autor apresenta a ineficiência e capacidade da sociedade e de suas instituições em regular, fiscalizar, controlar e mitigar riscos sofridos pelas pessoas no tocante as relações ocupacionais e ambientais, encontrados em grupos sociais vulneráveis que vivem nos territórios. O contexto de vulnerável é construído e fortalecido, a partir da soma destas duas específicas vulnerabilidades, que apresentam características combinadas nas relações sociais, institucionais, ambientais, econômicas e políticas (PORTO GONÇALVES, 2007).

A análise contextualizada do território á luz do conceito de vulnerabilidade permite o desvendamento de contextos e riscos particulares ao território, que segundo Rigotto (2010, p.57), permite a *“compreensão das suas singularidades e desigualdades no acesso aos compartimentos ambientais, nos processos e relações de trabalho, e no modo como percebem os riscos a que passaram a se expor”*.

De acordo com relatos de campo, a empresa quando realiza a sondagem e mapeamento das possíveis famílias que se interessam pela produção de pepinos, estabelece critérios para que a família assentada seja beneficiária do projeto no assentamento, sendo eles: disponibilidade de mão de obra familiar, a família precisa possuir um poço semiartesiano particular e com capacidade de vazão compatível com as necessidades de irrigação da cultura, a família ainda passa por uma sondagem quanto a sua capacidade e disposição de investimentos em recursos financeiros para construção das estruturas como: preparação do solo, caixa de água, canos, conexões e para comprar os produtos exigidos como: venenos, adubos orgânicos e químicos, hormônios, fitilho) que não são fornecidos pela empresa.

Elementos que pautam a negociação e construção de um grupo de famílias produtoras no assentamento, a empresa ainda estabelece o critério de no mínimo 6 famílias para abrir uma nova frente em um novo assentamento, onde cada uma destas famílias será estimulada a plantar 5.000 mil pés de pepino, segundo a empresa como já afirmamos anteriormente, é o tamanho ideal de lavoura em termos de geração de afazeres a família ao longo dos 90 dias de trabalho, ou seja, é a dimensão ideal para uma família trabalhar e dar conta de produzir com qualidade exigida pelos padrões da empresa.

Quando os técnicos da empresa iniciam a discussão da expansão da cultura no assentamento, adota-se outro critério balizador. Para abrir uma nova frente produtiva, exige-se que no mínimo 30.000 mil pés sejam cultivados inicialmente, sendo divididos entre seis famílias que serão responsáveis por 5.000 mil pés cada, somente após acertar a escolha das famílias a empresa estabelece o dia para o plantio, onde todos os novos integrados devem realizar o plantio sincronizado e simultâneo. Fazem isto, porque segundo os assentados favorece a organização da comunidade e o rateio no custo do transporte do pepino para a indústria, pois todos plantaram no mesmo dia. Logo, a produção coletiva criará um volume, sendo necessário a contratação de caminhão que

terá os custos divididos entre todos os produtores, como podemos constatar na fala do assentado Antôniel, que explica como as famílias se organizam para transportar a produção até a indústria, *“o frete é particular! É que a turma que planta colhe tudo junto (...) aí planta todos na mesma data, para dá o frete no mesmo dia, aí nós dividimos o frete, aí da para levar de 6 até 8 produtores”*. (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.11.2017. Trabalho de campo).

Quando o assentamento caminha para o segundo ciclo e assim sucessivamente, os critérios perdem importância após a abertura da frente, que costuma, nos próximos ciclos receber novas famílias, não sendo exigido pela empresa, o número mínimo de 6 famílias, às vezes entram várias famílias extrapolando o número, isto depende muito dos resultados obtidos pelas famílias que iniciaram a cultura no assentamento. Outra constância é a dinâmica de alternância e rotatividade entre as famílias que plantam pepino no assentamento. Há registros de casos em alguns assentamentos que a comunidade que plantava pepino deixou de plantar ficando apenas 1 ou 2 famílias que se “profissionalizaram” na produção. Estas se mantêm integradas com um volume muito superior de pés plantados, como por exemplo, do assentamento Fusquinha no município de Teodoro Sampaio, que em ciclos anteriores possuía 5 famílias que produziam, agora apenas 1 família se mantém produzindo 20 mil pés por ciclo.

O processo de desenvolvimento da expansão ou refluxo da cultura dentro de um assentamento está ligado à saída ou entrada das famílias ao processo de integração a indústria de conservas, cuja intensidade do fluxo está diretamente relacionada a alguns fatores que determinam a continuação, desistência e o ingresso das famílias ao projeto. Estes fenômenos são condicionados a necessidade de renda da família e a outros fatores externos à produção, muitas vezes a falta de perspectivas leva a uma maior adesão ao projeto, ou ao contrário, comunidades melhor estruturadas com outras formas de geração de renda a implantação possui baixa adesão ou as famílias integradas logo desistem da cultura, que terá período curto no assentamento melhor estruturado.

Entendemos que a dinâmica presente na particularidade da comunidade irá determinar os fatores de desenvolvimento e a permanência das famílias assentadas produzindo, elementos que podem estar ligados, as melhores condições de produção de leite, que é na região a principal renda das famílias, ao número de aposentados, a

distância da cidade que possibilita que os assentados produzam para vender ou até mesmo o fato de trabalhar fora do lote. No caso de famílias às margens dos rios que viveram esse processo de integração e hoje não mais, buscaram no rio outras condições de geração de renda.

Nos trabalhos de campo realizado, nos assentamentos, juntamente com a equipe de pesquisadores do CEGeT/CETAS, constatamos outro elemento que faz ocorrer a desistência das famílias de continuar nos plantios. Está relacionado à incidência de doenças na planta ao longo de um ciclo da cultura, que pode ser maior ou menor de acordo com a época do ano, como podemos constatar nos Assentamentos Bom Pastor, no município de Sandovalina e o Assentamento Margarida Alves, no município de Mirante do Paranapanema. As 12 famílias (6 famílias em cada assentamento), começaram esse processo de integração abandonando o plantio após o primeiro ciclo da cultura.

Isto ocorreu porque no período de desenvolvimento do ciclo era um tempo de muitas chuvas, ocasionando o aparecimento de muitas pragas e doenças que levou a pouca produção e o aumento nos gastos com venenos, onde as famílias não alcançaram os padrões de exigência da indústria, com isso não atingindo as expectativas esperadas das famílias, resultando no endividamento. Os valores arrecadados não supriram o investimento dos assentados e a dívida adquirida com a empresa, realidade que resultou na necessidade de as famílias assumirem parcelas em notas promissórias de pagamento com a empresa.

Vale à pena lembrar que a indústria estimula os agricultores a desenvolverem vários ciclos ao longo do ano, não levando em consideração fatores como as estações do ano e os períodos propícios para a cultura. O fato de plantar em qualquer mês do ano cria um cenário de maior ou menor quantidade de chuvas ou excesso de luminosidade e sol. Nas épocas secas a irrigação resolve o problema de escassez hídrica, mas não resolve o surgimento de algumas doenças e pragas que melhor se desenvolvem em períodos secos, ou na outra situação, de chuvas excessivas ou acima da média, leva ao aparecimento de doenças e pragas, agravando-se com a falta de condições técnicas para realizar as pulverizações, realidade que constatamos na fala do assentado Vagmar, ao relatar a experiência com os problemas que surgem na cultura ao longo das estações ano:

Porque isto aqui! (Faz referência á roça de pepino) depende do clima, ano passado deu uma chuva de granizo, que nós perdemos tudo! Isto aqui depende do clima, porque muita chuva dá doença, já não é muito bom, quanto menos chuva melhor é! Se chover bastante aí já da doença, se chover 15 dias direto, você fica 15 dias sem passar veneno, aí onde entra a doença. O pepino é complicado! (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Somado ao conjunto de fatores relatados, temos outro elemento que determina o avanço ou o recuo da cultura nos assentamentos: a necessidade por matéria prima da indústria, que estimula e assedia as famílias assentadas dentro da comunidade que já apresenta a integração ou a abertura de novas áreas em outros assentamentos. A saturação ou a falta de matéria prima, produz dois processos distintos, quando a indústria possui várias áreas plantadas e estas estão a pleno vapor na produção, a empresa atrasa, adia o plantio para novos ciclos, junto as famílias integradas. Quando a indústria possui pouca oferta de matéria prima, faz o caminho inverso, passa a realizar visitas, conversas junto aos assentados que já possuem famílias integradas para expandir o grupo, ou ainda, buscar novos assentamentos para abrir novas frentes de plantio. Segundo relato dos assentados, esta situação também afeta diretamente aqueles que estão produzindo, pois alegam que se a indústria estiver saturada de matéria prima, a classificação é ainda mais rigorosa, caso contrário, a classificação é um pouco mais flexível.

Elementos que condicionam e determinam o aceleração ou atraso no processo produtivo, estimulando ou desestimulando o conjunto das famílias a se integrarem a indústria. Somado a estes fatores e a necessidade da indústria, temos ainda, o desejo das famílias, que está influenciado pela aceitação ou não aceitação das condições de trabalho e do uso indiscriminado de agrotóxicos, afirmaríamos que estes dois fatores, a necessidade industrial e a relevância das famílias no tocante da aceitação das condições de tecnificação da produção, são centrais para determinar o fluxo ou refluxo do desenvolvimento da cultura nos assentamentos.

O Pontal do Paranapanema apresenta duas realidades distintas nesse processo. Quando tivemos a oportunidade de acompanhar a equipe de pesquisadores do CEGeT/CETAS, encontramos comunidades com muitas famílias assentadas entusiasmadas com a cultura, demonstrando felicidade em fazer parte do projeto, além de famílias assentadas, aguardando a abertura de novos grupos para entrar no cultivo. Em outras comunidades encontramos uma realidade antagônica, ao conversamos com

assentados revoltados por terem perdido dinheiro, vendido animais para investir. Resultando na perda de todo o investimento, ou ainda ficaram devendo no comércio local e para a indústria, sendo obrigados a se desfazer de outros bens para honrar seus compromissos, realidade que contribuiu para o encerramento ou diminuição da atividade.

Nestes trabalhos de campo, encontramos distintas realidades no humor e nos desejos das famílias pelo cultivo de pepinos, que transitam de assentamento para assentamento e dentro do próprio assentamento desde a satisfação até o ódio. A realidade da expansão não é uniforme apresenta-se de forma distinta, encontramos casos de saturação do assentamento quanto aos níveis de infestação de doenças e pragas que atacam os pés de pepinos, tornando a cultura inviável economicamente; assentados que tiveram que assumir dívidas, tendo que pagar promissórias ou a simples constatação que após alguns ciclos a cultura não dá o retorno econômico propagandeado pela empresa, ou ainda, a percepção que a quantidade de agrotóxicos e a quantidade de horas trabalhadas poderá futuramente trazer problemas de saúde para integrantes da família.

Nestas visitas podemos ainda constatar não o abandono da empresa, mas a falta de importância dada por ela àquelas, famílias que levantaram pontos de questionamento das formas de condução em relação a integração, manifestando-se como dependentes desse círculo estabelecido pela empresa, tais como: **o valor pago pelo quilo do pepino**, como afirma o assentado o senhor Betinho, *“desde quando iniciei eles pagam R\$ 0,90 centavos; já estamos a quatro anos plantando, a gente pede para eles aumentar, mais nada!”*; **o valor pago pelo transporte**, como afirma a dona Maria Ângela esposa do assentado Vagmar *“o frete é salgado, o que mata agente é o frete! A gente produz em oito pessoas, ele cobra R\$100,00 reais por pessoa, custa R\$ 800,00 reais por semana para levar o pepino 75 km, é caro demais! Tem que ir lá duas vezes na semana; ”***à cobrança de insumos acima dos cobrados pelo mercado**, como constatamos na fala do Sr. Antôniel, *“eles cobram de 15% a 20% a mais em alguns produtos que nós pegamos deles”*; ou as famílias que não seguem criteriosamente e rigorosamente o modelo técnico preventivo de aplicação de venenos ou as solicitações feitas pelo técnico semanalmente ao longo do ciclo de 90 dias, quanto à forma condutiva da planta. Estas famílias normalmente não são procuradas para novos plantios, ou caso a procura parta da família, os técnicos não fazem tanta questão da integração, sendo deixadas de lado da

seleção feita pela empresa nos assentamentos, ficando intrínseco na fala dos assentados que os vizinhos que tiveram problemas com doenças, pragas, na condução ou na falta de ganhos econômicos a culpa sempre é da família que não seguiu as orientações dos técnicos da empresa, constatações que vivenciamos na fala do assentado Damião(2017), que relata a forma de condução de um dos vizinhos, *“ele ali”* (vizinho três lote para frente), *“não pôs adubo nem nada, o bicho não vai não! Tem que estar em cima, está história que vou plantar e largar ali vai não!”* (BETINHO, MARIA ANGELA e DAMIÃO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevistas concedidas nos dias 15.04.2017; 14.03.2017; 20.11.2017. Trabalho de campo).

Podemos ainda constatar outra situação que foi confirmada no assentamento São Paulo, que os níveis de satisfação das famílias estão quase que sempre condicionados a ganhos financeiros que possibilitam a família a se reproduzir ou adquirir bens duráveis para o trabalho no pepino ou nas outras atividades do lote e da casa.

Organizamos a seguir na tabela 1 e no mapa 2, a distribuição geográfica da cultura do pepino nos diversos assentamentos, nos vários municípios da região do Pontal do Paranapanema, percebemos que o município de Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio, são os municípios que abrigam a maior diversidade e quantidades de famílias assentadas da região que produzem pepinos para a indústria, isto também está ligado ao fato de estas comunidades, pelo menos em Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, estarem próximas espacialmente, facilitando a circulação dos produtos, e do contato e o fluxo de informação entre as famílias assentadas.

Podemos ainda destacar que ao longo dos trabalhos de campo feitos juntamente com a equipe de pesquisadores do CEGeT e do CETAS, percebemos que os assentamentos do município de Sandovalina, juntamente com o assentamento Margarida Alves, no município de Mirante do Paranapanema e os assentamentos Porto Velho e Lagoinha, ambos no município de Presidente Epitácio são os locais de maior descontentamento e endividamento das famílias com a indústria, fazendo com que o plantio se encerrassem ou diminuíssem muito, isto devido ao fato de a indústria ter adotado nestes assentamentos a produção do pepininho, (variedade conhecida como “cornichon, relish” para conserva), sendo uma variedade muito suscetível a doenças, e devido ao fato

de ser colocado na conserva inteiro a indústria possui maior rigor estético, que leva ao aumento dos descartes, ou seja, os frutos que não estejam no padrão estético desejado são descartados, não sendo utilizados a princípio pela indústria, porém não são pagos ou têm valores muito abaixo do prometido pago aos produtores, mas nunca devolvidos. O que nos leva a supor que a empresa não descarta de forma alguma essa produção, somente na relação com os assentados é apresentado esse argumento como forma de não pagamento ou pagamento de valores baixos.

Observe a (quadro 1) que demonstra a distribuição geográfica dos assentamentos nos diversos municípios que possuem ou possuíram a incidência do plantio de pepinos na região do Pontal do Paranapanema, passamos a tabela:

**Quadro 01: Pontal do Paranapanema: Assentamentos Rurais integrados na produção de pepinos.**

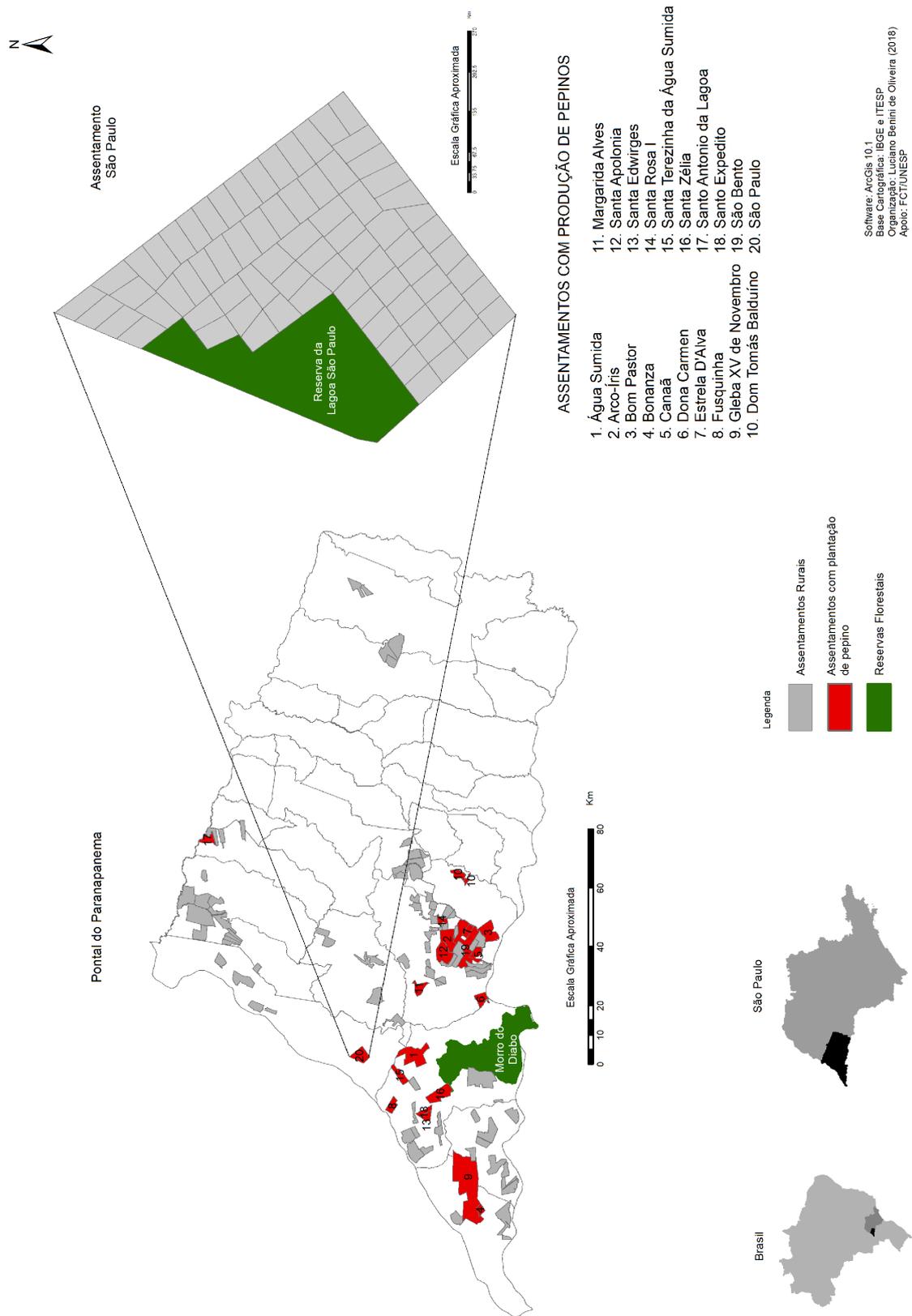
<b>Município</b>	<b>Assentamentos</b>	<b>Nº de famílias por assentamento</b>	<b>Nº de famílias envolvidas no cultivo de pepino</b>	<b>Porcentagem de assentados integrados</b>	<b>Total de famílias envolvidas por município</b>
<b>Teodoro Sampaio</b>	Água Sumida	119	5	4,20%	26
	Santa Teresinha da Água Sumida	48	5	10,4%	
	Fusquinha	46	5	10,8%	
	Santa Zélia	102	9	8,8%	
	Santo Expedito	43	1	2,3%	
	Santa Edwiges	42	1	2,3%	
<b>Presidente Epitácio</b>	Porto Velho	27	5	18,55 %	40
	São Paulo	76	23	28,9%	
	Lagoinha	150	12	8 %	
<b>Mirante do Paranapanema</b>	Santa Rosa II	13	10	76,9%	60
	Margarida Alves	89	12	13,4%	
	São Bento	182	6	13,8%	
	Canaã	54	5	9,2%	
	Estrela Dalva	30	7	23,3%	
	Arco Iris	105	6	5,7%	
	Santa Apolônia	104	12	11,5%	
	Dona Carmem	150	6	4%	
Novo Horizonte	70	1	1,4%		
<b>Sandovalina</b>	Guarani	68	8	11,7%	14
	Bom Pastor	130	6	4,6%	
<b>Rosana</b>	Gleba XV de Novembro	545	6	1,1%	7
	Bonanza	58	1	1,7%	
<b>TOTAIS</b>	<b>22</b>	<b>2251</b>	<b>126</b>	<b>5,59%</b>	<b>147</b>

Fonte: Data CETAS (2018).

Organização: Luciano Benini (2018).

Ao longo das diversas incursões a campo realizadas nestes anos de pesquisa, pela equipe de pesquisadores do CEGeT e CETAS, podemos detectar várias comunidades integradas a indústria de conservas que desenvolvem o plantio de pepinos. A localização destes assentamentos possibilitou organizar o mapeamento da expansão territorial da cultura no Pontal do Paranapanema. Na representação cartográfica, podemos perceber o conjunto de assentamentos identificados no quadro 1, estando identificados no mapa 2, com a cor vermelha como aqueles que há famílias que produzem pepinos através dessa parceria com a empresa Refricon.

**Mapa 3: Assentamentos na produção de pepino no Pontal do Paranapanema**



A representação nos proporciona ter uma visão panorâmica dos caminhos do cultivo na região, ficando claro que sua maior ocorrência está concentrada principalmente nos assentamentos de Mirante do Paranapanema, totalizando 60 famílias em 9 assentamentos, seguido por 40 famílias assentadas em três assentamentos no município de Presidente Epitácio. Neste município é importante frisar, que possui duas realidades distintas na produção nos assentamentos próximos espacialmente porque toda a expansão da cultura do pepino no Oeste do Estado de São Paulo inicia-se no assentamento São Paulo, como projeto piloto com 05 famílias. Atualmente há 19 famílias integradas á indústria produzindo alternadamente pepinos e pimenta, mas quando observamos, por exemplo, as famílias dos assentamentos Porto Velho e Lagoinha (também no mesmo município e próximos geograficamente do assentamento São Paulo), o descontentamento com a indústria é explícito, fato que não corresponde ao assentamento estudado. Nestes dois assentamentos as famílias que plantaram ficaram endividadas, precisando assumir promissórias feitas pela indústria com pagamentos mensais ou foram obrigados a vender animais e bens para pagar as dívidas contraídas no comércio ou com a indústria. Este episódio leva a extinção da produção de pepinos nestes dois assentamentos, mesma situação ocorrida nos assentamentos Guarani no município de Sandovalina, já no assentamento Bom Pastor no mesmo município houve uma diminuição considerável nos interessados, onde 1 família das 7 famílias originais permanece plantando, levando quase que a extinção do plantio de pepinos para a indústria de conservas.

O município de Teodoro Sampaio possui 26 famílias em seis assentamentos, todos concentrados ao extremo norte do município próximo ao limite do território municipal, as margens do Rio Paraná, que faz fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul e nos assentamentos circunvizinhos do Morro do Diabo. No município encontramos distintas realidades de desaceleração, extinção e aceleração onde somente alguns produtores permanecem no cultivo ou possui fila de espera para integrar o projeto, como no Assentamento Fusquinha, que possui 1 produtor, os Assentamentos Santa Teresinha da Água Sumida, Água Sumida, Santo Expedito e o Santa Edwiges não há mais ocorrência da produção de pepinos para a indústria, realidade que se diferencia no Assentamento Santa Zélia próximo ao Parque Estadual Morro do Diabo, nesta

comunidade apresenta alternância de famílias produtoras, mantendo-se sempre um grande número de famílias integradas produzindo pepinos para a indústria.

O “esvaziamento” de interessados de um ciclo da cultura para outro, cria uma nova realidade, onde para continuar com a cultura em uma comunidade que houve muitas desistências a indústria faz um remendo nos critérios mínimos de produção de 30.000 mil pés por seis famílias em cada assentamento, permitindo que as famílias que desejam continuar plantando participem do projeto, desde que estas, dividam a totalidade de pés entre elas, ou seja, agravando ainda mais as condições de trabalho e as rotinas de trabalho das famílias e as condições de investimentos na cultura.

Recentemente a indústria abriu outra frente piloto com 07 famílias, a quase 250 km da fábrica, estimulando o plantio em 6 lotes no Assentamento Gleba XV de novembro e 01 lotes no Assentamento Bonanza, ambos no município de Rosana.

Esta nova frente de expansão chega a um dos maiores assentamentos em termos de quantidade de famílias assentadas, totalizando 545 lotes de Reforma Agrária, com um número de agregados, filhos e netos, ainda maior que moram em casas vizinhas nos lotes dos titulares, ou seja, o terreno propício para a expansão do cultivo de pepino cultura, com gente suficiente para oferecer a mão de obra ou demonstrar interesse no cultivo. São considerações preliminares, pois o cultivo nestes assentamentos encontra-se no primeiro ciclo e o tempo irá mostrar se terá êxito na expansão, ganhando outros assentamentos circunvizinhos, nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

A pesquisa detectou outras áreas de cultivo de pepinos que vão além das indicadas na tabela, através dos campos e conversas com um dos técnicos<sup>18</sup>, localizamos ocorrência de plantio nos municípios de Anaurilândia, Brasilândia e Bataguassu, no Estado do Mato Grosso do Sul e nos municípios de Andradina e Castilho no Estado de São Paulo. Segundo o responsável pela assistência técnica, a maioria das áreas fora da região do Pontal do Paranapanema segue a mesma tendência, pois são cultivos desenvolvidos principalmente em assentamentos, materializando o vínculo e a integração das famílias assentadas a agroindústria, com “ritos” produtivos semelhantes de territorialização do modo produtivo imposto pela indústria que leva a extensas jornadas de trabalho, uso indiscriminado de agrotóxicos, produção vinculada às

---

<sup>18</sup> Até esse momento final da pesquisa não conseguimos formalizar uma entrevista com os técnicos da empresa. Há uma resistência seja do técnico ou por orientação da empresa em conceder entrevista.

demandas da indústria, adiantamento de insumos, características próximas às apresentadas na região do Pontal do Paranapanema.

A representação cartográfica apresentada acima, identificada como (mapa 03), ainda nos oportuniza a visualização dos locais de ocorrência em relação aos maciços de assentamentos, de acordo com nossa observação da distribuição geográfica destas comunidades percebemos o potencial de crescimento da cultura nos assentamentos da região, pois as comunidades são próximas ou integradas territorialmente, ou seja, parece-nos que a escolha dos assentamentos para produzir pepinos não é coincidência ou acaso, mas sim uma estratégia territorial, pensada para os assentamentos devido a vários fatores e características específicas a realidade das comunidades assentadas, como facilidade na oferta de mão de obra, necessidade de renda das famílias provocada pela vulnerabilidade social coletiva, fruto da escassez das políticas públicas que favoreçam a produção, transporte e comercialização.

Outro fator importante que chama atenção na representação cartográfica (mapa 03), são as distâncias do local de produção para o local de processamento, cujos assentamentos, por exemplo, do que denominamos de Complexo União da Vitória<sup>19</sup> no município de Mirante do Paranapanema e o Assentamento Gleba XV de Novembro no município de Rosana encontram-se distantes geograficamente contrariando a lógica do mercado, que o transporte é o que encarece a produção. A indústria de conservas não se preocupa com as distâncias da unidade de processamento, devido ao fato, dos custos de transporte serem de responsabilidade das famílias assentadas, ou seja, a empresa não investe em nada para produzir matéria-prima.

A indústria possui garantias de pagamento dos insumos adiantados ao assentado, pois, o produtor só tem acesso aos valores da sua produção se antes for descontado na fonte os valores adiantados pela indústria, ou seja, o cofre somente será aberto para pagar a matéria-prima, depois que esta se encontrar na linha de processamento. Tudo é responsabilidade das famílias, cabe apenas a empresa convidar as famílias, ganhar com a venda de insumos, garantir a compra, oferecer

---

<sup>19</sup>A presente definição foi construída pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que organizou os trabalhadores a lutar e construir vários assentamentos no município de Mirante do Paranapanema, formando um território contínuo de assentamentos, que recebe o nome de Complexo União da Vitória, como símbolo de bandeira unificada de luta coletiva dos assentamentos do município.

acompanhamento técnico, ou seja, as famílias assentadas acreditam estar “firmando parceria” com a indústria, mas estão sendo contratadas para produzir, onde todas as obrigações e os ônus são de responsabilidade das famílias que aderirem a integração a indústria de conservas, não tendo nenhuma garantia sobre a adesão, caso consigam produzir recebem valores referentes a entrega de produtos a indústria, caso não tenham êxito na produção, ficam com a dívida.

Como já colocamos anteriormente, este trabalho não tem como objetivo analisar a realidade regional ou as ocorrências fora da região, mas sim a realidade do Assentamento São Paulo no município de Presidente Epitácio. Mas sabemos que a realidade regional, estadual e interestadual apresenta outros elementos que para desvendarmos necessitaremos de realizar outros trabalhos de pesquisa, pelos quais, nós colocamos à disposição para fazer em trabalhos futuros. Podendo realizar a análise ampliada da expansão do cultivo de pepino para a indústria e os tentáculos do condicionamento da integração que produz realidades de alteração das rotinas nos assentamentos, e condicionamentos distinto de subordinação.

Subordinação que se materializa com a intensificação das rotinas de trabalho e o uso excessivo de agrotóxico que agrava as condições de saúde das famílias e as expõem a riscos. Características de cultivo desenvolvidas nos assentamentos da região ou fora dela. A forma e a realidade e integração segue o mesmo padrão, sofrendo alterações pontuais que podem estar condicionadas as características particulares das comunidades como: a fertilidade do solo, fenômenos climáticos, incidência de pragas e doenças, distância, “*docilidade dos assentados aos comandos produtivos*”, ou seja, as particularidades locais alteram a realidade e a história do pepino nos diversos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema e em outras localidades.

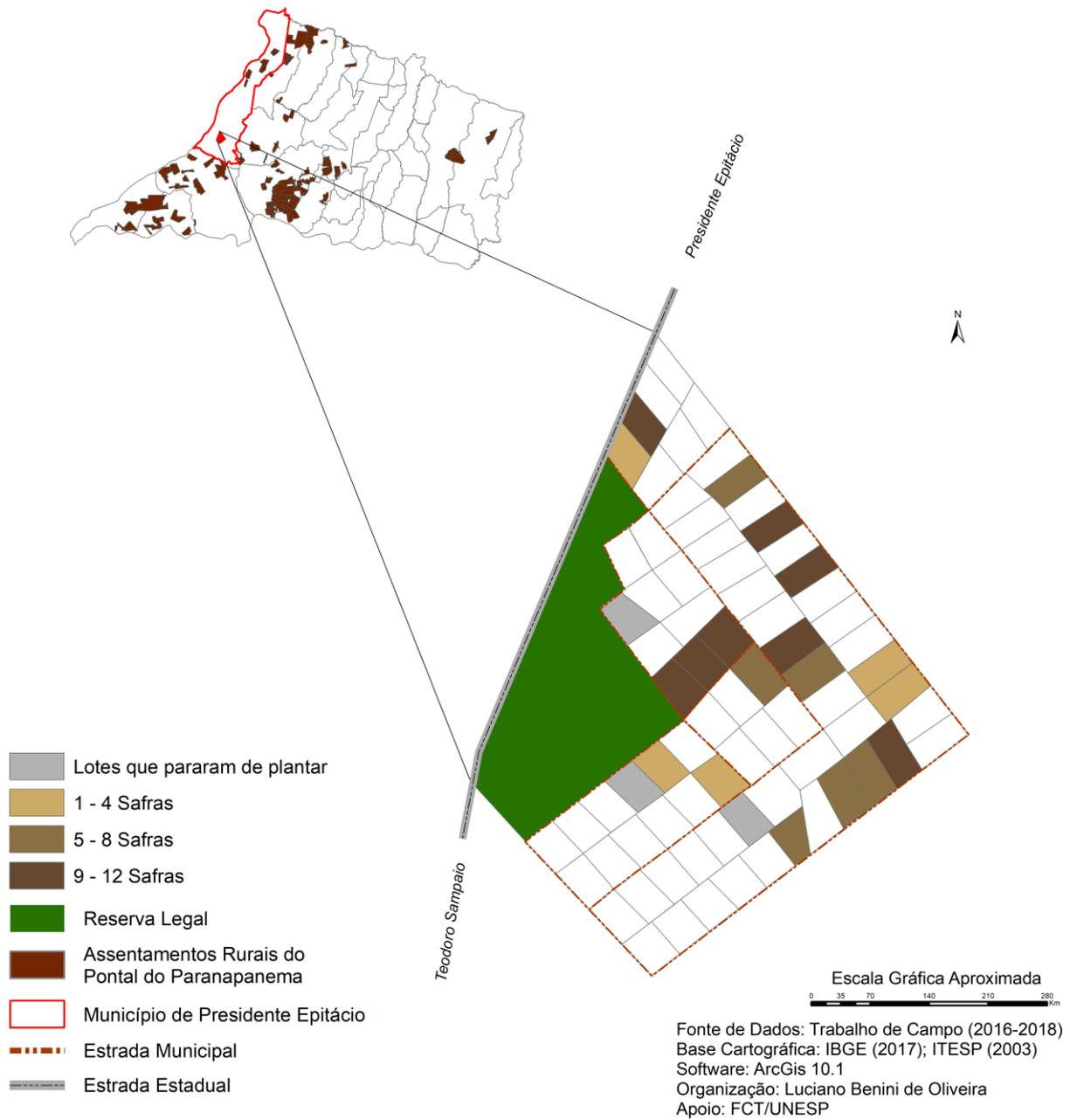
No assentamento São Paulo, localizado no município de Presidente Epitácio encontramos diferentes realidades, ou seja, apesar de estarmos tratando de uma unidade de referência, “o assentamento”, este não se apresenta de forma uniforme na participação das famílias assentadas em relação á quantidade total de ciclos já desenvolvidos pelo assentamento. Como já colocado o Assentamento São Paulo foi pioneiro no cultivo de pepinos no extremo Oeste do Estado de São Paulo, na região conhecida por Pontal do Paranapanema, onde em 2014 inicia-se o plantio com o projeto piloto de 6 famílias que produziam 25.000 pés ao longo destes anos registramos a

participação de 22 famílias no assentamento, que oscilam entre os 12 a 5 ciclos produtivos desenvolvidos nestes anos pela indústria. Nos dias atuais a pesquisa mostra que 19 famílias permanecem integradas, com a alternância do cultivo de pepinos e pimenta.

Para ilustrar o comprometimento dos assentados do assentamento São Paulo a indústria, apresentaremos a seguir, uma representação cartográfica identificada como mapa 04, que demonstra a quantidade de ciclos que cada família desenvolveu desde sua chegada no ano de 2014 no assentamento. Cabe ressaltar que as cores marron dispostas sob vários matizes demonstram à quantidade de ciclos que cada família participou, ou seja, as variações e a intensidade da cor determina as quantidades que variam do mais fraco, que representa às famílias que menos plantaram, já as cores mais intensas representam as famílias que desenvolveram maior número de plantios.

A representação cartográfica (mapa 04), aponta indícios desvendados pela pesquisa que constatou nos trabalhos de campo na comunidade, a contraditoriedade presente no assentamento, parte dos envolvidos no cultivo, encontra-se satisfeita com o trabalho na cultura. Porém também encontramos famílias descontentes que deixaram o cultivo, alegando vários motivos, entre eles, o aumento no volume de trabalho, o prejuízo e a falta de retorno financeiro. Outro grupo de famílias permanece plantando, alternadamente pepinos e pimentas, mas relatam que não estão satisfeitas, alegam que as doenças na planta têm diminuído a produção, outros alegam que possuem dívidas com a empresa e plantam na tentativa de pagar as dívidas. Outros ainda, afirmam que a falta de possibilidades na geração de renda no assentamento os mantém no cultivo de pepinos. Contraditória que externaliza o conflito pela reprodução social, pois as situações distintas de adaptação ou não adaptação a integração, leva ao afloramento da consciência nos camponeses em permanecer subordinados para se reproduzirem, ou aqueles que possuem outras fontes de renda, buscam alternativas. O camponês busca na subordinação integralizada a indústria as alternativas a escassez de políticas públicas, optando pela subordinação, não como fim em si mesma, mas um meio que favorece a reprodução social da família camponesa.

**Mapa 4 - Famílias envolvidas na produção de pepinos para conserva - número de safras (2017)**



Somados a outros fatores que contribuem para a permanência ou não das famílias no projeto, como: disponibilidade de mão de obra; falta de recursos para compra de insumos não ofertados pela indústria, alguns assentados possuem membros que desenvolvem outras atividades fora do lote como motorista do ônibus escolar, peão de fazenda, pedreiro, trabalhador da usina, não permitindo dedicação exclusiva ao cultivo do pepino, além daquelas famílias que relatam que deixaram ou estão desestimuladas devido ao uso excessivo de venenos, realidade que presenciamos na fala do assentado Josivaldo, que tenta omitir sintomas de intoxicação, mas a mulher, a assentada Joana que acompanhava a entrevista, se pronuncia entregando o marido que até então relatava que não tinha problema algum com veneno, afirmando *“tem um!”* [Neste momento eles se olham, ela com um meio sorriso no rosto responde] *“o Ortene<sup>20</sup>! Forte ei! Nós usamos uma vez só, depois não usamos mais, porque é muito forte”*, o esposo volta para conversa, passando as recomendações técnicas do produto e confirmando que estava ocultando os sinais de intoxicação aguda, como podemos observar: *“ele é mais pra inseto, entra no lugar do Decis<sup>21</sup>, quando usa muito um tem que trocar”* (o assentado faz referência á resistência que os insetos adquirem), neste momento da conversa a mulher, em tom de brincadeira faz um comentário, *“neste aí eles usavam uma máscara”*, e o marido continua com o relato, *“ele é forte!”*, a mulher do lado cai na risada, ao ouvir a confissão do marido, afirmando outra vez, *“com este aí eles usavam!”* (Risos...Risos) então o marido confirma os sintomas de intoxicação por uso do veneno *“este aí quando a gente acabava de passar dava dor de cabeça, zonsura”*, (a mulher ao lado dava risada), fatores que determinam a permanência ou não

---

<sup>20</sup>A esposa está se referindo ao ORTHENE 750 BR, um inseticida acaricida sistêmico, definido pela classe toxicológica IV para humanos e classe III para o meio ambiente do grupo químico dos organofosforado. O fabricante ressalta que alguns sintomas de alarme apontam para as intoxicações agudas, onde a pessoas infectadas demonstrando fraqueza, dor de cabeça, opressão no peito, visão turva, pupilas não reativas, salivação abundante, suores, náuseas, vômitos, diarreias e cólicas abdominais. Em estágios avançados de intoxicação crônica os testes realizados com animais de laboratório, apontam que quando administrado o produto na dieta alimentar por um período de dois anos, não se constatou anormalidades, mas quando as doses passam a ser elevadas constatou pequena redução da atividade da colinesterase.

<sup>21</sup> DECIS ULTRA 100 EC, é um inseticida pertencente do grupo químico dos Piretróides, classificado pela classe toxicologia II, destaca-se pelo ingrediente ativo a Deltrametrina. Os estudos realizados em animais para levantar os efeitos da toxidade aguda do produto, apresentaram segundo o fabricante os seguintes sintomas, efeitos de correio-atetose, salivação excessiva, lacrimejamento, hipersecreção nasal, hipersensibilidade, distúrbios sensoriais cutâneos (formigamento, entorpecimento e sensação de queimação) irritação cutânea, cefaleia intensa, perda de apetite, fadiga, tonturas, perda de consciência e câimbras musculares.

na produção. (JOSIVALDO e JOANA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida pelo casal no dia 20.11.2017. Trabalho de campo).

As famílias que estão descontentes, mas permanecem plantando pepino ou pimenta para a indústria, relatam que não deixaram a cultura por motivos de endividamento<sup>22</sup> com a indústria ou por fatores que a família percebe que a cultura do pepino gera alguma renda em um período curto de tempo, como observamos na fala do assentado o Sr. Vagmar *“a gente trabalha, porque é obrigado, obrigado assim, necessidade! Né. É melhor trabalhar assim do que por dia para fora, aqui pelo menos você está trabalhando para você, trabalha mais devagar, e é seu”*. Então questionamos a esposa, por que a família planta pepino? Que resonda: *“Necessidade mesmo!”*, neste momento Maria Angêla faz uma revelação,

Nós íamos parar, **mas ta chegando uma dívida aí de 6000 reais, e eu preciso do dinheiro e não quero me desfazer das minhas vaquinhas**, então eu falei para ele, vamos arriscar planta o pepino de novo, porque se precisa vender, aí vende os bezerros e deixa as vacas. (VAGMAR e MARIA ÂNGELA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso)

Neste momento o esposo entra na conversa interrompendo a esposa, *“o pepino, é uma renda rápida, o pepino é uma coisa ligeira, com 50 dias depois que plantou você já ta pegando o dinheiro, porque com 30 a 35 dias ele começa a produzir com mais 15 dias você já está com a grana”* (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Observamos também nas incursões a campo, outra situação de disparidade na quantidade de pés plantados por cada família, ou seja, os trabalhos de campo desenvolvidos na comunidade constataram a diversidade na quantidade de ciclos que cada família participou e a quantidade de pés plantadas em cada um dos ciclos. Com já tratamos anteriormente os lotes participantes do projeto possuem diferentes quantidades de pés por família, encontramos variações, com produção de 15.000 mil pés e a grande maioria entre 8.000 a 4.000 mil pés, para resolver esta disparidade, adotamos o critério já mencionado anteriormente de 5.000 pés de quantidade.

---

<sup>22</sup>Não conseguimos obter essa informação diretamente com o assentado, mas os vizinhos informaram que estão endividados. Quando questionados sobre endividamento relatam que umas roças se paga e outras fica para próxima e logo desconversam.

Para demonstrar esta paisagem heterogênea da quantidade de pés plantados, apresentaremos a seguir duas imagens (figura 01), em lotes distintos que revelam duas realidades em relação as dimensões territoriais, estas se alteram de acordo com a quantidade de pés de pepino plantado por família, além de alterar consideravelmente todos os insumos utilizados para produzir como: adubos orgânicos, adubos sintéticos, hormônios, agrotóxicos, dias trabalhados, enfim o tamanho da área cultivada altera consideravelmente os investimentos, o trabalho e os ganhos. Realidade que flagramos nas imagens, sendo a primeira localizada abaixo do lado esquerdo, apresenta o cultivo no lote do senhor Ronaldo, com 15.000 mil pés plantados e a segunda imagem localizada abaixo ao lado direito, mostra 5.000 mil plantados no lote do senhor Betinho no Assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio.

**Figura 01: A ocupação territorial das diversas quantidades de pés de pepinos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

### **2.3 – O acúmulo de trabalho e veneno nas fases de produção do pepino**

Adotamos outro critério metodológico para facilitar o entendimento dos passos desenvolvidos pelos camponeses assentados ao longo do ciclo produtivo da cultura do pepino que possui duração aproximadamente de 90 dias do plantio até o término da colheita. Dividimos esta quantidade de dias totais em escalas de tempo, com 5 intervalos menores para melhor visualizarmos os estágios reprodutivos da cultura e a dinâmica laboral empregada pelas famílias assentadas para dar conta da demanda do

trabalho em cada uma destas fases da cultura. Importante compreender que a divisão em períodos, não quer dizer que ao término de um período acaba o trabalho. O término e o início de um segundo período, significa acúmulo de tarefas, ou seja, o plantio de pepinos se apresenta como uma atividade laboral cumulativa de uma série de atividades que não podem ser deixadas, já que a não realização causa prejuízos econômicos. Os trabalhos de campo demonstram que os assentados cada vez mais que a cultura avança no seu ciclo reprodutivo menos tempo a família possui para realizar outras atividades no lote, com os afazeres na casa ou atividades de recreação, todas as energias e tempo estão canalizadas para o trabalho na roça do pepino.

A rotina laboral desempenhada por toda a família em um único pedaço de terra dentro do lote, de forma a cumprir mecanicamente as necessidades produtivas da cultura, leva a constatarmos o afloramento do conflito, pois a quantidade de horas de trabalho no cultivo não diminuem com os períodos do ciclo reprodutivo, pelo contrário elas se sobrepõem fazendo com que muitos entrem na roça ao amanhecer e saiam ao anoitecer. Esta situação leva os assentados a repetir nas conversas informais que realizamos ao longo dos trabalhos de campo: *“não tem jeito, tem que trabalhar”* ou a concretização do que chamamos de **“trabalho forçado consensuado”**, a onde os assentados chegam ao limite da condição do corpo, afirmando, *“o negócio é descansar trabalhando, quando está muito cansado vai para outro trabalho mais leve, para poupar energia, para conseguir chegar até o fim do dia”*<sup>23</sup>. (ASSENTADOS. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Conversas informais ao longo dos trabalhos de campo). (Grifo nosso).

**A materialidade do trabalho forçado consensuado** desenvolvida pelo agricultor, materializa-se quando este não suporta mais o trabalho que desenvolve na roça de pepinos, as condições deste trabalho determinam esta necessidade de parar. Os

---

<sup>23</sup> Durante os trabalhos de campo, nas conversas com as famílias, ou durante as entrevistas é **COMUM** encontramos afirmações, relatando a estafa física. Onde os membros da família colocam que em muitos dias não possuem mais energia para trabalhar, pois o corpo pede para descansar, mas as condições e as necessidades de atender as demandas da roça, leva os assentados a escolha de trabalhar de forma forçada por vontade própria. Necessitando alternar tipos de atividades ao longo do dia para suportar as horas de trabalho. Buscando descansar de trabalhos mais pesados realizando trabalhos mais leves, como por exemplo, em meio as várias máquinas de aplicação de venenos, intercala com a parada na aplicação para colher frutos nos pés.

trabalhos de campo demonstraram que as roças de pepino apresentam um **acúmulo ritualista de atividades**, que devem ser **todas realizadas ao longo daquele dia**, como: aplicação de venenos, colheita, condução das ramas, aplicação de fertirrigação, transporte para casa, seleção, embalagem e transporte para a indústria.

Estas atividades na maioria das vezes são realizadas sob um sol escaldante, que sofre o agravo da falta de vento que não circula entre as leiras de pés de pepino, pois as características da roça, produz uma barreira física que impede a renovação do ar. Diante destes aspectos produtivos da **cultura de pepino que é produzido obedecendo o pacote tecnológico imposto pela empresa o agricultor realiza o exercício de lutar contra suas fragilidades e limitações físicas que exigem a sua parada imediata**, está disputa faz com que **o agricultor deixe de sentir prazer do fruto do seu trabalho** e passe a **estranhar o ato laboral** do seu esforço que provoca dor, agonia, fadiga, aceleração nos movimentos, mecanicidade e falta de prazer, **sensações físicas que são garantidas por fatores estruturais da necessidade da reprodução social** que recebem o **reforço das influências da constituição do “ser campones”** que o preciona de **forma moral e psicológica das necessidades de cumprir os acordos de subordinação impostos pela indústria**, pois a família camponesa possui consciência que o êxito na produção os conduzirá a facilidades na reprodução social ou o fracasso será fomentador da construção de entraves que dificultam a sua reprodução enquanto família.

A seguir apresentamos a organização metodológica dos estágios da cultura, exposto no (quadro 2), que busca demonstrar de forma didática os detalhes da rotina laboral do trabalho e a sobreposição de tarefas desenvolvidas pelas famílias assentadas. Períodos e estágios que irei chamar de *“estágio tecnificado de produção”*, pois a planta não se desenvolve naturalmente sendo conduzida tecnicamente e quimicamente ao excesso produtivo em condições artificiais, quando comparadas ao plantio desenvolvido em condições naturais.

O primeiro estágio tecnificado da reprodução adotado, inicia na data de preparo do solo até a sementeira, já o segundo estágio de tempo tecnificado da reprodução tem início no dia da sementeira da lavoura até os 20 primeiros dias da cultura. O terceiro estágio tecnificado da reprodução é o dia que está compreendido a partir dos 20 dias até os 35 dias de sementeira que é o período de condução das ramas, finalizando com o início

da colheita dos primeiros frutos, enquanto o quarto estágio tecnificado da reprodução é o período de intensificação da colheita que vai do trigésimo quinto dia até os próximos 40 dias, ou seja, 75 dias de semeados, e para finalizar, o quinto estágio tecnificado da reprodução está compreendido entre os 75 dias aos 90 dias de semeadura da cultura, como mostramos no quadro 2 que apresentamos na sequência, a organização metodológica dos estágios tecnificados da reprodução da cultura de pepinos para a indústria:

**Quadro: 2- Divisão dos estágios de tecnificação da reprodução da cultura de pepinos.**

<b>Estágios</b>		<b>Período de abrangência</b>	<b>Características da conflitualidade na extensão da jornada do trabalho</b>
<b>1ª Estágio</b>		Preparo do solo (gradagem e nivelção) até o dia da semeadura	Neste período o agricultor, tomba a terra, nivela, constrói as leiras, aplica adubo orgânico e adubo químico, coloca e fixa o plástico, fura a lona, irriga, faz a primeira aplicação de agrotóxico por fertirrigação.
<b>2ª Estágio</b>		Inicia na semeadura até os 20 dias do ciclo da cultura.	Realiza a semeadura, passa a aplicar os nutrientes na fertirrigação, finca os palanques, coloca as estacas de sustentação, estica o arame, constrói a teia de fitilhos, replanta as falhas, utiliza-se de aplicação de coteis de agrotóxicos a cada 36 horas, todos os dias irriga soltando na água nutrientes, para logo inciar a condução das ramas, que tiveram suas primeiras gavinhas <sup>24</sup> soltas.
<b>3ª Estágio</b>		Dos 20 de vida até os 35 dias após a semeadura	Intensifica-se muito a condução das ramas, castra os brotos ladrões <sup>25</sup> ,

<sup>24</sup>Gavinha é um órgão presente nas plantas trepadeiras. São estruturas filiformes, simples ou bifurcadas na extremidade, com a função de agarrar ramos, galhos, folhas, ou qualquer outro objeto que sirva de apoio para a planta em crescimento. O enrolamento típico da gavinha se dá pela inibição do crescimento da área em contato com o objeto estranho, enquanto o outro lado do órgão é estimulado a crescer normalmente, de forma que a gavinha é forçada a curvar-se em volta do aparato, agarrando-o. É comum haver um rápido espessamento e um acréscimo a consistência e resistência da gavinha após sua fixação. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pepino>. Acesso em 27 de agosto de 2018).

<sup>25</sup>Nos trabalhos de campo, constatamos que os assentados conduzem apenas duas ramas de cada pé do pepino, deslocando-as da sua base até a parte superior da estrutura, este trabalho inicia-se a partir do vigésimo dia após a semeadura. O pepino (*Cucumis sativus*) é uma planta trepadeira, cujos ramos podem crescer de 1 a 3 m de comprimento, faz parte da família das Cucurbitaceae e da Tribo das Melothrieae. O gênero *Cucumis* compreende por volta de 38 espécies conhecidas. Sua natureza é a emissão freqüente de gavinhas, pouco lenhosas ou arbóreas, que possuem função de fixar e desenvolver o aporte reprodutivo da planta. Como a planta emite muitas ramas os assentados fazem a condução realizando a supressão das ramas indesejadas que apenas consumirão as energias da planta, as famílias chamam esta ação de “capar os brotos ladrões.” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pepino>. Acesso em 27 de agosto de 2018).

			corrige possíveis erros no fitilho, intensifica muito a aplicação de agrotóxico a cada 36 horas, intensifica-se muito a distribui todos os dias nutrientes pela fertirrigação, aplicam-se muitos agrotóxicos pela fertirrigação, inicia a colheita dos primeiros frutos, leva para sombra, classifica segundo os critérios da indústria, ensaca, costura, carrega o caminhão.
<b>4ª Estágio</b>		Dos 35 dias até os 75 dias	Intensifica-se a condução das ramas, intensifica-se muito a castração os brotos ladrões intensificam-se muito acolheita dos frutos, realiza-se muitas viagens transportando os frutos para sombra ou para área de casa, trabalham-se muitas horas separando e classificando os pepinos segundo o critério da empresa, inicia o recebimento da empresa e o desconto das mercadorias adiantadas, corrige possíveis erros no fitilho, intensifica-se muito a aplicação de agrotóxicos a cada 36 horas, intensifica-se muito a distribuição em todos os dias nutrientes pela fertirrigação, aplica-se muitos agrotóxicos pela fertirrigação, intensifica-se o trabalho de colocar os frutos nos sacos, costura-se muitos sacos, realiza o carregamento de muitos sacos em um caminhão.
<b>5ª Estágio</b>		Dos 75 dias de vida até o término 90 dias	Diminui gradualmente a colheita, diminui o serviço de embalar os frutos, diminui os sacos costurados, diminui os sacos carregados no caminhão, diminui gradualmente o pagamento recebido a cada 15 dias, aplica-se agrotóxico a cada 36 horas, solta-se na fertirrigação nutrientes, todos os dias, realiza poucas conduções das ramas, aumenta a preocupação caso a roça não tenha produzido para pagar as dívidas, inicia-se os planos para a próxima roça, inicia-se a remoção de plantas secas, ramas mortas, incinera-se os frutos e restos da cultura, remove o arame, retira-se os palanques, recolhe as estacas.

Fonte: Fonte: DataCETAS (2017).  
Organização: Benini, 2018.

### 2.3.1 - 1ª Fase do estágio tecnicado da produção do pepino: uso excessivo de venenos antes, durante e depois da produção

O primeiro estágio tecnicado da reprodução, observamos nos trabalhos de campo que com exceção de uma família o restante se utiliza da mesma forma para preparar o solo na implantação da cultura. Buscam junto à prefeitura do município de Presidente Epitácio, a “patrulha agrícola”, nome dado a frota de tratores e equipamentos disponibilizados aos assentamentos e sítios particulares. Os assentados Betinho (2017) e Ronaldo (2017), no qual o primeiro reclama do custo da hora máquina, como podemos observar: *“rapaz! Para fazer, nós aqui contratamos, é tudo paga por hora, é mais rápido, mas está muito caro, 100 reais à hora, e não faz nada”*. Já o segundo assentado busca na patrulha agrícola do município as formas de preparar o solo, *“ontem mesmo fui lá pagar o óleo, agora é só esperar, demora viu! (BETINHO e RONALDO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 22.11.2017. Trabalho de campo).*

Nesta busca pela prefeitura os interessados procuram a Secretaria de Agricultura do município para efetuar a contratação e agendamento dos serviços, pagando o valor de 50 litros de óleo por hectare para realizar o preparo do solo onde vai ser implantado o plantio dos pepinos. Este procedimento consiste em realizar duas romagens e duas niveladas, em períodos de tempo diferentes. O primeiro o trator realiza a primeira Roma<sup>26</sup>na terra em um sentido, dias mais tarde volta e no sentido contrário realiza a segunda Roma, aguardando o tempo necessário para as ervas daninhas morrerem e secarem, voltando para efetuar a primeira nivelção que será repetido dias mais tarde. Todo este processo de ir em busca da prefeitura, recolher o valor referente ao óleo e agendar a mecanização na terra é realizado de forma conjunta por parte das famílias que irão iniciar um ciclo produtivo, em que a indústria agenda o plantio de

---

<sup>26</sup>Roma é o nome dado aos discos circulares de aço que estão presos a uma estrutura, responsáveis pela ação desenvolvida por maquinários para remover o solo, consiste em 6 discos circulares de aço presos a uma estrutura, sendo estes, puxados por um trator. Esta ação possui por finalidade cortar a terra para eliminar plantas e ervas daninha, além de possibilitar a aeração do solo. Normalmente realiza-se duas passagens, sendo uma no sentido contrário da outra, ou seja, se a primeira foi feita no sentido Norte para o Sul a segunda será realizada do Leste para Oeste.

todos os produtores para um mesmo dia, devido isto eles precisam se articular para realizar o preparo de solo juntos.

Após o preparo do solo que é o único procedimento mecanizado, inicia-se os trabalhos braçais ou com animais (cavalos e muares), que se prolongaram até o fim da cultura. A “*construção de doze leiras*<sup>27</sup>, com distância de 1,70 uma da outra”, é nome dado pelos camponeses ao ato de amontoar o solo formando um “cordão” de terra com dimensões de 100 metros de comprimento com 30 cm de largura e 30 centímetros de altura, definições que encontramos na fala do assentado Ronaldo (2017), “*não pode ser muito comprido, porque dá problema para mandar água, aí fica desigual para molhar, no máximo 100 metros*”, O trabalho de construção da leira é realizado pelas famílias do assentamento de duas formas: na enxada ou enxadão ou utilizando tração animal, composto por um cavalo ou burro que puxa um arado com bico cultivador ou meia tomba, como podemos observar na fala do assentado que descreve o processo como penoso, “*ah! É tudo no animal, vai para lá e para cá se levantando a leira, tem um pessoal aí que faz na enxada, (risos) aí é duro hein!*” (RONALDO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 22.11.2017. Trabalho de campo).

Com a finalização das “leiras” os agricultores iniciam a abertura com a enxada de um “*sulco com 20 a 25 cm no centro da leira*”, que tem a função de abrigar e armazenar a adubação orgânica e a adubação química, como nos relata o assentado Antônioel (2017), “*acabando a leira, nos colocamos o esterco...Coloca adubo, aí mistura com animal os produtos na terra, aí torna a rastelar ajeitar com a enxada, para finalizar e para cobrir o adubo, aí já tá fechado a leira*”. (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio).

Como relatado pelo agricultor, à adubação orgânica que se refere consiste de esterco de galinha comprado nas granjas de postura ou corte do estado do Paraná, sendo relatado pelos assentados que são utilizados dois tipos: a cama de frango de aves de abate; e o esterco puro de granjas de postura. Os agricultores afirmam que a cama de

---

<sup>27</sup>Os trabalhos de campo constataram que os assentados realizam o amontoamento da terra, com dimensões descritas acima no texto, com o objetivo de abrigar os adubos químicos e o esterco orgânico, sendo o local responsável em dar condições para o desenvolvimento das raízes da planta.

frango traz menos vantagens devido ao alto índice de serragem de madeira e o segundo respectivamente produz efeitos satisfatórios por se tratar de esterco puro de galinha, como nos relata o Senhor Betinho (2017), “*tem o esterco de galinha e tem a cama de frango. A cama de frango não é muito aprovada não! Tem o esterco do gado, o esterco do gado você tem que usar dobrado*”. A decisão feita pelo agricultor em usar a cama de frango ou o esterco puro de galinha, ou arrecadar na vizinhança esterco de gado, está condicionada á disponibilidade de recursos financeiros, pois a cama de frango apresenta-se no mercado com valores inferiores ao esterco puro das granjas de postura e o esterco de gado encontra-se bem mais em conta, mas pelo volume necessário a ser arrecadado, os agricultores optam pelo esterco orgânico de galinha. (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo).

Feito o sulco inicia-se a colocação dos adubos orgânicos, primeiro os agricultores “*forram*” o fundo do sulco com 10 quilos de esterco por metro corrido e logo em seguida espalham o adubo químico, com formulação comercialmente de N-P-K: 4-30-10, sendo quatro partes de Nitrogênio, trinta partes de potássio e dez partes de fósforo. Preenchido o sulco com os adubos, tem início a mistura desta composição ao solo dentro do sulco, os agricultores utilizam duas práticas: removem o solo do sulco na leira de enxada, realizando movimentos de mistura, chamados pelos camponeses de “*bater o solo*”, objetivando a homogeneização da mistura. A outra forma é utilizar a tração animal com um cavalo ou burro atrelado ao arado com bico cultivador, onde é realizado movimentos de ida e volta ao longo da leira, movimentando e incorporando ao solo os adubos, os agricultores afirmam que, apesar da segunda forma ser menos cansativa e penosa, a primeira é a que surte melhor efeito, pois o trabalho produz uma melhor incorporação dos adubos ao solo gerando melhores ganhos nutricionais a planta. Segundo o assentado Betinho (2017), nesta fase tem um segredo, como nos relata na entrevista:

**“O segredo é na hora de misturá eles com a terra, o certo é fazer na enxada, porque aí você mistura bem e bate a terra,** tem uns aí que mistura para lá e para cá com animal, mas não fica bom não, fica desigualado. Porque o lugar que o pezinho fica em cima do adubo e do esterco verde aquele pé já não vai funcionar e vai morrer, então o segredo é bem batido mesmo, porque quanto mais batido melhor é!” (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

A seguir apresentaremos duas imagens (figura 02), que demonstram o trabalho braçal desenvolvido pela família de assentados para construir a estrutura necessária para a produção de pepinos. Na imagem da esquerda constatamos como os camponeses trabalham o solo para construir as leiras, e na segunda imagem, a direita encontramos parte da família (os jovens) realizando a colocação do adubo orgânico (esterco de galinha) e o adubo químico (N. P. K) na base da leira, ou seja, os adubos são depositados no sulco aberto no meio da leira para logo em seguida serem homogeneizados ao solo. Nesta fase do ciclo os membros mais fortes como o pai e os filhos mais velhos tem a função de trabalhar o solo, operando a meia tomba puxada por animal que segue construindo as leiras. Já os meninos mais jovens e as meninas ajudam a mãe na distribuição da adubação e na mistura dela, caso a escolha seja á enxada, como podemos observar:

**Figura 02: Construção das leiras e adubação.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Com a leira pronta e adubada os camponeses dão início a colocação da irrigação, que consiste em mecanismos de distribuição de água por gotejamento que são acoplados a canos de duas polegadas na cabeceira das leiras, canos estes que conectam o sistema de irrigação por gotejamento a caixa de água que é alimentada por tubulações que conduzem a água do poço semi-artesiano até ela. Como podemos observar abaixo na (figura 03) da imagem do lado direito, que apresenta a estrutura de caixa de água e a imagem do lado esquerda a estrutura de distribuição nas cabeceiras das leiras com canos de duas polegadas que estão conectados aos gotejadores distribuídos nas leiras, (ver

imagens as seguir). O Sistema é construído no momento que a família decide entrar no projeto é o primeiro grande investimento feito na cultura (que pode ser pensado no uso para pepino, mas também um investimento para outras atividades no lote), pois o assentado precisa encontrar formas de comprar toda a tubulação com recursos próprios, nos casos observados a maioria se desfez de animais para comprar os canos, caixa de água, conexões, registros que devido à bitola de espessura não são baratos, como podemos observar nas imagens:

**Figura 03: Estrutura de captação e distribuição de água.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Os camponeses chamam o sistema de gotejamento de *“tripa de molhar”* devido ao seu aspecto de comprimento e espessura, esta é a fase que as crianças da casa dão sua contribuição, *“brincando de saltar as leiras enquanto puxam o gotejo”*, como constatamos na fala do assentado Vagmar (2017): *“aqui nós trabalha todo mundo, a moça ajuda a levar a lona com a mãe e o moleque ajuda a puxar o gotejo”*. (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Finalizado a distribuição do gotejamento no centro da leira tem início o corte e distribuição do plástico que vai cobrir (envolver) todo o canteiro, uma lona de duas faces, onde um dos lados é branco e a outra preta ficando a parte branca para cima, após a colocação sobre a leira inicia-se a fixação do material, sendo removida uma quantidade de solo para prender as beiras da lona na parte inferior da leira, processo que é realizado dos dois lados do canteiro e normalmente utiliza-se enxada para amontoar

terra sobre o plástico, um trabalho considerado fácil, mas ao mesmo tempo delicado, que é feito por todos da família, sendo utilizados a enxada ou enxadão. A seguir apresentamos a imagem (figura 04) que ilustra este trabalho de distribuição e fixação da lona sobre a leira, observa a imagem:

**Figura 04: Distribuição e fixação do plástico sobre a leira.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Feito a fixação do plástico os camponeses passam para a conclusão dos trabalhos iniciais de implantação da cultura, realizam a perfuração do plástico, onde posteriormente serão depositadas as sementes. A imagem abaixo (figura 05) localizada do lado esquerdo, demonstra a disposição dos furos na lona que possuem dimensões entre eles de 25 cm. Este procedimento técnico é normalmente feito com uma “engenhoca”, exposta na imagem abaixo localizada do lado direito, ferramenta de trabalho artesanal construída por algum assentado que não sabemos precisar o criador? Mas bastante difundida nesta prática em todos os assentamentos da região. Consiste em uma carriola adaptada com dentes parecidos com os dentes de uma tampa de garrafa, só que mais agudos e perfurantes, com diâmetro de cinco centímetros, este processo abrirá ao longo dos 100 metros da leira furos com espaçamento de 25 centímetros um do outro. Como podemos observar:

**Figura 05: Furos na lona que abrigaram os pés de pepinos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Concluído a confecção das 12 leiras com dimensões de 100 metros de comprimento, os camponeses iniciam o período de descanso do solo, que consiste em deixar o local parado sem manuseio e remoção, com o objetivo de finalizar o curtimento da matéria orgânica e homogeneização dos adubos, como constatamos na fala do assentado Betinho (2017), “*depois que você fechou a lera com a lona, solta a água, para encharcar aí espera 3 a 4 dias para curtir do esterco. É que tem que curtir a terra! Quanto mais cedo você fizer melhor, é! aí você pode plantar!*”. Segundo os camponeses esta espera é importante, caso não seja feita, as possibilidades de queima das sementes com os altos índices de acidez aumentam, levando á falha na sementeira. (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo).

Todo este processo descrito até aqui está condicionado a uma *data base* estabelecida pela indústria para sementeira coletiva das áreas, cujas famílias que farão parte do ciclo, se dispõem a semear no mesmo dia, data está que foi acordado anteriormente com a empresa, coordenando com isto o início da entrega de matéria-prima para a indústria. Esta situação de condicionamento da data de sementeira, leva a surgir elementos novos que fogem a descrição ritualista feita acima, assim como dissemos o número de pés plantados pelos assentados não é o mesmo, logo em alguns lotes o trabalho é maior ou menor em relação a outros, fazendo que as famílias trabalhem muitas horas por dia para atender o prazo de sementeira, ou realizem a troca de dias de trabalho ou a contratação de vizinhos para suprir as demandas de mão de obra familiar.

Três dias antes da data estipulada pela indústria para realizar a semeadura, os camponeses iniciam a liberação de água nas leiras, com o objetivo de umedecer o solo, para quando semear seja facilitado à germinação, para isto, todos os dias pela manhã e à tarde ao longo dos dias que antecedem a semeadura os canteiros são encharcados.

Na manhã e na tarde do dia anterior à data marcada para a semeadura os agricultores acrescentam a água armazenada na caixa, que alimenta o sistema de irrigação um produto químico que possui nome comercial de P170<sup>28</sup>, que segundo os agricultores tem função de limpar o solo, realizar a desinfecção de possíveis bactérias presentes nas leiras. Quando não é utilizado o ácido P170 os agricultores fazem uso do agrotóxico Abamex, como constatamos na fala do assentado Sr. Antôniel (2017) “*Ó! Você pode soltar na terra o abamex para matar um bocado de praga, tem este aqui [estende o braço e pega em suas mãos um galão de 5 litros de cor azul], “que chama P170 ele é um ácido de limpeza para matar bactéria, estes já descem no gotejamento”*”. (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 14.3.2017. Trabalho de campo). Juntamente com um destes compostos químicos acrescenta-se à água outro agrotóxico com nome comercial de Regente, que tem a função de eliminar cupins e formigas que estejam alojadas ao longo das leiras

É importante fixar antes de continuarmos esta descrição dos passos de implantação do cultivo, que a partir deste momento levantaremos diversos nomes de insumos, agrotóxicos que mais à frente no texto, nos debruçaremos a analisar suas complicações toxicológicas e as possíveis implicações à saúde das famílias que manuseiam, além de apresentar as recomendações técnicas para aplicação e manuseio de agrotóxicos.

---

<sup>28</sup> Este produto conhecido comercialmente como P170, é um ácido utilizado pelas indústrias para realização de limpeza de estruturas físicas, como pisos e paredes, pois sua composição favorece a eliminação de qualquer ser presente no ambiente desinfetado.

### **2.3.2 - 2ª fase do estágio técnico da reprodução da cultura de pepino: o sonho de uma grande produção é plantado.**

A partir deste momento início a segunda fase do estágio de reprodução da cultura, será realizado a semeadura das sementes nos orifícios abertos na lona, este trabalho ocorre simultaneamente em todos os lotes escalados para o ciclo do pepino. Não diferente dos outros dias, é o dia que toda a família vai para a roça, desde as crianças, jovens, adultos e velhos e pessoas contratadas por diária, trabalham todos, lado a lado na mesma atividade, e a intensidade deste trabalho está condicionada a quantidade de pés a serem plantados pela família.

O trabalho é realizado sob um sol quente, não diferente dos outros dias até aqui descritos, mas com um diferencial não é permitido períodos longos de descanso, pois independentemente da quantidade de pés e a quantidade de mão de obra disponível no final do dia toda a lavoura precisa estar semeada. Percebemos nos trabalhos de campo que este dia específico, existe uma tensão no trabalho, onde constatamos pessoas apressadas, os responsáveis pela lavoura constantemente falam com os demais da importância de acabar o serviço, aflorando nos camponeses momentos de conflito, pois estão pressionados pelo tempo e a necessidade impostos pela empresa. Realidade que constatamos na fala do assentado Antôniel (2017) *“no dia do plantio, todo mundo vai para roça, pois temos que plantar naquele dia com todo mundo do assentamento... aí todo mundo ajuda, os meninos, o vizinho a mulher, ninguém fica de fora”*. (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 17.4.2017. Trabalho de campo).

Realidade que observamos na imagem (figura 06) a seguir que demonstram a semeadura da lavoura de pepino, como já afirmamos, neste dia toda a família deve ajudar, pois precisam ao final do dia finalizar o plantio de toda a roça, independente da quantidade de pés contratados com a empresa.

**Figura 06: O mutirão familiar para vencer a semeadura.**



Fonte: DataCETAS (2017).

As sementes empregadas em todos os lotes que produzem pepinos são da variedade SASSY Híbrido da variedade (*Obtention hm. Clause*), tratadas com o agrotóxico Thiram Lorsban Apron, importadas do Chile. Segundo Cardoso (2002, p.34), esta variedade possui “*reduzido ciclo de cultivo, em torno de 90 dias, e a alta produtividade, podendo alcançar até 80 toneladas por hectare*”, tornando-se economicamente atrativo por proporcionar rápido retorno do capital investido.

Nos trabalhos de campo percebemos que as sementes possuem cores diferentes, como pode ser observado na imagem abaixo da (figura 07), que apresenta sementes com cores verdes e amarelas. Questionamos os agricultores a respeito e fomos informado que a cor faz referência ao gênero da semente, a cor verde são as fêmeas e as amarelas os machos, quando semeado deve ser adotado o seguinte critério, a cada cinco metros de sementes verdes que são as fêmeas coloca-se um orifício com semente amarela que são os machos, segundo os agricultores, vai contribuir na produção, devido o fato da população estar adequadamente distribuída para a realização da polinização das flores e conseqüentemente a fecundação dos frutos.

**Figura 07: As cores identificam o gênero das sementes.**



Fonte: DataCETAS (2017).

No dia da sementeira os membros mais experientes na cultura do pepino realizam logo cedo uma breve reunião com todos os membros da família, vizinhos e trabalhadores contratados que irão trabalhar o dia no plantio. São passadas as orientações de como deve ser realizado a sementeira, esta iniciativa tem por objetivo evitar o futuro replantio por falhas na sementeira.

Os agricultores ponderam o “macete” na hora de realizar a liberação da semente ao solo, deve ser colocada uma semente por orifício da lona a uma profundidade rasa, tendo no máximo 0,5 centímetros, caso seja mais profundo atrasa a fecundação ou ocorre o indesejado, necessitando o replantio, como podemos constatar na fala do assentado o Sr. Betinho (2017) que coloca que a sementeira tem um segredo,

“A planta também é o segredo, é uma semente por buraco daquele, a semente você vai por isto aqui” (neste momento segura com a mão esquerda o dedo indicador, para demonstrar a profundidade que a semente deveria ser enterrada) **“a ponta do dedo, meio centímetro, se você colocar mais, ele dá muita falha, chega a 20% a 30%, por exemplo vem duas latinhas para plantar 5000 pés, se você não cuidar, você vai gastar mais uma latinha de 80 reais, para fazer a replanta, e a replanta não presta, porque só desigual a planta”** (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de Campo). (Grifo nosso).

A falha na sementeira leva ao encarecimento da cultura, já que para plantar 5.000 mil pés utilizam-se duas latas de 100 gramas, com sementes que possuem custo

de 80 reais cada lata, além de atrasar a produção destes respectivos pés, sendo necessário o replantio. Que constatamos em conversas nos trabalhos de campo, que não é uma situação desejada pelos agricultores, que alegam que a roça fica desigualada, pois o replantio só será feito após 4 dias de nascido das primeiras plantas. Somado a isto tem o fato de ter que realizar o penoso trabalho de ficar abaixado replantando.

Ao final da tarde, início da noite, quando tem fim a atividade de semeadura, os agricultores liberam a irrigação com o objetivo de umedecer novamente o solo e fazer com que a semente receba umidade e inicie seu processo de fecundação. No outro dia bem cedo os agricultores iniciam a primeira irrigação que será complementada com nutrientes, chamado pelas famílias de fertirrigação. Está técnica de liberar nutrientes via irrigação possui a finalidade de estimular a fecundação e acelerar o crescimento dos pés de pepino, este processo será realizado diariamente até o último dia da cultura, ou seja, ao longo dos 90 dias a planta receberá doses de nutrientes sintéticos que auxiliaram no desenvolvimento, como constatamos na fala da assentada Mara (2017) que é responsável da família em soltar a fertirrigação,

**“Todo dia solta a fertirrigação, a quantidade de produtos depende da produção, como assim, se você tiver muito fruto pequeno você vai jogar uma quantidade, se você não tiver fruto você diminui bastante a quantidade, você joga de 5 a 15 quilos por dia, depende muito da produção que está na lavoura.** (MARA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 17.4.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

A seguir apresentaremos o (quadro 03), que apresenta as informações coletadas nos trabalhos de campo, que mostra o cronograma de aplicação da fertirrigação deixada pelos técnicos da empresa, que deve ser seguida pelo agricultor, quanto à aplicação de insumos na fertirrigação, que devem ser seguidas a risca pelos assentados, não podendo deixar faltar ao longo dos dias do ciclo.

**Quadro 3- Agenda deixada pelos técnicos da empresa, para aplicação de nutrientes na fertirrigação. (Referencias em Kg).**

<b>Quantidade por Planta (gramas)</b>		<b>Quantidades totais</b>		<b>Quantidade de Plantas</b>		<b>8.000 pés</b>	
Nitrato Cálcio: 0,8980		Nitrato Cálcio: 7184,0000		Nca		Nitrato de Cálcio	
Sulfato de Magnésio: 0,1078		Sulfato de Magnésio: 862,4000		SMg		Sulfato de Magnésio	
Cloreto de Potássio: 0,3661		Cloreto de Potássio: 2928,8000		KCa		Cloreto de Potássio	
Nitrato de Cálcio: 0,1043		Nitrato de Cálcio: 834,4000		SA		Sulfato de Amônia	
Sulfato de Amônia: 0,2897		Sulfato de Amônia: 2317,6000		<b>TOTAL</b>		<b>750.30</b>	
<b>Semanas</b>	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>		
	<b>Nitrato de Cálcio</b>	<b>Sulfato de Magnésio</b>	<b>Cloreto de Potássio</b>	<b>Nitrato de Cálcio</b>	<b>Sulfato de Amônia</b>		
1							
2							
3	7.27	6.05	7.28	8.47	12.12		
4	9.70	9.70	26.00	10.91	16.00		
5	10.91	9.70	36.16	10.91	18.00		
6	12.12	10.90	26.00	12.12	21.82		
7	13.33	19.91	20.02	14.56	24.25		
8	15.76	12.72	20.00	15.52	24.05		
9	12.36	10.02	36.35	14.55	20.00		

Fonte: DataCETAS (2017).

Organização: LucianoBenini (2017).

Observamos no (quadro 03) acima, que apresenta a orientação das quantidades, os dias da semana da sua aplicação e as especificações dos nutrientes utilizados, deixada pelos técnicos da indústria. Constatamos a diversidade de nutrientes sintéticos aplicados nos pés de pepinos. Segunda a orientação técnica presente no (quadro 03), no primeiro dia após a semeadura aplica-se Nitrato de Cálcio, numa proporção<sup>29</sup> de 7 quilos, no segundo dia aplica-se Sulfato de Magnésio numa proporção de 6,05 quilos e no terceiro dia aplica-se cloreto de potássio numa proporção de 7,28 quilos, no quarto dia aplica-se Nitrato de Cálcio numa proporção de 8,47 quilos e para fechar á primeira semana de aplicação coloca-se 12,12 quilos de sulfato de amônia.

Estas aplicações como já afirmamos são diárias e ocorrem durante todo o período vegetativo da planta que se inicia na semeadura e encerra-se nos 90 dias, sofrendo algumas alterações quanto á suspensão, aumento da dose ou diminuição da dose de algum nutriente, estas alterações são determinadas pelo técnico que semanalmente acompanha o desenvolvimento da planta, como constatamos na fala da assentada Mara (2017), *“o cálcio o máximo que nós jogamos foi 12 quilos”*. Neste momento da entrevista o esposo Juarez (2017) que acompanhava o relato da companheira, entra na conversa e fala: *“só que é o seguinte! joga o cálcio hoje, só vai jogar no final da semana, porque o cálcio joga duas vezes na semana, agora os outros joga uma vez por semana, cada dia um”*. (JUAREZ e MARA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 22.11.2017. Trabalho de campo).

Os técnicos deixam com o agricultor, uma planilha<sup>30</sup> base que deve ser seguida ao longo dos dias da semana, mas durante as visitas semanais os técnicos, podem suspender, troca ou crescer determinados nutrientes de acordo com sua observação da roça. *Sem considerar recomendações extras ao longo da cultura*, pegamos as informações contidas no (quadro 03), que apresenta as quantidades de nutrientes aplicadas ao longo da cultura para realizarmos o exercício da quantidade de produtos

---

<sup>29</sup> É importante salientar que estas proporções descritas no texto e na tabela fazem referência ao plantio de um produtor que cultiva 8000 pés de pepinos, sendo um número superior aos critérios metodológicos adotados para esta reflexão que adotou 5000 pés, como parâmetro médio. Nosso objetivo não é precisar as quantidades de insumos utilizados mas demonstrar o processo de trabalho desenvolvidos pelas famílias assentadas.

<sup>30</sup> Os técnicos da empresa Refricon deixam com os agricultores informações de quantidades de nutrientes que devem ser aplicados diariamente na cultura. A partir destas informações colhidas nos trabalhos de campo, organizamos o quadro 03, desta pesquisa.

utilizados pelas famílias ao longo dos 90 dias da cultura. A partir deste exercício, chegamos à elaboração do (quadro 04), localizado abaixo, que apresenta estas quantidades, vejamos o quadro:

**Quadro 4- Nutrientes a serem utilizados ao longo dos 90 dias para produção de pepino.**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade por planta ao longo de um ciclo (Gramas)</b>	<b>Quantidades totais para cultivo de 8 mil pés. (Quilos)</b>
(S. Mg) Sulfato de Magnésio	0, 1078	88,49
(N. Ca) Nitrato de Cálcio	0, 8980/ 0, 1043	198,21
(KCl) Cloreto de Potássio	0, 3661	201,08
(S.A) Sulfato de Amônia	0, 2897	167,89

Fonte: DataCETAS (2017).

Organização: Luciano Benini (2017).

O (quadro 04), demonstra o volume de insumos utilizados nas fertirrigações, podemos perceber que são grandes quantidades de produtos. Quando o agricultor assume o compromisso de produzir para a indústria, ela “manda” (vende) todos os produtos que serão utilizados na fertirrigação, ao longo do ciclo, também “enviam” (vendem) os gotejos e a lona, como podemos observar na fala do Assentado Vagmar (2017), que relata todos os produtos enviados pela empresa, “*eles adiantam, a lona, o gotejos, os produtos da fertirrigação, que é potássio, amônia, magnésio, cálcio, isto aí a firma fornece, depois desconta, quando nós entregamos o pepino*”. (VAGMAR, Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Esta ação da indústria de adiantar tais produtos, *condiciona as famílias assentadas ao indvidamento por antecipação*, sendo um dos elementos fixadores que determinaram as condições da subordinação. A indústria para subordinar as famílias a venda da renda da terra condiciona a produção ao pacote tecnológico, que obrigatoriamente exige o consumo de produtos industriais como adubos, venenos, nutrientes e estruturas. Submetendo o agricultor a tirar do seu trabalho que construirá a produção (neste caso a cultura de pepinos), os valores mínimos que garantiram somente sua sobrevivência. Materializado pelo endividamento antecipado, que torna o agricultor refém das vontades industriais que subordina seu trabalho e sua produção, a exploração da renda da terra expropriada pela indústria.

Para produzir 5000 pés a indústria adianta aproximadamente 3800 reais de insumos que devem ser pagos com a colheita. Além destes insumos listados que são adiantados, o assentado precisa comprar os agrotóxicos, fitilhos, arame, madeiras, investimentos que são relatados pelo assentado Betinho (2017) *“Nós vamos plantar ali em cima 4000 mil pés, ontem mesmo já chegou a dívida nossa, quase 2.300 reais”* neste momento a esposa dona Maria (2017), entra e fala, *“mas falta a semente, mais 160 reais”*, então o companheiro Betinho (2017), volta para a conversa e ajusta a conta, *“2.460 reais, você já tem de dívida, mas falta um pouco de uns venenos que eles vão mandar”*. A esposa contribui novamente com o raciocínio do marido sobre a dívida antecipada, *“este valor é que a gente tem gotejos da outra safra! Se tivesse que comprar, estes 2.469 ficariam entre 2.800 a 2.900 reais devidos a empresa, antes de plantar”*. (BETINHO e MARIA. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

A Refricon Mercantil “adianta” os materiais e insumos, que devem ser pagos com descontos quinzenais de 30% do valor a ser pago ao agricultor, como confirmamos no assentamento São Paulo, nas palavras do assentado Betinho (2017), *“isto aí eles fornece pra gente e de acordo com que a gente vai colhendo, vai entregando, cada pagamento de 15 dias desconta 30%, até dá a quantidade deles”*,(BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Prudente. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo).

Nos trabalhos de campo na comunidade podemos constatar os materiais adiantados pela empresa Refricon, a seguir na imagem (figura 08), apresentamos todos os insumos fornecidos para produzir 4000 mil pés pela empresa. As famílias ainda precisaram comprar no comércio uma série de produtos que complementaram as exigências do pacote tecnológico exigido pela empresa. Vejamos a imagem:

**Figura 08: Materiais adiantados pela Empresa Refricon.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Durante um dos trabalhos de campo que realizamos a entrevista de outra família que se demonstrava verbalmente e visualmente com maior comprometimento com os princípios do pacote tecnológico implantado pela indústria. Buscamos levantar elementos para aferirmos os custos e benefícios produzidos pela cultura do pepino no assentamento, tentando nos aproximar dos elementos que apontam a problematização, que dá indícios da compreensão da subordinação que as famílias estão submetidas. Nosso objetivo ainda era identificar se as famílias possuem clareza da subordinação que estão submetidas e se estes possuem consciência desta situação, pois tentamos extrair da família quais os motivos que leva a sua permanência nesta condição de dependência.

Nestes dias que realizamos trabalhos de campo, encontramos uma família falante, orgulhosa, confiante, segura na condução da produção do seu lote, em especial na condução da cultura de pepinos. Nesta oportunidade conseguimos problematizar alguns elementos teóricos da subordinação, como por exemplo, as estratégias utilizadas pelos agricultores para diminuir os custos da produção de mercadorias, pois na conta

dos investimentos e despesas, não são acrescidos o valor da sua mão de obra e sua da família.

As famílias se utilizam deste mecanismo para criar perspectivas produtivas e aumentar os ganhos econômicos sobre sua produção. Como podemos observar no relato do casal o Sr. Pedro (2017) e a senhora Josefa (2017) que afirma que o investimento necessário para cultivar 4000 mil pés, considerando que a família já tenha a estrutura de irrigação, palanques e arame de outro ciclo, chega a: *“se pedir o pacote fechado da empresa 2800 reais, esterco de galinha 250 reais, adubo químico 800 reais, veneno 800 reais, diárias para ajudar na colheita 1000 reais, frete 1500 reais”*. Logo em seguida questionamos o casal, qual seria a produção desta roça e quais seriam os ganhos, *“se ela der boa! Boa mesmo! R\$ 19.000 mil real bruto, descontando a dívida de R\$ 9.000 reais, sobra uns R\$ 10.000 reais para você”*, neste momento a mulher pede a palavra e fala, *“não colocou a energia, para puxar a água”*, então novamente o marido refaz as contas e coloca *“a roça com custo de 10.000 mil reais, sobrando agora 9000 reais”*(PEDRO E JOSEFA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Quando o casal chega a um acordo da dívida até aquele momento do raciocínio, problematizamos, perguntando quantas pessoas da família irão trabalhar na roça durante o ciclo, então a esposa responde, *“eu, ele e a menina”*. Após a esposa afirmar os integrantes da família que irão trabalhar, volta a complementar o raciocínio, *“se nós colocarmos na ponta da caneta mesmo, nós três gastamos umas 200 diárias, hoje a diária mais barata é 50 reais”*. Neste momento o [marido murmura e fala], *“é! Se colocar tudo, não vale a pena!”* E a mulher afirma *“você ganha mixaria, é só para sobreviver mesmo”*. O marido volta para conversa e justifica, *“estes 50 reais que nós colocamos, a gente está trabalhando para a gente mesmo! Que é melhor que trabalhar para os outros! Pelo menos aqui é nosso”*! (PEDRO E JOSEFA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

No (quadro 5), que apresentamos a seguir, organizamos o diagnóstico dos custos de produção relatado pelo casal de assentados. A subordinação apresenta-se intrínseca no discurso, pois reforçam os valores obtidos com os pagamentos, ocultando os detalhes dos custos, onde não são contabilizando nestes custos a mão de obra da família, sendo a forma encontrada pelos agricultores para permanecer sonhando com melhoras na vida

das suas famílias. Na fala da família é claro a consciência que estes têm da exploração que sofrem, como são constatados em suas palavras: “*a gente está trabalhando para a gente mesmo! Que é melhor que trabalhar para os outros!*” Observamos o quadro:

**Quadro 5- Custos de produção do pepino.**

<b>Materiais e mão de obra</b>	<b>Valor pago em reais</b>	<b>Quantidade de pepinos produzida (4000 pés)</b>	<b>Valor bruto (Valor por quilo 0,90 centavos)</b>
Gotejo, lona, ácido, venenos, produtos da fertirrigação (empresa)	2.800,00	Entre 19 a 20 toneladas	<b>18.900,00</b>
Esterco de galinha	250,00		
Adubo químico	800,00		
Frete	1.500,00		
Diárias	1.000,00		
Agrotóxicos	800,00		
Energia	1.000,00		
200 Diárias da família (3 pessoas, recebendo 50 reais por dia)	12.500,00		
<b>Total da dívida</b>	<b>20.650</b>		
<b>Total negativo: - R\$ 1.750</b>			

Fonte: DataCETAS (2017).

Organização: LucianoBenini (2017).

Claro que sabemos que a conta faz parte de um conjunto hipotético de situações que depende de muitos fatores, como clima, infestação de doenças, produção. A reflexão feita pelo casal dos custos de produção e os lucros pela venda da mercadoria á indústria, são constatações fruto de um diálogo durante o trabalho de campo, são expressas as impressões construídas pela experiência em outros ciclos, desenvolvidos pelo casal. Sabemos que para aferir estes valores, constatando ou não tal impressão dos agricultores, seria necessário realizarmos um acompanhamento minucioso, desde o início da implantação de um ciclo, aonde acompanharíamos todos os custos com insumos, adubos, venenos, mão de obra familiar, mão de obra contratada, estrutura e o acompanhamento dos valores recebidos pela entrega da matéria prima para a indústria, ainda precisaríamos detectar os valores arrecadados com a venda de produtos que não se encaixam nos padrões de seleção da indústria, sendo estes comercializados em feiras e projetos de aquisição de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e com este acompanhamento chegaríamos à conclusão precisa da capacidade de

geração de renda ou de geração de dívida, produzida pela integração ao plantio de pepinos para a indústria.

O raciocínio é válido, devido os custos da roça serem reais, e constatamos que o endividamento que os assentados adquirem logo na decisão pela integração, condiciona sua vida no mínimo nos próximos 90 dias, onde a maior quantia dos valores que circulam na produção de pepinos fica com a empresa com o repasse dos insumos e com empresas do ramo de venenos, subordinando a renda dos agricultores e condicionando a extração do sobretrabalho para suprir as demandas da dívida adquirida no início do plantio.

Elementos presentes no diálogo como o casal que comprovam a estratégia utilizada pelos agricultores para baratear a produção, uma vez que não colocam nas contas de custo de produção as diárias realizadas pela família ao longo da produção de pepinos, para com isto, aumentar os ganhos na cultura, constituindo assim, formas de permanecer motivado e produzindo.

Segundo os assentados, o desejo de todos é plantar uma ou duas safras, mas toma outros caminhos que irá pautá-los por anos, como os assentados que entraram para plantar duas safras e já estão a 4 anos produzindo pepinos para indústria, pois o processo de subordinação que envolve os agricultores, condiciona suas vidas em função dos ciclos do pepino, onde as outras atividades no lote são deixadas de lado para suprir as necessidades da cultura, como podemos ver na fala do assentado Betinho (2017), que relata a falta de tempo da família para desenvolver outras formas de renda no lote,

**“Eu desisti do gado de leite, apesar que o gado não é ruim, só trabalho com lavoura. Ultimamente agora tó só mexendo com pepino e pimenta. O pepino é fogo, ocupa 100% do seu tempo quando começa a colher, eu to com uns pés de coco, para limpar ali, não consegui ainda”** (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Os exercícios dos custos da produção apontam para um “tentáculo” da subordinação que oferta subsídios para mensuração dos esforços feitos pelas famílias assentadas para criar condições objetivas para os elementos que envolvem a reprodução social. Elementos que comprovam a contraditoriedade das relações de poder no campo, **as famílias encontram no endividamento que tem como consequência o trabalho forçado consensuado** as condições para resistir. Diante disso fica claro que todos têm

consciência das condições adversas que vivem nos assentamentos. E que as “oportunidades” estão carregadas de dominação e submissão, mas a saída é lutar para permanecer, elementos que materializam o conflito permanente no assentamento.

Precisamos seguir na caminhada da compreensão e desvendamento do processo de implantação da cultura e os **vários laços que garantem a subordinação** imposta pela indústria as famílias assentadas, **materializada no endividamento provocado pelas exigências do pacote tecnológico que terá como consequência o consentimento da família a realização de trabalhos forçados**<sup>31</sup> que extrapolam suas condições físicas e psicológicas, transitando do ato de trabalhar como forma de sentir prazer para uma condição difícil, dolorida, penosa, onde os membros da família lutam para suportar as condições de trabalho.

Com aproximadamente 3 a 4 dias a planta emerge do solo apontando as folhas, neste estágio de vida a planta caminha para a segunda pulverização com coquetéis de agrotóxicos, como presenciamos na fala de Dona Mara (2017), que afirma, “*com 4 dias de nascido já vai o veneno, o primeiro veneno é o Lannate e o Evidencia, serve para fungos e bactéria*” (MARA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 12.5.2017. Trabalho de Campo).

Durante as explicações de Dona Mara, ela não informa, que antes da semente é aplicada doses do agrotóxico regente ou Decis juntamente com o ácido industrial P170 que como já informado, possui função de desinfecção da terra, já os inseticidas possuem função de eliminar formigas, lagartas e insetos que se abrigam no solo. Sendo oferecidas via fertirrigação horas antes do plantio, sabemos disso, devido a outras conversas com outros produtores.

A pulverização da qual a assentada Mara (2017) coloca, é feita por via pulverização costal, realizadas 3 a 4 dias após a semente, quando a planta já está eclodindo no solo. Nesta fase vegetativa da planta, a mesma já recebeu quatro baterias de nutrientes, por via irrigação para acelerar sua germinação e crescimento, a duas doses de venenos uma aplicada na fertirrigação e outra com pulverizador costal. Para melhor compreensão da dinâmica do uso indiscriminado de agrotóxico, realizaremos no quarto

---

<sup>31</sup> Fazemos referência a definição descrita anteriormente de trabalho forçado consensuado.

capítulo desta pesquisa, apontamentos da rotina diária de aplicação de agrotóxicos ao longo dos 90 dias do ciclo da cultura do pepino, que foram colhidas nos trabalhos de campo no Assentamento São Paulo. A seguir apresentamos na (figura 09), o pé de pepino nos primeiros dias de vida, quase não dá para percebê-lo saindo do buraco aberto na lona, está imagem mostra a planta com 3 a 4 dias de vida, mesmo sendo tão pequena já recebeu 4 baterias de nutrientes e 2 baterias de venenos. Vejamos a imagem:

**Figura 09: Primeiros dias de vida do pepino.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Nesta fase do segundo estágio tecnificado de reprodução, gostaria de destacar o segundo momento de afloramento do conflito, presente no cultivo do pepino, pois percebemos nos trabalhos de campo que neste período, os agricultores demonstram-se incomodados, seguindo as liberações diárias da fertirrigação. Soma-se a este trabalho a rotina de aplicação de agrotóxicos e a preparação da estrutura para receber as ramas do pepino, tudo isto ocorre simultaneamente, exigindo que a família se mobilize para dar conta dos trabalhos. Caso a cultura solte as ramas e a estrutura não esteja pronta adequadamente, todo o trabalho está perdido, o que compromete a produção da planta, como podemos constatar na fala do assentado o Sr. Betinho, que afirma como constrói a estrutura,

Você tem que fincar 40 paus de palanque, com 1,50 de fundura cada palanque, entre os palanques vai 350 a 360 escoras de bambu, a uma distância uma da outra de 2,00 metros, enterradas a 30 a 40 cm. Que sustentaram o arame, que está a 2,00 a 2,10 do chão, que une os dois

palanques das pontas da leira (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo).

Isto tudo tem que estar pronto obrigatoriamente antes da planta iniciar soltar as Gavinhas. Resumidamente a rotina de trabalho neste período consiste em preparar os produtos da fertirrigação, colocar na caixa de água, realizar a homogeneização dos nutrientes e liberar pelo sistema de gotejamento que deve ser observado, detectando sua eficiência quanto à uniformidade na distribuição da água em todos os pés de pepino, somado a este trabalho inicia-se a colocação dos palanques nas cabeceiras do talhão para fixação dos arames que atravessaram toda a extensão das leiras até encontrar o outro palanque na outra cabeceira, entre estes palanques unidos por um fio liso de arame são posicionados estacas, como já relatado pelo assentado.

Finalizando este processo de implantação da estrutura que normalmente não é comprada no mercado pelos assentados, que utiliza-se de madeira, arame e estacas disponíveis na propriedade, tem início o trabalho que não é pesado, mas exige paciência e resistência devido aos movimentos repetitivos e á morosidade, agravado pelo sol quente na cabeça, é um trabalho delicado e decisivo para o sucesso da cultura, que é a elaboração do trançado dos fitilhos, fios que ligam a extremidade inferior (o pé do pepino) a extremidade superior (o arame posicionado a 2,00 metros), como relatado pelo assentado Antôniel (2017) *“colocado os paus, você vai para o fitilho, o fitilho é outra coisa que dá uma amarada em você, porque é difícil você tem ali 5000 mil pés, em cada pé vai um fitilho em cada fitilho você dá 4 nó, são 20.000 nó não é”!*. (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 22.11.2017. Trabalho de Campo). (Grifo nosso).

Quando a planta atingir 20 dias do seu estágio vegetativo, inicia-se sua condução pelo fio de náilon que serve como coluna vertical, que levará as ramas a dois metros de altura, esta condução é realizada diariamente, caso não ocorra à planta concentra suas ramas na base da espaldeira, ocasionando perdas na produção. Devido aos motivos estruturais os agricultores são tão atenciosos a este estágio de fixação dos fios de nylon. Como relatado pelo agricultor à colocação dos fitilhos exigem vários movimentos repetitivos ao longo das horas de luz do dia, aproximadamente este trabalho é executado durante 10 a 15 dias, após a conclusão da colocação da estrutura de palanques, estacas e arame. Normalmente sendo desempenhado pelas pessoas

maiores da família, que apesar de ser fácil exige certa complexidade, pois os fios precisam estar dispostos de forma correta e firmes para conduzir a planta até o final do ciclo. As imagens da (figura 10), apresentadas a seguir demonstram este estágio de implantação da estrutura para a condução da cultura, a esquerda visualizamos a colocação das estacas intercaladas que ligam as extremidades dos dois palanques sustentadores da leira e a direita encontramos a amarração dos fetilhos que ligam a base da planta ao limite do arame liso na parte superior. Vejamos as imagens:

**Figura 10: Preparação das estruturas de sustentação dos pés de pepinos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Somado a este processo de rotina do trabalho descrita, inicia-se o processo de aplicação de agrotóxicos, normalmente é realizado nas horas amenas, com temperaturas agradáveis, então os agricultores adotam as primeiras horas ou as últimas horas do dia para o desenvolvimento desta prática. Estas aplicações são realizadas a cada 36 horas tendo o caráter preventivo, se distribuindo ao longo de todo o período reprodutivo da planta, aplicações que são orientadas pelos técnicos da indústria que disponibilizam ao produtor uma planilha de aplicação, informações que coletamos nos trabalhos de campo e organizamos o (quadro 14), que está localizado no quarto capítulo desta pesquisa, mostrando o cronograma de aplicação de agrotóxico exigidos pelo pacote tecnológico imposto pela indústria as famílias assentadas.

Abaixo, no (quadro 6), apresentamos uma síntese, os produtos contidos no (quadro 14), que trabalharemos com maiores detalhes no capítulo quatro desta pesquisa. O (quadro 06), apresenta como já mencionado a síntese dos fungicidas, inseticidas, acaricidas e bactericida, seus princípios ativos, suas classes, seus grupos químicos e a toxicologia dos

produtos receitados para os assentados combater e prevenir as pragas e doenças no plantio de pepinos. Vejamos o (quadro 06) abaixo:

**Quadro 6 – Agrotóxicos Aplicados no Assentamento São Paulo, para produção de pepino.**

Princípio ativo	Classe	Grupo Químico	Toxicologia	PPA	Sintomas
Acefato	Inseticida	Organofosforado	I	II	Inibidor de acetilcolinesterase (PPDB, 2015); Fraqueza, dor de cabeça, opressão no peito, visão turva, pupilas não reativas, salivação abundante, suores, náuseas, vômitos, diarreias e cólicas abdominais (agrofit, 2015).
Carbendazim	Fungicida	Benzimidazol	III	III	Irritante ocular e dérmico (Agrofit, 2015); inibidor de colinesterase (PPDB, 2015).
Carbofurano	Inseticida	Metilcarbamato	I	II	Os efeitos agudos (sintomas de alarme) são aqueles causados pela inibição da colinesterase, ou seja, dor na cabeça, fraqueza, náuseas, tonturas e posteriormente constrição das pupilas, tremores, salivação e transpiração excessivas, cólicas abdominais, diarreia e vômitos. (Agrofit, 2015).
Ciproconazol	Fungicida	Triazol	III	II	Irritante ao trato respiratório (Agrofit, 2015).
Clorpirifós	Inseticida	Organofosforado	I	II	Suor abundante, pupilas contraídas-miose, dor nos olhos, salivação intensa, vômitos, diarreias, lacrimejamento, dificuldade respiratória, edema pulmonar, expectoração de secreções espumosas, fraqueza, tontura, tremores musculares, dores e cólica abdominais, tenesmo, convulsões, visão turva ou embaçada. (OPAS, 1996; Eddleston e Batemam, 2011).
Dimetoato	Inseticida	Organofosforado	II	II	Irritante ocular, inibidor de acetilcolinesterase (PPDB, 2015); fraqueza, dor de cabeça, opressão no peito, visão turva, pupilas não reativas, salivação abundante, suores, náuseas, vômitos, diarreias e cólicas abdominais. (Agrofit, 2015)

Fonte: DataCETAS (2017).  
Organização; Luciano benini (2018).

As receitas de aplicações de agrotóxicos são deixadas semanalmente pelos técnicos da indústria, anotadas em folhas de caderno guardados pelos assentados. Todas as semanas ao longo dos 90 dias da cultura, um técnico responsável pelo

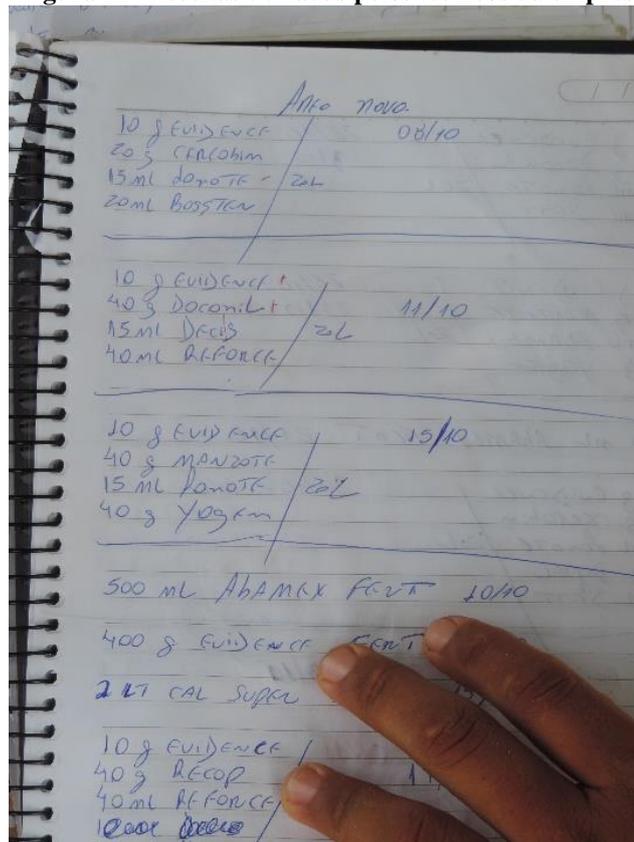
acompanhamento do assentamento, observa e receita agrotóxicos para combater ou prevenir possíveis infestações. Estas recomendações normalmente são compostas por um coquetel de agrotóxicos. Ao longo dos trabalhos de campo, dificilmente encontramos a aplicação de um único agrotóxico, sempre são colocados vários princípios ativos em um mesmo pulverizador costal, sendo misturados inseticidas, fungicidas, acaricidas e hormônios. Realidade que presenciamos na fala do assentado Damião (2017):

“No dia que nós semeamos, já recebe a receita, esta tabela é escrita toda a semana, vem o técnico e ele escreve o que você vai fazer, ele deixa sempre 2 as vezes, 3 talvez, não vem, deixa garantida, porque são duas aplicações por semana, as quantidades quase não mudam, só se aparecer uma doença ou uma praga, aí tem que dá uma acelerada, mas se não continua de 3 a 4 dias”, (DAMIÃO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 10.10.2017. Trabalho de campo)

A tecnificação da aplicação está condicionada á prevenção da incidência de doenças e pragas que atacam a cultura. A seguir apresentamos a (figura 11), que demonstra a lista de venenos que os técnicos da empresa deixam receituados semanalmente para o agricultor utilizar na roça de pepinos.

Detectamos nos trabalhos de campo que todo o procedimento de aplicação de agrotóxicos apresenta problemas como a não utilização de equipamentos de segurança, tanto para a aplicação quanto para dosagem; não são respeitadas as legislações que condicionam á aplicação dos agrotóxicos as condições de vento, luminosidade; detectamos ainda que os aplicadores não fazem uso de todos os equipamentos exigidos pela ANVISA, para aplicação, encontramos improvisos ou adaptações feitas voluntariamente pelos agricultores, com os materiais que possuem, como botas, calças e camisas com tecidos mais grossos, capas de chuva, bonés árabes, máscaras cirúrgicas, mascarar de um filtro.

Figura 11- Receitas deixadas pelos técnicos da empresa.



Fonte: DataCETAS (2017).

Sabemos que a utilização de equipamentos de proteção individual não resolve a contaminação humana e ambiental produzida pelos agrotóxicos, apenas servem como equipamentos que amenizam o contato do aplicador ao veneno, mas não previnem a contaminação em outras pessoas ou animais que estão próximas ou distantes do local de aplicação, eles cumprem apenas função de mascarar as responsabilidades dos fabricantes as transferindo para o agricultor que faz uso do agrotóxico. Mas mesmo estes equipamentos não terem ampla eficácia, são obrigatórios na aplicação de agrotóxicos, sendo regulamentados pela ANVISA.

Nos trabalhos de campo realizados no Assentamento São Paulo e em outros assentamentos da região, não encontramos aplicadores munidos de todos os equipamentos de proteção individual; os períodos de carência para colheita não são respeitados, como constatamos quando questionamos o assentado Antoniel (2017), se possuía algum equipamento de proteção individual ou se a empresa oferecia oportunidade de aquisição, e se recebia orientação dos técnicos para aplicação dos venenos, o assentado afirma “não! Tenho bota! Eu tenho! A camisa é as da gente

*mesmo, agora estas coisas! Máscara, estas coisas não. A empresa não orientou não! Mas eles sempre falam sim, quanto tem que colocar de veneno, ” neste momento o assentado faz uma revelação assustadora, que materializa a conveniência da empresa em usar os agricultores sem se preocupar com a saúde das pessoas, observe a fala do assentado Antôniel (2017), “com o produtor não tem muito cuidado não! Eles têm cuidado com a planta, eles ensinam como aplicar para melhor atingir as pragas na planta. Prevenção estas coisas não falam não! A gente faz por conta da gente” (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 10.10.2017. Trabalho de campo).*

Para materizar e até mesmo traduzir as palavras do assentano, em relação a prática realizada no assentamento sobre a aplicação de venenos na cultura do pepino, apresentamos a seguir as imagens da (figura 12), que demonstram está afirmação do Sr. Antoniel (2017), que é categórico em afirmar que a empresa não possui nenhuma preocupação com os agricultores, mas sim, com as plantas. Substituindo a saúde do trabalhador em provimento da saúde dos pés de pepino. Podemos constatar nestas imagens o uso indiscriminado de agrotóxicos imposto pela condição de subordinação dos camponeses á integração á indústria de conservas, pois para atender às demandas produtivas os agricultores se veem obrigados a absorver esta prática. Que pode acarretar problemas a saúde das famílias assentadas, devido á exposição excessiva, uma vez que não recebem orientações e treinamento para manusear os equipamentos e os litros de agrotóxico. Vejamos as imagens:

**Figura 12: O descaso com a saúde dos agricultores.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Ao chegarmos em alguns lotes é comum a presença de litros de venenos compondo a paisagem da mesinha que fica no pé de uma árvore, onde os camponeses descansam, embalagens vazias sendo usados para armazenar algum tipo de produto, embalagens jogadas pelo quintal ou no buraco que as famílias utilizam para queimar o lixo.

Os assentados não estranham mais a presença visual e o cheiro dos agrotóxicos, não se incomodam com o medo de acidentes. Será que houve uma naturalização do convívio das pessoas com embalagens de agrotóxicos no interior de alguns lotes que produzem pepinos? Realidade que apresentamos na (figura 13 e 14), localizada seguir que apresenta várias embalagens utilizadas que ainda não foram queimadas. Vejamos a imagem:

**Figura13: A naturalização do veneno no Assentamento.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Todas as aplicações de agrotóxicos são realizadas de duas formas: a primeira com o pulverizador costal manual que apresentamos abaixo na (figura 14), na imagem este equipamento está destacado com uma seta laranja. O pulverizador costal manual exige que o aplicador realize duas tarefas simultâneas o movimento da alavanca que direciona a pressão no embolo (pistão) interno do equipamento, que gera uma compressão, fazendo com que o produto seja jogado para fora pela mangueira de espalhamento do produto que é a segunda função do aplicador que direciona o braço para a parte da planta onde deseja pulverizar.

Na mesma imagem apresentada abaixo na (figura 14), encontramos a segunda forma de aplicação de agrotóxicos no assentamento, o pulverizador mecânico, destacado na imagem por uma seta azul, este equipamento é movido á gasolina. Todos anteriormente realizavam as pulverizações com o pulverizador manual, mas a cerca de um ano os técnicos da indústria tiveram está iniciativa de passar a utilizar o pulverizador mecânico. Alegando que o equipamento aperfeiçoa o tempo de aplicação e da melhor qualidade e pressão ao jato do agrotóxico em direção a planta. Vejamos a imagem a seguir:

**Figura 14: Formas de aplicação dos agrotóxicos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Segundo os assentados a empresa afirma que a mudança traz ganhos ao agricultor, diminuindo o tempo de aplicação e a quantidade uniforme de veneno que a planta recebe provocando maior proteção. O assentado Joelson (2018) do Assentamento Haroldina em Mirante do Paranapanema, afirma que o pulverizador mecânico, possui maior gasto com água, sendo necessário utilizar mais venenos por aplicação, como podemos observar na sua fala: *“a máquina manual e a gasolina dá diferença! Por exemplo se gastamos uma máquina manual em duas ruas, com a máquina mecânica gastamos uma máquina e meia para fazer as mesmas ruas de pepino”* (JOELSON. Assentamento Haroldina em Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida no 15.3.2018. Trabalho de Campo).

Podemos constatar nos trabalhos de campo no assentamento São Paulo, que os motivos no aumento dos gastos da pulverização, estão ligados a velocidade exigida pela

máquina, não é correspondida pelo aplicador. A pulverização fica compacta a um perímetro da rua, fazendo com que os agricultores tenham necessidade de comprar maiores volume de agrotóxicos, agravando o condicionamento subordinado da sua renda.

Nos trabalhos de campo, ainda percebemos que de fato o tempo de aplicação fica mais curto, devido ao fato da velocidade de lançamento da água para fora do pulverizador ser maior. A velocidade de lançamento de veneno provocada pelo pulverizador mecânico, condiciona o agricultor a andar muito mais rápido, caso não faça isto, aplicará a máquina de veneno em um curto intervalo das ruas. Para isto não ocorrer o agricultor quase corre com a máquina nas costas para atender a demanda de velocidade de aplicação exigida pela máquina.

Intensificação do ato laboral do trabalho confirma a afirmação do assentado Antônioel (2017), do assentamento São Paulo, que ressalta que a empresa tem preocupação com a planta e não pensa nos agricultores. Realidade de valorização das condições sanitárias da planta, confirmada na fala da assentada Mara (2017) *“eles indicaram para a gente compra! Aí a gente compro pela internet, pagamos 2.800 reais, está vindo aí de jegue”*. Em contrapartida a preocupação da empresa em melhorar a aplicação de venenos, objetivando que as plantas sejam banhadas de forma uniforme, **100% das famílias afirmam que a empresa nunca ofereceu, indicou, facilitou a compra dos equipamentos de segurança individual.** (MARA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 10.2.2018. Trabalho de campo),

Após apresentarmos as condições de aplicação de venenos no assentamento São Paulo, apontaremos uma síntese dos agrotóxicos utilizados e o ritual da sua aplicação, elementos que aprofundaremos didaticamente, como: a rotina das aplicações, composições dos agrotóxicos e as quantidades utilizadas, detalhamento que será realizado no quarto capítulo desta pesquisa. Quando o pé de pepino atinge 4 dias de vida, com duas folhas, recebe a segunda dose de veneno, aplica-se o agrotóxico de nome comercial Lannate BR e o agrotóxico de nome comercial Evidence, respectivamente para combater fungos e bactérias que venham a atacar a cultura. Após 36 horas desta aplicação inicia-se outra aplicação com o agrotóxico Daconil 500 para combater os fungos nas folhas da cultivar, os camponeses chamam este produto de “tirador de manchas”. Sempre associado a ele acrescenta-se o agrotóxico Manzate com

função de combater ácaros, 36 horas após fecha-se o ciclo de aplicações com o agrotóxico Recop, juntamente com este coloca-se o agrotóxico Decis para eliminar insetos.

Após esta primeira rodada que apresentamos didaticamente, a composição da escalação dos agrotóxicos é alterada, ou seja, para evitar resistência das pragas e doenças os técnicos orientam os agricultores a não repetir as mesmas composições de agrotóxicos. Quando os agricultores decidem plantar pepino para a indústria são orientados a comprar um cardápio de agrotóxicos no início da cultura, com possibilidade de variedades de inseticidas, fungicidas, acaricidas e hormônios. Esta variedade de princípios ativos possibilita que não seja repetida a mesma associação de agrotóxicos consecutivamente em todas as aplicações.

Depois de concluída a primeira rodada, alterna-se as primeiras composições e inicia-se o próximo passo de pulverizações, este processo alternado de aplicação ocorrerá sob o receituário e orientação técnica, onde a cada 36 horas até o fim do ciclo da cultura. Religiosamente todas as plantas serão banhadas a cada 36 horas, independente do ataque de pragas e doenças, pois as medidas adotadas pela indústria são preventivas.

Mas caso ao longo do caminho apareça pragas e doenças, os técnicos orientam para fortalecer as doses, alterar as combinações dos coquites de agrotóxicos no pulverizador. Apresentamos a imagem a seguir da (figura 15), que demonstra “os ingredientes do cardápio”, de agrotóxicos utilizados pelos assentados na produção de pepinos no assentamento São Paulo, ficando claro, o volume de venenos que os assentados são orientados a comprar, formando um estoque pronto para ser usado. Vejamos a imagem:

**Figura 15: Cardápio de agrotóxicos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

### **2.3.3 – 3ª Fase do estágio tecnificado da produção do pepino: aumento na jornada laboral do trabalho.**

Terceiro estágio tecnificado da produção está estabelecido pela metodologia do tempo da cultura, tendo início aos 20 dias de vida. O momento que se inicia a liberação das primeiras ramas que devem ser conduzidas pelo fitilho até alcançar a parte superior da estrutura que fica no arame, a 2,00 metros de altura. Este estágio está compreendido do vigésimo dia após o plantio até o trigésimo.

Contatamos nos trabalhos de campo o acirramento do conflito neste estágio, pois as famílias vêm num processo cumulativo de desgastes físicos e emocionais que culminam com este período que é decisivo para o sucesso ou fracasso, pois é o período que a família realiza a condução das ramas pelo fitilho e a castração dos brotos, como podemos observar na fala do assentado João (2017),

Nesta fase se a estrutura não tiver pronta, **você não dá conta não**, porque ele começou a esparramar pelo chão, **todo dia tem que guiar ele, todo dia! Todo dia! É o dia inteiro, para guiar isto aí, é o mês todo, até acabar, todo dia**, acabou o que você está fazendo tem que voltar lá atrás e guiar ele”. (JOÃO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 22/2/ 2018). (Grifo nosso).

Quando a planta atinge vinte dias, encontra-se com aproximadamente meio metro de altura do solo, neste estágio do ciclo reprodutivo os agricultores possuem a tarefa de soltar a fertirrigação, aplicar agrotóxicos e agora conduzir as ramas ao longo dos fios até atingir o extrato superior da estrutura. É um trabalho delicado que não será feito em poucos dias, ele é diário e constante e tem duração até os últimos dias do cultivo, todos os dias a família precisa voltar a rua conduzida anteriormente, para conduzir os novos centímetros que a rama desenvolveu, caso isto não seja feito, as ramas tomam outros caminhos com seus “tentáculos fixadores” e a tendência é formar um grande amontoado no extrato inferior da estrutura, comprometendo a produção e o desenvolvimento da cultura, realidade de conflito tratada pelo assentado Sr. Antônioel (2017):

“Em torno de 15 dias você tem que começar! Aí você tem que estar conduzindo-o até o início da colheita, né! Você vai hoje, passa um dia, dois dias ele torna a crescer e cair, aí você tem que fazê-lo chegar lá em cima, né, e tem que ser ligeiro! Porque se você bobear, vixe! Ai enrola! (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epiácio. Entrevista concedida em 14.3.2017. Trabalho de Campo).

Nesta fase, a família assentada usa todo o seu arsenal de mão de obra disponível, dividindo os afazeres, onde os mais fortes aplicam os agrotóxicos nas horas frescas do dia, enquanto isto as crianças, idosos e as mulheres soltam a fertirrigação, fazem a leitura dos rótulos dos agrotóxicos que compõem a mistura do abastecimento dos pulverizadores e se desdobram entre as ruas dos pepinos conduzindo a cultura. Apresentamos a seguir as imagens da (figura 16), que mostra o mutirão familiar que acontece todos os dias, para conduzir as ramas do pepino pelo fitilho, como podemos constatar nas imagens todos devem fazer este trabalho, vejamos as imagens:

**Figura 16: Mutirão Familiar para coduzir a planta.**



Fonte: DataCETAS (2017).

#### **2.3.4 – 4ª Fase do estágio tecnificado da produção do pepino: família torna-se um trabalhador coletivo.**

O quarto estágio tecnificado de reprodução da cultura do pepino inicia-se no trigésimo quinto dia, com o início da colheita dos primeiros frutos e se encerra quarenta dias após, aproximadamente no dia 75 após a sementeira. Não diferente dos outros estágios este período apresenta contornos de acumulação de trabalho, cansaço, desgastes físicos, desgastes emocionais, entre outros que contribuem para percebermos entre as famílias traços como aceleração na fala, aceleração no caminhar, inquietação que configuram certa tensão nos afazeres cotidianos do lote, elementos que se configuram no processo cumulativo do conflito, como podemos observar na fala do assentado Vagmar (2017):

“Rapaz! **É o dia inteiro**, só tira rapidinho leite e **ir para roça colher, porque você tem que colher até as duas horas da tarde**, depois **almoça e volta para a roça para podar e conduzir e passar veneno**. O dia de ensacar não tem como você podar e nem passar veneno, porque você tem que ensacar cento e poucos sacos de pepino para mandar, **até para ir à cidade você não pode ir**” (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 20.11. 2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Estágio que se configura como o ápice e o mais longo da cultura, com um acúmulo de trabalho que condiciona a família a se desafiar a trabalhar em horas que normalmente não trabalharia, como por exemplo, no período da noite, aplicando venenos, como podemos observar na fala do assentado Damião (2017) “*só passo veneno de noite, de dia o sol está quente o veneno não faz efeito, o sol seca ele, eu só passo a noite, tem gente que passa de dia, eu passo a noite, aproveito o dia para fazer outras coisas*” (DAMIÃO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 10.10.2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Neste estágio, as famílias estão desenvolvendo diariamente e cumulativamente várias tarefas, como: separação e pesagem dos nutrientes para fertirrigação, aplicação de agrotóxicos a cada 36 horas, condução das ramas da planta. Realidade laboral do trabalho que detectamos na fala do Senhor Antônioel (2017), “*na nossa roça trabalha eu, mulher, filho e a filha, só quando atropela<sup>32</sup> muito a gente pega alguém, mas é só lá no meio dos 90 dias, aí aparece um vizinho que dá uma mão, a gente faz qualquer negócio né!*” (O agricultor faz referência ao estágio que a cultura atinge a capacidade máxima de produção, onde a família busca na vizinhança parcerias para dar conta do trabalho).

Neste momento o assentado Antônioel nos oportuniza com a apresentação dos elementos que comprovam a intensificação do trabalho a partir do momento que se inicia a colheita, realizado pelos agricultores “*na primeira semana é meio calma, a segunda e a terceira semana que é mais arrojada, sempre eu pago umas diáriarinha, meio dia!*” (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.3. 2017. Trabalho de campo).

Agora somadas a estas atividades descritas às famílias passam diariamente a colher, transportar para a varanda da casa, selecionar os frutos de acordo com os critérios exigidos pela indústria, embalar a produção em sacos para finalmente realizarem a contratação do transporte, que possibilitara o carregamento a cada 2 dias dos frutos produzidos, como afirma o assentado Antônioel (2017):

“A gente já está colhendo nos carrinhos de mão, né. E traz meio separado de lá, os grandes e os que tiver tortos nós já põem no cantinho, chega aqui na sombra, que vai jogar na carreta do trator, os grandes já tira aqui mesmo e joga o bom lá em cima da carreta do trator, aí depois a gente ensaca aqui na sombra” (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 14.3.2017. Trabalho de campo).

Algumas características particulares a esta fase, como já salientamos, a expressão da subordinação se configura no tempo e no espaço, sendo agravado, pela necessidade de contratação de mão de obra eventual. O processo cumulativo da extensão nas rotinas de trabalho, ganha novos contornos, em virtude da quantidade de afazeres que a família veio acumulando não permitindo que tenham condições de realizar a colheita dos frutos sozinha, necessitando buscar na vizinhança pessoas que possam contribuir com a venda de alguns dias de mão de obra, como relatado pelo assentado acima, que faz qualquer negócio, pois os apuros são muito nesta fase, caracterizado pelo agricultor como semanas arrojadas.

A necessidade da contratação de mão de obra extra compõe um bem necessário para dar conta do conjunto de atividade, desenvolvidas pela família, mas um mal inevitável, pois para contratar alguém precisa ter fundos para pagá-lo, criando muitas vezes um mal a família que não possui recursos, obrigando ao desgaste em negociações de convencimento do trabalhador a vender a mão de obra para receber na colheita, trocar por outro bem, como animais ou ainda trocar diárias.

A vida da família, não diferente dos outros estágios reprodutivos da planta, fica distribuída entre os afazeres da roça de pepino e os outros afazeres do lote como: tirar leite, trocar o gado de pasto, apartar os bezerros das vacas, cuidar da horta, cuidar do pomar, limpar outras plantações, cuidar do quintal, zelar a casa, fazer comida, comercializar nas feiras, atividades que constatamos na fala do assentado Antôniel (2017), quando relata sobre a produção do lote, *“minha renda sempre foi o leite e agricultura, sempre desde o começo do assentamento, eu mexo com lavoura, agora eu tenho o pepino, a pimenta, o colorau, quando tem a CONAB é variado, tenho também fruta, horta, feijão, mandioca, maxixe, abóbora”*, o relato demonstra que a vida de todos da família é distribuída nas atividades que necessitam do trabalho imediato, pois pouco tempo resta ao longo do dia, no período em que as famílias estão desenvolvendo um ciclo da plantação do pepino. (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 17.4.2017. Trabalho de campo).

Mas entre as atividades desenvolvidas no lote a atividade que exige muitas horas de trabalho é a roça de pepino, como nos coloca seu Betinho (2017),

**O pepino você entra nele você fica 40, 50 dias sem mexer em outra coisa, só mexe nele!** Não adianta você querer pensar que vai fazer outro serviço que você não faz, não dá tempo... a gente aqui, ó! **Levanta 6 horas, toma um cafezinho**, enrola um pouco, mas **às 7 da manhã já está trabalhando na roça e vai até às 7 da noite**". (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo).

A partir do estágio de condução das ramas pelos fitilhos agrava-se as condições de extensão laboral do trabalho, as famílias fazem somente o inadiável no lote, literalmente abandonam tudo para se dedicar exclusivamente às atividades da roça de pepinos, realidade que constatamos na fala do Senhor Betinho (2017) novamente, que explica a exigência da cultura do pepino em relação as horas trabalhadas da família, não permitindo fazer muita coisa no sítio,

**“Tem uma coisa! O pepino ele toma muito tempo** seu, para você fazer outro serviço no sítio, você entendeu! Tenho um urucum alí em cima, [levanta a cabeça, olhando para o horizonte e aponta com um dos braços] **eu plantei 2000 mil pés, vai lá ver, está tudo no meio do mato, porque não pude mais mexer**, só agora que to conseguindo entrar devagarinho com a roçadeira para limpar”. (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de Campo). (Grifo nosso).

Toda a família precisa ajudar desde as primeiras horas do dia e muitas vezes precisa avançar as primeiras horas da noite para dar conta dos afazeres que foram se acumulando ao longo do ciclo, como ainda nos relata o assentando Betinho (2017),

“Inclusive com estes produtos (liberação da fertirrigação) que você tem que jogar no final da tarde. **Ontem eram 8 horas da noite, nós estávamos jogando produto aqui ainda, estava escuro** já, ela (a esposa) ia lá encima (das leiras do pepino), gritando para dizer qual rua estava molhando, aí eu estava aqui (na caixa de água abrindo os registros) no comando para mandar e tirar água nas ruas do pepino. (BETINHO. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 15.4.2017. Trabalho de campo).

Sendo muito comum encontrarmos entre as ruas no período da noite agricultores, como o assentado Betinho (2017) que afirma, *“o serviço no pepino não é de sol a sol, passa entra noite á dentro se você quiser trabalhar”*. Os agricultores utilizam as partes frescas do dia para pulverizar agrotóxicos, como já admitiu o

assentado anteriormente. Importante destacar que a acumulação de afazeres não está condicionada ao fato de os agricultores terem adiado alguma atividade, não é isto.

A cultura do pepino provoca um acúmulo gradual, constante ao longo de todo o seu ciclo. Ao longo das fases do seu ciclo, possuem atividades decisivas para o sucesso do agricultor, porque se num dia de trabalho a família deixar de realizar uma das atividades, compromete a produção não daquele dia, mas a produção total e logo a renda da família. Os agricultores afirmam que deixar de colher os frutos, um único dia, leva a perda dos frutos dos próximos 3 dias ou deixar de conduzir as ramas por 4 dias equivale a perdas na produção dos próximos 20 dias, como o assentado Antôniel (2017) relata, *“se você deixar de colher um dia, no outro dia a rua que ia produzir duas carriolas vai produzir 5, aí que você perde muito, faz isto, colhe a meta hoje e a outra metade para amanhã (...) se faça sol ou chuva você tem que colher todo dia”*(ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 18.09.2017. Trabalho de Campo). (Grifo nosso).

As famílias caminham logo cedo para iniciar as atividades do dia, como afirma o Sr. Antôniel, *“quando clareou o dia começou, aí vou tirar leite, umas 07h30min vou tratar galinha, porco, molhar a horta, tomo um cafezinho, e depois, roça! Aí vai até a hora que estiver enxergando, 8,9 horas da noite, até escurecer”*. O assentado ainda, afirma uma característica já relatada por outros assentados ao longo do texto, *“o pepino é complicado! É o dia todo e se você passear ou dormir, você perde a lavoura”*, a estratégia utilizada pela família para dar conta dos afazeres consiste no fato de enquanto o pai e o filho mais velho tiram leite das vacas, a mãe, e os filhos mais novos e as pessoas de idade iniciam a colheita, como presenciamos ainda no relato do assentado o Sr. Antôniel: *“vai à família toda para a roça, nós colhemos sempre até meio dia uma hora da tarde, aí vai almoçar”*, (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 9.10.2017. Trabalho de Campo).

Logo nas primeiras horas do dia, após clarear, a família se divide no trabalho e afazeres do lote, enquanto parte da família realiza as atividades de ordenha das vacas, a outra parte da família, inicia o trabalho na lavoura de pepino. Passado algumas horas de trabalho, os membros da família que concluíram o trabalho na ordenha das vacas, iniciam agora já na roça de pepinos, a aplicação de agrotóxicos. Os trabalhos de campo observaram que estas aplicações utilizam as primeiras horas do dia ou da noite. Nestas

situações de produção máxima concentra-se toda a mão de obra da família para realizar a colheita no período da manhã, como podemos observar na fala do assentado Damião (2017):

“Se tiver calor mesmo e ele tiver a todo vapor, uma roça de 5000 mil pés, se você não a colher hoje e deixar ela para amanhã, você perdeu! **Você vai catar amanhã no outro dia, você vai apanhar 1500 quilos, destes vocês vai jogar 900 quilos fora e aí vai ficar com o resto**, aí é trabalho dobrado, você vai ter que colher, tirar ele de dentro da roça, vai ter que trazer ele para cá”. (DAMIÃO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 9.2.2018. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Se a colheita estiver no início ou término os venenos serão aplicados pela manhã. As imagens abaixo fazem parte da (figura 17), que demonstra o trabalho na colheita que não poupa ninguém, jovens, mulheres, crianças todas devem colher os pepinos e colocar em caixas carregadas dentro de carriolas que facilitaram o transporte até o local da seleção como podemos ver nas imagens:

**Figura 17: A família camponesa colhe os pepinos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Como relato pelos assentados, a colheita não pode ser adiada, pois as perdas são consideráveis, o exemplo, ofertado pelo assentado demonstra o quanto se perde num dia que se deixa de colher. Em 5000 mil pés deixados de colher, serão colhidos no próximo dia 1.500,00 quilos, onde serão jogados fora 900,00 quilos, estes estarão fora da medida exigida pela empresa, ou seja, o ganho econômico do dia seria R\$1.350,00 reais, referente a 1.500,00 quilos, com a perda a arrecadação cai para R\$ 540,00 reais, prejuízo em um dia de trabalho de R\$ 810,00 reais um valor considerável para quem possui uma dívida de R\$ 6.000,00 reais e precisa produzir para pagá-la.

**Estas são as contas que assombram o imaginário dos agricultores e os motivam ao trabalho de concessuado forçado**, pois o corpo humano tem limites, mas o condicionamento para necessidade de honrar seus compromissos na praça ou ciente da necessidade da renda os submete á expropriação da indústria. É importante entender que este descarte de 900 quilos de frutos não é pelo fato destes não servirem para o consumo humano, estarem doentes, podres ou coisas deste tipo, mas sim porque a empresa só recebe frutos com bitola de diâmetro da circunferência com exatos 4,5 cm, retos, sem furos ou traumas na casca. Um rigoroso padrão estético, para frutos que serão todos fatiados em rodela para serem servidos em lanches de restaurantes de comida rápida.

Mas seguimos na implantação da cultura do pepino, quando questionamos o assentado para apresentar sua rotina de trabalho diário, percebemos que o trabalho na mangueira é o início de uma longa jornada, como nos afirma o Sr. Antônio (2017), *“o trabalho com o pepino, você gasta 8 horas por dia, sem parar com o leite gasta 2 horas e tratar os bichos gasta uns 30 minutos”*, especificando que a cultivo da cultura do pepino para a indústria, consome o tempo de todos da família como constatamos em suas palavras, Antônio (2017):

Amanhã cedo eu mais o menino vamos tirar o leite, a mulher fica ajeitando lá, fazendo uma farofa uma merenda para a gente comer, nós terminando eu vou jogar um milho para a galinha, tratar um porco, aí eu e o menino entramos na roça, quando nós já temos colhido uma rua, a mulher chega com a garrafa de café e a farofa, aí nós tomamos o cafezinho, aí todo mundo pega e aí vai até acabar todo mundo (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.3.2017. Trabalho de campo).

Caso seja dia de aplicação de agrotóxicos, a fertirrigação fica para o período da tarde, ou caso seja colheita, transporte, embalagem o agrotóxico passa para tarde, enfim dependendo do dia as tarefas se alternam, pois, o objetivo central das famílias é adaptar o acirramento das tarefas, faltando horas do dia para comportá-las.

A família assentada busca na divisão dos trabalhos as soluções, cada membro da família possui sua responsabilidade, normalmente a mãe inicia a leitura dos rótulos e a observação da planilha deixada pelos técnicos da empresa, pesando os nutrientes e homogeneizando a água do reservatório<sup>33</sup>, água que será distribuída pelo sistema de

---

<sup>33</sup>Caixa de água que recebeu a água logo cedo, pois enquanto todos colocavam suas roupas, seus sapatos, escovavam os dentes, um dos membros da família acionou a bomba de água que passou a encher o reservatório, adiantando com isto o trabalho.

gotejamento, o filho, vai abrir e fechar os registros e observar se todas as ruas estão recebendo a irrigação composta por nutrientes. Caso seja dia de aplicação de venenos, ela faz a leitura da receita deixada pelo técnico, medindo os agrotóxicos, para logo em seguida lançar no pulverizador que será operado pelo pai, enquanto isto ela colhe entre uma máquina e outra da pulverização.

O trabalho no período da manhã se encerra para mãe por volta das onze horas, momento em que esta deixa os demais membros da família e vai para casa preparar a alimentação de todos. Os demais membros da família, já aplicaram os agrotóxicos e a fertirrigação, agora irão concluir a colheita, finalizando a jornada por volta das treze horas, caso consigam realizar toda a colheita, caso não tenham terminado ficam até próximo às quatorze horas. Com um detalhe, se mesmo assim a colheita não tenha sido finalizada o período de descanso do almoço será mais curto. Porque todos precisam voltar para a lavoura de pepinos, para concluir a colheita, para que os frutos não passem do padrão desejado pela indústria, como observamos na fala de seu Antônioel (2017),

Nóis colhe sempre até meio dia uma hora da tarde e vai almoçar, sempre é esta hora! E se acontecer de você ir almoçar e ficar duas ruas, não vai dar mais conta de colher na parte da tarde, porque esquentada e você não aguenta lá dentro é muito quente, tem que colher tudo até a hora do almoço. (ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 17.4.2017. Trabalho de Campo).

Podemos constatar ao longo dos Trabalhos de Campo que o crescimento é muito acelerado, fizemos esta observação, pois também não acreditávamos que o tempo de fecundação até a colheita era tão curto. Realizamos a identificação de alguns frutos testemunhos, em um mesmo pé da planta, em uma fileira no lote do Senhor Damião, logo em seguida, passamos a observar por períodos e fotografar os estágios evolutivos do fruto após sua fecundação, durante as próximas horas.

Na primeira observação avistávamos um pequenino fruto, com uma flor amarela maior que suas dimensões, presa ao seu corpo, este registro foi realizado, as 8 horas da manhã, em um dia de calor, com ventos moderados, quando chegamos à casa do assentado. Abaixo apresentamos as imagens da (figura 18 a 21), que apresenta a evolução do crescimento vegetativo do pepino ainda com flor. Vejamos as imagens:

**Figura 18: O pequeno pepino ainda com a flor.**



Fonte: DataCETAS (2017).

A segunda observação foi realizada às 12 horas, do mesmo dia, que apresentava temperatura elevada, com pouco vento, o mesmo fruto apresentava evolução nas suas dimensões e características físicas de pepino, a flor ainda não tinha caído, mas estava em processo avançado de desidratação. A seguir apresentamos a imagem da (figura 19), que mostra o crescimento vertiginoso do pepino, vejamos a imagem:

**Figura 19: O pepino toma corpo de fruto rapidamente.**



Fonte: DataCETAS (2017).

A terceira observação do dia foi realizada no mesmo dia às 18 horas, a temperatura neste momento da observação era amena e com ventos moderados, o fruto observado já sem a flor, possuía dimensões próximas ao desejado pela indústria. No dia

posterior ao início da observação, realizamos a quarta observação, as características de temperatura, direção e velocidade dos ventos se assemelhavam ao início da observação, encontramos um fruto muito próximo do desejado, ou seja, encontrava-se entre as dimensões de 4,5 a 5 cm de diâmetro. A seguir apresentamos a imagem da (figura 20), que demonstra a evolução do fruto do pepino. Vejamos a imagem:

**Figura 20: crescimento vertiginoso do pepino.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Na última observação antes da colheita, foi realizado às 11 horas do dia, o fruto estava pronto para ser colhido, estava no limite de suas dimensões, muito próximo das medidas indesejadas, caso fosse deixado para ser colhido no final da tarde, não serviria para comercialização com a indústria. Abaixo apresentamos um conjunto de imagens presentes na (figura 21) que demonstra o acelerado processo reprodutivo dos frutos da cultrua de pepino, vejamos:

**Figura 21: O pepino já está pronto para a colheita.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Logo após o almoço, caso toda a colheita tenha sido feita no período da manhã os membros da família iniciam outros afazeres que depende do dia, onde existem dias que é necessário aplicar veneno, adubar, limpar, transportar os frutos colhidos, ensacar, como constatamos na fala do assentado Sr. Antôniel (2017), que apresenta uma serie de tarefas que devem ser cumpridas no período da tarde, atividades que se multiplicam “*na parte da tarde tem que classificar, ensacar, costurar, passar veneno, molhar, colocar adubo*”( ANTÔNIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista condida em 14.3.2017. Trabalho de campo).

Como relatado a classificação, embalagem e costura não é feito na roça, os frutos são transportados, normalmente para a varanda da casa ou em baixo de árvores ou encerados organizados próximos á casa, lugares que servem para depositar, selecionar, embalar, costurar as embalagens e embarcar no caminhão os sacos, este momento é o descanso da família, que consegue trabalhar sentada rodeando a pilha de frutos de pepino.

Neste período do dia é comum encontrarmos um congestionamento de carriolas, pois cada membro da família utiliza-se de uma para transportar apressadamente a produção da roça para o local escolhido. As imagens abaixo da (figura

22), mostram a dinâmica e o “frenesi” dos jovens transportando a produção para a varanda da casa, este é o momento do trabalho na cultura do pepino, que encontramos maior descontração, entre uma viagem e outra da roça para a casa, acontece “rachas”, corridas, cavalinhos de pau, trombadas, é o momento do dia que se realizam brincadeiras enquanto se trabalha no transporte. Observe as imagens:

**Figura 22: Transporte da produção da roça para a casa.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Caso seja dia de aplicar venenos e a família tenha mão de obra, parte dela deixa os membros na varanda da casa e dirige-se a roça para aplicar agrotóxico, esta tarefa é dada ao pai ou o filho mais velho, que segundo eles “*são os taludos*”, O processo de pulverização, normalmente deve ser realizado a cada 36 horas seguindo o receituário da indústria, independente de outros fatores, toda a roça dever receber aquele produto naquele dia. Como podemos observar na imagem a seguir da (figura 23), que demonstram a forma que os agrotóxicos são preparados e aplicados nas roças de pepino no Pontal do Paranapanema, observamos as imagens:

**Figura 23: A submersão do agricultor a nuvem de veneno.**



Fonte: DataCETAS (2017).

A outra parte do grupo da família que ficou na varanda da casa, na sombra ou debaixo de um encerado, coordenada pela mãe, se junta à volta da pilha dos frutos de pepino, separando em dois novos montes: Os classificados segundo a exigência da indústria, que deseja frutos com 4,5 centímetros de diâmetro, sem nenhuma tortura, extremamente retos, sem furos provocados por insetos, com a casca com aspecto liso verde claro vivo e nenhum trauma na casca, como já relatado pelos assentados no texto. Na outra pilha vão os descartados, frutos normais para o consumo, mas para a indústria de conservas são frutos sem serventia, forçando os agricultores a utilizá-los para a ração de bovinos e suínos devido à grande quantidade de frutos colhidos. Como podemos observar na imagem a seguir da (figura 24), que expressam o trabalho coletivo familiar para selecionar, embalar e armazenar os frutos, até a chegada do caminhão que transportara para o processamento na indústria.

**Figura 24: A família seleciona os pepinos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

O processo de seleção ganha normalmente umas 2 a 3 horas de trabalho dos membros, tempo que ganha o reforço do pai e do filho mais velho que chegam da aplicação dos agrotóxicos, agora todos juntos começam a colocar em sacos com aproximadamente 20 quilos, enquanto parte da família enche os sacos a outra parte se concentra na costura, normalmente este trabalho de seleção, envase e costura termina entre as 20 horas e 21 horas, finalizando, teoricamente o dia de trabalho da família assentada. Sabemos que os trabalhos internos á casa continuam como preparação da janta, realização das tarefas da escola, organização da roupa, das bolsas da escola, dos quartos, banho, enfim, ainda há coisa a fazer antes do descanso.

Após o processo de preparação dos frutos para envio para á indústria, é contratado o caminhão pelo grupo de assentados, para realizar duas vezes por semana o transporte dos frutos de todas as famílias. O carregamento é feito normalmente pelo período da manhã, neste dia a família além de cumprir os afazeres descritos acima precisa encontrar tempo e disposição para colocar sua produção em cima do caminhão,

que será transportada até a indústria, como constatamos na fala do assentado Ronaldo (2017), “*É nós mesmo que carregamos! Cada produtor carrega a sua carga, duas vezes por semana, sempre na segunda e sexta-feira*” (RONALDO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 22.11.2017. Trabalho de Campo).

Chegando lá os funcionários da indústria pesam a produção enviada por cada produtor e realizam a seleção dos frutos novamente, adotando a metodologia de amostragem, pois retiram aleatoriamente 10% dos sacos de cada produtor para realizar a classificação que de fato tem valor para fins de pagamento. Esta amostragem determina o valor a ser pago pela indústria ao produtor, na quantidade total em quilos enviados. Os sacos escolhidos pelos funcionários determinam quantos quilos da carga total será classificado como classe A que tem valor de R\$ 0,90 por quilo, ou classe B, que será pago R\$ 0,35 por quilos, ou ainda os desclassificados que não serão devolvidos ao produtor na sua origem, ficaram com a indústria que dará finalidade aos frutos, mas não pagaram nenhum centavo ao produtor.

### **2.3.5 –5ª Fase do estágio tecnificado da produção do pepino: A contabilidade dos ganhos, das dívidas e o planejamento.**

Iniciamos o quinto e último estágio tecnificado da produção, esta fase caracteriza-se pela redução gradual da produção, onde todas as tarefas de pulverização e aplicação de fertirrigação mantêm-se até os 85 dias de vida da cultura, é o momento que o técnico autoriza a suspensão das atividades, porque a cultura não responderá em produção aos gastos com produtos. A rotina de trabalho com a colheita, condução, transporte seguem, com menos intensidade, mas persistem até próximo aos 90 dias após o plantio.

Neste período de desenvolvimento do estágio produtivo da cultura, o produtor já tem claro sua situação com os credores, se a cultura respondeu à altura das dívidas, ou se precisará plantar outra para suprir as demandas do endividamento, ou se desistirá por algum motivo, é o momento da satisfação ou preocupação, como podemos constatar na fala do assentado Vagmar (2017), quando questionamos se depois que começou a plantar pepino sua vida melhorou em termos financeiros, como observamos “*ah! Mudou bastante sim!* [Olha o horizonte e aponta a frente os restos que dão indícios que ali tinha

a roça de pepino] *“Que nem este aqui rendeu bem, anteriormente uma roçan ia da um bom dinheiro, se eu não estivesse devendo do outro né”!* Neste momento da entrevista ele faz um resgate das colheitas que realizou e o processo de desgaste das condições produtivas do solo, afirma que as primeiras safras obtiveram maiores ganhos, mas na atualidade não consegue explicar, a produção mal paga a dívida, observemos a fala do assentado, *“eu já fiz oito plantios em três anos, no começo deu muito pepino eu colhi quase 7 quilos por planta, aí vai caindo né, não tem explicação, é com duas vezes que planta o terreno, o solo começa a ficar doente, aí tem que torna muda de lugar”* (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 9.10.2017. Trabalho de Campo).

No capítulo quatro desta pesquisa, aprofundaremos os venenos e seus princípios ativos, sua capacidade toxicológica a saúde humana e ao meio ambiente, muitos dos agrotóxicos utilizados são altamente tóxicos para as minhocas, abelhas e microrganismos do solo, ou seja, os venenos matam além das pragas toda e qualquer vida do solo. Somada a esta desconfiança temos a resistência que as pragas adquirem ao longo dos anos, assim o volume de agrotóxicos e o desequilíbrio metabólico, permite que as pragas e doenças adquiram resistência, causando maiores estragos produtivos.

Somaríamos ainda a estes dois elementos a falta de descanso ou rotação de culturas, em virtude de um processo intensivo que o solo é submetido provocando a proliferação de vetores, pragas e doenças que se multiplicam na cultura, fatos que constatamos na fala do assentado Vagmar (2017) *“O pepino aqui dentro (assentamento) não está dando mais certo, muita doença, por exemplo, a virose, fica no solo ou a tripés que faz o pepino abortar todos os frutos, está nas plantas em volta”*. O assentado adianta uma informação que não tínhamos, *“parece que a Refricon vai plantar o último ano pimenta aqui, já falaram vão levar para outro assentamento que não tem doença”*, (VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017. Trabalho de campo).

Os problemas com infestações de doenças e pragas é fato comum nas reclamações dos assentados no Assentamento São Paulo, muitos buscam reavaliar o melhor caminho, alternando ciclos de pimenta intercalados com ciclos de pepino, como observamos na fala do assentado Vagmar (2017), *“o pepino mesmo, nós estamos*

*plantando de teimoso*”, nesta hora a esposa a dona Maria (2017), que escuta a afirmação do marido coloca sua opinião,

“Porque é assim o pepino, é assim! Você tem que plantar o pepino e dar um espacinho de tempo, entendeu, aqui tem um monte de gente que não deu espaço de tempo, aí que fez: **Estava com uma roça de pepino; veio com outra nova do lado; aí a que estava doente passou para a nova;** aí ele já foi e plantou outra; aí não dá tempo para a doença dá uma amenizada”. Tem que deixar pelo menos um ano, sem plantar nada, é que vai passando os produtos (venenos) e, eles mesmos vão criando imunidade contra o veneno (MARIA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 22.11. 2017. Trabalho de campo). (Grifo nosso).

Neste momento os assentados enquanto refletem sobre o ciclo iniciam a limpeza da área, eliminando restos da cultura, começam a desmontar a estrutura, remover as lonas, gotejo, plásticos, como percebemos na fala do assentado Ronaldo (2017), *“a gente tem que ajuntar e queimar, não tem outra solução, porque se não fica na terra e não acaba nunca”*, neste momento questiono o que ele fazia com as embalagens dos venenos que tinha utilizado no ciclo, respondendo, *“as embalagens tá tudo por aí, normalmente a gente queima”*. (RONALDO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14. 02.2018).

Confirmando o que levantamos, sobre a orientação técnica dada pela empresa em relação à aplicação de agrotóxico seus riscos e prejuízos à saúde humana, a falta de orientação para utilização de equipamentos de segurança e a destinação correta as embalagens de agrotóxicos, que segundo a regulamentação vigente na ANVISA, devem ser entregues a um posto de coleta, [no assentamento São Paulo a coleta é feita pela atmosfera, que recebe os gases tóxicos dos compostos químicos], o agricultor tem boa intensão mas não tem orientação, como observamos na fala do assentado Ronaldo (2017) *“até ofereci pro rapaz que mexe com reciclagem mas ele não veio”*. Neste momento questiono o assentado, perguntando se a empresa orientava o que fazer com as embalagens, ou se ela oferecia uma solução para as embalagens de veneno, então o assentado responde, de pronto *“não, eles não falam nada”* (RONALDO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.02.2018. Trabalho de campo).

Na hora de limpar a área, eliminando as plantas secas e os frutos que não foram comercializados no fim da cultura como podemos observar, nas palavras dos assentados

*“a sobra do pepino, a gente costuma dar para os animais, né, as folhas acabam rapidinho, as ramas nós enrolamos junto com o fitilho e queima para eliminar, alguma praga”*. (ASSENTADOS. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Conversas informais colhidas nos trabalhos de campo).

Neste momento a família respira aliviada, porque sabe que teram alguns dias de descanso até o próximo agendamento da indústria para o plantio, é a hora que a senhor e a senhora, sabem que conseguiram ficar dentro de casa, ajustando suas coisas, sabem que vai conseguir ver a novela, sabem que conseguirá esticar aquele arame da cerca. É a hora que o filho mais velho vai conseguir acompanhar a namorada na missa, na festa, vai conseguir ficar perto da moça sem a pressão do trabalho, é a hora que os filhos mais novos podem brincar correr no quintal.

É à hora de constatar que todo este trabalho, não resultou em acúmulo de capital, que o dinheiro que circulou nos meses de plantio tinha destino, que não eram a constituição de reservas econômicas para a família, eles apenas passavam pela mão do agricultor, mas o destino era do credor, nesta hora os agricultores, percebem a necessidade de iniciar outro ciclo para suprir as necessidades financeiras que já os batem à porta. A renda para algumas famílias é uma estratégia econômica viável. Para outros é início de um processo de endividamento. Porém para todos é certo, e esse processo é a porta de entrada da morte, devido à exposição constante ao veneno e a exploração do trabalho camponês pelo capital.

## CAPÍTULO 03

### **CAMPESINATO EM RISCO: o uso excessivo de componentes químico na produção de pepinos.**

O crescimento da população a partir de 1800 e o surgimento da indústria química moderna no século XX alteraram de maneira significativa a produção agrícola mundial. Ademanda cada vez maior da quantidade de alimentos produzidos trouxe consigo a justificativa para a utilização de produtos químicos no controle de organismos que afetam essa produção. A partir do desenvolvimento técnico-científico e industrial da síntese química de produtos biocidas, após a II Guerra Mundial, o modelo agrícola tornou-se dependente dessa tecnologia. Na década de 1960, essa tecnificação, aliada à produção em larga escala em monoculturas ficou conhecida como “modernização agrícola” e o aspecto do domínio químico (agrotóxicos e fertilizantes) nas práticas agrícolas foi denominada de “revolução verde”, a qual disseminava o discurso de que seria erradicada a fome no planeta, pelo aumento da produção de alimentos proporcionada por essa nova tecnologia: “maiores rendimentos e mais comida para as pessoas de baixa renda”. Na prática, o modelo consistia na utilização de um “pacote de insumos” fabricados nos países desenvolvidos, que incluía sementes melhoradas, sistemas de irrigação, maquinários modernos e uma diversidade de substâncias químicas. Os países em desenvolvimento sofreram uma pressão internacional para adoção desse modelo produtivo, tornando-se então, o principal mercado na compra e, alguns, na produção de empresas multinacionais que transferiram seu parque industrial poluidor para esses territórios em períodos de fragilidade institucional e social, como no Brasil nas décadas de 60 e 70. Nesse período empresas como a Rhodia, Dow Química, Bayer, entre outras passaram a produzir no país, agrotóxicos para uso interno e exportação. (BEDOR, 2008. p.34).

A dependência de insumos externos da agricultura convencional, que tem como matriz produtiva o latifúndio e a monocultura, não é novidade. Estes produtos sintéticos possuem diferentes denominações, sendo algumas das inumeras denominações relacionadas a um grupo de substâncias químicas utilizadas no controle de pragas

(animais e vegetais) e doenças de plantas, conhecidos como: Agrotóxicos, pesticidas, praguicidas, remédios para as plantas. (Fundacentro, 1998).

O termo agrotóxico não é utilizado, por exemplo, pelo setor empresarial que faz questão de denominar os biocidas de “defensivo agrícola”. Que recentemente recebeu pela câmara dos deputados alterações consideráveis, passando a serem chamadas de remédios fitossanitários, alterações promovidas pelo Projeto de Lei de número 6.299 de 2002, que segundo Pignati (2011) a “*conhecida PL do veneno*”, que prevê além da definição do nome, mudanças estruturantes no uso e liberação de novos agrotóxicos no Brasil.

Ainda segundo Pignati (2011) a lei “*vem para facilitar ainda mais o uso de agrotóxicos*”, que segundo ele, é uma “*medida terrível para a sociedade e para o meio ambiente*”. As liberações de registro de novos agrotóxicos e regulamentação do uso antes eram regulamentadas e fiscalizadas por um colegiado de três órgãos públicos do Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente, sob responsabilidade do IBAMA e Ministério da Saúde, através da ANVISA, agora com as alterações ficam somente a cargo do Ministério da Agricultura e Pecuária, que segundo o professor, “*será subsidiado pelas indústrias produtoras de agrotóxicos e pelo setor do agronegócio, sem ouvir os outros ministérios da saúde e do meio ambiente*”. (PIGNATI, 2011. p. 123). Mas, então por que mudar o nome dos produtos de origem química para remédios fitossanitários? Essa palavra está carregada de intencionalidade de *marketing*, cujo objetivo é convencer os agricultores de que esses produtos atuam somente para impedir a ação de organismos que poderiam causar prejuízos econômicos, ocultando os riscos inerentes a essas substâncias para o meio ambiente e para a saúde humana. Sob essa denominação, a nova tecnologia será “ensinada” nas faculdades de agronomia, veterinária, biologia, zootecnia e nas escolas técnicas agrícolas com forte patrocínio das empresas químicas, constituindo um corpo ideológico de interesse de mercado. (BEDOR, 2008).

Estes produtos industriais que controlam pragas e doenças, possuem uma lista extensa de definições quanto à sua nomenclatura, mas apenas uma outra lista muito mais extensa a dos efeitos nocivos dos agrotóxicos à saúde humana. A discussão da nomenclatura em debate no congresso pela bancada ruralista, que alterou a definição para remédios fitossanitários, esta conectada diretamente aos interesses econômicos de

grupos envolvidos na produção e propagação do modelo produtivo agrícola do agronegócio ou agricultura de precisão, para isto, buscam dar a estes produtos conotações muitas vezes opostas ao sentido real da sua ação.

Segundo Peres (2003. p. 34), a “*legislação brasileira, até a constituição de 1988 tratava esse grupo de produtos químicos por defensivos agrícolas*”, denominações que estão previstas na portaria 3.214 de 8 de junho de 1978, que aprova as normas regulamentadoras (NRs) relativas á segurança e medicina do trabalho, possuindo ainda nesta normativa uma regulamentação específica para as áreas rurais (NRR5), quanto a utilização de produtos químicos.

Normativa que sofre alteração a partir do processo constituinte, onde estes produtos químicos passam a se chamar agrotóxicos, regulamentados pela Lei Federal número 7.802, de 11 de julho de 1989, atualmente regulamentada pelo decreto 4.074, de 4 de janeiro de 2002, estas alterações nomeclaturais levam ao surgimento da primeira lei dos agrotóxicos que está regulada pelo decreto 98.816, de 11 de janeiro de 1990. (PERES, 2003. p 23).

A primeira lei que regulamenta os agrotóxicos é a separação entre o positivo e o negativo, entre o bem e o mal, entre a vida e a morte, pois segundo Peres (2003. p.22) a nova definição “evidencia a capacidade desses agentes de destruir vida animal ou vegetal” diferentemente da definição da nomenclatura que classificava estes produtos químicos por “defensivos agrícolas”, ficando “completamente mascarada em uma denominação de caráter positivista”

E o que são os agrotóxicos? Segundo a Lei Federal nº7. 802 de 11/07/1990 (BRASIL, 1989), agrotóxicos são:

Produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção de florestas nativas ou implantadas, e em outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São considerados, também, como agrotóxicos, substâncias e produtos como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento. (BRASIL, 1989. p. 56).

Caracterizado na lei a materialização da possibilidade de morte para aqueles que venham a manusear os produtos químicos, ou seja, não é apenas uma definição na nomenclatura, mas sim a real ameaça á saúde humana. Segundo o grupo de pós-

graduação em Agroecologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o termo defensivo agrícola carrega uma conotação errada, no qual sugere que *“as plantas são completamente vulneráveis a pragas e doenças”* e esconde uma armadilha para os agricultores, assim mascaram os *“efeitos negativos á saúde humana e ao meio ambiente”*. Diferentemente da nomenclatura agrotóxicos, que possui definição esclarecedora dos seus potenciais efeitos nocivos á saúde, contribuindo assim com compreensão dos riscos que os agricultores e consumidores estão inseridos. (INFORMATIVO CRQ III 1997, p.34).

Como levantamos anteriormente, outras nomenclaturas são utilizadas para nomear produtos químicos utilizados no combate a pragas e doenças. Segundo Peres (2003. p.23), os produtos definidos por agrotóxicos, são encontrados na literatura internacional em língua inglesa, com a definição de pesticidas (pesticide), ou *“agroquímico o mais próximo de agrotóxico, o mesmo termo utilizado na língua portuguesa, engloba uma quantidade maior de produtos, como fertilizantes e adubos inorgânicos”*, ou seja, as definições da nomenclatura na língua portuguesa *“não indica a finalidade de uso, nem o caráter prejudicial destas substâncias, visualizado no radical tóxico”*. Semelhante á denominação inglesa que caracteriza os agrotóxicos por pesticidas, reforçando o caráter positivo do termo, segundo Peres (2003. p.23), *“são produtos que matam somente as pestes”*, caindo como uma luva, aos interesses comerciais das indústrias de *“consolidação de tais produtos como insumos indispensáveis”*.

Quando recorremos as definições construídas pelos trabalhadores rurais, encontramos duas principais, *“o veneno”* ou *“remédio das plantas”*. Segundo Peres (2003, p. 23) a definição de remédios está pautada pelo *“discurso dos vendedores e técnicos ligados a indústria, que tratavam os agrotóxicos por remédio de plantas”*. Em um período que propaga-se no Brasil, segundo Aguiar (2016. p 26) um *“novo sistema de técnicas, baseado em um conjunto de meios de produção agrícola (objetos técnicos) advindos da segunda revolução industrial, iniciada na segunda metade do século XIX(1850-1870)”*. Transformações no mundo rural que abarcam desde tratores, arados e outros implementos mecânicos, que revolucionam-se com

A descoberta de propriedades inseticidas de um composto organoclorado, chamado de DDT(1939), chegado até a síntese de produtos organofosforados na década de 1940, o desenvolvimento de fungicidas sistêmicos e piretróides

na década de 1960 e a produção de organismos geneticamente modificados (OGM), a partir de 1980. Daí em diante o mundo se perdeu em meio as propriedades “mecânico-químicas-biológicas” de uma infinidade de objetos, frutos de uma modernidade científica industrial insaciável. (AGUIAR, 2016, p.22).

Duas pesquisas desmostram a definição compreendida pelos trabalhadores rurais quanto á nomenclatura de agrotóxico, de forma unânime definem ou descrevem a palavra agrotóxico como sendo veneno. Segundo Boher (2013. p.332) os agricultores de Chapecó, uma das maiores regiões agrícolas do estado de Santa Catarina, definem o significado de agrotóxico, “76,7% deles responderam ser um veneno, enquanto 3,3% associaram-no a um remédio para as plantas”. Já segundo Recena (2008. p.234) que apresenta o estudo desenvolvido no Estado de Mato Grosso, na cidade de Culturama os trabalhadores rurais utilizam a palavra veneno para se referir aos agrotóxicos, onde “97% dos entrevistados utilizaram a expressão veneno” para caracterizar a materialidade dos agrotóxicos. O estudos ainda elucidam que os trabalhadores rurais possuem clareza quanto aos danos provocados pela exposição aos agrotóxicos, elementos identificados por Peres (2003. p.1.061), que afirma que os “agricultores identificam no uso de agrotóxicos o principal problema relacionado á agricultura”.

Sendo os movimentos sociais e profissionais comprometidos com a problemática de intoxicações e contaminação, que reconheceram os danos desses produtos químicos, iniciaram uma mobilização nacional, para que no Brasil se adotasse a palavra agrotóxico, como denominação dessas substâncias, com objetivo de recuperar a noção de veneno e de perigo frente ao uso, bem como a necessidade de cuidado e proteção. Agrotóxico é hoje um termo mais popularizado na sociedade e nos órgãos governamentais como um todo, mas conta ainda com uma presente ação empresarial que insiste nadenominação defensivo agrícola, exposta principalmente nos pontos de venda.

Nossa pesquisa busca apresentar as contradições presentes no espaço de vida, ou seja, o palco da existência dos indivíduos que se reproduzem contraditoriamente no território, em um movimento de fluxo e refluxo, onde concomitantemente produzem e são produzidos pelas relações sociais de poder dentro do território, como percebemos na fala do assentado Antônio (2017) “Nóis mora aqui a 15 anos..de muita luta! E a luta não para, precisa continuar” (ANTÔNIO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14. 02.2018).

Nesta perspectiva de abordagem, o elemento do conflito se faz presente nas dinâmicas e nos interesses sociais, econômicos e políticos que norteiam as disputas territoriais. Diante disso, opta-se por utilizar a denominação veneno ou agrotóxicos para nos referir aos compostos químicos aplicados no combate a doenças e pragas, consideramos que estes termos englobam o maior número de características necessárias à descrição das substâncias que formam tal universo, além de ser mais transparente e dotado de conotação ética para o leitor, usuário e consumidor dos produtos, nós alinhando aos camponeses.

Os venenos/agrotóxicos são compostos por uma ampla gama de substâncias químicas que compõem suas fórmulas, contendo algumas de origem biológicas. Ambas são classificadas segundo sua especificidade no controle de doenças e pragas, possuem substâncias ativas que atuam diretamente com efeitos a saúde humana e ao meio ambiente. Neste universo de possibilidades que as indústrias produtoras de agrotóxicos possibilitam aos agricultores, encontramos diversos venenos empregados mundialmente. Apresentamos a seguir no (quadro 7) as substâncias químicas encontradas no mercado, utilizadas nas lavouras.

**Quadro 7- Agrotóxicos – tipos, finalidades para uso, classificações e substâncias químicas**

Natureza do agrotóxico quanto a praga controlada	Classificação quanto ao grupo químico pertencente	Produtos e substâncias presentes nos agrotóxicos
Inseticidas Responsáveis em matar insetos	Inorgânicos	Fosfato de alumínio, arcenato de cálcio
	Extratos vegetais	Óleos vegetais
	Organoclorados	Aldrin*, DDT*, BHC*
	Organofosforados	Fenitrotion, Paration, Malation, Metil-paration
	Carbamatos	Carbofuran, aldicarb, Carbaril
	Piretróides sintéticos Microbiais	Deltrametrina, Permetrina, <i>Bacillus thuringiensis</i>
Fungicidas Responsáveis em matar fungos	Inorgânicos Ditiocarbamatos	Calda Bordalesa, Enxofre Mancozeb, Tiram, Metiram
	Dinitrofenóis	Binapacril
	Organomercuriais	Acetato de fenilmercúrio
	Antibióticos	Estreptomicina, ciclo-hexamida
	Trifenil estânico	Duter, Brestam
	Composto Formilamina	Triforina, Cloranisformetam
	Fentalamidas	Captafol, Captam
Herbicidas	Inorgânicos	Arsenito de sódio, cloreto de sódio
	Dinitrofenóis	Bromofenoxim, Dinoseb, DNOC,

Responsável em matar as plantas indesejadas na lavoura.	Fenoxiacéticos	CMPP, 2,4-D,2,4,5-T
	Carbamatos	Profam, Cloroprofam, Bendiocarb
	Dipiridilos	Diquat, Paraquat, Difenzoquat
	Dinitroanilinas	Nitralin, Profluralin
	Benzonitrilas	Brimoxinil, Diclobenil
	Glifosato	Rounda- up
Desfolhantes	Dipiridilos	Diquat, Paraquat
Responsável em combater as folhas das plantas.	Dinitrofenóis	Dinoseb, DNOC
Fumegantes	Hidrocarbonetos	Brometo de metila, cloropicrina
Responsável em combater as bactérias do solo.	Halogenados	Dazomet, Metam
	Geradores de Metil-isocianato	Formaldeídos
Rodenticidas/Raticidas	Hidroxycumarinas	Cumatetralil, Difenacum
Responsável em combater roedores como ratos	Indationas	Fenil-metil-pirozolona, pindona
Nematicidas	Hidrocarbonetos	Dicloropropeno, DD
Responsável em combater os nematoides do solo	Halogenados	
	Organofosforados	
Acaricidas	Organoclorados Dinitrofenóis	Dicofol, Tetradifon Dinocap, Quinometionato
Responsável em combater os ácaros.		

\*Venenos/agrotóxicos proibidos em vários países, inclusive no Brasil.  
Fonte: WHO, 1990; OPS/WHO, 1996. Apud. Peres, 1999.

Como podemos perceber no (quadro 7), localizado acima no texto, existe uma infinidade de compostos químicos produzidos pela indústria que são utilizados em diversas partes do mundo. Nesta infinita composição encontramos agrotóxicos que combatem todos os tipos de pragas e doenças. Esses produtos são liberados para comercialização, junto às pessoas que desejem matar insetos e combater doenças.

Para que o agrotóxico possa ser comercializado, precisa ser feito o registro nas instituições governamentais competentes como o Ministério da Agricultura, Meio Ambiente e Saúde. Este registro é o instrumento básico do processo de controle governamental sobre todas as substâncias que serão importadas, exportadas, produzidas, transportadas, armazenadas, comercializadas e usadas no país.

O controle exercido pelos órgãos governamentais visa segundo Peres (2003, p.26), “*maximizar os benefícios para os usuários e minimizar os riscos à saúde humana e ambiental*”. Sendo de responsabilidade desses órgãos avaliar as características agronômicas, toxicológicas e ecotoxicológicas de cada substância/produto, como

também, de estabelecer as restrições e recomendações de uso necessário para uma maior segurança na utilização dos agrotóxicos.

As avaliações feitas pelos órgãos competentes governamentais ao longo do processo de liberação servem para estabelecer parâmetros, segundo Peres (2003. p.28) dos “*possíveis efeitos adversos á saúde humana (os agudos e principalmente os crônicos) e ao meio ambiente*”, avaliação do conteúdo e da forma de apresentação dos dizeres do rótulo e da bula, que servem para comunicar aos usuários sua aplicabilidade e também as adversidades e recomendações sobre os problemas mais graves e importantes identificados durante as fases de desenvolvimento do produto, estes efeitos determinaram a concessão ou não do registro. Estes testes são de fundamental importância, para que a eficácia agrônômica possa ser facilmente comprovada pelo próprio usuário, com resultando, naturalmente em uma maior ou menor aceitação do produto, mas os danos à saúde humana e ao ambiente precisam de estudos científicos e laboratoriais quanto á sua capacidade de contaminação.

Segundo Peres (2003. p.28) “*no Brasil para abstenção de registro de agrotóxicos, até 1989 apenas submetido a avaliações toxicológicas e de eficiência agrônômica*”. Com a regulamentação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, pelo Decreto nº 98.816 de 11 de janeiro de 1990, passaram a ser exigidas também a avaliação e a classificação do potencial de periculosidade ambiental. Nos dias atuais<sup>34</sup>, a legislação vigente compete a vários órgãos federais e estaduais aferir testes e pesquisas dos produtos químicos quanto a sua eficiência agrônômica, toxicologia, sua periculosidade ambiental. Como observamos em Peres (2003), que afirma;

Fica a cargo do Ministério da Agricultura e Abastecimento realizar a avaliação da eficiência agrônômica do produto, ao Ministério da Saúde de executar a avaliação e classificação toxicológica, ao Ministério da Saúde de executar a avaliação e classificação toxicológicas e ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), avaliar e classificar o potencial de periculosidade ambiental. Os órgãos estaduais e do Distrito Federal, dentro de sua área de competência, devem realizar o controle e a fiscalização da

---

<sup>34</sup>As alterações na liberação e uso de agrotóxico no Brasil, regulamentadas pelo Projeto de Lei 6.299 de 2002, em fase de discussão e aprovação na câmara dos deputados, ainda passara por um processo de tramitação administrativa, podendo sofrer alterações ou veto pelo presidente da república. Diante destes aspectos a regulamentação vigente no Brasil compete a regulamentação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, pelo Decreto nº 98.816 de 11 de janeiro de 1990, sendo responsáveis pela fiscalização o Ministério da Agricultura e Pecuária, o Ministério do Meio Ambiente na figura do IBAMA e o Ministério da Saúde sob a competência da ANVISA.

comercialização e uso desses produtos na sua jurisdição (PERES, 2003. p.27).

A empresa interessada na liberação de um determinado composto químico apresenta as propriedades físico-químicas das substâncias presentes naquele produto, os resultados de testes ou estudos sobre a mobilidade e persistência em solos brasileiros, fotólise, organismos não alvos (microrganismos, minhocas, algas, peixes, abelhas, aves e mamíferos), além dos resultados dos estudos de bioconcentração em peixes e do potencial mutagênico, teratogênico e carcinogênico do produto. Segundo Peres (2003) a legislação brasileira prevê além desta classificação acima descrita a proibição de registro de agrotóxicos conforme o estabelecido na Lei que regulamenta os agrotóxicos no Brasil, estando previsto no artigo 3º, § 6, a proibição pelas seguintes situações:

1. Para os agrotóxicos, quais o Brasil não disponha de métodos para a desativação de seus componentes;
2. Para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no país;
3. Que revelem características teratogênicas,
4. Carcinogênicas ou mutagênicas;
5. Que provoquem distúrbios para hormonais e danos ao aparelho reprodutor;
6. Que se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratórios, com animais, tenham podido demonstrar;
7. Cujas características causem danos ao meio ambiente. (BRASIL, 1990).

Ainda segundo, a legislação brasileira todos os produtos químicos formulados para combater pragas e doenças só podem ser comercializados por meio de orientação de um profissional especializado habilitado, como um agrônomo que deverá prescrever a partir de um receituário agrônomo as doses, a diluição, os intervalos de aplicação e a carência necessária para manuseio ou consumo da produção, este profissional deve ser orientado e instruído pela bula do produto para otimizar os impactos adversos ao meio ambiente e a saúde humana.

A partir destas informações os órgãos governamentais, passam a realizar estudos que enquadram este produto as faixas toxicológicas e de periculosidade sociais e ambientais. O enquadramento leva à classificação dos agrotóxicos em função dos efeitos à saúde, decorrentes da exposição humana, segundo Peres (2003. p.29), essa *“classificação obedece ao resultado de testes ou estudos realizados em laboratórios,*

que tentam estabelecer a dosagem letal (DL)<sup>35</sup> dos agrotóxicos”. Estes estudos estabelecem parâmetros quanto à periculosidade ambiental, em classes que variam de I a IV, sendo divididos em: (classe I) produtos altamente perigosos ao meio ambiente; (classe II) produtos muito perigosos ao meio ambiente; (classe III) produtos perigosos ao meio ambiente; (classe IV) produtos pouco perigosos ao meio ambiente. Como podemos observar no quadro abaixo:

**Quadro 8- Classes toxicológicas em função dos efeitos a saúde humana.**

Classe Toxicológica	Toxicidade	DL 50%	Faixa Colorida
I	Extremamente tóxico	≤ 5 mg/ Kg	Vermelha
II	Altamente tóxico	Entre 5 a 50 mg/kg	Amarela
III	Mediamente tóxico	Entre 50 a 500 mg/kg	Azul
IV	Pouco tóxico	Entre 500 a 5000 mg/kg	Verde
-	Muito pouco toxico	Acima de 5000 mg/kg	-

Fonte: WHO, 1990; OPS/WHO, 1996. Apud. PERES 2003.

Estudos conduzidos por Raquel Rigotto (2011) na Universidade Federal do Estado do Ceará comungam dos estudos desenvolvidos pela equipe do professor Wanderley Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, que encontraram contaminação por agrotóxico no leite materno e na água da chuva, na região de monocultivo de soja, na cidade de Rio Verde no estado do Mato Grosso.

Estas investigações demonstram que tais indicadores de classes toxicológicas não podem ser considerados como um valor de segurança, especialmente para efeitos crônicos.

Segundo Rigotto (2011), estes indicadores são,

**A utilização de agrotóxicos em baixas doses pode induzir a morte celular, citotoxicidades, redução de viabilidade das células,** ou seja, antes do óbito previsto pela quantidade de veneno absorvido dentro das classes toxicológicas, o sujeito que teve problemas com veneno pode receber uma **dose menor que não irá matá-lo, mas provocar consequências irreversíveis ao seu organismo, levando muitas vezes a desenvolver patologias** que não serão possíveis associá-la ao veneno. (RIGOTTO, 2011, p.219-220).

---

<sup>35</sup> Está quantidade de agrotóxico ingerido, inalado ou manuseado por uma pessoa, precisa ter a quantidade de 50% do peso vivo da pessoa, para causar a morte. Valores inferiores a está quantidade causa intoxicações leves, agudas e crônicas.

Uma vez absorvidos, os agrotóxicos podem desencadear efeitos variados na saúde humana, apresentando-se na condição de intoxicação de natureza aguda, subaguda ou crônica, sendo classificados quanto ao tipo de intoxicação como podemos observar em Rigotto (2011):

**Aguda:** Os sintomas surgem rapidamente, algumas horas após a exposição, por curto período, os produtos de extrema ou altamente tóxicos. Podem ocorrer de forma leve, moderada ou grave, a depender da quantidade de veneno absorvido. Os sinais e sintomas são nítidos e objetivos, como: fraqueza, vômitos, náuseas, convulsões, contrações musculares, dores de cabeça, dificuldade respiratórias, sangramento nasal, desmaio.

**Subaguda-** Ocorre por exposição moderada ou pequena a produtos altamente tóxicos ou medianamente tóxicos e tem aparecimento mais lento. Os sintomas são subjetivos e vagos, tais como dor de cabeça, fraqueza, mal-estar, dor de estômago e sonolência, entre outros;

**Crônicas-** Caracteriza-se por surgimento tardio, após meses ou anos, por exposição pequena ou moderada a produtos tóxicos ou a múltiplos produtos, acarretando danos irreversíveis, como paralisias, neoplasias, dermatites de contato, lesões renais e hepáticas, efeito neurotóxicos retardados, alterações cromossômicas, terato-genese etc. (RIGOTTO, 2011, p.p. 219-220)

Os sintomas que encontramos no quadro abaixo, que foi adaptado por Peres (2003), a partir do estudo da Organização Pan-Americana de Saúde (1997), mostra os sintomas apresentados por pessoas que tiveram contato direto ou indireto com compostos químicos, situação muito presente na realidade do trabalho agrícola, seja por causa das impurezas presentes junto aos produtos manuseados no cotidiano, seja pela aquisição de produtos associados a compostos químicos, a seguir no (quadro 9), apresentamos os sintomas apresentados por pessoas que tiveram contato com agrotóxicos que produziram algum tipo de intoxicação. Vejamos o quadro:

**Quadro 9 - Sintomas por exposição a compostos químicos**

<b>Classificação quanto a praga</b>	<b>Classificação quanto ao grupo químico</b>	<b>Sintomas de Intoxicação Aguda</b>	<b>Sintomas de Intoxicação Crônica</b>
<b>Inseticidas</b>	Organofosforados e Carbamatos	Fraqueza-Cólicas Abdominais- Vômitos-Espasmos Musculares - Convulsões	Efeitos Neurotóxicos – retardados-Alterações Cromossômicas-Dermatites de contato
	Organofosforados	Náuseas – Vômitos - Contrações Musculares involuntárias	Lesões Hepáticas - Arritmias cardíacas - Lesões renaisNeuropatias periféricas
	Piretróides sintéticos	Irritações das conjuntivas Espirros Excitação Convulsões	Alergias Asmas brônquica Irritações nas mucosas Hipersensibilidade
<b>Fungicidas</b>	Ditiocarbamatos	Tonteadas Vômitos	Alergias respiratórias Dermatites

		Tremores musculares Dor de cabeça	Doença de Parkinson Cânceres
	Fentamidas		Teratogêneses
	Dinitrofenóis e pentaclorofenol	Dificuldades Respiratórias Hipertermia Convulsões	Cânceres (PCP- formação de dioxinas) Cloroacnes
<b>Herbicidas</b>	Fenoxiacéticos	Perda do apetite Enjoo Vômitos Fasciculação muscular	Indução da produção de enzimas hepáticas Cânceres Teratogênese
	Dipiridídeos	Sangramento nasal Fraqueza Desmaios Conjuntivites	Lesões hepáticas Dermatites de contato Fibrose pulmonar

Fonte: Organização Pan-americana de Saúde - OPS (1997).  
Organizado por PERES (2003).

Outro elemento complicador do agravamento dos sintomas de intoxicação são a exposição combinada ou a múltipla exposição a agrotóxicos. Segundo Matos (2001) essa situação é frequente e comum na população trabalhadora rural, tornando o diagnóstico ainda mais difícil. A combinação de princípios ativos presentes nos compostos químicos, causam, segundo Alexandre (2009, p. 87), três tipos de efeitos sobre a saúde humana: independentes, sinérgicos (aditivos ou potencializados) e antagônicos, que segundo o autor apesar dos poucos estudos, trabalhos demonstram que a resposta do organismo humano diante das exposições laborais combinadas pode ser influenciada por algumas características pessoais tais como tabagismo, alcoolismo e estado nutricional (MATOS, 2002, apud RIGOTTO, 2011, p.p. 227, 228).

A seguir apresentamos o quadro organizado por Matos e Nobre (2002), que foi adaptado dos estudos de Kaloyanova (1997), a que demonstra a ampla gama de efeitos crônicos que podem ser atribuídos a exposição a múltiplos agrotóxicos, de acordo com diferentes órgãos ou sistemas do corpo humano, realidade que encontramos nos coquetéis preparados no Pontal do Paranapanema para pulverização dos pepinos nos assentamentos de Reforma Agrária. A seguir apresentamos o (quadro 10), que apresenta os problemas causados nos sistemas e órgãos dos humanos devido a intoxicações crônicas de agrotóxicos. Vejamos o quadro:

**Quadro 10 - Efeitos crônicos diante da exposição a múltiplos agrotóxicos**

<b>Órgão/ Sistema afetado</b>	<b>Efeito</b>
<b>Sistema Nervoso</b>	Síndrome asteno-vegetativa; Polineurite vegetativa radiculite; Encefalopatias-disencefalite; Distonia vascular vegetativa; Esclerose cerebral; Neurite retrobulbar; Angiopatia da retina; Alterações neurocomportamentais: insônia, irritabilidade, depressão, perda de memória, surtos psicóticos, alteração do humor, suicídios
<b>Sistema Respiratório</b>	Rinite, Asma, Bronquite, Fibrose pulmonar, traqueíte, Enfisema pulmonar, asma brônquia
<b>Sistema Cardiovascular</b>	Miocardite tóxica crônica; Insuficiência coronária crônica; Hipertensão- hipotensão
<b>Fígado</b>	Hepatite crônica- colecistite; Prejuízo desintoxicação e outras funções.
<b>Rins</b>	Albuminúria- Nicturia, Insuficiência renal.
<b>Trato gastrintestinal</b>	Gastrite crônica- Duodenite- úlcera -Colite crônica (hemorragia, espástica e formações polipoides); Prejuízos motricidade.
<b>Sistema Hematopoiético</b>	Leucopenia-Eosinopenia- Monocitose. -Alterações na Hemoglobina
<b>Sistema Reprodutor</b>	Redução da Fertilidade; Impotência Sexual masculina; Teratogenese, Mutagênese, aborto.
<b>Neoplasias</b>	Linfomas não- Hodgkin, Leucemias
<b>Pele</b>	Dermatites- Eczema
<b>Olhos</b>	Conjuntivite- Blefarite

Fonte: Kaloyanova e Simeanova (1997).  
Organizado: Matos (2002). (Grifo nosso).

Segundo Rigotto (2011. p. 229), “*os inseticidas da classe dos organoclorados se acumulam nas células gordurosas dos seres humanos e animais*”. Devido a estas características a pesquisadora afirma que estes compostos se acumulam “*ao longo da cadeia alimentar nas gorduras dos peixes, aves, bois, leite materno, assim como em plantas, frutos e água, tornando-se um grave problema ecológico e de saúde pública*”. Os efeitos agudos dos inseticidas organoclorados na saúde humana causam contração muscular, tremores, parestesia, ataxia, convulsões e coma. Por este motivo segundo Rigotto (2011. p.230) “*o composto químico, conhecido por inseticidas organoclorados têm sido restringidos ou até mesmo proibido*”.

Segundo Peres, (2003) os inseticidas da classe dos organofosforados e carbamatos, são produtos de ampla utilização pelos agricultores nas culturas, eles são responsáveis segundo o autor, pela inibição da produção de enzimas colinesterase que afetam a transmissão dos impulsos no sistema nervoso central e periférico, sendo

responsáveis pela produção de intoxicações agudas e subagudas que podem segundo o autor se configurar como:

- Síndrome colinérgica: sudorese, sialorreia, miose, hipersecreção brônquia, colapso respiratório, tosse, vômitos, cólicas e diarreias;
- Síndrome nicotínica, com Fasciculação muscular, hipotensão arterial transitória;
- Síndrome neurológica: cefaleia, confusão mental, ataxia, depressão do centro respiratório.
- Devido as alterações que causam na estrutura da molécula da enzima, os organofosforados ocasionam ainda efeitos neurológicos retardados, como contrações musculares involuntárias, convulsões e outras neuropatias. (PERES, 2003.p. 229)

Os compostos químicos formulados pelas indústrias a base do princípio ativo do Piretróides, são segundo Rigotto (2011, p. 220) *“irritantes para os olhos e mucosas, podendo causar alergias na pele, asma brônquia, além de alterações de comportamento”*. Da mesma forma que os fungicidas produzidos com o princípio ativo de ditiocarbamatos, são responsáveis pelo aparecimento de problemas graves de saúde como a síndrome do parkinsonismo, conhecido como mal de Parkinson. Enquanto os Herbicidas formulados pelo princípio ativo do paraquat, provocam segundo a autora lesões graves a sistema hepático, renal e fibrose pulmonar.

Segundo Araújo (2000, p. 230), os trabalhadores expostos na cultura do tomate no *“estado do Pernambuco, 35,8% referiram apresentar febre, cefaleia e prurido nos olhos, pele e nariz, além de outras queixas como alterações no sono e vomito”*. Sintomas semelhantes foram encontrados por Coelho (2008. p.112), junto aos trabalhadores responsáveis pelo corte da cana no estado de São Paulo. No estado do Rio de Janeiro foram achados sinais clínicos de cefaleia e náuseas junto aos trabalhadores que realizam a colheita de laranjas no município de São João da Barra.

Os casos acima relatados de intoxicação são fruto da consolidação das medidas produtivas desenvolvidas para o campo, estas preveem a difusão dos agrotóxicos como alternativa tecnológica, que possibilita o aumento da produtividade, tendo como pano de fundo a solução da fome no mundo.

Segundo Brignol (2010, p.123) O uso de agrotóxico no Brasil aumentou de forma acelerada a partir de 1970, materializando-se com o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento- PNDA, lançado em 1975, que segundo Rigotto (2011, p. 234) incentivava a partir da política de crédito agrícola, que condicionava o uso de

agrotóxicos para liberação de recursos. Segundo Brignol (2010 p.54), os agricultores para obter crédito agrícola ficavam obrigados a utilizar 15% do valor financiado para insumos químicos. Esta obrigatoriedade leva ao aumento nas vendas de insumos que cresce tornando o Brasil, segundo o SINDAG<sup>36</sup> (2009) o maior consumidor mundial de agrotóxicos, um valor financeiro considerável, segundo Rigotto (2011. p.234), de “6,62 bilhões de dólares no ano de 2008 para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos”, que representa segundo Brignol (2010. p.56), “3,9 quilos de agrotóxicos por habitante no Brasil”.

Nos anos seguintes esse consumo aumentou consideravelmente, chegando em 2009 a 789.974 toneladas de agrotóxicos comercializados, já no ano de 2010 este valor passou de 1 milhão de toneladas comercializadas no Brasil, que renderam, segundo Bombardi (2013. p. 67) uma receita líquida de 15 bilhões de dólares.

O movimento governamental de incentivo ao crédito atrelado á utilização de agrotóxicos leva a ampliação no número de indústrias de síntese e formulações no país que passa de 14 fábricas em 1974 para 73 fábricas em 1985, transformando o Brasil no primeiro colocado no consumo de agrotóxicos no mundo, utilizando-se de 400 tipos de substâncias químicas, representando 1500 produtos comerciais (MENTEM, 2010 apud RIGOTTO, 2011. p. 243).

Nesse processo de modernização da agricultura, conduzido segundo Fernandes (2009) pelos interesses de grandes corporações transnacionais, configurou o agronegócio enquanto um sistema que articula o latifúndio, a indústria química, metalúrgica e de biotecnologia, o capital financeiro e o mercado, com fortes bases de apoio no aparato político-institucional e também no campo científico e tecnológico. (FERNANDES; 2003. p. 24).

O resultado deste processo contínuo de investimento e legitimação do uso de agrotóxico como tecnologia facilitadora e potencializadora da produção, articulada pelos agentes do Estado como instituições responsáveis pela extensão rural e organismos financiadores que condicionam a produção ao uso de venenos como forma de legitimar os interesses comerciais dos conglomerados transnacionais que dominam

---

<sup>36</sup> Sistema de venda de agrotóxico por unidade da federação

toda a cadeia produtiva dos produtos do campo. Esta parceria institucional-financeira-política atualmente no mundo, segundo Rigotto (2011. p.245) cerca de “20 grandes indústrias fabricantes de agrotóxicos, com um volume de vendas na ordem de 20 bilhões de dólares por ano e uma produção de 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos”, segundo a autora esta quantidade de toneladas está dividida em “39% de herbicidas, 33% de inseticidas, 22% de fungicidas e 6% de outros grupos químicos,” sendo produzidas pelas companhias transnacionais agroquímicas que controlam a cadeia produtiva de muitos produtos do campo como, por exemplo, o milho, soja, dominando também o mercado de agrotóxico, sendo elas: Syngenta, Bayer, Monsanto, BASF, Dow AgroSciences, Du Pont, MAI e Nufarm.

Segundo Bombardi (2013. p.3) no “ano de 2010, quando foi comercializado 1 bilhão de quilos de agrotóxicos, movimentando 15 bilhões de dólares, 92% deste valor foi controlado por estas empresas de capital estrangeiro” nesta sequência, por receita líquida: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos) Dow Chemical (Estado Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça) Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel) a autora ainda lembra que “estes valores, não consideram a venda do glifosato” que é vendido em larga escala no Brasil para “matar mato”.

Historicamente o uso de agrotóxico possui fatores e campos de atuação, desse modo grande parte dos venenos utilizados está concentrada nos latifúndios que desenvolvem monocultivo. Quando observamos as pequenas propriedades encontramos uma resistência ao uso de agrotóxicos, segundo Bombardi (2011. p.1) “as propriedades de 0 a 10 hectares, 27% optam em não utilizar agrotóxicos, já propriedades de 10 a 100 hectares 36% declaram utilizar agrotóxicos. “

Os dados demonstram que o processo de subordinação dos agricultores, as medidas produtivas desenvolvidas pelo capitalismo no campo, perpassam pela necessidade construída do uso indiscriminado de agrotóxico, como forma de potencializar a produção das famílias para aumentar a renda, ocultando a faceta da subordinação que obriga, segundo Bombardi (2013.p.2), “1/3 dos pequenos agricultores gastam parte da sua renda na compra de insumos químicos, sejam eles agrotóxicos ou fertilizantes”, sendo esta renda apropriada pelo “capital industrial internacional” monopolista.

Segundo pesquisas feitas por Bombardi, (2013.p.23) o “*consumo exacerbado de agrotóxicos tem levado à morte*”, de acordo com os dados do SINITOX (Sistema Nacional de Informações Tóxicofarmacológicas) /Fiocruz, “*foram 62 mil intoxicações por agrotóxicos notificadas no período de 1999 a 2009*”, ou seja, uma média de “*15 por dia*” ou uma a cada noventa minutos. Neste mesmo período, foram notificados 1876 casos de morte por intoxicação por agrotóxicos. Temos ainda os casos não notificados, como encontramos nos trabalhos de campo nos assentamentos da região

Na “roleta russa” catastrófica de incentivo e uso indiscriminado de agrotóxicos, quem está sofrendo com as intoxicações? Nos trabalhos de campo da equipe de pesquisadores do CEGeT/CETAS, constatamos algumas intoxicações, nas visitas realizadas no Assentamento Marco II, no município de Mirante do Paranapanema. Durante a aplicação do questionário no assentamento, encontramos sintomas e sinais de intoxicação de três pessoas da mesma família, a senhora Esmeralda (2018), queixava-se de pressão no peito, logo após o marido aplicar os agrotóxicos na roça, mas a humilde senhora acredita que esta pressão, fadiga, fraqueza e cansaço é derivado da velocidade laboral, porque trabalha ela e o marido, devido a isto, “*precisa andar rápido*”, para suprir as necessidades dos 5 mil pés de pepino. Nesta mesma família o responsável pela condução do pulverizador costal, o senhor Geraldo (2018), reclama que quando aplica sente dores na cabeça e tontura. Mas o caso mais grave aconteceu com a filha do casal que sofre com uma intoxicação crônica, relatado por dona Esmeralda, “*minha filha intoxicou! Quase morreu!*” Então solicitamos que contasse como foi o ocorrido,

**Agora só dela senti o cheiro, ela fica ruim.** Ela foi ajuda a replantar! Só de enfiar o dedo na terra, que tinha veneno, acho que ela passou a mão no nariz, deve ter coçado, aí ela começou a tampar a garganta, aí ficou vermelha...nós colocamos ela na moto, corremos, aí no meio do caminho teve que arrumar um carro, porque ela tava caindo da moto...**aí chegando lá estava já roxa, com a garganta tampada**...aí ela ficou lá no hospital e eu tive que voltar **correndo para casa para pegar o litro de veneno que o médico pediu, para ele ligar pra firma que vende o veneno, para perguntar, qual era o remédio certo**” (ESMERALDA. Assentamento Marco II, Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018. Trabalho de campo).

Questionada se o médico tinha atestado como intoxicação a assentada afirma, “*não! Deu não!* (Atestado) Só falou de boca, “*que ela não podia mais mexer com isto, porque ela tinha alergia*”. Fatos que corroboram com as informações de Bombardi (2013) que afirma outras situações de intoxicação, com mulheres que são intoxicadas ao

lavarem as roupas dos maridos que tiverem muita exposição aos venenos. Os dados ainda revelam a faixa etária das notificações de pessoas intoxicadas, sendo no período de 2001 a 2006, são extremamente preocupantes, segundo Bombardi (2013):

Mais de 25% das intoxicações se deram entre crianças e jovens: de zero a dezenove anos. Seis por cento dos casos foram de crianças com idade entre um e quatro anos! Dois e meio por cento em crianças com idade entre cinco e nove anos e em torno de quatro por cento em crianças com idade entre dez e catorze anos. Isto significa que milhares de crianças no campo têm sido intoxicadas com agrotóxicos (BOMBARDI, 2013, p. 10).

A realidade de intoxicação que encontramos nas visitas feitas nos trabalhos de campo realizados pela equipe de pesquisadores do CEGeT/CETAS, nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, quando questionamos Dona Esmeralda no assentamento Marco II, no município de Mirante do Paranapanema, sobre os sintomas característicos de intoxicação, ela nos relata, *“nunca senti nada! Só às vezes sinto meu coração meio acelerado e fadigado”*. Escutando o relato da esposa que alegava que sentia esta palpitação e a falta de ar devido a força exagerada que fazia para carregar as carriolas de pepino, (marido), entra na conversa e afirmar, *“ah! Só eu! Só tem um veneno só! Um veneno forte da #\*\$\*#, esqueci o nome”* [para de falar, ergue os olhos para cima e olha no horizonte, como quem está pensando e alguns segundos depois fala] *“aquele que passa em algodão! Um!* [Coça cabeça e volta a posição de pensamento] *Aquele da faixa vermelha”, a esposa ajuda, “o decis!”, seu Geraldo sai daquela letargia que tinha entrado e responde: “é! Apliquei e começou a formigar o corpo, o braço ficou inchado, fui parar no hospital”*. (GERALDO e ESMERALDA. Assentamento Haroldina. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018. Trabalho de Campo no assentamento Haroldina, no município de Mirante do Paranapanema).

Os trabalhos de campo nos assentamentos da região juntamente com a equipe de pesquisadores do CEGeT/CETAS, nos mostrou a quantidade de informações que muitas vezes ficam no silêncio dos assentamentos, ocultos entre a falta de informação e formação das famílias que lidam diariamente com agrotóxicos, encontramos diversos casos de pessoas que sofreram acidentes com venenos.

**Todos os casos encontrados não foram notificados aos órgãos competentes** de responsabilidade os casos mais graves com intoxicação crônica o da moça (Joana) de 23 anos no assentamento Marco II e seu seu Geraldo no assentamento Haroldina no

município de Mirante do Paranapanema, mesmo ambos permanecendo internados por alguns dias no Hospital do município os casos não foram notificados. A equipe médica não passou a família as causas do internamento como envenenamento. E como já relatado acima no texto pela mãe da jovem **o médico orientou a família a não permitir que ela mexa com o agrotóxico, porque ela possui alergia do composto químico.** A seguir apresentamos o (quadro 11), uma síntese dos casos de intoxicação aguda, sub-aguda e crônica relatados nos assentamentos que visitamos e que apresentamos ao longo do texto desta pesquisa. Vejamos o quadro:

**Quadro 11: Os casos encontrados de intoxicação nos assentamentos do Pontal do Paranapanema.**

<b>Assentamento</b>	<b>Município</b>	<b>Assentado*</b>	<b>Gravidade</b>	<b>Situação da intoxicação</b>
São Paulo	Presidente Epitácio	Damião	Crônica	Na aplicação dos produtos
São Paulo	Presidente Epitácio	Vagmar	Aguda	Na aplicação dos produtos
São Paulo	Presidente Epitácio	Josivaldo	Aguda	Na aplicação dos produtos
Marco II	Mirante do Paranapanema	Esmeralda	Aguda	Colheita dos frutos
Marco II	Mirante do Paranapanema	Geraldo	Sub-aguda	Na aplicação dos produtos
Marco II	Mirante do Paranapanema	Jovem (joana)	Crônica	Semeadura do pepino

Organização: Luciano Benini (2018).

O quadro 11 nos revela a quantidade de pessoas intoxicadas por agrotóxicos no cultivo de pepinos nos assentamentos, podemos perceber que no assentamento Marco II no município de Mirante do Paranapanema encontramos três pessoas de uma mesma família que tiveram problemas com venenos, sendo duas delas internadas no Hospital, mas nem assim, os casos tornaram-se públicos como acidentes de trabalho no uso de venenos na cultura do pepino. Nos trabalhos de campo realizados no assentamento São Paulo e em outros assentamentos da região é comum encontrarmos relatos de pessoas afirmando que sentem coceiras nos braços, pernas, tonturas, falta de apetite, náuseas quando realizam ou após a realização da aplicação de agrotóxicos nos pepinos.

São tragédias anunciadas as famílias não recebem nenhum treinamento ou orientação sobre como manusear estes produtos, a empresa responsável pelo plantio valoriza a mercadoria e desvaloriza a saúde do produtor, como nos afirmou o senhor Antônio anteriormente no texto, que afirmava que os técnicos receitam os venenos e a forma de aplicar nas plantas, mas não orientam nada sobre a proteção do produtor durante a preparação e aplicação. Tornando as famílias vítimas da barbárie da

acumulação, que os subordina a condições produtivas do pacote tecnológico que os obriga as vontades industriais.

### **3.1 - Trabalhando com o “inimigo”: a frequente exposição ao agrotóxico no trabalho dos camponeses na produção de pepino.**

Neste contexto de intensificação do uso de agrotóxico como medida produtiva de integração e como forma de subordinação passaremos a analisar os agrotóxicos e as quantidades que são utilizados no cultivo de pepinos nos assentamentos, pois em um período curto ao longo do ciclo produtivo da planta utiliza-se uma quantidade exorbitante de inseticidas, acaricidas, fungicidas, ácidos, hormônios foliares e adubos sintéticos, com a alegação que as aplicações representam uma forma preventiva de combater pragas e doenças, ou seja, tendo ou não tendo infestação as aplicações seguem o cronograma préestabelecido pela empresa.

Este conjunto de técnicas e tecnologias é implantado desde 2013 nos assentamentos de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema com a chegada da Refricon Mercantil Vegetab S.A, fornecedora de hortifrutigranjeiros para *fast foods*, como o Mc'Donalds, seu principal cliente. Conservas e hortifrutigranjeiros embalados a vácuo que são distribuídos nos vários restaurantes da franquia em todo o Brasil e em alguns países da América Latina, como Paraguai e Uruguai.

Para chegarmos as informações de aplicação de agrotóxicos ao longo dos 90 dias do ciclo da cultura, acompanhamos uma família e as orientações semanais fornecidas pelo técnico da empresa quanto á utilização de agrotóxicos na cultura, para podermos construir a quantidade de venenos utilizada ao longo do ciclo. Temos a impressão de que a cultura recebe uma quantidade enorme de produtos químicos, pois a paisagem e o acompanhamento demonstram isto, fazendo com que sempre que perguntamos aos assentados, a resposta é a mesma: “*o pepino recebe muito veneno*”.

Para quantificar os agrotóxicos aplicados em um ciclo da cultura, dentro de um lote, realizamos visitas semanais a uma mesma família que plantava 5 mil pés de pepino do assentamento durante os 90 dias do ciclo, nosso objetivo foi coletar o cronograma das orientações deixadas pelo técnico quanto á aplicação de venenos na cultura.

Na metodologia de escolha da família, procedemos pelo mapeamento a partir de alguns critérios como nível de integração à indústria, ou seja, uma família que desenvolvesse o cultivo desde o princípio ou com histórico de algumas culturas. Adotamos ainda o nível de satisfação e felicidade da família com o plantio e ganhos no cultivo, por buscarmos pessoas que estivessem satisfeitas com a situação de produzir pepinos, portanto acreditamos que se estiverem nesta situação cumpririam à risca as orientações técnicas. Outro critério utilizado para encontrar a família a ser observada foi à quantidade de mão de obra disponível para o trabalho no lote, então buscávamos lotes que tivessem um número de pessoas que sobrevivessem somente da atividade rural familiar, sem nenhuma atividade fora, pessoas com dedicação exclusiva às atividades de produção do lote, com jovens que contribuíssem nos afazeres.

Ao longo desta busca, no assentamento São Paulo, nos deparamos com uma situação inusitada, até então não percebida nos trabalhos de campo realizados no assentamento que chamou muita nossa atenção, seguida de muita dúvida, por ficar fora do assentamento estudado, e não sabíamos se metodologicamente poderíamos relatar tal situação. Mas como os cultivos de pepino nos vários assentamentos da região são homogêneos, quanto ao pacote produtivo, com tratamentos culturais, agrotóxicos utilizados, metodologias de produção, transporte e comércio desenvolvidos pela indústria.

Decidimos apresentar tal realidade como forma de demonstrar a metamorfose laboral e corporal que o agricultor sofre ao longo dos vários ciclos de produção de pepinos para a indústria, passando a assumir uma postura de comprometimento produtivo, utilizando-se de argumentos de valorização da mercadoria, padrões de qualidade normalmente adotados pela indústria.

Nos trabalhos de campo podemos constatar as adaptações feitas pelos agricultores que utiliza o solo adubado as estruturas que foram usadas no ciclo da cultura para produzir alimentos para a família. Intercalando talões do seu lote com a cultura do pepino que está subordinada e integralizada as vontades industriais e talões adaptados que são aproveitados para o cultivo insubordinado de alimentos como: milho, quiabo, abóbora, feijão, hortifrutigranjeiros, entre outros, que servem para o consumo familiar e o comércio do excedente.

O aparente comprometimento do agricultor com a mercadoria tipifica uma nova maneira de produzir, pois se utiliza dos mecanismos e tecnologias da subordinação

para melhorar as condições produtivas, já que agora “*se sente mais preparado e aparelhado tecnicamente*” para o trabalho com a terra, realidade que exacerba uma questão emblemática, que é a falta de assistência técnica que auxilie o agricultor no cultivo da terra.

Ao realizar nossa pesquisa de campo, podemos constatar a contundência e a convicção das palavras das famílias assentadas, que demonstram a metamorfoseação que sofrem devido à adoção do pacote tecnológico industrial imposto pela empresa. **O trabalho deixa de ser algo prazeroso e transforma-se em algo normativo, com regras que incorporam a lógica industrial no trabalho laboral das atividades do campo.** A agricultura torna-se especializada, tecnificada, onde o camponês torna-se a peça central, desenvolvendo práticas agrícolas que levam a expropriação da renda da terra camponesa e o distanciamento das condições de vínculo com a terra, do seu ritmo natural que garanta a existência da vida da família.

O discurso dos assentados, ganha contrastes de cobrança, de exigências de unidade fabril, cujo trabalho do agricultor transcende a necessidade de existência e passa para condição de serviço que produz bens, como percebemos na fala do jovem assentado Pedro (2018), “*nóis tá aumentando, a renda melhorou bastante, meu pai começou com três mil e pouco, depois passou para cinco*” Até este momento estava relatando o que o pai tinha feito, neste momento afirma, “*quando nós veio pra cá*” [momento que os filhos que trabalhavam na usina, retornam para morar no lote, passando a ajudar o pai no cultivo do pepino] que relata:

**Ai nós já pulamos para 12.000 pés**, aqui só trabalha família, nós plantamos mais, **porque passamos a conhecer a planta, pegamos mais prática, nós sabemos a doença que está atacando...** é prática, coisa que nós gastávamos dez dias para preparar, agora nós gastamos cinco, **mais conhecimento** (PEDRO, Assentamento Haroldina. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018. Trabalho de Campo). (Grifo nosso).

Podemos observar que as famílias possuem membros que tiveram experiências no cultivo mecanizado da cana de açúcar na região, pois trabalhavam na usina e foram dispensados, levando ao retorno para o lote da família. Constatamos nos trabalhos de campo que suas atitudes e suas falas são carregadas de noções de técnica e tecnologia aprendidas na cultura da cana. Sendo comum constatarmos a naturalização da técnica

como a única forma de intensificar a produção, sendo esta vista, pelo viés da mercadoria.

Como afirma o jovem Pedro em sua fala, descrevendo que a quantidade plantada é fruto do conhecimento e da experiência adquirida, ocultado o corredor escuro sem volta da subordinação e integração ao pacote tecnológico, que afasta o agricultor dos valores culturais de possuir na terra seu elemento de existência, tornando a unidade fabril de produção gradual e constante de mercadoria.

O fruto do seu trabalho possui valor estranhado de mercadoria, perdendo a condição de alimento que garante a existência humana, o discurso empregado pelo agricultor transparece uma veracidade, uma confiança, uma certeza da necessidade tecnicista, de valorização da técnica industrial, como evidenciamos na fala do assentado Joel (2017), ***“se você está dentro do pepino, você sabe qual é a doença, acabou! Se você vê uma pinta amarela, você já tem que saber qual veneno vai ali, aí você combate!!***

Um do jovem Pedro filho do agricultor que estava na roda de conversa, ao escutar o relato do pai, que proferia a respeito da sua experiência em observar os tipos de doenças presentes no cultivo do pepino e as formas de combatê-las, tomando a palavra para explicar sua experiência, *“a doença é conforme o clima, se o tempo ficar chuvoso, ataca mais! Agora se ficar mais seco, nós consegue aplicar o veneno, aí dá pra nós combater melhor, aqui geralmente está pegando as partes finais”*. O jovem relata que nos finais de ciclo da cultura é comum ocorrer em chuvas, levando ao descontrole das pragas e doenças, que segundo ele fica difícil aplicar os venenos. (PEDRO e JOEL. Assentamento Haroldina. Município de Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2017. Trabalho de campo).

A certeza proferida por esta família assentada ilustra as fragilidades sociais que são constituídas nas segregações espaciais, que condiciona uma parcela da sociedade, as condições de miséria nas políticas públicas de assistência técnica, produção, circulação e comercialização, transparece as mediações presentes e operantes na sociedade que nos leva a pensar *“sobre outro elemento insuprimível da realidade, as contradições, pois existem aspectos da realidade humana que não podem ser compreendidos isoladamente”* (KONDER, 1981, p.48), estes estão conectadas umbilicalmente as diversas realidades presentes nas comunidades assentadas na região

do Pontal do Paranapanema, que se apresentam em diferentes lugares e com as mais distintas características, onde

As conexões íntimas que existem entre as realidades, diferentes criam unidades contraditórias em tais unidades, a contradição é essencial [...] sendo o princípio básico do movimento pelo qual os seres existem (KONDER, 1981, p. 49).

Assim, as famílias assentadas são atingidas frontalmente e cotidianamente pelo estigma do movimento contraditório de viver no campo, estabelecendo tensões segregatórias que cumprem papel de *“desqualificação simbólica, associada ao rural, ao camponês, a roça, ao trabalhador rural, à imagem de atraso”* (CARNEIRO, 2007, p. 129).

As dinâmicas do trabalho impostas pelo pacote tecnológico descritas, assemelham-se á frieza do movimento e do som das máquinas, que buscam suprir as demandas produtivas impostas pela indústria de conservas, buscando na forma padronizada e mecânica dar conta do conjunto de afazeres intermináveis que se multiplicam a cada dia. O conhecimento vivido choca-se, em seu desenvolvimento, com a necessidade de descobrir novas alternativas as suas necessidades, estabelecendo as contradições, *“os aspectos e as tendências contrárias próprias de todas as coisas e fenômenos da realidade objetiva”* (CHEPTULIN, 1982. p.286) o movimento da existência humana, possui tendências opostas em seu funcionamento, que nega a sua realidade e projeta no oposto sua salvação social, cultural, econômica e política. Os sujeitos do campo se deparam com duas formas materiais distintos de desenvolvimento do campo *“que se excluem reciprocamente e encontra-se em estado de luta permanente”* (CHEPTULIN, 1982. p.287). Dois mundos que apresentam características e projetos distintos, que *“são divergentes e não se destroem mutuamente”*, pelo contrário estes mundos *“coexistem contraditoriamente, interpenetram-se e supõem-se um ao outro”*. (CHEPTULIN, 1982. p.288).

Esse processo acaba tirando ou alterando a lógica das famílias, levando-os a condição de seres humanos controlados pela técnica, que não devem cansar; sentir dor; desanimar; sorrir; chorar; conviver socialmente; como notamos na fala do jovem assentado Joel (2017) *“aqui aperta muito! Para colher, embalar, mandar e passar veneno, nós começa as sete da manhã”* [neste momento o jovem sorri entre os dentes, corre os olhos no pai, e continua a fala] *“conforme as coisas vai até as 7 da noite, só*

*mais na safra é um serviço que você não pode parar, você não tem sábado nem domingo”* (JOEL. Assentamento Haroldina. Município de Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2017. Trabalho de campo).

**A dinâmica laboral do trabalho integrado à indústria no cultivo do pepino contraria a lógica do campo**, descrita por Thompson (1998). No meio rural, o tempo cumpre função mediadora das relações horizontais estabelecidas de trabalho com a natureza, animais e a sociedade, pois o “*relógio diário*” é o dos animais e das plantas, “*a rotina das tarefas do cultivo no campo [...] e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua*” (THOMPSON 1998. p.270). Pois o tempo está umbilicalmente ligado às coisas a serem feitas no dia, na semana, partindo sempre das maiores necessidades da família e mais imediatas, pois o

**Camponês ou trabalhador** parece cuidar do que é uma **necessidade** [...]. Na comunidade em que a orientação pelas tarefas é **comum parece haver pouca separação entre “trabalho” e a “vida”**. As **relações sociais e o trabalho são misturados- o dia de trabalho** se prolonga ou se contrai segundo a tarefa- e não há grande senso de conflitos entre o trabalho e o passar o dia [...]. (THOMPSON, 1998. p.271). (Grifo nosso).

Formas de mediação que independem do lugar, se assemelham, transparecendo como modo de vida, como podemos perceber na pesquisa realizada por Pierre Bourdieu, (1972), que investigou a realidade dos campos Argelinos, onde irá detalhar o modo de vida dos camponeses Cabilas em relação ao uso e administração do tempo,

Uma atitude de submissão e de indiferença imperturbável em relação à passagem do tempo, que ninguém sonha em controlar, empregar ou poupar [...]. A pressa é vista como uma falta de compostura combinada com ambição diabólica. O relógio é às vezes conhecido como a “oficina do diabo”, não há horas precisas de refeição, a noção de um compromisso com hora marcada é desconhecida [...] (BORDIEU, 1983. p.270).

**A negação desta realidade ocorre quando os assentados se integram a indústria se subordinando ao pacote tecnológico para cultivar pepinos, sendo a construção do tempo relacionada a atitudes de verticalidade ao dinheiro, que a venda da mercadoria pode gerar.** A ruptura está materializada no aprimoramento das técnicas para suprir a necessidade de “*sincronização do trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo da sociedade capitalista*”. Estando assim, o tempo organizado fundamentalmente com função específica de disciplinar os processos “*de exploração da mão de obra*” (THOMPSON. 1998. p. 289-295). Condução que percebemos

claramente nas formas impostas pela indústria as famílias assentadas, que objetivam a “tentativa de impor o uso-econômico-do-tempo” (THOMPSON. 1998. p.291).

O trabalho com a terra ganha contrastes fabris, no qual a determinação dos afazeres no campo não é mais regida pelo tempo da natureza, que teoricamente possui características de lentidão, espera; agora nessa **lógica de “integração”** as tarefas são **condicionadas pelo tempo do relógio, condicionando o corpo às necessidades da mercadoria**, indiferenciado o trabalhador do campo ou o da cidade, claro que o do campo desenvolve estes afazeres sobre um sol de quase 40 graus, que o levará a **exaustão devido à extensão na rotina de trabalho**.

O afloramento das condições descritas fica mais lúcido enquanto a equipe de pesquisadores do CEGeT/CETAS realizava incursões nos assentamentos do complexo União da Vitória no município de Mirante do Paranapanema, conhecido segundo Fernandes (2009) como território contínuo dos camponeses, por este município possuir um conjunto de comunidades ligadas territorialmente, formando uma paisagem social, territorial, cultural, produtiva e ambiental que difere da paisagem predominante de extensões de terras cobertos pelo cultivo da cana de açúcar ou criações de bovinos. Abaixo apresentaremos (quadro 12), que demonstra as extensões territoriais e as famílias beneficiadas em vários assentamentos que se encontram conectadas indissociavelmente uns a outros ao longo de uma grande extensão de terras no município de Mirante do Paranapanema.

**Quadro 12: Assentamento do município do Mirante do Paranapanema: (complexo União da Vitória). Destaque para os integrados a indústria.**

<b>Assentamentos do Município de Mirante do Paranapanema</b>		
<b>Projeto de Assentamento</b>	<b>Número de Famílias assentadas</b>	<b>Área territorial do assentamento (hectares)</b>
PA Antônio Conselheiro*	65	1.078
PA Margarida Alves	90	1.257
PA Paulo Freire*	62	1.295
PA Alvorada*	21	565
PA Arco Iris*	105	2.606
PA Canãa*	56	1.223
PA Che Guevara*	46	956
PA Estrela Dalva*	31	784
PA Flor Roxa*	39	953
PA Haroldina*	71	1.964
PA King Maet*	46	1.134
PA Lua Nova*	18	375
PA Marco II*	9	242

PA Nossa Senhora Aparecida*	9	175
PA Novo Horizonte*	57	1.540
PA Repouso*	21	515
PA Roseli Nunes	55	2.082
PA Santa Apolônia*	104	2.657
PA Santa Carmem*	37	1.043
PA Santa Cristina*	36	837
PA Santa Izabel*	70	492
PA Santa Lucia*	24	597
PA Santa Rosa I*	24	692
PA Santa Rosa II*	27	766
PA Santana*	29	212
PA Santo Antônio I*	24	517
PA Santo Antônio II*	7	118
PA São Bento*	182	5.190
PA Vale dos Sonhos*	23	617
PA Washington Luís*	16	343
PA Santo Antônio I*	21	515
PA Dona Carmem	150	1.216

\* Assentamento Complexo União da Vitória, como lotes integrados á indústria.

Fonte: DATALUTA. Banco de Dados, 2010.

A situação inusitada que aflora o conflito, foi encontrada nos dias de trabalho de campo desenvolvidos pela equipe de pesquisadores do CEGeT/CETAS, que buscam mapear e aferir as transformações nas rotinas de trabalho e no uso de agrotóxicos provocados pela expansão do cultivo de pepinos nos assentamentos do complexo União da Vitória, no Pontal do Paranapanema. Encontramos em um lote no Assentamento Santa Apolônia, uma família de agricultores, constituída por 4 pessoas que desenvolvia o cultivo integrado á indústria de conservas há vários ciclos, como podemos observa na fala do assentado Pavão (2018), “*nóis plantamos a quatro anos, já plantamos, 3.000 mil; 5000 mil; 9.000 mil; 11.000 mil; 12.000 mil, sempre planto deste jeito assim*”. Quando questionado em relação à quantidade de safras realizadas responde, “*ah! Rapaz, sempre são duas safras ou três por ano, eu comecei com pouco depois fui aumentando, nós estamos aumentando mais! Se eu pudesse plantar eu plantava 15.000 mil pés! Dá dinheiro! Só que dá trabalho!*” (PAVÃO. Assentamento Haroldina. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018). Dois elementos surgem neste relato, primeiro o **nível evolutivo de integração**, uma vez que o agricultor entra numa ciranda que a tendência é sempre aumentar a quantidade de pés plantados, outro elemento é o **condicionamento ao trabalho**, cria uma nuvem nas lembranças do agricultor, onde ele não sabe precisar, visto que a dinâmica de sair de uma roça e entrar em outra cria uma confusão, onde ele somente afirma, “*dá dinheiro*”, mas não sabe

detalhar o que é este dinheiro em quantidades, porque se **encontra hipnotizado pelas datas escaladas pela empresa para realização de novos plantios, fatos que caracterizam os sintomas da subordinação do agricultor que se encontra integrado à indústria.**

Quando entrevistamos os membros da família, percebemos o entusiasmo da família na fala e nos olhos relatando a realização da atividade. O pai (Pavão) com um chapéu de palha enorme e os filhos gesticulavam andando pela área atual plantada, afirmam, *“eu não vou largar tão fácil o pepino! É uma renda boa! Não tem leite que bate nele, só se tu colocar 50 vacas na mangueira”*. Faziam questão de mostrar onde tinham plantado os ciclos anteriores e o que faziam da terra quando mudavam de local. Afirmando que plantam apenas um ciclo por área, como podemos constatar na fala do assentado Pavão (2018), *“mas como nós fizemos a opção de pegar terra nova”*, [mostra que utilizam o intervalo entre uma lera e outra, para plantar o segundo ciclo, utilizando apenas uma vez a lera] *“pouca gente faz isto aqui, eu acho que os primeiros está sendo nós agora, é a experiência que nós está fazendo, eu e meu pai”*. O jovem Nelson (2018) relata a experiência desenvolvida em parceria com o pai, *“foi o que falei para ele em vez de nós tocarmos num canto só, vamos jogar no meio, porque aí a gente aproveita a vitamina da própria terra”*. O assentado Pavão relata às exigências da empresa, quanto à manutenção e quantidade de plantios em cada talhão, *“nós sabemos que eles só querem que plante duas vezes, aí nós resolvemos fazer só uma”*. Essa atitude difere dos outros lotes visitados na região que utilizam dois ciclos para melhor aproveitar a estrutura de palanques, estacas, irrigação, adubação da área. (PAVÃO e NELSON. Assentamento Haroldina. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 13.2.2018. Trabalho de campo).

As famílias afirmam que após o fim do ciclo utilizam a área e a estrutura para cultivar milho, quiabo, berinjela, feijão. Realidade que encontramos em vários lotes da região, os agricultores se utilizam da estrutura de irrigação e adubação da terra para produzir produtos que servem para alimentação da família e em alguns casos onde a comunidade ainda possui projeto do Programa de Aquisição de Alimentos- (PAA). O excedente produzido é entregue ao programa ou comercializados em feiras nas cidades próximas. Realidade que constatamos na imagem da figura (25), localizada abaixo no texto, que mostra o plantio de feijão, tomate, quiabo, milho no lote de dona Esmeralda e

seu Geraldo no Assentamento Marco II, atitude de aproveitando da estrutura de irrigação e a adubação do solo.

Os trabalhos de campo no assentamento constataam a realidade vivida pelas famílias assentadas, que decidem se mobilizar aderindo a integração e a adoção do pacote tecnológico para suprir as necessidades, da sua reprodução social, estas famílias enfrentam transformações de forma contraditória e não passiva, ou seja, **o movimento caracteriza-se pela imediata realidade de integração**, mas **essencialmente este camponês frente à “exploração” encontra na “resistência”**, as forças para alcançar seus sonhos, *“pois os valores resistem a serem perdidos”* (THOMPSON. 1998. p. 282).

Realizam o movimento de buscar na integração, as alternativas para solucionar as dificuldades da reprodução social, porque **o campesinato não é uma realidade estática, ele existe como um processo que se apresenta em constante transformação contraditória da sua condição social e da realidade que vive**. Segundo Shanin (2008. p. 13), *“o campesinato como toda a entidade social existe só como um processo, em constante mudança”*, pois este não aguarda por soluções as suas dificuldades, ele mesmo, vai ao encontro de alternativas, diante disso Shanin (2008. p. 13), afirma que é *“equivoco buscar na realidade um tipo tal qual definido pelo processo de abstração, pois esta sempre implica algum tipo de redução da complexidade social”*.

Como podemos observar na imagem da (figura 25), que mostra a adaptação feita pelos assentados para reaproveitar as estruturas e fertilidade do solo que anteriormente foi cultivado pepinos para a indústria.

**Figura 25: Aproveitamento da área para plantio de feijão, quiabo, milho.**



Fonte: DataCETAS (2017).

A família entrevistada no Assentamento Santa Apolônia, após a colheita dos alimentos, realiza a reforma da terra plantando pastagens para as vacas de leite, como podemos constatar na fala do assentando Pavão (2018), “*não! Nós não plantamos sempre no mesmo lugar, vem lá de cima*” [aponta no horizonte, mostrando um capim alto que está localizado acima da nova área], “*nós já vimos reformando os pastos, lá em cima*”, mostrando que os camponeses aproveitamos momento que a terra está adubada para melhorar a pastagem que favorece o aumento da produção de leite. (PAVÃO. Assentamento Santa Apolônia. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 14.2.2018).

A seguir apresentamos a imagem da (figura 26), que colabora com uma prática presente em todos os assentamentos visitados que mostra a reforma de pastagem no lote do senhor Pavão, reutilizando a área adubada como dona Esmeralda no Assentamento Marco II, ambos no mesmo município.

**Figura 26: Reutilização da área do pepino.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Somado ao entusiasmo e as formas novas de abordagem no uso da terra, outro fato chamou atenção, foi quando fomos levados a uma pequena e velha casa de madeira meio torta, parecendo que está cansada de estar de pé; a um local que aparentemente era a residência provisória do tempo que iniciaram o desbravamento do lote.

Lá os jovens queriam nos mostrar os produtos (venenos, adubos, hormônios) que utilizavam para produzir pepinos, enquanto o pai se recolhia á sombra, pois neste dia e horário o sol estava muito quente. No caminho do talhão de pepino até a casa, um

dos jovens (Nelson) toma a dianteira da conversa e na confiança que tinha perdido o emprego na usina de açúcar e álcool, nos meses anteriores, decidindo voltar para o lote para ajudar seu pai e irmão no cultivo do pepino.

Chegando à casinha, no momento que soltava a corrente do cadeado que fechava a porta de entrada, empurrando-a, então ouvimos o som da madeira em atrito com o chão e sua voz, que dizia orgulhosamente com um olhar brilhante de quem sente orgulho, satisfação nas palavras que está na eminência de proferir, Nelson (2018) “*então*”! [Parado na porta de entrada, observa todos os presentes, fica alguns milésimos de segundo, em silêncio, como quem aguarda que todos se voltem para sua imagem e escutem o que tem a dizer] “*aqui é minha parte, sou responsável pelos venenos, minha função é comandar a aplicação*”, o técnico já sabe! “*Qualquer coisa vem falar comigo*”, então após o pronunciamento adentra ao interior da casa, com passos firmes e convictos, como um profissional que entra em seu trabalho, seu espaço de domínio. Andando de costas para os demais, convida todos para entrar, então se dirige a um cômodo, que possui uma prateleira cheia de diversos agrotóxicos, entre eles inseticidas, fungicidas, acaricidas, hormônios, enfim todo o cardápio de venenos que sobraram do último ciclo que acabava de encerrar e seriam utilizados no próximo que já estava adiantando sua preparação (NELSON. Assentamento Santa Apolônia. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018).

Durante os poucos minutos que ficamos dentro da casa, a sensação de desespero nos pressionava, trocávamos olhares que gritavam silenciosamente nosso desejo de sair daquele local rapidamente, pois sentíamos um cheiro insuportável de veneno, que colocava em risco nossas vidas, muitos da equipe de pesquisadores precionavam o nariz disfarçadamente para bloquear a entrada do cheiro em seus corpos, tomando o cuidado para o jovem que relatava sua tarefa orgulhosamente não percebesse.

Somados a sensação odorífica, a pressão visual nos expulsava, porque havia diversos sacos de adubos, hormônios, lonas, fitilhos, ferramentas, carriolas, baldes que sabíamos que representavam menor capacidade de risco, mas evitávamos tocar influenciados pelo cheiro do veneno que criava uma sensação de perigo, fazendo que nós movimentássemos com cautela pelo interior da casa.

Oposta a esta situação de pressão tínhamos um jovem entusiasmado com a oportunidade de palestrar seu conhecimento técnico sobre as doenças e agrotóxicos utilizados na cultura do pepino, como pudemos observar na sua fala, (Nelson, 2018) “*Ó! Tem um veneno! Furou a lona, não é*” [quando fala isto, está se referindo á perfuração da lona que recebe a cada 25 cm um orifício onde será planta um pé de pepino], *nóis, vai plantar amanhã! Nós hoje passamos um veneno para a lagarta da rosca*”, pausadamente o jovem assentado soletra o nome do veneno, como se quisesse dar ênfase ao produto, “*P- 170 ácido fólico*”, continuando a descrição dos venenos utilizados ao longo do ciclo, “*á na fase adulta tem adubo foliar, tem para lagarta, tem para iuldi, tem para o mildi, tem para o ácaro, tem para virose*”. Todas estas informações foram descritas de forma ágil, sem pensar, como estivesse falando de **algo natural, corriqueiro, os relatos demonstram a aculturação dos agricultores pelo uso de agrotóxico**, como uma coisa natural, salvadora. (NELSON. Assentamento Santa Apolônia. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018).

O moço utilizava argumentos que transmitiam que a experiência de trabalho na usina, tinha possibilitado a ele organizar de forma técnica a sua atuação racional no cultivo com a terra, como podemos observar na fala do jovem que relata o momento correto de aplicar os agrotóxicos, como podemos perceber em Nelson (2018) “*Ah! Ele pegou 70% de nascido, vai estar com duas folhinhas saindo, você já tem que começar*”. Suas palavras transmitiam certezas e verdades absorvidas pela sua experiência, onde a tarefa de produzir pepino parecia ser a extensão, a continuação do trabalho que desenvolvia na usina, como um diferencial que fazia questão de colocar, “*lá a gente trabalha para os outros, aqui nós trabalho para gente*”. (NELSON. Assentamento Santa Apolônia. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018).

O jovem assentado ao mesmo tempo em que falava, ia manuseando os venenos que estavam dispostos na prateleira como se estivessem em um mercado, pacificamente aguardando a hora que seriam convocados e utilizados na guerra contra as moléstias, pestes e pragas que assolavam e colocavam em risco a vida produtiva dos pepinos da indústria. Fazia questão de pegar as embalagens e chamar a atenção dos presentes. Quando conseguia que todos parassem de andar e falar, naquele apertado quarto, naquela casinha de madeira, iniciava sua aula expositiva, agia como professor,

apontando o nome dos agrotóxicos e sua eficácia contra uma série de pragas e doenças, como podemos observar na sua fala, Nelson (2018) “*o manzate, o evidencia (fungicida, acaricida e inseticida) é para proteger ele (pepino) contra virose, já o reforce (adubo foliar) é para a harmonizar para não dar um mildi*”, ou **Lanate e Décis (inseticidas) para lagarta**”. Relatou histórias passadas nos ciclos anteriores, de contratempos e imprevistos que sem a ajuda do técnico, teve que encontrar a solução para determinada situação de infestação de pragas ou aparecimento de doenças. (NELSON. Assentamento Santa Apolônia. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018).

Os movimentos eram ritmados e simultâneos, tanto da boca, que proferia certezas, experiências e conhecimento, quanto os das mãos que acariciavam os frascos e embalagens de cada veneno, observando com os olhos, cada rótulo, como se receitasse a cura, a solução do problema, Nelson (2018) “*tem que passar a cada três dias, mas nunca repete, tem que ir controlando e alternando os venenos*” tinha segurança em proferir as quantidades ou a utilidade do referido agrotóxico, “*durante o plantio tem que passar Daconil, tem Cercobin, tem Manzate, tem Bravanil, tem açúcar para segurar o veneno na folha, pra quando a borboleta vier colocar ovo, tem detergente também para segurar o veneno na folha*”. (NELSON. Assentamento Santa Apolônia. Mirante do Paranapanema. Entrevista concedida em 15.2.2018).

Esse pertencimento ao pacote tecnológico transforma os agricultores em consumidores de agrotóxicos, integrados a um ciclo vicioso de medidas de extensão nas quantidades, que coloca em risco a vida das famílias agricultoras que se encontram vulneráveis à ação monopolista do capital. Como podemos observar na imagem da (figura 27), que apresenta parte do cardápio de venenos exigidos pela empresa para a cultura do pepino nos assentamentos do Pontal do Parnapanema. Vejamos a imagem:

**Figura 27: Cardápio de venenos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

Neste contexto de intensificação do uso de agrotóxico como medida produtiva e como forma de subordinação passamos a fazer o acompanhamento desta família durante um ciclo a fim de identificar todos os venenos utilizados ao longo do ciclo de 90 dias do plantio de pepinos. Foram levantados os seguintes venenos e suas devidas funções, sendo apresentados abaixo no (quadro 13). Vejamos o quadro.

**Quadro 13 Agrotóxicos aplicados no lote da família observada: Assentamento Santa Apolônia**

<p style="text-align: center;"><b>INSETICIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regent 800;</li> <li>• Evidence WG;</li> <li>• Dipell WP;</li> <li>• AGREE;</li> <li>• Upmyl;</li> <li>• Lannate BR</li> <li>• DECIS ULTRA 100 EC.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>INSETICIDAS/ACARICIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ABAMEX;</li> <li>• ORTHENE 750 BR</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>FUNGICIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DACONIL 500 BR;</li> <li>• Bravonil 500;</li> <li>• Cercobin 700 WP;</li> <li>• COMET;</li> <li>• Manzate 800 EM.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FUNGICIDAS/ACARICIDA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dithane NT</li> <li>• Mancozeb</li> </ul>
	<p style="text-align: center;"><b>DESECANTE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Roundp**</li> </ul>

Fonte: DataCETAS (2017). Organização: Luciano Benin (2018).

O (quadro 13),<sup>37</sup> mostra os agrotóxicos utilizados por uma família no assentamento Santa Apolônia, distante geograficamente do assentamento São Paulo, mas nem por isto difere dos utilizados no assentamento de estudo, por ser uma prática dos técnicos da empresa, receitarem os mesmos inseticidas, fungicidas, acaricidas, adubos foliares aos diversos lotes espalhados em vários municípios do Pontal do Paranapanema. É importante ainda ressaltar que nossa observação se ateve aos agrotóxicos e adubos foliares que eram pulverizados com pulverizadores costais, não voltamos nossa atenção aos nutrientes distribuídos diariamente através da fertirrigação. Acreditamos que para aprofundar o estudo aos nutrientes ofertados á planta, precisaríamos de tempo, para levantarmos as questões nutricionais e biológicas da planta, para podermos constatar quais os possíveis desequilíbrios metabólicos, que a planta apresenta e as consequências, quanto ao aparecimento de doenças ou infestação com pragas, com isso desconfiamos que o grande volume ofertado de nutrientes através da irrigação, deve causar desequilíbrio físico, químico e metabólico na planta abrindo portas para as doenças e pragas, ou seja, nas visitas percebemos que o pacote tecnológico empregado pela indústria e executado pelos agricultores não considera os sistemas naturais que a planta possui de defesa contra as doenças e pragas tudo é tratado artificialmente os pés de pepinos são considerados máquinas produtoras artificiais, é tudo muito mecânico.

Após realizarmos a colheita dos agrotóxicos utilizados, passamos a observar as receitas deixadas pelo técnico que semanalmente oferecia ao assentado um novo coquetel de agrotóxicos que deveriam ser aplicados naquela semana, independente se a lavoura se apresenta infestada ou não, a ordem era “prevenir para não aparecer pragas”. Para melhor compreender a rotina de aplicação de agrotóxicos organizamos a apresentação das datas de aplicação, a quantidade de dias que a cultura possui de vida, os agrotóxicos aplicados e o grupo químico que pertence. Como podemos observar no (quadro 14), abaixo que apresenta a rotina diária de aplicação e dosagens receitadas

---

<sup>37</sup> Apenas foram levantados os produtos que eram utilizados o pulverizador costal para aplicação, sendo eles agrotóxicos e adubos foliares, ficando de fora, nutrientes fornecidos pela irrigação.

pelos técnicos da indústria ao longo dos estágios produtivo tecnicado, que possui tempo de 90 dias: Vejamos o quadro:

**Quadro 14- Quantidade de agrotóxicos pulverizados na cultura do pepino durante um ciclo tecnificado de produção: cálculo para 5.000 pés.**

Data de aplicação	Quantidade de dias plantado	Forma de aplicação dos agrotóxicos	Agrotóxicos aplicados					Quantidade aplicada
			Inseticida/ Acaricidas	Inseticidas	Fungicida/ acaricida	Fungicidas	Desinfetante/ Adubo foliar	
07.10.2017	24 horas antes do plantio	Irrigação		Regente 800				500 ml
							Ácido P170 <sup>38</sup>	6 litros
				DECIS Ultra 100 EC				6 litros
08.10.2017	3 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas
						Cercobin 700 WP		20 gramas
				Lannate BR				15 ml
							Bossten adubo foliar	20 ml
					ABAMEX		40 gramas	
10.10.2017	5 dias de vida	Irrigação	ABAMEX					500 ml
11.10.2017	6 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas
						DACONIL 500 BR		40 gramas
				DECIS Ultra 100 EC				15 ml
							ReforcAdubo foliar	40 ml
						ABAMEX		
12.10.2017	7 dias de vida	Irrigação		Evidencia WG				400 gramas
15.10.2017	10 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas
						Manzate 800 EM		40 gramas
			Lannate					15 ml
							Yoguim- Adubo foliar	40 gramas

<sup>38</sup> A escolha pelo agrotóxico aplicado é feita pelo agricultor, na sua maioria todos preferem aplicar DECIS ULTRA 100 EC, segundo eles a operação fica mais barata, ou seja, o custo determina a aplicação.

		Irrigação					Cal SuperAdubo líquido	2 litros	
18.10.2017	13 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						RECOP		40 gramas	
									40 ml
			ABAMEX						20 ml
21.10.2017	16 dias de vida	Irrigação	ABAMEX				500 ml		
22.10.2017	17 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						DACONIL 500 BR		40 gramas	
							SETT- Adubo foliar	40 ml	
			Lannate					40 ml	
26.10.2017	21 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						Manzate 800 EM		40 gramas	
			ABAMEX					20 ml	
							Yogui- Adubo foliar	40 gramas	
30.10.2017	25 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						Cercobin 700 WP		20 gramas	
			Lannate					15 ml	
				Dipell WP				25 gramas	
						SETT-Adubo foliar	40 ml		
03.11.2017	29 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						DACONIL 500 BR		40 ml	
			ABAMEX					20 ml	
				AGREE				50 gramas	
						Yogui- Adubo foliar	40 gramas		
07.11.2017	33 dias de vida	Pulverização	Evidencia WG					10 gramas	
						DACONIL 500 BR		40 gramas	
					ABAMEX			20 gramas	
			AGREE					30 gramas	
						Yogui- Adubo foliar	40 gramas		
11.11.2017	37 dias de vida	Pulverização	Evidencia WG					10 gramas	
						Manzate 800 EM.		40 gramas	
						RECOP		40 gramas	
							Reforce- Adubo foliar	40 ml	

			Lannate					40 ml	
		Irrigação					SET- Adubo foliar	40 ml	
							Calsuper. -Adubo	1 litro	
15.11.2017	41 dias de vida	Pulverização	Evidencia WG					10 gramas	
						DACONIL 500 BR		40 gramas	
				DECIS Ultra 100 EC					15 ml
				Dipel WP					15 gramas
								SETT -Adubo foliar	40 ml
								Nitroll Nitrogênio líquido	40 ml
							ABAMEX		50 gramas
19.11.2017	45 dias de vida	Pulverização	Evidencia WG					10 gramas	
						Cercobin 700 WP		20 gramas	
			Lannate					20 ml	
				AGREE					50 gramas
								YoguimAdubo foliar	40 gramas
23.11.2017	49 dias de vida	Pulverização					ReforceAdubo foliar	40 ml	
			ABAMEX					20 ml	
							SETTAdubo foliar	40 ml	
				Evidencia WG					10 gramas
								NitrollNitrogênio líquido	40 ml
26.11.2017	53 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						Manzate 800 EM.		40 gramas	
							YoguimAdubo foliar	40 gramas	
			Lannate					20 ml	
								NitrollNitrogênio líquido	40 ml
30.12.2017	57 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						Manzate 800 EM		40 gramas	
			Lannate					20 ml	
							SETTAdubo foliar	40 ml	
05.12.2017	60 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						RECOP		40 gramas	

						Manzate 800 EM		40 gramas	
							Reforce	40 ml	
			Lannate					40 ml	
							Cal SuperAdubo líquido	1 litro	
11.12.2017	63 dias de vida	Pulverização				COMET		15 ml	
							NitrollNitrogênio líquido	40 ml	
			Lannate	AGREE				50 gramas	
								20 ml	
14.12.2017	67 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						DACONIL 500 BR		50 gramas	
			ABAMEX					20 ml	
							YoguimAdubo foliar	50 gramas	
							SETTAdubo líquido	50 ml	
18.12.2017	71 dias de vida	Pulverização		Evidencia WG				10 gramas	
						Manzate 800 EM		40 gramas	
						RECOP		40 gramas	
			Lannate				ReforceAdubo	40 ml	
								20 ml	
		Irrigação					Yoguim	40 gramas	
							Cal super	2 litros	
20.12.2017	75 dias de vida	Pulverização				Manzate 800 EM		40 gramas	
			Lannate					20 ml	
							ReforceAdubo	40 ml	
24.12.2017	79 dias de vida	*	*	*	*	*	*	*	
28.12.2017	<b>81 dias de vida</b>	*	*	*	*	*	*	*	
01.01.2018	<b>85 dias de vida</b>	*	*	*	*	*	*	*	
05.01.2018	<b>89 dias de vida</b>	*	*	*	*	*	*	*	
TOTAIS DE AGROTÓXICO APLICADOS**			Inseticida/acaricida	Inseticida	Fungicida/acaricida	Fungicida	<b>Adubos foliares: 1.080 litro</b> <b>Ácido desinfetante: 6 litros</b> <b>Cal líquido: 6 litros</b>		
			1,390 Litros	7.285 Litros	200 ml	925 ml			

					<b>Total: 13.080 litros</b>
<b>TOTAL DE AGROTÓXICOS/ HORMÔNIOS/ADUBOS</b>				<b>22.880 Litros</b>	

\*A partir desta data, os técnicos da empresa suspendem as pulverizações, com a alegação que o pepino, está no final do ciclo.

\*\*Todos os valores e quantidades foram convertidos para litro e ml.

Fonte: DataCETAS (2017).

Organização: Luciano Benini.

Acredito que após a apresentação da rotina de aplicação desenvolvida pela família assentada no Assentamento Santa Apolônia, no município de Mirante do Paranapanema, conseguimos visualizar a quantidade de agrotóxicos utilizada durante um ciclo do plantio de pepinos, quantidade é considerável em um período tão curto de tempo, utiliza-se **9 litros e 700 ml de agrotóxicos entre inseticidas** (7 litros e 285 ml), **acaricidas** (1 litro e 590 ml) e **fungicidas** (925 ml), tornando o agricultor refém do pacote, e ainda parte dos rendimentos do plantio são apropriados por empresas multinacionais que dominam o mercado mundial de agrotóxicos, além de expor toda a sua família aos efeitos dos agrotóxicos.

A capacidade toxicológica de alguns agrotóxicos utilizados no pepino, inclusive alguns com histórico comprovado em laboratórios como carcinogênicos, outros causadores de problemas no sistema nervoso central, entre outras enfermidades que resultam da exposição aos agentes ativos destes agrotóxicos, informações que datranqüilidade em afirmar, que vivemos uma situação de calamidade na saúde pública, porque estas famílias estão expostas á ação destes compostos químicos sem nenhuma orientação técnica de proteção dos seus riscos.

Inclusive entendendo os agrotóxicos que aplicam como produtos inofensivos, assim os técnicos da empresa criaram no imaginário das pessoas que os produtos não são tóxicos, “são fraquinhos” como costumeiramente escutamos nos trabalhos de campo. Somado á questão da intoxicação aguda e crônica, temos as condições de trabalho que são responsáveis por uma jornada que se inicia no clarear do dia e atravessa o dia todo terminando apenas nas primeiras horas da noite.

Agravando esta situação descrita acima de subordinação das condições do trabalho e o uso exacerbado de venenos, temos o endividamento dos agricultores que os leva a permanecer, estendendo ainda mais o tempo de integração á indústria. Esta situação descrita da família observada no Assentamento Santa Apolônia, é um exemplo que observamos, mas sabemos que estas quantidades podem ser ainda maiores, devido à infestações aumentarem, levando o agricultor a utilizar uma quantidade maior de agrotóxico, ou seja, esta quantidade descrita não é regra e nem homogênea, podemos encontrar maiores quantidades se aprofundarmos o levantamento, junto ás lojas, comércio e até mesmo buscarmos outras observações em outros assentamentos ou em outras épocas do ano. Ainda é importante ressaltar que este volume foi utilizado em

apenas 90 dias da cultura, se multiplicarmos esta quantidade por todas as culturas desenvolvidas pela família, que afirma que faz normalmente 2 a 3 ciclos por ano durante os últimos 4 anos, chegaremos a uma quantidade, ainda maior de agrotóxicos.

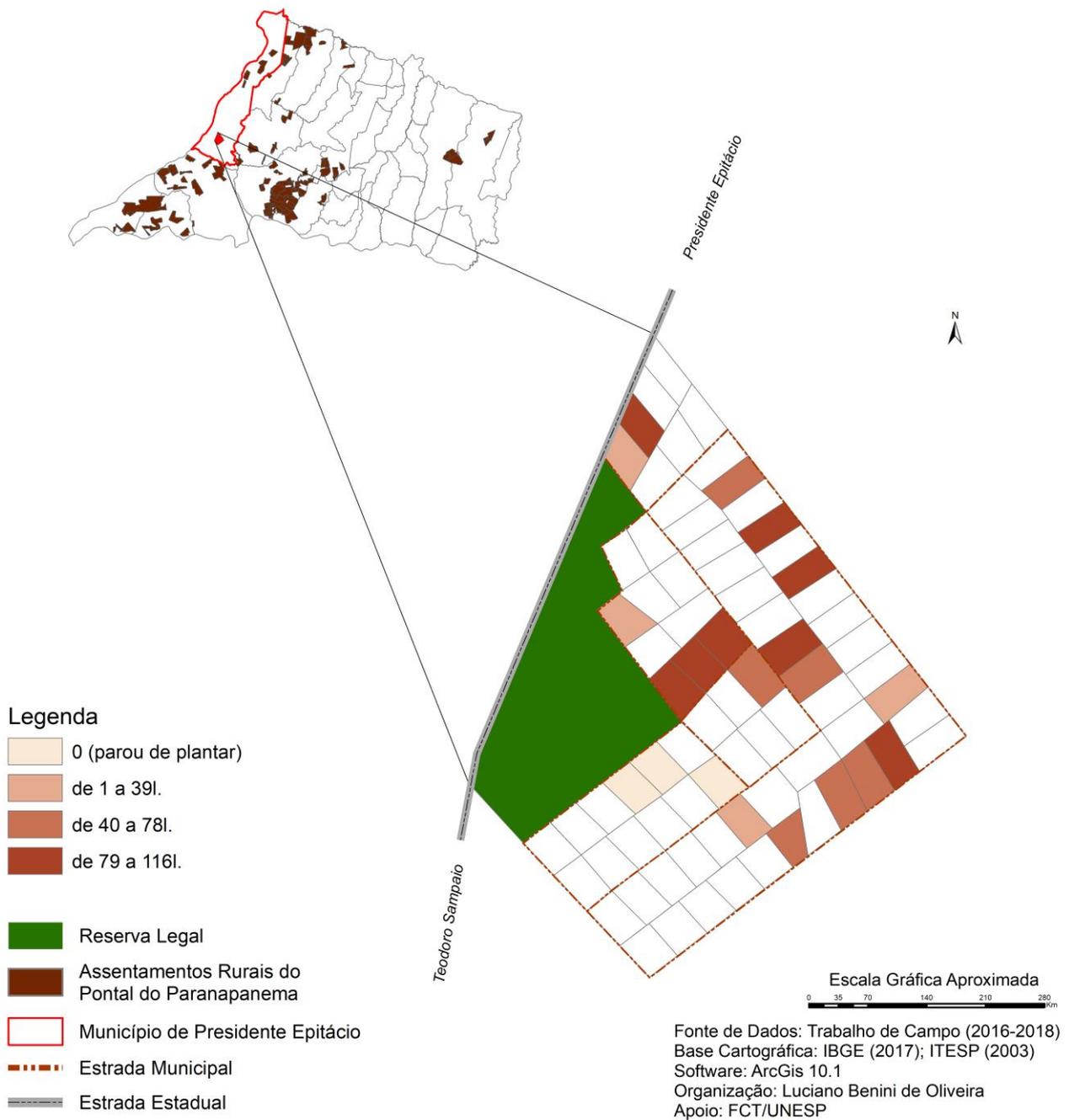
Vamos realizar o **exercício com esta família estudada**, que **desenvolve 3 ciclos por ano durante os 4 últimos anos**, já que para produzir em **um ciclo nestas condições utilizou 9 litros e 700 ml de agrotóxicos**, gastaria para **1 ano aproximadamente 30 litros de agrotóxicos** entre inseticidas, acaricidas e fungicidas. Ao longo dos **4 anos de plantio integrado á indústria consumiu aproximadamente nestas condições estudas 120 litros**<sup>39</sup> de venenos, somente no lote.

Agora se estendermos estas condições e estas quantidades do caso estudado no Assentamento Santa Apolônia, no município de Mirante do Paranapanema, **as 22 famílias do assentamento São Paulo** onde está sendo desenvolvido o estudo da expansão do plantio de pepinos, **chegaríamos à quantidade de 1.377 litros de agrotóxicos** consumidos no plantio de pepinos dentro do assentamento um número considerável a uma comunidade de apenas 22 famílias integradas. Dispersão de agrotóxicos que presenciamos no (mapa 5) do assentamento São Paulo abaixo, que multiplica os 9 litros e 700 ml utilizados para realizar um ciclo a quantidade de ciclos da cultura desenvolvida pelas famílias, chegando a quantidade de veneno que estas famílias utilizaram em seus lotes ao longo da evolução da cultura de pepinos. Observamos o mapa:

---

<sup>39</sup>Neste exercício não consideramos produtos para secagem do mato como glifosato ou outros produtos que venham a ser consumidos em outras atividades da propriedade.

**Mapa 5: Quantidade de venenos utilizados por lote, apartir da quantidade de ciclos.**



Poderíamos ainda estender o raciocínio para todas as famílias que produzem pepinos, pois a pesquisa do CEGeT/CETAS, já mapeou aproximadamente 150 famílias integradas à indústria em vários assentamentos espalhados pela Região do Pontal do Paranapanema.

No estudo de caso no assentamento Santa Apolônia, constatamos que cada família utiliza 9 litros e 700 ml de agrotóxicos (inseticidas, acaricidas e fungicidas) para produzir apenas um ciclo de 90 dias, e que estás ao longo de **um ano desenvolvem 3 ciclos, chegando a quantidade de 29 litros e 100 ml de agrotóxicos** consumidos em uma unidade familiar. Logo os pesquisadores mapearam o **plantio em 150 lotes**, que desenvolvem **cada um deles 3 ciclos por ano**, em média chegaríamos a **450 ciclos** que **utilizariam 4.365 litros de agrotóxicos para o cultivo de pepinos**, concentrado em 1 ha destes respectivos lotes, ou seja, um volume grande de agrotóxicos despejados em uma pequena área geográfica.

**Agora se conseguíssemos multiplicar este volume de agrotóxicos utilizados para desenvolver um ciclo da cultura do pepino, durante 90 dias**, por todos os ciclos dos vários lotes que produzem pepinos no Pontal do Paranapanema, **obedecendo às verdadeiras quantidades de plantas por lote, os números de consumo seriam ainda maiores**. Visto que **o exercício tem como base a quantidade mínima, de 5000 mil pés**, mas sabemos que é comum **encontrarmos espalhados e vários municípios da região plantios de 8000 a 15.000 mil pés**, atingiríamos uma quantidade expressiva de toneladas de agrotóxicos utilizados nos assentamentos, produzindo intoxicações as famílias, contaminando as águas, o solo, o ar.

Mas, cairíamos na abstração outra vez, como assim intoxicando, poluindo? Precisamos buscar os efeitos destes produtos na saúde das pessoas e sua ação no meio ambiente, então a partir de agora passaremos a apresentar de forma organizada cada produto utilizado, sua toxicidade, sua família química e algumas pesquisas que demonstram a ação destes produtos quando entram em contato com a água, o solo, o ar e o que acontece com as pessoas quando são contaminadas ou intoxicadas como os referidos compostos químicos, que causam sequelas irreversíveis e problemas de saúde considerados gravíssimo

Parte dos agrotóxicos receitados pela indústria aos agricultores assentados que desenvolvem o plantio de pepinos nos assentamentos, apresentam características

essenciais ao desenvolvimento de doenças e o desequilíbrio da saúde humana e ao meio ambiente. Lannate; Decis; Ripcord são produtos químicos com níveis de toxicidade altos, assim, os dois primeiros possuem características de prejudicar a saúde humana atuando nas disfunções do sistema reprodutor e disfunção no sistema endócrino do organismo. Ainda os agrotóxicos de nome comercial Ripcord, Orthene, Dithane Mancozeb, Cercobin, Daconil apresentam efeitos ao sistema reprodutor e endócrino, além de efeitos extremos ao corpo humano, sendo ambos cancerígenos, ou seja, são comprovadamente causadores ou com potencialidades para a causa do câncer.

Os inseticidas utilizados na cultura do pepino fazem parte dos vários grupos químicos e classes toxicológicas como os organofosforados, bem como os carbamatos atuam no organismo humano inibindo um grupo de enzimas denominadas colinesterases. Essas enzimas atuam na degradação da acetilcolina, um neurotransmissor responsável pela transmissão dos impulsos no sistema nervoso (central e periférico). Uma vez inibida, essa enzima não consegue degradar a acetilcolina, ocasionando um distúrbio chamado de crise colinérgica, principal responsável pelos sintomas observados nos eventos de intoxicação com inseticidas, como contrações musculares involuntárias, convulsões e outras neuropatias (doenças do sistema nervoso) (SOARES, 2010, p.33).

Organizamos abaixo no texto (quadro 15), que apresenta os agrotóxicos utilizados na cultura do pepino, segundo sua toxicologia aos seres vivos e ambientais e os sintomas de intoxicação, segundo a ficha técnica e as recomendações e orientações do fabricante, quanto ao uso, dosagem, carência, intervalos. A organização do (quadro 15), seguiu as informações colhidas nos trabalhos de campo, junto a família assentada do assentamento Santa Apolônia, no município de Mirante do Paranapanema. Observamos o quadro.

**Quadro 15: Agrotóxicos: causas, efeitos e intoxicação causada pelos agrotóxicos utilizados pela família observada**

Nome Técnico	Marca Comercial	Empresa	Classe	Grupo Químico	Classificação Toxicologia		Intervalos de Aplicação	Sintomas de intoxicação aguda
					Humana	Meio Ambiente		
Imidacloprido	Evidencia 700 WP	Bayer CropScience Ltda	Inseticidas	Neonicotinóide	IV	III	3 dias	<p><b>Vias da intoxicação e seus sintomas:</b></p> <p><b>Via inalatória:</b> Os efeitos agudos (sintomas de alarme) são aqueles causados pela inibição da colinesterase, ou seja, dor de cabeça, febre, fraqueza, náuseas, tonturas e posteriormente constrição das pupilas, opressão no peito, depressão do sistema nervoso visão turva, pupilas não reativas,</p> <p><b>Via oral:</b> os sintomas são redução do consumo de alimentos, anúria, aumento de excitabilidade e convulsões. Em casos crônicos tremores, salivação e transpiração excessiva, cólicas abdominais, diarreia e vômitos (Agrofit, 2015). São compostos químicos com grande capacidade de irritação do trato respiratório e gastro intestinal (PPDB, 2015).</p> <p><b>Via Dermica:</b> provoca</p>
Bacillus thuringiensis	AGREE	Certis USA, LLC		Biológico	III	IV	7 dias	
Bacillus thuringiensis	Dipel WP	Chemical & Agricultural Products Division, USA		Biológico	IV	IV	7 dias	
Deltametrina	DECIS ULTRA 100 EC	Bayer Vapi Private Limited, Alemanha		Piretróides	III	I	1 dia	
Methomyl	Upmyl	Dupont USA		Metilcarbamat	I	II	3 dias	
Fipronil	Regent 800 WG.	BASF - The Chemical Company. Agri- Production SAS, França		Pirazol	II	II	7 dias	

								<p>eritema, escamação e pele seca</p> <p><b>Implicações ao meio ambiente:</b> São produtos com grande potencial de deslocamento no solo, podendo atingir principalmente águas subterrâneas. Além de ser altamente tóxico para microcrustáceos, peixes e abelhas</p>
Acefato	ORTHENE 750 BR	Arysta Lifescience Corporation, Japão	Inseticida e Acaricida	Organofosforado	IV	III	7 dias	<p>Suor abundante, pupilas contraídas-miose, dor nos olhos, salivação intensa, vômitos, diarreia, lacrimejamento, dificuldade respiratória, edema pulmonar, expectoração de secreções espumosas, fraqueza, colapso, tontura, tremores musculares, dores e cólicas abdominais, tenesmo, convulsões, visão turva ou embaçada. (OPAS, 1996; EDDLESTON &amp; BATEMAN, 2011).</p>
Abamectina	ABAMEX	Sinochem Int. Chemical CO. China		Abamectina	I	III	3 dias	

Clorotalonil	Bravonil 500	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., EUA	Fungicida	Isoftalonitrila	I	II	7 dias	<p><b>Vias da intoxicação e seus sintomas:</b></p> <p><b>Dermica:</b> irritação na pele, prurido, eritema, exantema, dermatite de contato, dermatite alérgica, sensibilização cutânea, exantema e eczema.</p> <p><b>Ocular:</b> irritação, (os olhos apresentam ardência, conjuntivite e inflamação das pálpebras.</p> <p><b>Inalatória</b> (As vias aéreas apresentam irritação e inflamação, rinites, faringites, laringites e traqueobronquite. Além de fadiga, cefaleia, visão borrada e náuseas.</p> <p><b>Oral</b> (Surgem irritações na mucosa do trato-intestinal, cefaleia, dores abdominais, diarreia, náuseas e vômitos, perda de peso corporal</p> <p>Em casos onde ocorre a exposição prolongada e de forma demasiada os sintomas são alterações hitopatológicas no fígado, rim, tireóide e estomago</p>
	DACONIL 500 BR	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., EUA		Isoftalonitrila	I	II		
Tiofanato-Metílico	Cercobin 700 WP	Nippon Soda Companhia Ltda		Benzimidazol	IV	II	14 dias	
Carbamate	COMET	BASF Schwarzheide GmbH, Alemanha		Estrobilurinas	II	II	7 dias	

Mancozeb	Manzate 800 EM	DUPONT USA		Alquilenobis (Ditiocarbomatos)	I	II	7 dias	<p>fraqueza, cefaleia, náuseas, convulsões tônico-crônicas e coma.</p> <p>Em testes em ratos de laboratórios que receberam doses do composto químico, apresentaram incremento na incidência de tumores dos túbulos renais, preferencialmente maiores as incidências nos machos ocasionaram tumores.</p> <p>Ainda em testes de laboratórios, foram constatados significativa leucocitose e incremento do peso do fígado, baço e rins dos machos, machos.</p>
Mancozebe	Dithane NT	Dow AgroSciences Industrial Ltda., USA	Fungicida e Acaricida	Alquilenobis (Ditiocarbomatos)	III	II	14 dias	

Legenda de cores	
	Inseticidas
	Inseticida e Acaricida
	Fungicida
	Fungicida e Acaricida

Fonte: DataCETAS (2017).  
Organização: Luciano Benini.

Percebemos nos trabalhos de campo e no acompanhamento as famílias do Assentamento São Paulo e nos demais assentamentos que o cultivo de pepinos desenvolvido pela indústria de conservas, com o nome comercial Refricon Mercantil não respeita nem indica as normas de segurança. Não orienta os agricultores dos riscos que correm quando realizam a aplicação de produtos químicos altamente tóxicos a sua saúde como descrito acima, expondo os assentados a triste situação de contaminação e risco de morte. Realidade que percebemos nas imagens da (figura 28), apresentadas abaixo, o agricultor prepara a calda e realiza a aplicação do agrotóxico sem nenhum tipo de equipamento de segurança individual, como podemos observar nas imagens:

**Figura 28: Preparação da calda e aplicação de agrotóxico nos pepinos.**



Fonte: DataCETAS (2017).

O agricultor fica exposto á sua própria sorte, condicionado as exigências assumidas com a indústria, trabalhando compulsóriamente para dar conta de suprir as exigências e os padrões produtivos impostos arbitrariamente pelo pacote tecnológico que o integraliza ao sistema de forma subordinada, onde sua função é trabalhar freneticamente sem refletir os riscos a saúde que está mergulhado, ironicamente a única proteçãoa sua saúde durante a aplicação dos agrotóxicos, está estampada em um detalhe escrito em inglês (a língua falada no país que deu origem ao termo agronegócio) no chapéu velho de uma empresa de segurança patrimonial da cidade. Como podemos observar na imagem da (figura 29), que mostra a situação de exposição do agricultor aos riscos. Vejamos a imagem:

**Figura 29: Situação de improviso e exposição do agricultor.**



Fonte: DataCETAS (2017).

A situação de uso indiscriminado de agrotóxicos sem orientação dos riscos, coloca os agricultores diante da situação de permanecer subordinados ao pacote tecnicista para encontrarem as condições objetivas da reprodução social. Os trabalhos de campo, constataram que concomitante ao ato de operacionalização do cultivo, encontramos entre os agricultores afirmações que demonstram a consciência dos riscos, sendo registradas afirmações que se repetem, como forma de aliviar do conflito, *“a! não tem jeito! fazer o que? Não tem outra forma de renda”*. Demonstrando que as alternativas de proteção construídas pelos agricultores como: toalhas no rosto, chapéus de palha, botas, roupas grossas ganhas de algum amigo ou parente, **demonstram a preocupação dos agricultores quanto ao uso de agrotóxicos**. (ASSENTADOS. (Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Conversas informais durante os trabalhos de campo. 2017, 2018).

**Realidade de estranhamento** que coloca os agricultores, diante da situação temporal de carregar sobre seus ombros **os riscos futuros da saúde de sua família, “OU” as condições adversas de permanecer no campo, resistindo as ofensivas excludentes do desenvolvimento capitalista**, que deseja expropriar a renda da terra destes agricultores, lhes deixando com mínimo necessário para a sua sub-existência, realidade que pode lhes conduzir a expulsão, para que sirvam de mão de obra barata ali mesmo ou nas cidades próximas. Então neste “fio de navalha” os agricultores caminham

com uma espada sobre a cabeça devido a condição de exposição e dependência a essa lógica. **Na busca por alternativas os agricultores** colocam a única segurança patrimonial que possuem em **risco “a saúde”**, uma vez que o condicionamento provocado pela produção de pepinos impostos pela empresa de conservas obriga as famílias a se sujeitarem as condições produtivas de **desrespeito as seguranças mínimas** de carência exigidos pela maioria das orientações técnicas disponibilizados pelas embalagens dos agrotóxicos.

Isto ocorre porque a empresa já **“capturou”** os camponeses **no ato do contrato de entrega da mercadoria**, neste momento os agricultores assumem o compromisso de trabalhar para a empresa, segundo suas orientações técnicas, que prende os assentados a um conjunto de critérios técnicos e tecnológicos que o escravizam pelo ato da extensão das horas trabalhadas. Onde **a submissão do trabalho familiar ao pacote está “tatuada” na subordinação**, porque a família adquiriu uma dívida financeira que tem seu pagamento condicionado ao ato da entrega da mercadoria, mesmo que no meio do caminho a família perceba as armadilhas e os riscos não consegue voltar, já que se encontra caminhando nos corredores escuros entre as ruas do pepino.

**A família camponesa** possui um objetivo em comum **nesse processo que é pagar a dívida para a empresa e dos outros fornecedores** e se esforçar para **sobrar algum dinheiro que contribua com as necessidades familiares**, para isto, se espreitando entre as nuvens formadas pela nevoa da pulverização dos agrotóxicos. Durante os trabalhos de campo uma situação é comumente encontrada em todos os lotes que plantam pepinos, durante a colheita o silêncio predomina, momentos em que a atenção de todos está voltada às ramas com frutos que guardam os sonhos e desejos ocultos dos membros da família, prevalecendo apenas a sensação sonora da constância do gemido das carriolas que expressam o grito de dor não distante dos últimos intoxicados. Como podemos observar na imagem da (figura 30), que apresenta o plantio de pepino em um dos lotes, logo nas primeiras horas do dia, onde dois trabalhos são realizados concomitantemente, ou seja, enquanto parte da família realiza a colheita a outra fica responsável pela pulverização dos agrotóxicos, vejamos a imagem:

**Figura 30: Entre as nuvens de venenos a colheita é realizada**



Fonte: DataCETAS (2017).

A falta de informação e o condicionamento subordinado dos camponeses às verdades proferidas pelas palavras técnicas do responsável da empresa, condiciona os assentados aos verbetes e a disciplina da condição mecanicista da divisão de tarefas entre os membros da família, que passam por um processo mecânico fabril de racionalização da ação determinada pelo relógio, condicionando seu tempo às vontades e às necessidades da mercadoria, ou seja, a mulher só vai para dentro de casa depois que finalizar a colheita dos frutos; os filhos só vão assistir TV depois que ensacarem e costurarem os sacos de pepino, o pai só vai molhar a horta depois que passar veneno; o filho (a) só vai visitar a (o) namorada (a) depois que acabar o serviço da roça.

**Esta condição de integração ao sistema produtivo que não os representa, provoca perversidade á condição existêncial**, expresso na piora da qualidade de vida dos agricultores, que buscam na extensão dos riscos as saídas arriscadas para as armadilhas. Como percebemos na imagem da (figura 30), localizada acima no texto, que mostra que enquanto membros da família **aplicam agrotóxicos outros colhem os frutos**, atitude ariscada, já que a maioria dos agrotóxicos utilizados na cultura, recomenda um período de carência de 7 dias para reentrada na área aplicada. O desrespeito imposto pela necessidade de colheita dos frutos, devido a exigência da indústria que obriga os agricultores a fornecerem pepinos que estejam dentro de um padrão de tamanho, diante dos investimentos e necessidades o agricultor aceita correr os riscos.

As famílias que produzem pepino no Assentamento São Paulo e não diferente nos outros assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema encontra-se submissas ao pacote tecnológico imposto verticalmente pela indústria, que percebe nas comunidades a oportunidade de acumular capital, subordinando os agricultores a renda da terra que é captura pela condição subordinada do trabalho.

O capital condiciona a ação das famílias camponesas aos grilhões e as mordanças das vontades comerciais/industriais desde a escala local a mundial, onde cada lote, que cultiva pepino, torna-se “*quartinho de alcova*”, com paredes grossas e escuras de desinformação, apresentando um único ponto de luz, de esperança materializado na chegada do técnico que desenvolve suas experiências de extensão tecnológica em seres humanos na tentativa de cada vez mais aumentar a produção dos pés de pepino, para isto, **condiciona os agricultores a duas necessidades, encontrar nas doses e variedades de agrotóxicos e a extensão das horas trabalhadas, as alternativas para a reprodução.** Deste processo contraditório da reprodução social, cabe aos camponeses assentados procurar se recriar e reproduzir socioterritorialmente, seja criando mecanismos e estratégias de permanecer no sítio, seja na luta pela reforma agrária, que por essa lógica acabara também reproduzindo a lógica capitalista quando vinculado a esse mecanismo de integração, como exposto pela pesquisa.

As medidas produtivas que materializam o modo de produção capitalista<sup>40</sup>, não se apropria do trabalho excedente direto do camponês, mas o faz segundo Santos (1984. p.p. 64) “*mediante um conjunto de determinações que subordina seu processo de trabalho*”, que assume condição de alienação das coisas, transformando os “*produtos do trabalho humano*” em mercadoria, onde a “*sua vontade é a vontade alienada da mercadoria*”. Realidade de que se cristaliza na fala do assentado Antôniel (2017), que descreve o padrão asséptico desejado pela indústria, em relação aos frutos dos pepinos no assentamento, ou seja, a codificação do alimento em mercadoria,

O pepino classe A eles paga 0,90 centavos! Ele tem que ter 4,5 cm de diâmetro no máximo 5, precisa passar na peneira para fatiar, tem que ser reto, sem nenhum furo, ou lesão na casca, não pode ser ocado. Aí tem a classe B, que eles pagam 0,30 centavos, que tem que ter tudo isto, mas pode ter uma

---

<sup>40</sup>Segundo José Vicente Tavares dos Santos o modo de produção capitalista constitui uma classe de trabalhadores expropriados de seus meios de vida e produção e uma classe de proprietários do capital que vão se apropriar da renda da terra gerada pelos trabalhadores no processo produtivo.

torturinha, fora isto o resto é descarte! (ANTÔNIEL, Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 14.3.2017)

Para os camponeses o pepino é um alimento que se transforma em mercadoria, que precisa ter tamanho, diâmetro e aparência específico que deve ser alimentado por hormônios e pulverizado por diversos tipos de agrotóxicos, logo precisa ter um padrão linear e “asséptico” de beleza. Os desejos e vontades industriais que submetem os camponeses, segundo Santos (1984. p. 61) á extensão da “*exploração absoluta do trabalho*”, personificado na “*burguesia industrial dos meios exploratórios do capital*” que determina a “*ampliação do trabalho excedente do camponês*”, materializado na “*exploração do sobretrabalho*”.

A exploração do sobretrabalho se materializa nos plantios de pepinos, quando a indústria de conserva adota o procedimento de receber a matéria prima (pepinos), colocando-os em câmeras frias, após isto, realiza a classificação e a pesagem, onde são descartados uma porcentagem grande de pepinos, mas que não são devolvidos ao produtor, como podemos observar na fala de Maria (2017), “*não! A pesagem é lá! Que faz! A gente só baseia aqui para poder colocar na nota (...) lá ninguém acompanha o peso não, eles falam que separa os sacos de cada produtor e pesa um por um*”. A indústria adota a estratégia de armazenar a produção, com isto provoca a perda de água (murcha) do produto, esta atitude ocasiona a deterioração dos pepinos para pagar valores mais baixos ou não pagar, classificação que fica evidenciada na fala do Sr. Vagmar (2017), “*lá é classificado em A e B! O tipo A é o melhor eles pagam R\$ 0,90 centavos, já o B é mais fraco, eles pagam R\$ 0,30 centavos! Para ser A tem 4 a 4,5 de espessura, o tamanho eles não ligam, mas a espessura sim! Se passar desta bitola já é descarte, eles não pagam! O tipo B já são aqueles com a mesma bitola, uns tortinhos bonito, né!*” (VAGMAR e MARIA. Assentamento São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 20.11.2017).

A consumação da classificação segue os seguintes critérios técnicos, como observamos na fala do assentado Vagmar (2017),

Não! Não! **Classifica lá**, aqui nós dá uma classificadinha! Tira o grosso e aqueles que a gente acha que não passa. O técnico e até mesmo o motorista falam, que eles contam os sacos que o produtor levou, **escolhe 10% e despeja para classificar**, aí **aqueles sacos serve de média** para todos os outros sacos.

(VAGMAR. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017).

O assentado precisa contar com a sorte na hora da classificação, como presenciemos na fala do assentado Vagmar (2017), “*se levar azar e eles pegar um saco que tenha melhor*”, *ai eles classificam os outros tudinho por B*”. Dona Maria escutando o relato do marido entra na conversa e afirmar, “*porque às vezes acontece de um saco ir mais estragado que o outro, né... é por isto que nós, já tira tudo aqui, porque nós temos galinha, porco, tem as vacas que gosta! Para que mandar se vai perder! Né!*” (VAGMAR e MARIA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017).

Consumado a expropriação da renda da terra do agricultor, que teve que comprar a quantidade de agrotóxicos, adubos, equipamentos, ferramentas ao preço do mercado, tendo que agora aceitar as condições de classificação e pagamento da indústria, que fecha o ciclo de expropriação do desenvolvimento capitalista no campo, deixando o mínimo necessário as famílias camponesas.

Para aumentar ainda mais seus lucros à indústria utiliza um “macete” legitimado pelas exigências técnicas, à matéria prima (pepino) que foi considerada descartada é utilizada junto aos que foram classificados como bons para a industrialização, como observamos na fala de Dona Maria (2017), “*aqueles que são descartados, fica para eles lá! Volta não! Eles falam que não compensa pagar o frete de volta, teve uma vez que não sabíamos muito, mandamos 620 quilos foi descartado 460 quilos...risos...risos... depois nós aprendeu!*” (VAGMAR e MARIA. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 20.11.2017)

Realidade semelhante podemos observar na pesquisa realizada por José Vicente Tavares dos Santos (1984), que estudou a subordinação dos produtores de uva nas vinícolas da serra gaúcha, onde:

A fábrica parece retardar o seu recebimento (uva), seja deixando os caminhões carregados a porta dos estabelecimentos por várias horas e até alguns dias, seja limitando a quantidade de matéria-prima a ser recebida diariamente de cada produtor, (SANTOS, 1984, p. 98).

Mas porque a indústria do vinho toma esta atitude? O autor elucida:

A composição do custo industrial do vinho: enquanto que a matéria-prima representa aproximadamente 73,8%, a correção glucométrica do mosto (sumo

da uva) apresenta apenas 6,2% do custo industrial do produto (...) torna-se vantajoso a indústria comprar uva com graduação inferior, pagando menor preço, e depois fazer a correção necessária do mosto (sumo da uva), pois o custo desta operação é relativamente muito menor do que o custo da matériaprima. (SANTOS, 1984, p.p. 99-100).

Realidades distantes geograficamente e temporalmente, mas com requintes e semelhanças, diante do capital industrial para explorar e subordina os camponeses, se utiliza de diversos artifícios, garantindo a acumulação e a concentração da riqueza.

A codificação do pepino para os camponeses ainda provoca a conversão do trabalho em emprego, pois segundo Rigotto, (2008. p. 24), a aceleração do “*processo de desnaturalização do espaço e de constituição de ambientes de vivência e produção*”, realidade que observamos na fala do Senhor Damião (2017), “*ah! Nasceu! Você começa a passar veneno a cada 4 dias, e enrola os fitilhos, com 15 dias tem que guiar ele, todo dia. Todo dia (...) o dia inteiro! Vixe! Ai! É o mês todo! Ele começou a produzir, aí você tem que colher cedo e volta lá atrás para guiar, isto até o fim*” (DAMIÃO. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 10.10.2017).

Somada à progressiva organização do complexo tecnificado de produção, instaura relações profundamente novas entre os produtores (camponeses) e os meios de produção, a assentada Dona Maria (2017), nos proporciona compreender esta dinâmica de trabalho para produzir está mercadoria, “*moço! O pepino é pepino! Começa cedo e só para a tarde, é o dia inteiro batido, quando começa a produzir não dá tempo nem para ir à cidade fazer compra, porque não tem como não colher! Se não colher você perde 600 quilos de pepino! Não dá para perder!*” (Maria. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 10.10.2017).

As imposições produtivas implantadas pela indústria de picles, estabelece a “conversão codificada” onde os camponeses agora produzem pepinos para atender as necessidades do mercado, mudando:

O caráter da pressão sobre o ambiente físico e a concepção de tempo: o horizonte temporal não é mais orientado pelos ciclos da natureza, mas sim pela amortização dos investimentos. (Rigotto, 2008, p.24).

As novas práticas de modernização implementadas na agricultura promovem transformações e mudanças que segundo Rigotto (2011, p. 54) “*reorganizam e reestruturam os territórios, de forma cada vez mais complexa*” (Tais ações provocam efeitos nocivos e riscos que envolvem as esferas, ambientais e sociais, “*onde grupos*

*específicos de um dado território, encontram-se mais expostos e fragilizados em sua capacidade de compreender e enfrentar os riscos ocupacionais ou ambientais”* (PORTO, 2007, p. 165). Estamos tratando de camponeses assentados em condição de pobreza econômica, de maioria negra, sem acesso a crédito, morando longe dos centros de comercialização, que aceitam as condições de submissão produtiva impostas pela indústria, pois acreditam na promessa da geração de renda, sem considerar os riscos ambientais e sociais (RIGOTTO, 2011. p.211).

A dinâmica pela reprodução social a que as famílias camponesas estão submetidas, constitui um universo de contradições, para resistirem nos assentamentos que se encontram esvaziados de assistência técnica e alternativas que gerem renda e condições de sobrevivência, colocando os camponeses assentados, frente a uma realidade perversa, obrigando-os a lidar em condições desfavoráveis, sem orientação e políticas de produção, circulação e comercialização. Fato que coloca a comunidade na invisibilidade social, assim para os empresários do agronegócio, a preocupação é cuidar da saúde dos vegetais (pepinos) em detrimento à saúde das pessoas.

As vontades industriais levam o desenvolvimento de técnicas e tecnologias de precisão que favoreçam a intensificação da produtividade, que segundo Santos (1984, p. 62), submetem os camponeses à extensão da “*exploração absoluta do trabalho*”, personificado nos desejos da indústria. Jornadas estendidas de trabalho, que **condicionam os agricultores às necessidades do vegetal/mercadoria em troca das suas próprias vontades físicas, psicológicas e mentais de descanso e convívio social**, como podemos observar na fala do assentado Vagmar (2017),

“**Rapaz pepino é 100%, você começa cedo e só para a tarde**, é o dia inteiro, só tirar leite e nós entra na roça umas 7:00 da manhã colhe até umas duas horas da tarde, aí você vai almoça, aí lá por umas três e meia, você volta para roça, porque é a hora de poda, depois vai passar veneno, ou ensacar... o **pepino não tem tempo para a nada**. É pepino mesmo...até para ir na cidade fazer compra, só dá para sair à tardinha, quase na hora do mercado fechar, tem que ir correndo” (VAGMAR, Assentado São Paulo. Presidente Eptácio. Entrevista concedida em 10.10.2017).

Forçados por uma imposição técnica da empresa, os agricultores precisam trabalhar incansavelmente 12 á 15 horas por dia, nos períodos de pico de produção, já que ao longo do dia precisam conduzir as ramas na espaldeira, irrigar, limpar a cultura, colher, transportar, classificar, embalar e aplicar venenos, para superar todas as tarefas

diárias, como: conduzir a planta nas espaldeiras, colher, irrigar, abastecer com hormônios e venenos os tambores que contem água para irrigação, colher, aplicar venenos via costal, ensacar, transportar. Para dar conta deste contingente de tarefas toda a família camponesa se organiza para contribuir no trabalho, os mais jovens labutam com suas enxadas, arados e rastelos nos canteiros, são responsáveis pela leitura dos rótulos dos vidros de agrotóxicos e preparação da dosagem no abastecimento dos pulverizadores costais, que em seguida são operados por meninos, que brincam entre as ruas de canteiros de pepinos, afirmando que estão conduzindo/operando “uma D20”, afirmação que faz alusão a máquina costal de 20 litros que levam nas costas a caminhonete da Volkswagen. Já os filhos mais novos, as mulheres e os membros mais velhos da família realizam a colheita, classificação dos frutos e os tratos culturais de condução da cultura do pepino.

Aspectos de subordinação centrados nos desdobramentos das ações industriais que condicionam e alteraram a rotina de trabalho das famílias, agora, gerenciadas e condicionadas ao agendamento dos traços culturais e aplicação de venenos na cultura, realidade que condiciona os camponeses há estender as horas trabalhadas para suprir a demanda produtivas, entre os diversos “trabalhos” realizado na cultura. Elementos da subordinação de condicionamento do trabalho camponês submisso aos desdobramentos produtivos da cultura, para atender às exigências industriais.

A subordinação interfere no processo laboral dos camponeses, que segundo Wanderley (1999. p. 43), *que imprimi “uma determinação fundamental ao processo de trabalho, na medida em que se converte a terra em equivalente á mercadoria”* Isto se materializa na imposição de um padrão técnico, como afirma o assentado Vagmar (2017), *“nós reza o que o técnico manda, dois dias de nascido nós começamos no veneno, ai ele indica o veneno que tem que passar, assim segue de quatro em quatro dias veneno, sempre quatro ou cinco tipo por máquina”* . Prática que valoriza e fundamenta, segundo Neves (2008, p.34) a “produção na lógica da ampliação do consumo de produtos industriais e se legitima na atribuição do alcance de maior grau de produtividade”.

A mecanicidade das operações de aplicação de adubos, venenos e condução da planta subordina os camponeses à necessidade de aquisição de adubos e agrotóxicos, que submete sua renda às vontades industriais. Tais atividades expõem os camponeses

ao alto risco de contaminação com agrotóxicos, devido à intensa utilização de venenos para a produção. Diariamente o plantio recebe adubos e hormônios e a **cada dois dias** a roça é **pulverizada com fungicidas, inseticidas e pesticidas** que são **determinadas pelos técnicos da empresa**, atitudes que provocam intoxicação e extensão das horas de trabalho, como podemos observar na fala do assentado o senhor Damião (2017),

**“Aqui! Nós gasta 8 bombas de veneno, umas 2 horas de trabalho a cada 2 dias, ah! O técnico da firma fala quais que vamos usar e nós executa, mas sempre é 4 a 5 tipos em cada bomba. No pepino nunca deu problema, mas estes dias fui passar veneno no gado, aí cai um pouco nas costas, rapaz! Quando foi a noite, fui parar no hospital, fiquei 3 dias internados”**  
(Assentado Damião. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 10.10.2017). (Grifo nosso).

Observamos nos trabalhos de campo a não utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), desrespeitando a norma Regulamentadora Rural n.4, aprovada pela Portaria n. 3.067, de 12 de abril de 1988, do Ministério do Trabalho. Os EPI's são definidos como todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a integridade física do trabalhador (Agostinetti, 1998). A sub-utilização ou utilização ineficiente de EPI representa grande perigo à saúde do aplicador, causando elevação significativa no número de intoxicações de trabalhadores que aplicam. Neste aspecto deve-se enfatizar que o uso de EPI é um ponto de segurança do trabalho que requer ação técnica, educacional e psicológica para a sua aplicação.

Percebemos nos relatos dos agricultores que a grande maioria das famílias os aplicadores de venenos não se utilizam de equipamentos de segurança, afirmam que os técnicos da empresa falam sobre a necessidade de utilização dos EPI's. Mas este informe, nós parecemos quando escutamos os relatos, somente uma formalidade, 100% das famílias, afirma que nunca receberam qualquer tipo de treinamento para manusear ou aplicar agrotóxicos, como condições do tempo, clima, direção do vento, temperatura, distâncias de outras culturas ou animais, armazenamento dos venenos ou destinação das embalagens

De forma unânime, todas as famílias, afirmam nunca ter participado de cursos e palestras orientando o preparo de caldas ou a importância da utilização de roupas apropriadas. Além de todos afirmarem que a empresa não disponibiliza tais equipamentos para compra, o trabalho de campo mostrou outra situação: a falta de

cuidado técnico é preocupante, sobretudo em relação ao descarte de embalagens de veneno utilizadas no cultivo de pepinos, como afirma o assentado Antoniel (2017),

**“A gente tem que juntar e queimar, porque senão fica na terra e não acaba nunca, as embalagens que nós não queimamos ta tudo por aí, a empresa não orienta o que temos que fazer com o que sobra dos resíduos de plásticos, embalagens e nem oferecem solução do que fazer”** (ANTONIEL. Assentamento São Paulo. Presidente Epitácio. Entrevista concedida em 14.3.2017).

Vale frisar que todo ônus desse processo produtivo seja com relação a saúde dos camponeses assentados, ou ao descarte de embalagens de agrotóxicos e dos alimentos fora do padrão estabelecido pela empresa, fica exclusivamente sobre responsabilidade dos trabalhadores. Realidade que elucida e clarifica dois elementos centrais, **a falta de responsabilidade da indústria**, na viabilização de equipamentos de proteção e **a falta de assistência técnica** de orientação aos agricultores. E o segundo elemento é **a intensificação na rotina de trabalho**, que obriga o agricultor a cumprir o **planejamento de pulverização diário**, além de **suprir as outras demandas produtivas** impostas pela indústria.

A intensificação e tecnificação dessa relação de “integração” submetem os camponeses temporariamente á extensão da exploração absoluta do trabalho, medidas que são determinadas pela indústria para intensificar a exploração do trabalho. Estas ações determinam a ampliação do trabalho excedente do camponês, materializado na exploração do sobretrabalho. Realidade que coloca as famílias e a comunidade invisíveis socialmente, uma vez que para os empresários do agronegócio, a preocupação é cuidar da saúde dos vegetais (pepinos) em detrimento da saúde das pessoas.

Os trabalhos de campo mostraram dois elementos centrais na vida dos camponeses assentados, a capacidade que a família camponesa possui de encontrar no trabalho familiar de divisão de tarefas as alternativas para suprir as demandas impostas pela indústria e a clareza que os agricultores possuem dos riscos a saúde que correm. Já o segundo elemento está condicionado ao processo de extensão das horas laborais de trabalho e o uso indiscriminado de agrotóxicos, que são alternativas colocadas pela imposição do pacote tecnológico trazido pela indústria. Diante desta adversidade os camponeses confiantes no trabalho coletivo familiar, buscam as alternativas na subordinação para resistir no campo, este mecanismo contraditório de reprodução

mobiliza a família camponesa a desenvolver adaptação e flexibilização para manter seu modo de vida.

#### **4. O CAMPESINATO NO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA AO CAPITAL: uma análise a partir dos camponeses integrados ao veneno**

Segundo, Shanin (2008), durante o século XIX o debate a respeito do campesinato, prevaleceu entre os pesquisadores e instituições que discutiam o assunto, buscavam compreender as implicações causadas a este público, bem como sobre quais ações políticas deveriam ser tomadas em relação as transformações, provocadas pelas mudanças desencadeadas pelo modo de produção capitalista no campo. Estes debates produziram duas previsões que se concretizaram no século XXI, a participação percentual do campesinato no conjunto da população diminuiria e também que em alguns países, os camponeses teriam a necessidade de realizar trabalhos alternativos. Realidades explicáveis segundo o autor, pela “*teoria de involução*” do antropólogo americano Clifford Geertz, que “*significa uma situação em que a pobreza não se resolve sozinha, tendo a se tornar cada vez mais profunda, expulsando as pessoas do campo*” (SHANIN, 2008, apud PAULINO, 2008, p.p.24,25).

Mas os debates não previram que no tempo histórico contemporâneo haveria o surgimento de dois processos contraditórios ao modo de produção capitalista, que segundo Shanin (2008), são responsáveis pela criação do campesinato, fenômeno que não é exclusivo do Brasil, em que “*pessoas que não são camponeses ou pessoas que são “sem-terra” recebem a terra por meio de políticas de redistribuição fundiária*”. Ainda temos o processo de criação e recriação do campesinato. (SHANIN, 2008, apud PAULINO, 2008, p.24).

Outra constatação neste tempo histórico é a capacidade que os camponeses desenvolveram para se adaptar as complexas condições, para ganhar a vida, utilizando uma gama variada de mecanismos e estratégias, como a exploração do turismo, o desenvolvimento de novos métodos produtivos, da combinação do trabalho campônês

com o trabalho não-campônes, ou ainda, modelos internacionais de sobrevivência, como por exemplo camponeses turcos que trabalham nas fabricas da Alemanha e os ganhos remetem as suas famílias na Turquia. (SHANIN, 2008, apud PAULINO, 2008, p.24).

Elementos que materializam o processo de resistência e (re)criação camponesa, que busca na “ação contraditória” a solução para “situações de crise, nas quais eles são submetidos”, pois a natureza camponesa é essencialmente condicionada à construção de estratégias e alternativas de sobrevivência para a reprodução social, sua natureza não aguarda por soluções trazidas de fora, como nos afirma Shanin (2008), os camponeses tem provado ser extremamente resilientes e criativos para permanecer camponês e assegurar a subsistência da família em situações de crise”como podemos observar,

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises. (SHANIN, 2008, apud PAULINO, 2008, p.p.25,26).

O conjunto dos camponeses adota estas diversas formas de adaptação e flexibilização para manter seu modo de vida, tendo na família a sua força motriz que o impulsiona para saltar os obstáculos construídos nos momentos de crise, utilizando dela como instrumento para se defender das calamidades. Onde a família pode empregar sua mão de obra de diferentes maneiras, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se unida e proteger-se de maiores danos. (SHANIN, 2008, apud PAULINO, 2008, p.29).

A capacidade regenerativa presente no conjunto de alternativas desenvolvidas pelo campesinato estão ligadas a duas condições que os estruturam enquanto sujeitos sociais, segundo que Shanin (2008), o campesinato é ao mesmo tempo uma classe social e um modo de vida particular que apresenta características distintas de autosuficiência. (MARQUES, apud PAULINO, 2008, p.50). Elementos que presenciamos em Shanin (1979),

A dualidade principal da posição dos **camponeses na sociedade consiste em que são, por uma parte, uma classe social (de escasso caráter de classe e em geral dominada pelas demais classes)** e, por outro, um mundo diferente, **uma sociedade em si mesma, muito autosuficiente**, que ostenta os elementos de um padrão de relações sociais separado, claro e fechado (SHANIN, 1979, p.228). (Grifo nosso).

As especificidades decorre da interdependência e combinação variável de características próprias presentes no campesinato, constituído a partir do caráter escasso de classe social, mas fortemente condicionado a se constituir como uma sociedade em si, com seu próprio modo de vida. Características que se materializam segundo Shanin (2008, p.51) “*cultivo da terra, a unidade de produção familiar, a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social*”. Mas a centralidade que garante suas características camponesas está segundo Shanin (2008 p. 51), na “*dinâmica da unidade de produção rural familiar*”.

A produção gerada a partir do trabalho da família, segundo (Marques, 2008, p.52), se dá de acordo com o “*balanço trabalho-consumo, ou seja, a relação entre a força de trabalho familiar disponível e o seu número total de dependentes*”. A família camponesa busca ajustar sua “*capacidade as novas situações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura*”, ou seja, realiza o movimento de buscar o “*equilíbrio na relação entre as suas necessidades familiares e sua capacidade de trabalho, agora mediada por uma relação com o mercado*” (MARQUES, apud PAULINO, 2008, p.51,52).

Na busca **pelo equilíbrio entre as necessidades familiares para a reprodução social e a capacidade de trabalho**, o campesinato realiza um movimento surpreendente de **flexibilidade** com grande capacidade de adaptação as novas realidades do campo, segundo Marques (2008, p. 52), está “*explicação se dá pelo sua capacidade de resiliência*”. Que somente é possível devido a grande capacidade que a família camponesa possui na sua economia familiar, que segundo Shanin (2008), tem sido “pouco estudada quanto as economia estatal e de mercado, pois , em situações de crises, a lógica da economia camponesa é particularmente eficiente e tende a resolver os problemas de forma mais barata”. (SHANIN, 2008, apud PAULINO, 2008, p.52). **Está capacidade reventiva do campesinato demonstra a sua condição de (re)criação inserida nos processos contraditórios de desenvolvimento do capitalismo no campo**, ou seja, ele é um sujeito dentro do movimento capitalista que se reproduz, se reenventa, se ressignifica. (Grifo nosso).

Para compreender as alternativas e adaptações encontradas pelo campesinato para chegar as alternativas de reprodução social precisamos buscar o conhecimento o mais amplo possível em termos históricos e geográficos e devemos

observar os elementos presentes no território de forma contraditória em movimento constante como parte do processo de transformação. Para isto, segundo Marques (2008, p. 68) “*precisamos desenvolver uma abordagem dialética, que considere as formas, modos e estruturas como momentos específicos na conformação das relações sociais, definidos por diferentes processos ora contraditórios, ora complementares*”.

Esta abordagem dialética, deve ser entendida como a realização da leitura do fenômeno social, que segundo Marques (2008, p. 68) deve partir do seu “*movimento contraditório na sua versão relacional*”, pois neste sentido a análise do movimento da sociedade, reúne elementos para avançar no entendimento do “*desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo em suas múltiplas determinações*”.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro se irriga com formas capitalistas e não capitalistas de produção, sendo o trabalho familiar e a produção produzida por estas famílias, exemplos deste desenvolvimento não capitalista. Diante desta afirmação compreendemos as relações de produção e o modo de vida do campesinato, a partir de **relações não capitalistas, que estão mergulhadas dialeticamente nas contradições do desenvolvimento capitalista no campo**. Contradições que afloram nos assentamentos rurais, pois apesar destes serem sinônimo e ergam-se sob a premissa de serem territórios<sup>41</sup> camponeses que se constituem como importante marco multidimensional de antagonismo entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista, estes não estão livres das ações e iniciativas do sistema capitalista de produção, fazendo com que se tornem territórios impreterivelmente de disputas permanentes. (Roos, Djoni, 2016, p.170).

Para melhor compreender o processo dialético no território camponês, precisamos observar os elementos de subordinação e insubordinação presentes nos assentamentos, como podemos observar nas palavras do professor Ariovaldo Umbelino, que afirma, que o desenvolvimento capitalista de produção no campo apresenta-se de forma “*desigual e contraditória*”. Segundo Oliveira (2001, p.85), “*a expansão*” e

---

<sup>41</sup>Referenciamos-nos em Milton Santos para compreender o território como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (Santos, Milton, 2002, p.90).

consequentemente seu desenvolvimento ocorre de forma “*heterogenia, complexa e plural*”, realizando um “*movimento contraditório de desigualdade no processo de seu desenvolvimento*”. Sua natureza leva consequentemente ao surgimento de dois fenômenos sociais, que serão observados a partir da realidade e características brasileiras, segundo o autor,

**O capitalismo** atua desenvolvendo **simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado**, no campo em várias culturas em diferentes áreas do país, (...) **mas por outro lado**, este mesmo **capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa**”. (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

**A realidade que mergulha o tecido social camponês contraditoriamente** dentro de relações produtivas capitalistas, o leva a estar exposto a expropriação das suas ações, que segundo Oliveira (2001. p.189), são “**relações que impreterivelmente tomam distintas medidas, dependendo das circunstâncias**”. Em vez de “territorializar é mais vantajoso ao capital monopolizar o território”, Neste sentido, segundo Roos (2016. p.171), há momentos em que “*o capital ao invés de expropriar o camponês, subordina a sua produção a indústria, dominando a circulação e drenando, assim, a renda da terra camponesa*”

O processo social contraditório de desenvolvimento no campo, que segundo Marques (2008. p.66), “*constrói/ destrói formações territoriais (...) a partir de processos desiguais de valorização, produção e reprodução territorial do capital*”. Aspectos contraditórios, encontramos o território estudado com 76 lotes, sendo 22 famílias destes lotes, estão subordinadas a indústria de conservas. Mas por outro lado, dentro do mesmo território são encontrados 54 famílias, que buscam produzir diferentemente desta forma tecnicista que adota o pacote tecnológico.

É importante frisar, que estas 54 famílias estão fora das condições produtivas impostas pela indústria de conservas do pepino, mas contraditoriamente inseridas em outras formas de subordinação como a produção leiteira, que se apresenta no assentamento e na região como uma das principais formas de geração de renda para as famílias, a produção de pimenta para indústria, a produção de Urucum, a criação do bicho da seda, entre outras formas de subordinação, que não foram alvos desta pesquisa.

A realidade observada no Assentamento São Paulo, demonstra que a grande maioria das famílias busca em outras formas de trabalho produtivo as condições para a

reprodução social, nossa pesquisa não objetivou o estudo das formas de subordinação presentes na comunidade, mas sabemos que a comunidade estuda possui como já relatamos diversas formas subordinadas de produção. Podemos ainda perceber que tanto as famílias estudadas quanto as demais do assentamento buscam formas insubordinadas de produção de alimentos. Diante deste aspectos contraditórios que estão inseridos o camponeses possuem relações intrelaçadas na multidimensionalidade, de subordinação e insubordinação, pois, ocorrem contemporaneamente no mesmo espaço<sup>42</sup>, no mesmo assentamento, no mesmo núcleo familiar de forma contraditória como testemunho da materialidade da disputa territorial de distintas formas produtivas.

Segundo Oliveira (2010), a lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo, que se apresenta a partir de dois processos distintos,

“A territorialização do capital, caracterizado por exemplo pela expansão da agro-indústria. E **a monopolização do território sem territorialização, caracterizado pela subordinação da produção camponesa aos interesses do capital monopolista** (OLIVEIRA, 2010, p.p. 74,75,105) (grifo nosso).

No caso estudado de integração das famílias a indústria de conserva de pepinos, constatamos a subordinação camponesa ao monopólio agroindustrial, materializado no domínio da circulação da produção pela indústria, que condiciona os camponeses aos interesses comerciais do capital monopolista de insumos e agrotóxicos. Pois **a indústria de conservas condiciona os agricultores ao desenvolvimento tecnificado da produção**, sendo adotado **medidas produtivas**, que priorizam o uso de **grande quantidade de agrotóxicos**, insumos químicos e equipamentos de irrigação, que **são responsáveis em drenar a renda da terra camponesa**, devido a necessidade das famílias investirem para obedecer ao receituário exigido pela indústria.

**Em contra partida a drenagem da renda da terra**, que coloca as famílias **integradas a indústria na condição de subordinação**, dependência e marginalização, **os camponeses encontram no trabalho familiar e nas interrelações de**

---

<sup>42</sup>Para compreender as dimensões do espaço buscamos nas definições de LEFEBVRE (1991), que trabalha com a definição de espaço como a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). Que segundo Fernandes, nós exigimos cuidado para não reduzir suas significações a um fragmento, pois segundo o autor, o espaço é uma totalidade. (FERNANDES, 2013, p. 194).

**territorialidade dentro do território a saída para a reprodução social**, este segundo elemento só é possível devido a posse e uso do território. Fatos encontrados no Assentamento São Paulo que corrobora com as definições da importância da trabalho familiar, descritas por Shanin (2008. p.25), que afirma que a *“economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece,”* estas características são responsáveis pela eficiência da economia camponesa.

Na necessidade de reprodução os camponeses buscam na flexibilização e na adaptação as ferramentas para resistirem nos territórios, sendo a subordinação a condição, diante do deserto de políticas de produção, circulação e comercialização no assentamento, como afirma Shanin (2008),

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, **o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias** e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como **a multiplicidade de soluções encontradas** para o **problema de como ganhar a vida** são **qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises**. (SHANIN, 2008, p.27). (grifo nosso).

**Como a subordinação não é um processo linear, os camponeses resistem e lutam constantemente por maior autonomia, flexibilizando e adaptando-se ao movimento de expropriação produzido pelo desenvolvimento capitalista no campo**, buscando nas brechas deixadas, as formas de resistirem. Todo este processo de adaptação dos camponeses, somente ocorre a partir do movimento do trabalho familiar, que encontra na multiplicidade as soluções, como o apoio e a ajuda mutua entre os membros da família, ou entre as famílias, como a troca de dias ou o trabalho auxiliar. Saídas encontradas para sobreviverem, ou seja, é segundo Origuéla (2018, p.3), partir de *“relações desiguais no tempo e no espaço que os camponeses constroem estratégias de reprodução na terra, lutando pelo controle dos seus territórios”*.

Iniciativas que são encontradas nas famílias integradas a indústria de conservas do pepino, que apesar da subordinação, buscam nas múltiplas formas do trabalho familiar a diminuição dos custos de produção e as melhores condições pagas a matéria prima (pepino), como forma de melhorar as condições de reprodução social familiar no assentamento.

Outra forma da família camponesa suportar a subordinação que provoca a drenagem da renda da terra, que está condicionada a monopolização do território pelo

modo de produção capitalista, está segundo Roos (2016, p.171) no “*controle das suas territorialidades*”. Entendemos essa como o uso do território, que ocorre exclusivamente pela produção das relações sociais que somente pode ser realizadas pelo sujeito. Essas relações são dinamizadas por ações, segundo Fernandes (2013, p. 194), de “*técnicas e tecnologias*”, que impactam a natureza com maior intensidade, “*provocando a formação do território, pois os seres necessitam construir seus espaços e territórios*” para garantirem suas existências.

Este mecanismo desenvolvido pelas famílias camponesas de adotar simultaneamente e concomitantemente a subordinação, ao mesmo tempo constroem estratégias de reprodução na terra, como o desenvolvimento de técnicas e tecnologias milenares transmitidas entre as gerações de produção alimentar sem o uso de agrotóxico, a criação de animais que forneceram fontes de renda auxiliares ou serviram de complementação alimentar. A construção de rituais culturais, religiosos e políticos que garantem a criação e recriação da cultura do modo de vida camponesa, somados ao trabalho coletivo e comunitário na família e entre as famílias camponesas que garante os princípios camponeses.

Durante os trabalhos de campo realizados no assentamentos da região, encontramos diversas iniciativas nos lotes que possuem famílias integradas e não integradas, que materializam as territorialidades camponesas no uso do território a partir da posse da terra, como as hortas que produzem grande diversidade de verduras e legumes, os quintais que produzem tubérculos, como mandioca, batata e frutas, como laranjas, mixiricas entre outras. Encontramos ainda os animais, que produzem leite que são transformados em queijo e doces, além de fornecer carne e ovo, ainda nas iniciativas produtivas, é comum encontrar entre as famílias integradas a reutilização das estruturas construídas para o plantio do pepino, onde os camponeses utiliza-se da adubação e irrigação utilizada na cultura do pepino para produzir alimentos, ou ainda, utilizar estas áreas para reformas de pastagens para o gado. Durante o período da pesquisa, encontramos entre as comunidades atividades coletivas culturais, religiosas e políticas, além de atividades familiares de ajuda, troca de dias, troca de alimentos e reuniões de fim de tarde entre membros da mesma família ou de famílias distintas.

Iniciativas que segundo Origuéla (2018, p.3), “*materializam o movimento contraditório do campesinato, como forma de continuidade do acesso ao território que é fundamental*

*na manutenção e recriação das famílias camponesas*”. Na multiplicidade das relações contraditórias de subordinação e insubordinação no território, encontramos segundo Roos (2016. p.170), territorialidades capitalistas, que possuem “*características de relação social capitalistas, com particularidades distintas de uso do território*”, pois, “*trata-se de uma territorialidade infringindo, subordinando a outra territorialidade*”. Simultaneamente a este movimento de subordinação a territorialidade camponesa apresenta-se inserida contraditoriamente com “*iniciativas de uso multidimensional do território, isto é, o uso e o pensar do território*”

Ações presentes no território que o disputam e se materializam nas relações de poder, expressas nas territorialidades, que segundo Fernandes (2010. 34), “*nos ajudam a identificar quem domina e quem é dominado nos territórios*”, cicatrizes que se apresentam impressas na paisagem territorial, a partir dos “*componentes que revelam as relações sociais, políticas e econômicas*” ( FERNANDES 2003, p 122).

Este movimento simultâneo multidimensional das territorialidades capitalistas e camponesas, são segundo Roos (2016. p. 171), “*as táticas de ação para a manutenção e controle do território, cujas marcas são as relações de poder*”, ou seja, a territorialidade nasce no território como resultado das “*relações sociais de gestão do espaço de existência ou produção*”. Desta forma segundo o autor, no interior de um mesmo território podem coexistir várias territorialidades. Como os exemplos apontados por Fernandes (2003. p. 94), em “**um lote de um assentamento, podem se manifestar as territorialidades do campones, do capital e do Estado**”.

**A subordinação e a insubordinação apresentam-se como processos contemporâneos interligados contraditoriamente**, de forma não linear, onde as famílias camponesas resistem e lutam constantemente para libertar-se da dependência e da marginalização. Diante destes aspectos de complexidade, presentes no território, que é sinônimo e instrumento de resistência, autonomia e emancipação, o seu uso pode levar os campones a uma condição de subordinação.

Ambas estão inseridas no movimento contraditórios de disputas territoriais, como nos afirma Origuéla (2018. p.8), “*os camponeses que se encontram em condição de subordinação lutam pela autonomia, produzindo alimentos para autoconsumo, organizando-se em associações e cooperativas*”. Da mesma forma, que a autonomia produzida pela insubordinação ao modo de produção capitalista é algo relativo, pois

está, “*permeada de conflitos, privilegiando de alguns grupos de camponeses em detrimento a outros*”

Segundo Origuéla (2018. p.8), a subordinação e a insubordinação camponesa, não deve ser visto pelo viés, “*maniqueísta*”, como se a “*subordinação fosse algo totalmente ruim e a insubordinação fosse algo totalmente bom*”. Ambos,

Os processos permitem a re-existência do campesinato e ocorrem a partir de contextos e condições específicas, ou seja, **em alguns momentos o campesinato se integra ao sistema agroindustrial**, enquanto em outros momentos **luta por maior autonomia na produção, industrialização e comercialização de alimentos**”. (ORIGUÉLA, 2018, p.8). (Grifo nosso).

Como **constatamos no estudo de caso no Assentamento São Paulo**, onde encontramos processos contraditórios que ocorrem concomitantemente, no assentamento, onde as famílias “**provam o sabor**” **da subordinação e da insubordinação no mesmo tempo e espaço**. Realidade que corrobora com Origuéla (2018. p. 40), que afirma, que o “*território tem papel fundamental nesses processos, como ele, por um lado, permite a subordinação, mas por outro lado, é essencial para a autonomia, emancipação e a constituição de sistemas agroalimentares sustentáveis*”, como constatamos na realidade estudada, onde a mesma família camponesa, produz simultaneamente no tempo e espaço, mercadorias (pepinos) integrados ao pacote tecnológico promovido pela indústria, e também produzem alimentos, como grãos, tubérculos, hortifrutigranjeiros, milho, frutas, banana, feijão, aboboras, ervas medicinais e temperos, sem o uso de agrotóxicos para comercializar junto ao Programa de Aquisição de Alimentos da Conab, conhecido entre as famílias como PAA ou o programa de compra de merenda escola.

Diante destes aspectos, coloca-se necessário aprofundarmos a compreensão dos elementos da subordinação camponesa que tem como consequência a dependência e a marginalização, servindo como mal necessário para a manutenção dos territórios, diante do esvaziamento de possibilidades de geração de renda que contribuíram para a reprodução da família camponesa nos territórios. Da mesma forma que coloca-se necessário aprofundarmos a compreensão da insubordinação camponesa como materialidade da resistência, que compõe um dos elementos da busca por autonomia, mesmo que está seja relativa.

#### 4.1 - A subordinação camponesa: dependência e a marginalização.

A expansão do modo de produção capitalista trabalha com o movimento contraditório que se apresenta de forma heterogeneia, que segundo Oliveira (2001, p. 185), “*provoca desigualdades ao longo do seu processo de desenvolvimento*”. Simultaneamente atua em duas direções, na “*implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas em diferentes áreas do país*”, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc.” Paralelo a está direção desenvolve de forma “*articulada e contraditória a produção camponesa*”, que se alicerça no trabalho familiar e na posse e uso da terra, como elementos fundantes do desenvolvimento das suas territorialidades, que estão intrinsecas ao desenvolvimento capitalista.

Ao melhor compreender estas direções tomadas pelo sistema de produção capitalista, presenciamos o movimento contraditório, produzido pela subordinação que expropria o campesinato, transforma-o em assalariado, lógica que abre possibilidades para a (re)criação camponesa, permitido pelo seu retorno a terra. Fenômeno que segundo Origuéla (2018), promove “*a (re) criação e resistência do campesinato*”. Esses

processos fazem parte da lógica do capital que, ao mesmo tempo em que expropria o campesinato, transforma-o em assalariado, **abre a possibilidade do seu retorno a terra, (re)criando-o.** Temos, nesse último caso, **a produção de capital a partir de relações não capitalistas**”. (ORIGUÉLA, , 2018, p.44). (Grifo nosso)

As relações não capitalistas de produção, que estão ancoradas no trabalho familiar, que segundo Origuéla (2018. p.43) “*perpassam pela compreensão do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista*”. Que somente é possível devido ao fato do “*capital não expandir de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de produção característica. Ao contrário, ele (re)cria o trabalho familiar*”, que possui características de relações não capitalistas, segundo Martins (1979), o sistema capitalista, assim o faz, para que sua reprodução seja viável e com isto, ocorra a criação de novos capitalistas. (MARTINS, 1981, apud ORIGUÉLA, 2018, p.44).

Elementos da reprodução ampliada do capital, que cria segundo Origuéla (2018. p. 45), “*aspectos contraditórios a si mesmo*”, que articula-se com relações não capitalistas para atingir sua plenitude.

Aspectos da reprodução ampliada que estabelece relações familiares não capitalistas, construídas a partir da subordinação do campesinato ao capital, que segundo Origuéla (2018. p. 45), “*sujeita a renda da terra, expropriando a maior parte dos rendimentos dos camponês, deixando-os costumeiramente, com o mínimo necessário para a sua reprodução*”.

Realidade que constatamos nas famílias assentadas integradas a indústria de conservas do Assentamento São Paulo, pois os custos de produção com agrotóxicos, equipamentos, adubos, hormônios, ferramentas, que são adiantados pela empresa drenam suas receitas, não permitindo que os camponeses contabilizem nos custos e investimentos de produção, o gasto com a mão-de-obra familiar, pois se assim o fizer, estariam pagando para produzir pepinos para a indústria de conservas.

Segundo Origuéla (2018. p.45), o “*desenvolvimento das forças produtivas capitalista ocorre a partir do seu movimento contraditório, da unidade na diversidade*”, pois estas medidas de submissão do campesinato ao modelo capitalista, são possíveis devido ao desenvolvimento do pacote de técnicas e tecnologias para o campo, que envolvem medidas produtivas de intensificação do uso de agroquímicos, sementes modificadas e mecanização da produção, além do pagamento de preços baixos feito pela indústria a produção dos agricultores, medidas que “*transformam a renda da terra em capital, além de poupar investimentos em mão de obra*”. Elementos que materializam a sujeição da renda da terra, que segundo a autora é o caminho que o capital, toma para adentra o “*universo camponês, subordinando-o pela ação dos monopólios*”

Os mecanismos de usurpação e drenagem da renda da terra camponesa, não se restringem somente à apropriação das mercadorias produzidas por eles, o processo de expropriação possui outros tentáculos, que subordinam as famílias aos interesses dos capitais monopolistas que são formados por uma conjunção de empresas nacionais e internacionais que forma conglomerados para dominar a produção, circulação e comercialização. Para isto, controlam os preços agrícolas, definindo valores e assegurando o fornecimento de matérias primas a agricultura. Segundo Origuéla (2018),

**A integração do campesinato ao modo de produção capitalista é o melhor caminho para a elevação das taxas de lucro das empresas transnacionais**, visto que estas orientam os preços dos produtos e controlam os padrões e os fluxos da produção agrícola”. (Origuéla, Camila Ferracini, 2018, p.47).

Imbutido transversalmente neste processo de drenagem da renda da terra, a partir da subordinação camponesa, evidência-se outros desdobramentos que não ficam aparentes no “lusco-fusco”, produzido pelo processo de expropriação capitalista.

A adoção do pacote produtivo imposto pelo modo de produção capitalista, impõem técnicas e tecnologias, que levam a distorções crônicas na relação dos camponeses com a natureza, segundo Carvalho (2012), “*quanto mais os camponeses se submetem as inovações tecnológicas produzidas pelo capital transnacional*”, menor é a sua interrelação com a natureza a partir dos saberes populares, construídos ao longo da sua existência camponesa. Distanciamento que se materializa com a adoção e “utilização de sementes transgênicas e de agrotóxicos, ambos nocivos a natureza e à saúde humana”, atitudes que levam a duas consequências de “*degradação do seu modo de viver e de produzir*”, distorcendo assim sua lógica de reprodução. (CARVALHO, 2012 apud. ORIGUÉLA, 2018, p.47).

A subordinação do campones ao capital também está atrelada a esta questão transversal que comparece a todo o processo de drenagem da renda da terra, segundo Carvalho (2012) “*o modo de produção capitalista constitui ferramentas de ideologia de alienação*”. Quando desenvolve tecnologias que levam a “*construção do senso comum que fetichisa a técnica*”, afastando cada vez mais os agricultores das relações com a natureza, tornando-o dependente do mercado para aquisição de ferramentas e produtos para a produção agrícola. (CARVALHO, 2012 apud. ORIGUÉLA 2018, 47).

Nos trabalhos de campo no assentamento, constatamos a dependência que estão condicionados os agricultores, pois a empresa os obriga a comprar uma série de equipamentos, adubos, venenos, sementes, matéria orgânica (esterco) para a produção, tornando os agricultores dependentes do mercado. Outro elemento chama atenção nos trabalhos de campo, a tecnificação imposta na produção de pepinos, os agricultores possuem uma rotina metodológica de condução que é construída pela empresa.

Esta forma de produzir não respeita os períodos do ano de melhores condições climáticas para a cultura, onde as carências são resolvidas com o emprego de

tecnologias de adubação, agrotóxicos, hormônios e irrigação. Exemplo disso, são os períodos do ano de escassez ou excesso hídrico que levam ao aumento na infestação de doenças, que são resolvidos com o emprego de altas doses de agrotóxicos e a aplicação de hormônios, realidade que materializa a artificialidade da produção, onde o tempo da natureza perde espaço para o tempo da mercadoria, da matéria-prima industrial.

A subordinação da agricultura camponesa ao capitalismo, é segundo Fernandes (2003. p.p 164, 165), “o produto resultante das políticas de desenvolvimento, que são responsáveis pela construção das bases desta determinação de sujeição. A submissão dos camponeses ao capital é tanto um problema de economia política quanto de políticas econômicas”, mas é resultado de decisões políticas.

#### **4.2- A insubordinação camponesa como materialidade da resistência, inserida no processo de busca da autonomia.**

Mesmo com a perversidade do capital que desenvolve mecanismos de subordinação que capturam/drenando a renda da terra dos camponeses, estes por sua vez, resistem adotando formas de adaptação baseadas no trabalho familiar e na condição da posse e uso da terra. Organizam-se enquanto classe social se insubordinando ao capital, construindo alternativas produtivas, organizativas e políticas como forma de trilharem o caminho das bases da autonomia camponesa.

Mesmo subordinados ao capital, apresentam características distintas presentes na economia capitalista, uma destas características é a posse e o uso da terra, que mesmo se apresentando de forma precária, é uma condição imprescindível para a sua existência na exploração familiar da agricultura.

Outra característica desta classe social é o domínio e propriedade dos meios de produção, ou seja, tudo que produzem na terra uma parte tornar-se-a mercadoria, que será comercializada no mercado, enquanto outra parte possui função alimentar da família, não assumindo a condição de mercadoria, mas sim de alimento, segundo Origuéla (2018. p.48), é justamente “*nesta relação de acesso a estas mercadorias, meios de produção, que os camponeses travam a relação contraditória com o capital*”. Pois os camponeses representam uma resistência ao sistema hegemônico, materializada

nos circuitos curtos de produção e consumo de alimentos que conectam quem produz aos consumidores independente do sistema hegemônico, este elemento é central na constituição da resistência camponesa.

O campesinato é a expressão de luta constante por autonomia em diferentes contextos e condições, estando intimamente conectada as relações sociais familiares, desenvolvidas na unidade agrícola e a sua inter-relação com os agentes externos a unidade. Como podemos observar no assentamento estudado, muitas famílias integradas buscam outras alternativas para melhorar as condições de drenagem da renda da terra, pois organizam-se para comercializar outros produtos cultivados no lote em feiras livres nos municípios da região.

Outro elemento que encontramos nos lotes integrados, foi a alternativa encontrada pelos agricultores, para comercializar sua produção por melhor preço. Enquanto a indústria de conserva paga R\$ 0,90 centavos por quilo do produto (pepino), desde que esteja enquadrado num minucioso padrão de tamanho e aspécia. O programa do governo federal de aquisição de alimentos (PAA), paga R\$ 1,50 por quilo do produto, não importando o tamanho, fazendo com que todos os agricultores estudados destinem parte da produção a este programa, alegando que os comercializados no PAA, estariam fora dos padrões.

A luta camponesa por autonomia está inserida intrinsecamente a sua existência, ela apresenta-se em diversos contextos de dependência, marginalização e privações, é parte determinante da sua condição camponesa. Segundo Ploeg (2011. p.p. 41,42), é na *“produção agrícola e através dela que o progresso pode ser alcançado”*. A partir do *“melhoramento lento da qualidade e a produtividade dos recursos essenciais como: terras, animais, culturas, instalações, infraestruturas de irrigação, conhecimentos”*.

Luta pela autonomia que encontramos na realidade dos assentados do Assentamento São Paulo, que afirmam, que o trabalho no plantio do pepino, é uma condição de necessidade e renda. Parte dos entrevistados pontuam que estão plantando algumas safras para melhorar as condições produtivas do lote, como a construção de pomares, melhoramento do rebanho leiteiro, melhoria do curral e da casa, além da condições de renda no lote.

A assência camponesa que busca constantemente uma gama de práticas e estratégias para construir a autonomia, a partir da produção agrícola que os insere

contraditóriamente nas disputas presentes nos territórios, pois quando buscam no cultivo do pepino as condições de renda para melhorar gradualmente as condições que os distanciem das práticas agrícolas do mercado. Estes caem em uma armadilha construída pelo modo de produção capitalista, que é a integração, tornando estas famílias subordinadas e dependentes diretamente do capital industrial e financeiro, através de tecnologias, insumos e créditos. No caso estudado, presenciamos esta realidade, muitas famílias relatam que passaram a produzir pepinos, e que os planos, era trabalhar duas safras para melhorar as condições de infraestrutura, mas a realidade de intensificação produtiva altamente especializada e essencialmente orientada ao mercado, fez com que alguns adquirissem dívidas, ou dependência de insumos ou até mesmo passaram a depender do modo produtivo.

Como relatamos anteriormente a subordinação e a insubordinação apresentam-se como processos contemporâneos interligados contraditóriamente, de forma não linear, onde as famílias camponesas resistem e lutam constantemente para libertar-se da dependência e da marginalização a partir da produção agrícola. A vida das famílias encontra-se inserida no movimento de busca constante da autonomia total ou parcial, apoiando-se na posse e uso da terra, utilizando-se do trabalho familiar como força motriz para resistir.

Estratégias como as encontradas no trabalho de campo realizado no assentamento Haroldina no município de Mirante do Paranapanema, onde a família já realizou 6 ciclos da cultura do pepino, onde em cada ciclo planta de 8 a 12 mil pés. Após os 90 dias da cultura, quando é necessário realizar o rodízio e montar nova estrutura em outro lugar, a família utiliza a estrutura de irrigação e adubação do solo para produzir uma cultura como, milho, feijão, quiabo que servirá para alimentar a família, logo após a colheita esta terra recebe mecanização, para ser feita a reforma da pastagem que alimentará as vacas que produzem leite no lote.

Diante dos aspectos contraditórios de reprodução dos camponeses, inseridos concomitantemente em relações de subordinação e insubordinação, se faz necessário aprofundarmos sua constituição enquanto sujeitos pertencentes a uma classe social, que luta pela resistência em um processo contínuo de (re)criação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa muito tem ainda a caminhar para aproximar do desvendamento dos elementos de subordinação e insubordinação do campesinato, que se encontra inserido indissociavelmente ao tecido social, realizando o movimento constante de forma multidimensional em disputas territoriais contraditórias. As famílias camponesas dos assentamentos estão inseridas neste conflito de sujeição e subordinação produzido pelo desenvolvimento do sistema capitalista no campo.

O movimento real de criação e recriação do campesinato, antagonizado pelos princípios capitalistas de implantação de suas medidas produtivas, nos territórios camponeses leva ao conflito, pois, o desenvolvimento do capitalismo no campo, que constrói a integração que subordina, mas concomitantemente por não dominar todas as esferas reprodutivas do campo permite que os camponeses se insubordinem.

A pesquisa levantou elementos que demonstram a capacidade inventiva dos camponeses diante das adversidades de produção e reprodução no território. Sua capacidade de ressignificar-se diante do conflito é intrínseco sua a vida, carrega na sua essência a contraditoriedade da disputa, ou seja, a luta pela reprodução social. Enquanto princípio de vida camponesa é “a pauta” de todos os seus dias de existência, tornando o lote, o assentamento e o campo o território das disputas contraditórias de criação e recriação camponesa.

A empresa Refricon Vegetable Foods chega aos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema no ano de 2013, com a proposta de implantar o cultivo de pepinos para conserva em alguns lotes, iniciando sua experiência no Assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio. Sua proposta já na sua gênese demonstra-se conectada a fatores que levam a subordinação, pois, altera todas as relações sociais de trabalho com a terra e a produção, promovendo a profissionalização como contraponto ao afastamento dos agricultores dos seus valores produtivos, que se tornam obsoletos.

Os princípios produtivos impostos pela empresa promovem a intensificação e extensão nas horas de trabalho e o uso indiscriminado de agrotóxico, elementos que distanciam as famílias das suas origens produtivas, tornando-as produtoras de

mercadorias para a indústria, num movimento simultâneo de produzirem e ao mesmo tempo serem produzidas como mercadorias da indústria que as subordina.

A pesquisa aponta os “elos” construídos pela indústria, que levam a prisão das famílias assentadas a condição de sujeição as vontades industriais. Diante da vulnerabilidade social, provocado pelo esquecimento histórico de políticas públicas de promoção da produção e comercialização para estas famílias, a empresa utiliza-se de adiantamentos antecipados de insumos e produtos que serão utilizados ao longo da produção da cultura.

Insumos que são repassados por valores acima do mercado como constamos nos trabalhos de campo, que segundo os camponeses assentados, afirmam que os produtos *“adiantados pela indústria são repassados por um valor acima do encontrado no mercado.”*. Sendo os insumos mais utilizados são os adiantados, como *“o nitrato de cálcio”*, vendido pela empresa Refricon por *“R\$ 80,00 a R\$ 81,00 reais a saca”*, enquanto no mercado local o mesmo produto é comprado *“por R\$ 48,00 a R\$ 49,00 reais o saco”*. Como relato por um dos sujeitos entrevistados, que afirma pagar *“147 reais num saco de Sulfato de Potássio, encontrando o mesmo produto no comércio local por 97 reais”*. Todos os agricultores são categóricos em afirmar que *“tudo é quase o dobro para pegar deles”*.

O consumo destes insumos é a materialização da integralização como forma de pertencimento do agricultor ao pacote tecnológico, que irá transformar sua capacidade produtora de alimentos em consumidora de insumos e agrotóxicos. Metamorfose justificada pela assistência técnica ofertada pela indústria, que cumpre papel de promover e legitimar o aprisionamento das famílias a subordinação, pois os relatos são unânimes, o fato de ter sempre presente o apoio técnico com orientação, indicação e acompanhamento semanal, estimula os agricultores a entrar e seguir produzindo pepinos para indústria.

Construindo em torno do camponês um ciclo vicioso de medidas que valorizam a extensão das qualidades e quantidades da produção. Pautados por relações mecanicistas que torna o uso de veneno como algo natural, corriqueiro e presente nos relatos que demonstram a aculturação dos agricultores pelo uso de agrotóxico, como presenciamos nos trabalhos de campo, a valorização da técnica e do veneno, sendo *“o manzate, o evidencia (fungicida, acaricida e inseticida) é para proteger ele (pepino)*

*contra virose, já o reforço (adubo foliar) é para harmonizar para não dar um mildi, ou Lanate e Décis (inseticidas) para lagarta”.*

Realidade que confirma a supervalorização dos produtos entregues aos agricultores, como forma de gerar uma dívida antecipada com características de submeter os assentados á dependência da empresa, construindo no imaginário as famílias, de “sensação” de parceira, compreensiva e pronta para ajudar nas dificuldades dos agricultores assentados, que oculta obrigatoriamente dos descontos nas parcelas pagas pela indústria aos produtores, quando estes entregarem seus produtos (pepino).

Ficando claro, a subordinação por dívida dos assentados á indústria, pois aqueles que não conseguirem pagar, “*eles não atropelam*”, os agricultores são orientados “*a plantar outra vez, para tirar o deles na outra*”. Situação que produz o aumento e a extensão da dívida, criando no imaginário das famílias a compreensão que a indústria perdoa ou pelo menos adia os débitos, pois segundo as famílias eles (Refricon) “*seguram a onda*”.

Os problemas que não propiciaram o pagamento não estão conectados aos altos valores pagos pelos insumos, mas as condições climáticas e sanitárias que não favoreceram o pagamento, pois “*as vezes por causa da chuva ou vento, a gente se atrapalha*”. Há uma construção ideológica de parceria, que oculta a extração da renda da terra, que deixa o mínimo possível ao agricultor e que admite a derrota para ele mesmo, pois “*se não por adubo nem nada, o bicho (pepino) vai não! Tem que estar encima, está história que vou plantar e largar ali vai não*”! Ou para as condições climáticas, como constatamos na fala de um dos entrevistados: “*sempre a gente consegue pagar a conta, às vezes por causa da chuva, ou vento, a gente se atrapalha, aí empata, perde o trabalho seu tudo*”.

Na situação de não cumprimento das dívidas aflora sua capacidade de ressignificação diante da situação contraditória da reprodução social, onde a essência da disputa camponesa irá planejar os próximos passos e estratégias, ou seja, os valores perdidos ou não arrecadados no primeiro ciclo são sonhados para o segundo ciclo, pois “*o bom é a segunda roça, porque já está tudo pago, nós devemos pouco para eles*” (Refricon), *então o que vem, vem livre*”.

Neste conjunto de regras estabelecidos pela indústria, o camponês precisa obedecer às ordens e se adaptar as exigências da empresa, encontrando na omissão dos

custos do cálculo de sua força de trabalho as alternativas para aumentar a renda da família. Pois o capital explora e se apropria do sobretrabalho camponês, materizado no caso estudado em quatro frentes, sendo a **primeira** no sobre preço dos insumos; o **segundo** na omissão dos assentados em acrescer os custos de mão de obra, pois segundo os assentados “*se colocar na ponta da caneta mesmo*” a roça não dá lucro, como presenciamos na fala do assentado: “*Não! Nós não colocou a mão de obra nossa, o lucro é mixaria, é para sobreviver mesmo, não sobra!*”

O **terceiro** elemento de extração da renda do agricultor se materializa no custo do transporte, porque “*o frete é salgado, o que mata agente é o frete*”, e na seleção nesta fase do processo é o momento onde indústria retira das famílias a maior parte dos seus ganhos, esta fase é feita na indústria que classifica “*em A e B*”, utilizando-se da metodologia de porcentagem, que escolhe “*10% da produção que é despeja para classificar, aí aqueles sacos servem de média para todos os outros*”, como podemos constatar na fala do assentado, que afirma “*eles*” separam os de “*4,5 cm de espessura, o tamanho eles não ligam, mas a espessura sim! Se passar desta bitola já é descarte, eles não pagam! O tipo B já são aqueles com a mesma bitola, uns tortinhos bonito*”. Expropriação materializada na fala da assentada, que apresenta um episódio ocorrido com sua produção “*uma vez que não sabíamos muito, mandamos 620 quilos foi descartado 460 quilos*”.

A **quarta** frente de expropriação da renda da terra saqueada do agricultor acontece na pesagem, onde o agricultor não tem oportunidade de acompanhar o peso da sua produção, realizando apenas a aferição em casa, onde “*a gente só baseia aqui para poder colocar na nota*”, atitude que não possui qualquer significância para a indústria, “*que separa os sacos de cada produtor e pesa um por um*”. E o ciclo de exploração da renda da terra acontece no valor pago pela produção, que separada entre os classificados entre “*tipo A é o melhor eles pagam R\$ 0,90 centavos* e os de tipo “*B é mais fraco, eles pagam R\$ 0,30 centavos!*”, nesta conta ainda possui os desclassificados **que não são pagos, mas também não são devolvidos, ou seja apropriados pela empresa.**

O processo evolutivo de extração da renda da terra dos camponeses os subordina, condicionando-os ao processo evolutivo e gradual de adoção ao pacote tecnológico que os profissionaliza materializado em dois processos não menos graduais

e evolutivos, que é a extensão das horas laborais de trabalho e o uso indiscriminado de agrotóxicos. A construção ideológica feita pela empresa transforma a relação dos agricultores com sua produção, codificando o pepino de alimento para mercadoria, ainda provoca a conversão do trabalho em emprego, mecanizando sua ação e produção.

Nos trabalhos de campo, conseguimos extrair da realidade o condicionamento que as famílias trabalham na sua produção, onde *“começa a passar veneno a cada 4 dias, e enrola os fitilhos, com 15 dias tem que guiar ele, todo dia. Todo dia (...) o dia inteiro! É o mês todo! Ele começou a produzir, aí você tem que colher cedo e volta lá atrás para guiar.*

A progressiva organização do complexo tecnificado de produção, instaura relações profundamente novas entre os produtores (camponeses) e os meios de produção, uma das assentadas entrevistadas nos proporciona compreender esta dinâmica de trabalho para produzir esta mercadoria, *“O pepino é pepino! Começa cedo e só para a tarde, é o dia inteiro batido, quando começa a produzir não dá tempo nem para ir à cidade fazer compra, porque não tem como não colher! Se não colher você perde!”*

Todo este conjunto de “tentáculos” trabalha simultaneamente para capturar do camponês a renda da terra e sua capacidade física e intelectual de produzir, criando sobre as famílias assentadas a necessidade de adaptações responsáveis em criar condições objetivas para os elementos que envolvem a reprodução social. Que busca no trabalho coletivo, as forças organizativas para resistir a exploração da extensão das horas laborais de trabalho, ou seja, utiliza-se da divisão de tarefas, da ajuda mútua para resistir, onde a família camponesa torna-se uma entidade coletiva.

O movimento coletivo produzido pelos camponeses em criar alternativas para superar as adversidades impostas pela indústria, provoca o surgimento de um fenômeno, o aparecimento nos lotes que produzem pepinos do ***trabalho forçado consensuado***. Temos utilizado o termo para ilustrar o esforço que as famílias assentadas realizam diante das adversidades no assentamento, pois a rotina cumulativa laboral do trabalho promovido pelos estágios tecnificados da produção do pepino, produz desgaste, fadiga e cansaço. Pois, a quantidade de horas de trabalho no cultivo não diminui com os períodos e ciclos reprodutivo, pelo contrário elas se sobrepõem fazendo com que muitos entrem na roça ao amanhecer e saiam ao anoitecer.

O acúmulo ritualista de atividades, que devem ser todas realizadas ao longo daquele dia, como: aplicação de venenos, colheita, condução das ramas, aplicação de fertirrigação, transporte para casa, seleção, embalagem e transporte para a indústria. Este conjunto de atividades leva o agricultor a realizar o exercício de “*descansar trabalhando*” torna-se comum entre as famílias, pois a estratégia é “*quando está muito cansado vai para outro trabalho mais leve, para poupar energia, para conseguir chegar até o fim do dia*”.

A cultura de pepinos desenvolvidas pela indústria no assentamento, possui características físicas próprias de sol escaldante e falta de circulação de ventos, pois as ruas produzem barreiras físicas que impedem a renovação do ar, criando a sensação de concentração do calor. Somado a estas características a cultura obedece ao desenvolvimento técnico/ritualista que obriga o agricultor a lutar contra as fragilidades e limitações físicas impostas pelo trabalho que perde as sensações de prazer e torna-se algo que provoca dor, agonia, fadiga, aceleração nos movimentos, mecanicidade e falta de prazer.

O ato da família camponesa trabalhar sobre a sensação de obrigação é garantido por fatores estruturais da necessidade da reprodução social que recebem o reforço das influências da constituição do “ser camponês” que o pressiona de forma moral e psicológica nas necessidades de cumprir os acordos de subordinação impostos pela indústria de conservas.

Diante dos aspectos nós questionamos dos motivos que levam os camponeses se sujeitar a condição de subordinação? Responsáveis em submeter toda a família aos do pacote tecnológico que expõe todos a extensão das horas laborais e aos agrotóxicos. Será inconsciência ou opção pela subordinação?

Os trabalhos de campo, demonstraram que concomitante ao ato do movimento de buscar na integração, as alternativas para solucionar as dificuldades da reprodução social, encontramos entre os agricultores afirmações que demonstram a consciência dos riscos, como “*não tem jeito! fazer o que? Não tem outra forma de renda*”. Realidade de estranhamento que coloca a família do assentamento diante da situação carregar sobre seus ombros os riscos futuros da saúde em detrimento das condições adversas de permanecer no campo, resistindo as ofensivas excludentes do desenvolvimento capitalista.

Este movimento é possível devido a condição que o campesinato possui de ressignificar sua ação, devido a sua capacidade de estar em constante movimento, pois não fazem parte de uma realidade estática, pertencem a uma realidade que está inserida no processo que apresenta constante transformação contraditória da sua condição social e da realidade que vive, ou seja, o movimento imediato caracteriza-se pela imediata realidade de integração, mas essencialmente este camponês frente à “exploração” encontra na “resistência”, as forças para alcançar seus sonhos.

Resistências que encontramos nos trabalhos de campo, expressos nas insubordinações construídas pelos assentados, que buscam nas condições descritas acima as alternativas para geração de renda para a família diante da escassez de iniciativas produtivas. Encontramos ainda, diversas iniciativas onde os assentados investiram os recursos adquiridos na cultura do pepino para comprar e diversificar a produção de frutas do lote ou a melhoria do rebanho leiteiro. Outra realidade presenciada quase que em todos os lotes visitados a reutilização das estruturas da cultura do pepino para produzir alimentos como feijão, milho, quiabo, maxixe, abobora, verduras, além de encontrarmos lotes que possuem produção de leite a reutilização da área anteriormente ocupada pela cultura do pepino para a reforma de pastagens.

Relações contraditórias do exercício do poder que demonstram a capacidade multidimensional da família camponesa de buscar as alternativas diante das adversidades econômicas, sociais, culturais da reprodução familiar no Assentamento São Paulo, no município de Presidente Epitácio.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICOS

ABRAMOVAY R. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios.** [Periódico]. - Brasília. Brasil: Edições UNESCO, 1998. - 2. Edição. BRASIL

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

ABRASCO, Dossiê. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** 1ª edição. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

AGOSTINETTO, Dirceu. **Utilização de Equipamento de Proteção Individual e Intoxicações por agrotóxicos entre fumicultores do município de Pelotas- RS.** Revista Ecotoxicologia e Meio ambiente e pesticidas. V8. 1998. ISSN: 19839847.p.p.45-56. Curitiba.

AGROFIT (**Base de dados de produtos agrotóxicos e fitossanitários**). Brasília: Secretaria de Defesa Agropecuária/Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1988.

AGUIAR, Paulo Cezar Junior. **Processos de adoecimento inerentes a matriz técnica hegemônica, o caso dos agrotóxicos em Jaguaré- ES.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em saúde pública, subárea trabalho, saúde, ambiente e movimentos sociais. Fundação Oswaldo Cruz. 2016.

ALEXANDRE, S.F. **Exposição a Agrotóxicos e Fertilizantes Químicos: Agravos à Saúde dos Trabalhadores no Agronegócio do Abacaxi em Limoeiro no Norte- CE.** 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2009).

ALVES, S. R. et al. **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo/RJ.** Ciência e Saúde Coletiva, (7): 2, 299-311, 2002.

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos: relatório anual 04/06/2001-30/06/2002.** Brasília, 2002.

ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 10, de 22 de fevereiro de 2008.** Dispõe sobre reavaliação toxicológica de ingredientes ativos. Diário Oficial da União 2008; 25 fev.

ARAÚJO, A, C, P; NOGUEIRA, D, P AUGUSTO, L.G.S. **Impactos dos praguicidas na saúde: estudo da cultura de tomate.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.34. n 3 p. 309-313. 2000.

ARAÚJO, A.J.; LIMA, J.S.; MOREIRA, J.C.; JACOB, S.C.; SOARES, M.O.; MONTEIRO, M.C.M.; AMARAL, A.M.; KUBOTA, A.; MEYER, A.; COSENZA, C.A.N.; NEVES, C.N.; MARKOWITZ, S. **Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ.** Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 12 (1): 115- 130, 2007.

BEDOR, Cheila Nataly Galindo. **Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde.** Tese de Doutorado em Saúde Pública do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães. Fundação Oswaldo Cruz. Recife. 2008.

BOCHNER, R. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 12 (1): 73-89, 2007.

BOHNER, T, O; ARAÚJO, L, E, B; NISHIJIMA, T. **O impacto ambiental do uso de agrotóxicos no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais.** Revista eletrônica do Curso de Direito. I Congresso Internacional de direito ambiental e ecologia política. III Seminário ecologia política e direito da América Latina. Universidade Federal de Santa Maria. 2013.

BOMBARDI, L M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro.** Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos.** Direitos Humanos no Brasil, p. 71-82, 2011.

BOMBARDI, L M. A Subordinação da Renda da Terra Camponesa ao Capital. In: **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa.** 1ª edição. ed. São Paulo: Annablume, 2004. cap. IV, p. 249-280. v. 1.

BOMBARDI, L M **Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos.** Direitos humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2013

BORGES, M. C. **Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no. De pobres da terra ao movimento sem-terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP.** Tese de Doutorado Universidade Estadual Paulista- UNESP- Campus de ASSIS. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Modos de dominação. A produção da crença,** 1983.

BRASIL. Decreto nº 24.114, de 14 de abril de 1934. **Aprova o regulamento de defesa sanitária vegetal.** In: Gelmini GA, Novo JPS. **Defensivos agrícolas: informações básicas e legislação.** Campinas: Fundação Cargill; 1987. p. 416-23.

BRASIL. Decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990. **Regulamenta a Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.** In: Legislação federal de agrotóxicos e afins. Brasília (DF): Ministério da Agricultura e do Abastecimento; 1998. p. 15-53.

BRASIL. Decreto nº 991, de 24 de novembro de 1993. Altera o Decreto nº 98.816, de 11/01/1990. In: **Legislação federal de agrotóxicos e afins.** Brasília (DF): Ministério da Agricultura e do Abastecimento; 1998. p. 57-9.

BRASIL. **Lei n. 7.802**, de 11 de jul. de 1989. Brasília, DF, jul 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. **FIOCRUZ. SINITOX.** [http://www.fiocruz.br/sinitox\\_novo/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home](http://www.fiocruz.br/sinitox_novo/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home) Acesso em 12 jul. 2011.

BRIGNOL. V. **Representações do risco causado pelo uso de agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente, por agricultores convencionais e orgânicos da região do Brejal, Petrópolis (RJ).** Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em saúde pública e meio ambiente. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de saúde pública Sergio Arouca (ENSP), 2010. Rio de Janeiro.

CARDOSO, A. I. I. **Avaliação de cultivares de pepino tipo caipira sob ambiente protegido em duas épocas de semeadura.** *Bragantia*, Campinas, v.61, n.1, p.43-48, 2002.

CARDOSO, A. I. I.; SILVA, N. **Avaliação de híbridos de pepino tipo japonês sob ambiente protegido em duas épocas de cultivo.** *Horticultura Brasileira*, Brasília, v.21, n.2, p.171-176, 2003

CARNEIRO Maria José **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais** [Seção do Livro] // Juventude Rural em Perspectiva. / A. do livro Guaraná Elisa e Carneiro Maria José. - Rio de Janeiro. Brasil: NEAD. CIP- Brasil. Catalogação na fonte. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2007. - Vol. 1 edição.

CARTER, M. **"Formação e territorialização do MST no Brasil."** *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil 1* (2010).

CASTRO Mary Garcia **Políticas Públicas por Identidades e de Ações Afirmativas. Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes.** [Conferência] // Fórum Mundial de Educação. - São Paulo. Brasil: [s.n.], 2004.

CASTRO, J. M; CONFALONIERI, U. **Uso de agrotóxicos no Município de Cachoeiras de Macacu (RJ)**. Ciência e Saúde coletiva. 2005. p.p. -473482. Rio de Janeiro.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista: Categoria e Leis da Dialética**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

COBRA, A. N. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1923.

COELHO, E. M; COELHO, F, C. **Contaminação por agrotóxicos em São João da Barra**. Perspectivas on line, Rio de Janeiro, v 2, n8, p.p.110-115, 2008.

COSTA J. M. e ULYSSEA G. L. **O fenômeno dos jovens nem-nem**. [Seção do Livro] // Desafios à trajetória profissional dos jovens / A. do livro C.H CORSEUIL e BOTELHO R U. - Brasília. Brasil: IPEA, 2014.

ELIAS Norbert **A sociedade dos indivíduos**. [Livro]. - Rio de Janeiro. Brasil: Jorge Zahar, 1994 a.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa: Terras (re) tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)**. 2009

FERNANDES Bernardo Mançano **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a formação territorial no Estado de São Paulo** [Livro]. - São Paulo. Brasil: editora Hucitec, 1999. - Vol. 2 edições.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

FERRARI D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina** [Relatório]. - Campinas. Brasil: Dissertação apresentada na Unicamp, 2003.

FUNDACENTRO. **Prevenção de acidentes no trabalho com agrotóxicos: segurança e saúde no trabalho**, n. 3. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, Ministério do Trabalho, 1998.

GARCIA, E. G. **Segurança e saúde no trabalho rural: a questão dos agrotóxicos**. 1. Edição. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2001.

GONSALVES Maria Creuza **Os Migrantes Mineiros vendedores de mandioca nas ruas de São Paulo** [Relatório]. - São Paulo: Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. USP. 2010.

GRISÓLIA CK. **Agrotóxicos, mutações, câncer & reprodução**. Brasília: editora Universidade de Brasília; 2005.

GRISOLIA, C. K. **Agrotóxicos, mutações, câncer & reprodução**. 1 ed. Brasília, Ed. UnB.2005.

HRM Logística. **Prêmio McDonald's – Fornecedores com iniciativas sustentáveis**. Disponível em: <https://hrmlogistica.wordpress.com/2012/03/14/1210/> Acesso em: 19 de jul. de 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- **Censo Demográfico** [Relatório]. - Presidente Prudente. Brasil: [www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br), 2010.

INFORMATIVO CRQ III. **O dilema do uso de defensivos agrícolas**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Química, III Região, 1997.

KALOYANOVA, F. **Interactions of pesticides**. In: WHO (Ed.) Health Effects of Combined Exposures to Chemicals in Work and Community Environments. Copenhagen: World Health Organization/Regional Office for Europe, 1983

KONDER Leandro **O que é dialética** [Livro]. - São Paulo- Brasil: Brasiliense, 1981. - Vol. 1 edição.

KONDER Leandro **O que é dialética** [Livro]. - São Paulo- Brasil: Brasiliense, 1981. - Vol. 1 edição.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Hucitec. 1981.

MARQUES, M. I. M. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) *Campesinato: territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, Marta. **Campesinato e luta pela terra no Brasil**. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), *Procesos territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARTINS, C. N. **Pepino: produção triplicada**. Revista Cultivar Hortaliças e Frutas, Pelotas, 2004. Disponível em: <[http://www.grupocultivar.com.br/arquivos/hf24\\_producao.pdf](http://www.grupocultivar.com.br/arquivos/hf24_producao.pdf)>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MATOS, G, B; SANTANA, O, A M; NOBRE, L, C, C. **Intoxicação por agrotóxicos**. In: Manual de Normas e procedimentos Técnicos para a Vigilância da Saúde do Trabalhador. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, 2002. Salvador, p. 249-280.

MATTOS, Eliana Correa Aguirre. **Análise Espacial da Bataticultura e sua interação com a agricultura familiar, Agrotóxicos e usos do solo em Camanducaia, na área de proteção Ambiental da Fernão Dias, Minas Gerais.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências- UNICAMP. Campinas.2011.

MATTOS, R. C. O. C. **Estratégias para Avaliação da Exposição ao Chumbo: estudos comparativos dos indicadores biológicos e efeitos relacionados.** Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 2001.

MATTOS. J, G; NOBREGA, P, M; MOURA, A, P. **Toxicidade de agrotóxicos utilizados em tomateiro ao parasitoide de ovos trichogramma pretiosum (Hym: trichogrammatidae).** Anais III Jornada Científica da Embrapa Hortaliças, 10 e 11 de junho, 2013.

MOLINA, M. **"Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais.** A pesquisa em Educação do Campo. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (2006).

MOREIRA JC, Peres P, Simões AC, Pignati WA, Dores EF, Vieira S, Strussmann C, Mott T. **Contaminação de águas superficiais e de chuva por agrotóxicos em uma região de Mato Grosso.** Cien Saude Colet 2012; 17(6):1557-1568.

NETO, J. V., MENEZES JÚNIOR, F. O., & GONÇALVES, P. A. (08 de Junho de 2015). **Produtividade de cultivares de pepino para conserva em manejo convencional e alternativo.**Revista Brasileira de Agroecologia, pp. 272-277.

NEVES. DelPessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil. Formas tuteladas de condição camponesa.** Editora UNESP. 2008. São Paulo.

NOVAES Regina.**Juventude, Juventudes - Jovens das classes C e D frente aos dilemas de sua geração** [Conferência] // Programa mais cultura audiovisual. - Brasília-Brasil: Edital FIC TV/ MAIS CULTURA, 2008. - Vol. 1 edição.

NOVATO-SILVA, E,C. **A study of immunological alteratins in rural workers laboriously expensed to pesticides,** p 41. In congresso mundial sobre segurança e saúde no trabalho, 15 anais. São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. **O uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo.** In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Org.). Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil. Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

OLIVEIRA, Ane Lourdes Marques de. **Simulação da codisposição de resíduos de Manzate 800 com resíduos sólidos urbanos durante a fase metanogênica. Dissertação de Mestrado.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2001. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, 15(43), 185-206.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2010. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil** – um retorno aos dossiês. AGRÁRIA, São Paulo, 12, 3-113.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Longa marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206. set-dez. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

OLIVEIRA-SILVA, J.J. et al. **Influence of socioeconomic factors on the pesticides poisoning, Brazil**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo. v. 35, n. 02, p. 130-5, abr. 2001.

OPS (Organização Pan-Americana da Saúde). **Manual de Vigilância da Saúde de populações Expostas a Agrotóxicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília: Organização Pan-americana da saúde/OMS 1996.

OPS (Organização Pan-americana da Saúde). **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde/OMS, 1996.

ORIGUELA, C. F. **A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP**. In: XIII Jornada do Trabalho, 2012, Presidente Prudente. XIII Jornada do Trabalho -, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006b.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: UNESP - Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008. (Geografia em Movimento).

PERES, F; MOREIRA, J, C; DOUBOIS, G, C (Org.) **É veneno ou remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro editor Fiocruz. 2003. P. 21-41.

PERES, F; MOREIRA, J, J, DELLA-ROSA, H.V. **Desafios aos estudos da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos**. *Ciência e Saúde coletiva*, v 10. P 27-37. 2005.

PERES, F; MOREIRA, J.C. **Saúde e ambiente em sua relação como o consumo de agrotóxicos um polo agrícola do Estado do Rio de Janeiro**, Brasil. *Cad. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 23 sup. 4, p. s612-s621, 2007.

PIGNATI WA, Machado JMH. **O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Estado de Mato Grosso**. In: Gomez CM, Machado

JHM, Pena PG, organizadores. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2011. p. 245-272.

PIGNATI. W.A. **Acidente Rural Ampliado: Casos das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT.** Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. V.12. n.1. 2007. p.p.299-311.

VAN DER PLOEG, J. D. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n.27, p.114-140, maio/ago. 2011. Disponível em: Acesso em: 28 nov. 2017.

PORTO. M.F S. **Uma ecologia política dos riscos.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p.27-64.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O espaço geográfico como condição de (re) produção da sociedade.** In: SANTOS, Milton (Org.). Cidadania e globalização. Bauru: Saraiva 2000, p. 53-57.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia à geo - grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Buenos Aires: Clacso, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Reformas no mundo da educação.** In: CARLOS A. F.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Org.). Reformas no mundo da Educação: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p. 68-91. Paradigmas em Disputa na Educação do Campo 793

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território.** Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **"Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema-região do Pontal do Paranapanema-SP."** (2002): v-144.

RECENA MCP, Caldas ED. **Percepção de risco, atitudes e práticas no uso de agrotóxicos entre agricultores de Culturama, MS.** *Rev. Saúde Pública* 2008; 42: 294-301.

REYES. Felix. **Quais os piores agrotóxicos para a saúde humana.** Revista mundo Estranho. Publicada em 16 de agosto de 2016.

RIGOTTO, R. (2011). **Agrotoxicos, trabalho e saúde**. Fortaleza. Brasil: Universidade Federal do Ceará.

RIGOTTO, R. M. (2008). **Desenvolvimento, ambiente e saúde: Implicações da (des) localização industrial**. Rio de Janeiro. Brasil: FIOCRUZ.

ROOS, D. (2016) “**A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Parana**”. Revista NERA 19(30):177-195

ROSAS Eduardo Nunes Leite **Rapazes da Roça na Cidade Grande: Trabalho, Sociabilidade e Projetos** [Relatório]. - Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS M. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** [Livro]. - São Paulo. Brasil: Ática & Ática, 2002.

SANTOS Milton **Por uma geografia nova**. [Livro]. - São Paulo. Brasil: HUCITEC, 1978.

SANTOS, J. V. (1984). **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho campones ao capital**. São Paulo: HUCITEC.

SANTOS, João Dagoberto dos **Desenvolvimentos rural, biodiversidade e políticas públicas. Desafios e antagonismos, no Pontal do Paranapanema-SP**. 2012. 295 f. Diss. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais. –Conservação de Ecossistemas Florestais da Universidade de São Paulo-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2012.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 23-29. (Geografia em Movimento).

SILVA. Vivian Lara dos Santos; FURQUIM, Paulo Azevedo. **Contratos Inter-firmas em diferentes ambientes institucionais: Caso MC DONALD’S França versus Brasil**. Revista Científica da América Latina e Caribe. Espanha e Portugal. V 41. N4, p.p.381-393. 2006

SIQUEIRA. Soraia Lemos; KRUSE. Maria Enriqueta, Luce. **Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde**. Revista da Escola de Enfermagem. USP. 2008. São Paulo.

SOARES, W, L. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao meio ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura.** Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em saúde pública e meio ambiente. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de saúde pública Sergio Arouca (ENSP), 2010. Rio de Janeiro

SOBREIRO. Jose Filho. **A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: História e atualidade.** GEOGRAFIA EM QUESTÃO. V5, N 1. p.p. 80-114. 2012. ISSN: 2178-0234.

SPOSITO M.P **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação.** [Conferência] // Seminário apresentado na XXII reunião anual da ANPED. USP. - São Paulo. Brasil: [s.n.], 1999.

THOMAZ JUNIOR Antônio. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho.** [Periódico]. - Presidente Prudente. Brasil: Revista Pegada Online, 2005. - n.1 e 2: Vol. Vol. 5.

THOMAZ JUNIOR. Antônio. **Dinâmicas Geográficas do Trabalho no Século XXI** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos) [Livro]. - São Paulo- Brasil: [s.n.], 2009. - Vol. volume 1.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum, Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras (1998).

TRAPE, A. Z. **Doenças relacionadas a agrotóxicos: um problema de saúde pública.** 1995. 194 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **"Raízes históricas do campesinato brasileiro." Agricultura familiar: realidades e perspectivas** (1999): 21-55.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. **"A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil"**. Idéias. (Revista do IFCH/UNICAMP), 3, 2, 1996.

## ANEXO 1 – Questionário aplicado durante a pesquisa

### DADOS PESSOAIS

**Nome do entrevistado:**

Sexo: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_

Composição da família:

Nome	Parentesco	Idade

**Endereço do entrevistado:**

Nº do lote: \_\_\_\_\_ município: \_\_\_\_\_

**BLOCO - LUTA PELA TERRA Histórico do assentamento**

1. Como surgiu o assentamento?
2. Quanto tempo de acampamento?
3. Quando que foi distribuído os lotes, entrada na terra?
4. Quando se iniciou o acampamento?
5. Quais foram as principais lutas para conquistar as terras os maiores empasses?
6. Quais são os principais meios de renda do assentamento?
7. Principais meios de renda da família?

**BLOCO - CHEGADA DA CULTURA DO PEPINO**

Como foi a chegada do pepino no assentamento?

1. Quem trouxe?
2. De qual forma, (reunião)?
3. Quais foram as propostas da empresa no início do projeto?
4. Quais as exigências para começar a plantar o pepino?
5. Quais as vantagens citadas pela empresa com o plantio de pepino?
6. Quais motivos para a empresa estar no assentamento?
7. Quanto conhece a indústria (processo de industrialização, comercio e fim do produto)?
8. Por qual motivo do cultivo do pepino?
9. Tem outra renda na propriedade? Qual prefere trabalhar com qual?

**BLOCO - LEVANTAMENTO DO PASSO A PASSO DOS TRATOS CULTURAIS DO CULTIVO DE PEPINO 1º preparo do solo**

1. Quais maquinário usado?
2. De quem são os maquinários?
3. Quais são os tipos de implementos usados para revolvimento do solo?
4. Qual o processo de revolvimento e como é feito?
5. São utilizados outros maquinários para o preparo? Quais (cavalo cultivador inchada).
6. São usados insumos no preparo (calcário, esterco adubação)?
7. Existe algum manejo específico nesta parte do processo?
8. Qual tempo necessário para este processo de preparo do solo?
9. Existem muitas indicações técnicas para esta etapa (análise de solo)?
10. Quais são os custos destes processos?
11. PASSO A PASSO DO PROCESSO.
- 12.

## **2º estruturação**

1. Quais são as quantidades de canteiros indicadas?
2. Quais as medidas destes canteiros?
3. Quais as lonas e sua micra que são indicadas?
4. E para os gotejamentos quais suas medidas?
5. E para os fitilhos?
6. Qual os custos desta etapa do processo?
7. PASSO A PASSO DO PROCESSO.
- 8.

## **3º sementeira e tratamentos culturais**

1. Qual o espaçamento entre plantas?
2. Como é feita a sementeira?
3. Como é furado as lonas?
4. Qual a variedade de pepino plantado?
5. Qual a quantidade de sementes usadas?
6. E quanto tempo para a emergência após a sementeira?
7. Qual a produção estimada por planta?
8. Existem tratamentos culturais específicos para esta etapa/
9. Quais venenos usados, em que estágio da planta?
10. Quem escolhe os tempos para cada processo (plantio pulverização dos defensivos agrícolas entre outros tratamentos)?
11. Quem faz a sementeira?
- 12.

## **4º manejos**

1. Qual os processos para esta etapa (condução, desbrote...)
2. Qual os tempos empregados nestes processos?
3. Quais são os intervalos de cada aplicação?
4. Precisa de mão de obra externa, quem participa do trabalho nesta etapa?
5. Até quando é feito estes processos?
6. As capina e limpeza são feitos de que forma formas?
- 7.

## **5º rotinas de aplicação de insumos e agrotóxicos**

1. Quem faz a aplicação dos agrotóxicos e adubações?
2. É utilizado os EPIs?
3. Quais os cuidados no manuseio para a preparação das caldas?
4. Quem faz as dosagens dos produtos?
5. De que forma é feita a aplicação dos agrotóxicos e adubações?
6. Quais são as ferramentas usadas para a aplicação destes agrotóxicos e adubações?
7. Alguma ferramenta que não é indicado?
8. As Rotina de aplicação de agrotóxicos e adubações são acompanhadas?
9. Por quem?
10. Quanto tempo leva para aplicar os agrotóxicos e adubações?
11. Qual a quantidade de cada produto?
12. Quais os intervalos de aplicação dos produtos?
13. Qual o valor de cada produto?
14. Quais produtos são indicados em quais períodos do ciclo da planta? Ciclo1-1º dia a 15dia

Ciclo 2-15 a 30 dia  
Ciclo3-30 a 45 dias  
Ciclo4-45 a 60dias  
Ciclo5-60 a 75 dias  
Ciclo6-75 a 90 dias

Existe alguma aplicação pós colheita ou trato cultural?

15. Qual o destino dos resíduos, pepinos de descarte, pés de pepinos, lonas, gotejamentos, fitilhos, frascos de produtos entre outros?

#### **6º colheita e classificação**

1. Como é feita a colheita?
2. Por quem é feita a colheita?
3. Qual destino, local de armazenamento dos pepinos colhidos?
4. Qual o tempo de armazenamento dos pepinos?
5. Existem critérios de classificação? Quais?
6. Quem faz o transporte para local de armazenamento e destinação?
7. Como é feito e por quem?
8. Quem participa desta etapa?
9. Quais ferramentas usadas?

#### **7º transporte e comercialização**

1. Como é feito o transporte até a indústria?
2. Quanto custa este transporte?
3. Como é pago e por quem?
4. Quando é feito (intervalos)?
5. Quem faz o carregamento do transporte?
6. Qual o valor do kg do pepino atualmente?
7. Existe alguma forma de fiscalizar? Quem fiscaliza as pesagens?
8. É feito uma pesagem em casa?
9. Qual o destino dos descartes na indústria?
10. Como é feito este descarte e por quem?
11. Tem devolução dos produtos descartados?
12. A classificação de tipos de pepino, quais são e como são e seus valores?
13. Tem menção da renda gerada pelo pepino?
14. Compensa, tem o controle dos custos dos cultivos?

#### **BLOCO - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO**

Qual a rotina de trabalho diária?

1. Que horas que se inicia os trabalhos?
2. Quem inicia este trabalho?
3. Qual atividade é desenvolvida?
4. Quando se inicia os trabalhos com o pepino?
5. Quem vai para a lavoura?
6. Quais atividades são feitas em cada horário do dia?
7. Os tempos de descanso existem?
8. Quanto tempo de trabalho diário é feito?
9. Muda as atividades nos períodos do dia?

#### BLOCO - LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS UTILIZADOS

<b>Material/produto/insumo usados</b>	<b>Valor</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Obs.</b>

Venenos, Fitolhos, Lonas, Estacas, Arame, Adubos, Sementes, Sacarias, Ferramentas e máquinas específicas, Diárias, Combustível entre outros

#### BLOCO - SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO

Sente algum sintoma de intoxicação?

1. Quando se iniciou?
2. Vem piorando nestes períodos?
3. É comum e tem algo que se relacione com ele?
4. Quais sintomas?
5. Acha que tem alguma relação com os pepinos?
6. Não gosta de algum veneno por algum motivo?
7. Algum sintoma diferente ou mudança quando está na lavoura ou após?
8. Teve algum problema de saúde que se relaciona com o cultivo do pepino?

#### BLOCO - AGROECOLOGIA

Sabe o que é agroecologia?

1. Tem algum cultivo separado, usa agrotóxicos nele?
2. Este cultivo tem qual finalidade?
3. Existe alguma produção de alimentos para autoconsumo?
4. Prefere trabalhar com qual atividade?

Como é feito estas outras atividades da propriedade